



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA
AMÉRICA LATINA (PPGICAL)**

**DA COLEÇÃO PARTICULAR À MEMÓRIA COLETIVA:
OS ASPECTOS HISTÓRICOS DE REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS
IDENTIFICADOS NO ACERVO PARTICULAR DA EDUCADORA POPULAR LATINO-
AMERICANA MOEMA VIEZZER À PARTIR DE SEU CONTATO COM DOMITILA
BARRIOS DE CHUNGARA.**

SUZANA MINGORANCE

Foz do Iguaçu – PR

2026



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO
DE ECONOMIA, SOCIEDADE E
POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM INTEGRAÇÃO
CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA
LATINA (PPGICAL)**

**DA COLEÇÃO PARTICULAR À MEMÓRIA COLETIVA:
OS ASPECTOS HISTÓRICOS DE REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS
IDENTIFICADOS NO ACERVO PARTICULAR DA EDUCADORA POPULAR LATINO-
AMERICANA MOEMA VIEZZER À PARTIR DE SEU CONTATO COM DOMITILA
BARRIOS DE CHUNGARA**

SUZANA MINGORANCE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Integração Latino-Americana.

Orientador: Prof. Dr. Gerson Galo Ledezma Meneses.

Foz do Iguaçu - PR

2026

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

M664c

Mingorance, Suzana.

Da coleção particular à memória coletiva: os aspectos históricos de redes de movimentos sociais identificados no acervo particular da educadora popular latino-americana Moema Viezzer a partir de seu contato com Domitila Barrios de Chungara / Suzana Mingorance. – Foz do Iguaçu, 2026.

73 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina. Foz do Iguaçu, 2026.

Orientador: Gerson Galo Ledezma Meneses.

1. Educação Popular. 2. Movimentos Sociais. 3. Feminismo Comunitário. 4. Acervos Históricos. 5. Viezzer, Moema. 6. Chungara, Domitila Barrios de. I. Ledezma Meneses, Gerson Galo. II. Universidade Federal da Integração Latino-Americana. III. Título.

CDU 37.014.2:305-055.2(8)

SUZANA MINGORANCE

DA COLEÇÃO PARTICULAR À MEMÓRIA COLETIVA:
ASPECTOS HISTÓRICOS DE REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS IDENTIFICADOS
NO ACERVO PARTICULAR DA EDUCADORA POPULAR LATINO-AMERICANA
MOEMA VIEZZER A PARTIR DE SEU CONTATO COM DOMITILA BARRIOS DE
CHUNGARA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Integração Latino-Americana.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Gerson Galo Ledezma Meneses
UNILA

Prof. Dra. Luciana Mello Ribeiro
UNILA

Prof. Dra. Solange Rodrigues Bonomo Assumpção
UNILA

Prof. Dra. Tereza Maria Spyer Dulci
UNILA - UFOP

Dra. Moema Libera Viezzer
Educadora Popular Feminista
Doutora Honoris Causa UNILA

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de ____

RESUMO

Este estudo investiga o acervo pessoal de Moema Viezzer, doado à UNILA, enquanto fonte privilegiada para a história dos movimentos sociais e da educação popular na América Latina. Desenvolvido ao longo de sua trajetória como educadora e ativista, o conjunto documental inclui diversas obras de sua autoria, que registram suas ações e imersão nas culturas latino-americanas. A pesquisa realiza uma revisão bibliográfica e integrativa das obras que compõem a coleção, com o objetivo de identificar e analisar os aspectos históricos e memória das redes de movimentos sociais a partir da perspectiva particular de Viezzer. Tomando como ponto de partida seu engajamento em documentar a realidade dos trabalhadores de minas na Bolívia por meio de seu contato com Domitila Barrios de Chungara, o trabalho visa mapear e investigar as redes feministas de educação popular que se originaram desse encontro, bem como as posteriores articulações que delas derivaram incluindo o feminismo em redes de educação popular. Dessa forma, o estudo evidencia a relevância do acervo como repositório de memória e instrumento para a compreensão das dinâmicas de organização social e educativa latino-americana.

Palavras-chave: Educação Popular. Movimentos Sociais. Feminismo Comunitário. Acervos Históricos. Moema Viezzer.

RESUMEN

Este estudio investiga la colección personal de Moema Viezzer, donada a UNILA, como fuente privilegiada para la historia de los movimientos sociales y la educación popular en América Latina. Desarrollada a lo largo de su trayectoria como educadora y activista, la colección documental incluye varias de sus obras, que documentan sus acciones e inmersión en las culturas latinoamericanas. La investigación realiza una revisión bibliográfica e integradora de las obras que componen la colección, con el objetivo de identificar y analizar los aspectos históricos y la memoria de las redes de movimientos sociales desde la perspectiva particular de Viezzer. Tomando como punto de partida su participación en la documentación de la realidad de los mineros en Bolivia a través de su contacto con Domitila Barrios de Chungara, el trabajo busca mapear y investigar las redes feministas de educación popular que surgieron de este encuentro, así como las articulaciones posteriores que se derivaron de ellas y la inclusión de la perspectiva feminista en iniciativas de educación popular. De este modo, el estudio destaca la relevancia de la colección como repositorio de memoria y herramienta para comprender las dinámicas de la organización social y educativa en América Latina.

Key words: Educación Popular. Movimientos Sociales. Feminismo Comunitario. Colecciones Históricas. Moema Viezzer.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – 1ª Exposição de parte do acervo de Moema Viezzer realizado na BIUNILA em março de 2023	11
Figura 2 –Apresentação de parte do acervo de Moema Viezzer na Feira Internacional do Livro da Fundação Cultural de 19 a 26 de outubro de 2023	12
Figura 3 – Exposição do acervo de Moema Viezzer no Seminário Subjetividades em transição: caminos para a construção de sociedades sustentáveis e regenerativas, organizado pelo OBEAMV de 25 a 28 de junho de 2025.....	12
Figura 4 – Exposição de parte do acervo de Moema Viezzer na 5ª SIEPE – Semana Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão da UNILA em 2024.....	13
Figura 5 – Sala interna da biblioteca do Jardim Universitário	16
Figura 6 – Acervo de Moema Viezzer no interior da sala.....	16
Figura 7 – Acampamento minero de Siglo XX. Catavi nas montanhas de Potosí.....	29
Figura 8 – Palliris em Bolivia	32
Figura 9 – Comitê das Amas de Casa Siglo XX.....	33
Figura 10 – Massacre de San Juan	34
Figura 11 – Domitila durante mobilização da Greve de fome (1978)	37
Figura 12 – Cartilha Mujer y Sociedad. Material didático da República Dominicana	54
Figura 13 – Capa do livro “Se alguém quiser saber” sobre as mulheres trabalhadoras da República Dominicana	55
Figura 14 – Capa de material didático produzido no Haiti	57
Figura 15 – Material didático desenvolvido pela Rede Mulher de Educação.....	58

SIGLAS E ABREVIATURAS

UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana

SNI – Serviço Nacional de Inteligência (Brasil)

LGBTQIA+ - Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e mais.

ONU – Organização das Nações Unidas

UNAM – Universidade Autônoma do México

MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário

COMIBOL – Corporación Minera de Bolívia

REPEN – Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina e Caribe

OBEAMV – Observatório Educador Ambiental Moema Viezzer

RME – Rede Mulher de Educação

BIUNILA – Biblioteca Latino-Americana

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

LEGH – Laboratório de Estudos de Gênero e História

PPC – Projeto Pedagógicos dos Cursos

MEC – Ministério da Educação

SERES – Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IES – Instituições de Ensino Superior

PPGICAL – Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina.

SIEPE – Semana Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão

SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
1.1 PROCESSO METODOLÓGICO	9
2 MOEMA VIEZZER E DOMITILA BARRIOS DE CHUNGARA: ENCONTROS QUE TECERAM REDES	22
2.1 Moema Viezzer: Uma vida entrelaçada com a América Latina.	22
2.2 Domitila Barrios de Chungara: A voz das mulheres trabalhadoras bolivianas	30
2.3 O encontro que transformou percursos: Moema e Domitila.....	38
3. REDES DE EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA: AÇÃO, PARTICIPAÇÃO E MEMÓRIAS.....	44
3.1 Feminismo popular na prática: Pedagogias decoloniais e autonomia	48
3.2 Legado em Rede: Educação Popular e Feminismo (s) desde as Margens.....	49
4 O ACERVO COMO PATRIMÔNIO COLETIVO – MEMÓRIA E FUTURO.....	51
4.1 O acervo Moema Viezzer na UNILA: O processo de doação e organização do acervo	52
4.2 O significado de preservar acervos de mulheres ativistas e a luta contra a invisibilização	52
4.3 Acervos de mulheres e movimentos sociais: Arquivos da resistência.....	54
4.4 A importância de acervos pessoais para historiografia latino-americana	55
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	56
5.1 A Primeira Rede: O contato de Moema Viezzer com Domitila na Tribuna da Mulher no México em 1975.	56
5.2 A Segunda Rede: Pesquisa Educação com Mulheres da República Dominicana em 1976-1977.	57
5.3 A terceira Rede: Ação – Educação com mulheres trabalhadoras operárias no Haiti, 1978-1979.	59
5.4 A Quarta Rede: A Rede Mulher de Educação no Brasil, 1981.....	61
5.4 A Quinta Rede: A Rede Brasileira de Educação Ambiental.....	62
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	65
APÊNDICES	73
ANEXOS.....	22

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se baseou em documentos do acervo particular de Moema Libera Viezzer que foi doado para a UNILA no período de 2018 a 2023. Esse acervo faz parte da coleção de materiais bibliográficos da autora que foi desenvolvida durante sua trajetória de vida como pessoa e educadora popular, militante eco feminista, cujo objetivo de vida vem sendo garantir o direito à memória do povo latino-americano através de suas redes com as lideranças dos movimentos sociais e das práticas de educação popular desenvolvidas nos lugares em que viveu no Brasil e também durante seus anos de exílio (1973-1980) durante sua passagem por Peru, Bolívia, México entre outros, atuando junto a diferentes comunidades.

Durante sua trajetória, em meio às suas atividades, Moema se dedicou a desenvolver coleções que vão desde suas obras pessoais como documentos, estudos, fotografias e objetos coletados até uma rica e extensa bibliografia da história latino-americana que foi criteriosamente obtida através dos países em que passou. A autora se mostra assim naturalmente uma colecionadora quando se compreende o termo coleção como

(...) qualquer conjunto de objectos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das actividades económicas, sujeitos a uma protecção especial num local fechado preparado para esse fim e expostos ao olhar do público” (Pomian, 2004, p. 53).

A importância dessas coleções, especialmente num enfoque histórico, se dá pela memória desenvolvida e pelo esclarecimento sobre uma época, um povo, de determinada sociedade e nos permite compreender detalhes e características daquele determinado contexto, garantindo assim que a identidade e costumes de um povo sejam conhecidos e preservados para a posteridade.

As coleções, quando se referem a acervos bibliográficos, podem elucidar um foco histórico inédito pois oferecem um contraponto à narrativa oficial, permitindo a ampliação do conhecimento sobre eventos históricos negligenciados ou marginalizados, podendo conter documentos e relatos sobre movimentos sociais, resistência indígena, lutas por igualdade de direitos humanos com equidade de gênero, entre outras temáticas que não tem recebido o devido destaque nos registros históricos convencionais.

Sendo assim, situamos o objeto desta pesquisa em investigar os documentos do acervo da coleção pessoal de Moema Viezzer a fim de identificar a rede formada a partir de sua relação com Domitila Barrios de Chungara na Bolívia e como esse contato culminou na criação de posteriores redes de educação popular feminista interligadas a outras redes feministas e socioambientais protagonizadas por ela em outras comunidades de outros países.

A partir desse questionamento, justificamos esta pesquisa pelo intuito de identificar os movimentos sociais dos quais Moema participou através de ações de educação popular, tendo como ponto de partida seu contato com Domitila Barrios de Chungara em 1975 no México e Bolívia, e resgatar a memória desses eventos a partir desses documentos do acervo para recuperar as ações populares realizadas por Moema em outras comunidades e países posteriormente. Através de uma revisão bibliográfica e integrativa dos documentos que compõem a coleção de documentos do seu acervo, buscamos apresentar sua trajetória de modo a identificar as redes de ação e educação popular realizadas por ela.

Consideramos especialmente relevante a realização desta pesquisa dada a importância do teor histórico dessa coleção que, ao ter seu conteúdo explorado e organizado posteriormente, poderá ser disponibilizada para a comunidade acadêmica na forma de um acervo de memória e de aspectos históricos latino-americanos visando subsidiar estudos nas áreas afins, além de contribuir para o enriquecimento do acervo da biblioteca da UNILA na sua missão de se tornar uma fonte de referência para acervos especiais sobre a história latino-americana.

Deste modo, compreende-se que esse acervo particular desempenha um papel fundamental no resgate histórico dos movimentos sociais, na preservação e no acesso à memória latino-americana através das redes feministas de ação popular desenvolvidas pela autora durante sua trajetória como educadora popular, pois fornecem uma perspectiva humanizada sobre a vida das pessoas em seus contextos sociais e suas experiências cotidianas permitindo uma nova ótica para a compreensão dos eventos históricos.

Nesta pesquisa portanto, o objetivo principal é investigar os documentos do acervo da coleção pessoal de Moema Viezzer a fim de identificar as redes de ação popular de cunho feminista realizadas pela autora a partir do seu contato com Domitila Barrios de Chungara em 1975.

Um dos objetivos que pretendemos com essa pesquisa é relacionar através do conteúdo do seu acervo, o contato de Moema Viezzer durante seu exílio com Domitila Barrios de Chungara na ocasião de realização da Tribuna Internacional da Mulher paralela à Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Mulher, Desenvolvimento e Paz, realizada no México em 1975 e que culminou na produção do livro *“Se mi permiten hablar... testimonio de Domitila uma mujer de las minas de Bolivia”*.

Outro objetivo é identificar e apresentar a descrição das redes de educação popular na perspectiva feminista estabelecidas, articuladas ou coorganizadas por Moema

Viezzler formadas em comunidades de outros países em decorrência da sua atuação inicial com Domitila acerca dos movimentos dos trabalhadores e trabalhadoras das minas da Bolívia.

O processo metodológico desta pesquisa se define na forma de pesquisa bibliográfica e integrativa dos documentos do acervo da coleção de Moema Viezzler, considerados fontes primárias por incluírem anotações, fotografias, cartas, manuscritos etc., e contou com consultas e entrevistas com a autora para orientar a investigação documental e preencher lacunas não documentadas sobre sua trajetória.

Além disso, a pesquisa realizou um levantamento bibliográfico de livros, artigos científicos, vídeos e documentários para consolidar o quadro teórico que fundamentou a análise proposta, incorporando conceitos e discussões de autores e autoras sobre temas relacionados aos movimentos sociais, à educação popular e às vertentes feministas, além de pesquisas relacionadas a acervos.

A partir do exposto, no primeiro capítulo desta dissertação serão tratados aspectos biográficos de Moema Viezzler e Domitila Barrios de Chungara, de como suas trajetórias de vida culminaram em seu encontro no México em 1975 no contexto da Primeira Conferência Internacional das Nações Unidas sobre a Mulher e como esse contato desencadeou na produção do livro *Si me permiten hablar... testimonio de una mujer de las minas de Bolivia*.

No segundo capítulo, são descritas redes de educação popular feminista desenvolvidas por Moema Viezzler em outras comunidades e países a partir da sua atuação com Domitila identificadas em seu acervo e abordaremos como os conceitos e aspectos dos movimentos feministas contribuem para a formação e consolidação destas redes.

O terceiro capítulo pretende trazer os aspectos de memória latino-americana presentes no acervo doado por Moema Viezzler, a importância deste acervo para a historiografia feminista e seu valor como fonte de pesquisa para a Universidade.

1.1 PROCESSO METODOLÓGICO

Baseada no acervo pessoal doado por Moema Viezzer à UNILA, a pesquisa buscou criar reflexões sobre novas abordagens metodológicas no trabalho com esse tipo de fonte. Os acervos pessoais, formados por um indivíduo ou coletivo restrito em torno de uma temática, configuram-se como ricos aglomerados que vão além de livros, abrangendo documentos, fotografias, projetos, relatórios e registros orais. Esses materiais não apenas evidenciam práticas que enriquecem epistemologias, mas também agregam valores interepistêmicos, dada sua natureza interdisciplinar e transdisciplinar.

Inserida no campo dos estudos de arquivos pessoais, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa baseada em estudo de caso e utiliza autores tais como Le Goff (1990), Martins (2024), Oliveira (2010), Cuevas Cervero (2017) entre outros autores e autoras da área como referencial teórico. Para atender às especificidades da investigação, se faz necessário descrever as características do acervo considerando sua disposição atual na Biblioteca Latino-Americana da UNILA - BIUNILA.

O acervo possui uma trajetória própria: em 2017, Moema realizou a primeira doação, que passou por um projeto de Extensão para higienização e levantamento bibliográfico. Em 2021, durante a pandemia, o material foi transferido para uma sala interna da biblioteca do Jardim Universitário, o que ocasionou na desorganização do trabalho que havia sido feito até então. Em 2023, uma nova doação, desta vez mais volumosa, incluiu livros, documentos, fotografias, fitas cassete, artesanatos e objetos de arte, e foi dividida entre as unidades da Biblioteca do Jardim Universitário e Biblioteca do Itaipu Parquetec.

Os itens tridimensionais foram alocados no Parquetec, enquanto os materiais em papel foram direcionados à sala interna do Jardim Universitário, onde já se encontrava parte do acervo anterior. Essa divisão ocorreu pela falta de espaço adequado e pela necessidade de tratamento futuro conforme as características de cada categoria. Para a realização desta pesquisa, foram utilizados os materiais do acervo que estão alocados na unidade da Biblioteca do Jardim Universitário, por concentrar os arquivos pertinentes ao escopo temático desta dissertação.

Para garantir uma melhor compreensão do cenário descrito acima e para descrever as condições de disponibilidade que o acervo se encontra atualmente, acredito que seja importante apresentar aqui algumas ações de tratamento técnico e democratização desse acervo que foram realizadas até o momento, por meio de Projetos de Extensão.

O corpo técnico da BIUNILA não dispôs, na ocasião, de oportunidade de realizar o devido tratamento técnico e catalogação desse acervo por questões relacionadas aos fluxos internos de trabalho da unidade.

Esclareço aqui, como servidora da instituição e da unidade em questão, que a Biblioteca tem uma política interna que define os critérios de prioridade de tratamento de acervos, e por isso, todos os setores envolvidos nos processos técnicos que permitem a disponibilização do acervo, tem como prioridade se dedicar a catalogar e disponibilizar os materiais bibliográficos que são constantes dos PPC (Projetos Pedagógicos dos Cursos) que são adquiridos todos os anos para atender como bibliografias básicas e complementares dos cursos.

Este é um procedimento básico que precisa ser realizado pela biblioteca permanentemente para garantir o acesso da comunidade acadêmica a essas bibliografias e também para atender os requisitos do MEC (Ministério da Educação) no ato de reconhecimento dos Cursos¹. Diante dessa situação, foram realizados Projetos de Extensão² para que fosse possível em paralelo às ações da biblioteca, que este acervo passasse por algum tipo de tratamento e de alguma maneira pudesse ser democratizado para a comunidade acadêmica e comunidade externa. Neste intuito, foram realizados 04 (quatro) projetos de extensão.

O primeiro deles “Vocação de Semente: ações de conservação e democratização do acervo Moema Viezzer”, ocorreu em 2019 coordenado pela Prof^a Dr^a Suellen Mayara Peres de Oliveira vinculado com ação do OBEAMV (Observatório Educador Ambiental Moema Viezzer e ao ILAESP (Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política). Nesta ocasião o acervo não se encontrava no espaço da BIUNILA e as ações ocorriam na sala em que estava alocado na Sala G215 no Campus do Jardim Universitário, mas já constava como uma doação do acervo de Moema Viezzer à UNILA que viria mais tarde a fazer parte do acervo da BIUNILA.

Na ocasião eu estava atuando como Coordenadora da BIUNILA e estava em contato com as docentes Suellen Mayara Peres de Oliveira e Luciana Mello Ribeiro que já

¹ O reconhecimento de cursos pelo MEC (Ministério da Educação) utiliza a biblioteca da Instituição de Ensino Superior (IES) como um dos indicadores essenciais de infraestrutura e qualidade pedagógica. A avaliação, realizada *in loco* pelo INEP, verifica se o acervo, os serviços e a estrutura física são suficientes para apoiar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC). O processo de avaliação *in loco* de cursos de graduação e instituições de educação superior, conduzido pelo Inep, transcorre no contexto do fornecimento de referencial básico ao processo decisório de regulação e supervisão da educação superior, realizado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres/MEC). Também atua para subsídio do conhecimento e da decisão por parte da sociedade em geral sobre a qualidade da educação superior no Brasil. <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/avaliacao-in-loco>>.

² Todos os Projetos de Extensão citados aqui estão cadastrados no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA e cada um deles tem a descrição das ações realizadas e relatórios de atividades. Para obter mais informações ou detalhes dos Projetos, é só fazer o acesso pelo caminho: SIGAA> MÓDULOS> EXTENSÃO> Busca por ações de extensão.

vinham realizando ações de extensão com o acervo de Moema e participações em projetos envolvendo a própria Educadora através do OBEAMV.

O Projeto de Extensão foi renovado para o ano de 2020 e em seguida, novamente renovado para 2021/2022, ocasião em que ocorreu a necessidade de retirada do acervo da Sala G215 do Campus Jardim Universitário e o acervo precisou ser removido para a BIUNILA. Neste período, o acervo de livros e documentos em geral que se encontravam na sala G215, foi transferido para a sala interna da biblioteca do Jardim Universitário.

Ainda neste ano Moema Viezzer fez uma nova doação do seu acervo, desta vez contendo além de livros e documentações (incluindo fotografias, pôsteres, fitas de áudio k7, registros em geral) uma grande parte de artesanatos e itens de natureza artística como quadros, vasos, bonecas, etc. que foram transportados com apoio logístico da UNILA e encaminhados para uma sala interna da Unidade da Biblioteca no Campus Itaipu Parquetec.

Com todo o acervo então disposto e dividido entre as unidades da BIUNILA do Jardim Universitário e do Campus Itaipu Parquetec, enquanto servidora e então coordenadora da BIUNILA, comecei a pensar e investigar maneiras de iniciar o tratamento técnico para esse acervo com o objetivo de encontrar formas de democratizar o seu conteúdo para a comunidade acadêmica de maneira a estimular o acesso a essas tão ricas fontes de informações que compunham o acervo doado por Moema.

Deste modo, em 2024 em parceria com a docente Suellen, elaboramos um novo Projeto de Extensão intitulado “Memória Sementeira: democratização do acervo Moema Viezzer”, desta vez com a minha participação como coordenadora adjunta no projeto e também como participante das ações tratamento e democratização do acervo, e com propósito de enfim, direcionar essas ações na busca de salvaguardar, disponibilizar e democratizar todo o conhecimento e potencial de pesquisa presente neste acervo

Todos esses Projetos de Extensão tiveram como objetivos ações a possibilitar o acesso ao acervo de Moema Viezzer para a comunidade acadêmica através exposições na BIUNILA ou em eventos relacionados com os temas, mas também para a comunidade externa como exposições na Feira Internacional do Livro da Fundação Cultural, Ciclos Formativos promovidos pelo OBEAMV e 5ª Semana Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão da UNILA – SIEPE.

Figura 01 – 1ª Exposição de parte do Acervo de Moema Viezzer realizado na BIUNILA - unidade de Itaipu Parquetec- em março de 2023³.



Fonte: Fotografias de Suzana Mingorance.

³ A exposição de parte do acervo de Moema Viezzer foi realizada entre março e maio de 2023 na biblioteca latino-Americana – BIUNILA. Aberta em março para comemorar o mês da mulher, se estendeu até maio para visitação. Divulgada pelo portal online oficial da UNILA. Disponível em: <<https://portal.unila.edu.br/informes/exposicao-moema-viezzer>>.

Figura 02 – Apresentação de parte do Acervo de Moema Viezzer na Feira Internacional do Livro da Fundação Cultural de 19 a 26 de outubro de 2023.

Suzana Mingorance (BIUNLA) e Miriam Isabel (bolsista do Projeto de Extensão)



Fonte: Fotografia de Suzana Mingorance.

Figura 03 – Exposição do acervo de Moema Viezzer no Seminário Subjetividades em Transição: Caminhos para a construção de sociedades sustentáveis e regenerativas, organizado pelo Observatório Moema Viezzer de 25 a 28 de junho de 2025. Suzana Mingorance, e as bolsistas do OBEAMV, Cristiane Alves dos Santos e Jelin Arceli Honores Robles.



Fonte: Imagem do Folder informativo da Exposição do Acervo de Moema Viezzer⁴/ Fotografia feita por Suzana Mingorance.

⁴ A imagem utilizada foi retirada de postagem do Instagram Oficial do Observatório de Educação Ambiental Moema Viezzer, OBEAMV. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/DLTP2SVJJne/>>.

Figura 04 – Exposição de parte do Acervo de Moema Viezzer na 5ª SIEPE – Semana Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão da UNILA.



Fonte: Imagem retirada da divulgação do Instagram Oficial da BIUNILA.
Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/Cy4iIryOfil/>>.

Em paralelo a essas atividades e com o intuito de desenvolver um inventário básico do acervo para auxiliar nos procedimentos técnicos de catalogação, foram desenvolvidas atividades de levantamento bibliográfico dos livros pertencentes ao acervo, uma vez que é uma atividade mais pontual, para em seguida em outras etapas do Projeto, realizar o descritivo da categoria de documentos que incluem fotos, cartas, manuscritos, diários, e outros afins, e por fim, levantamento da categoria artística do acervo, ou seja, as obras de artesanato, quadros e pinturas, esculturas e outras de mesma natureza.

Como o Projeto de Extensão encerrou em 2025 e não foi renovado, apenas a etapa de levantamento bibliográfico foi realizado, ainda que, não finalizado devido ao grande volume. Portanto, não é possível apresentar uma dimensão exata do quantitativo do acervo, pois não foi possível desenvolver o inventário completo durante o período do último projeto de

extensão, no entanto, o levantamento bibliográfico realizado conta com 763 registros até o momento atual. Todos os registros referentes as atividades realizadas com o acervo através destes Projetos estão organizadas em um DRIVE institucional que pode ser consultado mediante solicitação.

A partir destas experiências, me ocorreu a ideia de desenvolver um Projeto de Pesquisa e buscar o mestrado no Programa de Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL), para que assim eu pudesse colaborar em consolidar a ideia da importância desse acervo como fonte de pesquisa para a Universidade, bem como estimular o desenvolvimento de outros acervos nesse sentido.

Apresentei aqui toda essa contextualização para poder compartilhar com a Banca e com a comunidade que possa vir a ler essa dissertação, como se encontra a disposição de todo esse acervo atualmente e a dinâmica metodológica de trabalho que precisei desenvolver em conjunto com a aplicação de técnicas de metodologias já existentes para conseguir atender aos objetivos propostos. Utilizei dois critérios básicos para aplicar diretamente aos itens do acervo, que foram:

- i. Identificar e selecionar todo o material possível sobre o encontro de Moema e Domitila e as ações produzidas a partir da produção do livro “Si me permiten hablar...”;
- ii. Identificar e selecionar os materiais do acervo relacionados às redes de educação popular feminista elaboradas, protagonizadas ou coorganizadas por Moema Viezzer.

Em relação ao primeiro critério, procedeu-se a análise de todo o material que fazia referência à Domitila e ao desenvolvimento do livro “Si me permiten hablar...”, bem como de documentos referentes à sua participação na Tribuna da Mulher, em 1975 no México. Para o segundo critério, o primeiro passo foi identificar as principais Redes de Educação Feminista protagonizadas por Moema. Essa identificação se deu por meio da leitura do livro “Vocação de Semente” no qual Moema presta depoimentos acerca da sua trajetória além de leitura de bibliografias relacionadas à Educadora. Uma vez realizado esse levantamento, realizei a entrevista com Moema para revisão dos fatos, datas e locais e melhor contextualização das Redes e então iniciei a análise documental do acervo para identificar os documentos referentes.

A análise documental de um arquivo ou acervo pessoal é um processo complexo que transcende a simples leitura do conteúdo, pois exige uma abordagem técnica e científica para reconstruir os vínculos e o produtor e seus registros. Ao contrário dos arquivos institucionais que são regidos por normas burocráticas e técnicas mais rígidas, os acervos

pessoais são marcados pela subjetividade e pela informalidade o que requer métodos específicos e direcionados de investigação.

Para proceder essa análise, utilizei técnicas presentes nas bibliografias referentes e busquei adequar aquelas que atenderiam da melhor maneira aos meus objetivos. Na literatura arquivística, a análise deve ser sustentada por 3 frentes complementares, a saber: a análise diplomática, a análise tipológica e a análise de conteúdo (Martins, 2024). Além disso é importante realizar um estudo biográfico e contextualização, ou seja, realizar uma identificação biográfica profunda do produtor (do acervo) (Fiocruz, 2015).

Nesse caso, é um estudo que visa mapear a trajetória profissional e pessoal do provedor do acervo para entender como e porque os documentos foram produzidos e preservados e permite uma construção de uma linha do tempo ou uma cronologia que auxilia relacionar as atividades de vida com os documentos produzidos. As minhas consultas à Moema e elaboração de entrevista foram as ferramentas que me auxiliaram a compreender essa trajetória através dos documentos e identificar as redes que serão apresentadas neste capítulo.

É importante esclarecer que o acervo é em sua totalidade em suporte físico e não há conteúdo digitalizado e devido a isso, todo o manuseio demandou organização espacial para possibilitar a consulta aos materiais que na sua maioria se encontrava acomodado em caixas ou pastas que precisaram ser consultadas uma a uma. Todo o material foi utilizado nas dependências da biblioteca, pois como ainda não está catalogado, não oferece a possibilidade de empréstimo.

Considero relevante apresentar o espaço e a forma como o acervo de Moema Viezzer se encontra, não apenas por uma questão de transparência metodológica, mas também para registrar as particularidades de se trabalhar com uma coleção recebida por doação. O meu interesse por esse acervo é tanto profissional quanto pessoal, e, por isso, entendo ser necessário deixar explícitas as barreiras encontradas nesse processo.

A principal delas reside na diferença fundamental entre consultar um acervo já tratado tecnicamente (catalogado, com descritivos precisos e localização definida) e outro que, embora primorosamente organizado pelos critérios de sua doadora, ainda não passou por esse tratamento documental. Essa distinção impacta diretamente o tempo e o método de pesquisa pois se refere a localizar os documentos pertinentes ao meu objeto de estudo exige um mergulho mais demorado no conjunto da coleção. Uma vez identificados os materiais de interesse, um novo desafio se impõe que é o da seleção criteriosa. Dada a riqueza e a extensão do acervo, não seria possível utilizar todo o material localizado, sendo necessário eleger aqueles mais pontuais e significativos para a configuração final da pesquisa. Diante disso, acredito que

seja válido demonstrar através das imagens a seguir, como se encontra a disposição física do acervo com o qual trabalhei.

Figura 5 – Sala Interna da Biblioteca do Jardim Universitário.



Fonte: Fotografia feita por Suzana Mingorance.

Figura 06 – Acervo de Moema Viezzer no interior da sala



Fonte: Fotografia feita por Suzana Mingorance

Diante do exposto, foi preciso então organizar uma maneira de organizar as etapas desta pesquisa de modo a seguir um caminho metodológico. Um dos pontos de partida foi a leitura do livro "Vocação de Semente: a história de uma facilitadora da inteligência coletiva" de Tereza Moreira (2017), que narra a trajetória de Moema através de depoimentos e suas atuações como educadora, permitindo identificar as redes de educação popular feminista vinculadas ao seu contato com Domitila. Em seguida, realizei a consulta ao acervo para localizar os materiais relacionados, passando por uma segunda etapa de análise documental com dois critérios de seleção, um deles sendo a utilização de documentos e fotografias que faziam referência a Domitila; e o outro critério relacionado aos materiais referentes às Redes de Educação Popular Feminista (a serem especificadas após a separação dos itens).

Após a seleção, procedi à leitura e compilação dos materiais pertinentes. Em junho de 2025, realizei um encontro com Moema para esclarecer dúvidas, e em fevereiro de 2026, uma entrevista para revisão e apresentação dos resultados, registrada de forma manuscrita, revisada pela educadora e disponível no Apêndice.

Como a pesquisa decorreu em dependência de consultas à própria Moema Viezzer por meio de entrevistas e solicitações de informações sobre o acervo, é imprescindível incluir na abordagem metodológica a possibilidade de os dados coletados e a redação da dissertação assumirem um caráter mais informal, sem prejuízo da natureza acadêmica do trabalho. Nesse sentido, justifica-se a escrita em primeira pessoa, com o intuito de garantir a clareza das informações e preservar o caráter dialógico da pesquisa e das práticas metodológicas adotadas.

Compreendemos que o modelo universitário que predomina na América Latina tem suas raízes na universidade medieval europeia (séculos XII-XIII), especialmente nas instituições como Bologna e Paris, que consolidaram um sistema hierárquico, dogmático e centrado na autoridade de textos clássicos como greco-romanos e cristão. No século XIX, com a Reforma Humboldtiana (Alemanha), surgiu a universidade moderna, que enfatizava a neutralidade, a objetividade científica e a impessoalidade na escrita acadêmica. Essa visão foi exportada para as colônias e ex-colônias, como os países latino-americanos, que adotaram esses padrões como "universais". (Terra, 2019).

Considerando que esse modelo acadêmico que se compreende hoje como ideal e normatizado para apresentação das pesquisas foi 'trazido' e introduzido na América Latina em moldes colonizadores, carregando consigo uma ideia de colonização intelectual e uma hierarquia do conhecimento e visando uma padronização burocrática, compreendemos aqui que esses modelos não atendem ou não contemplam integralmente os propósitos de uma

pesquisa como a que apresentamos aqui que traz em seu escopo a necessidade de democratizar a voz de uma parte do globo que é normalmente silenciada.

A pesquisa sobre a relação entre Moema Viezzer e Domitila Barrios evidencia a capacidade de mulheres latino-americanas de se erguerem contra uma histórica cultura de silenciamento, assumindo o protagonismo de suas vivências e transformando uma experiência que poderia ser marginalizadora em um poderoso elemento de agregação. O fruto dessa colaboração, o livro "Si me permiten hablar... testimonio de una mujer de las minas de Bolivia", que será analisado adiante nesta dissertação, transcende o testemunho individual de Domitila para retratar uma comunidade inteira, tornando-se um marco que encorajou a emergência de inúmeras outras vozes.

Pensando nesse sentido, justificamos a utilização de uma escrita que se caracteriza por vezes menos formal mas necessária, pois visa além de informar, fazê-lo desde uma ótica sentipensante, onde sentir não deslegitima a importância de pensar ou razão, visando descolonizar o pensamento e apresentar, através da pesquisa, um outro olhar sobre a história de pessoas, sem passar somente pelo filtro do viés acadêmico que muitas vezes invisibiliza os fatos devido às características de neutralidade muitas vezes predominantes. A imposição do uso da terceira pessoa vem de uma noção falsa de neutralidade, como se o pesquisador não tivesse corpo, gênero, raça ou subjetividade; é de certa forma uma herança do positivismo científico do século XIX que trata a ciência como pura ou de certa forma imparcial, mas na prática se apresenta eurocêntrica, machista e colonial⁵.

Um ponto importante nesta pesquisa é ressaltar o uso dos conceitos colonialidade/colonialismo para descrever todo o processo de construção do pensamento e da história latino-americana e por conseguinte, a utilização dos conceitos como descolonialidade/decolonialidade/descolonização para elucidar o processo de luta pela desconstrução do pensamento eurocêntrico (colonial) e pela busca de uma definição histórico-identitária latino-americana.

Um dos autores que teremos como base para compreender o conceito de colonialidade é Anibal Quijano (2014) que concebe a colonialidade como um padrão de poder global complexo e duradouro, que emergiu com a constituição da América e do capitalismo moderno-eurocentrado, transcendendo as formas diretas de colonialismo. Quijano estabelece ainda outras dimensões para o conceito ao trazer a expressão 'colonialidade do poder' para

⁵ Referente ao Colonialismo. Anibal Quijano define o colonialismo como estritamente uma estrutura de dominação e exploração, onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada é detido por outra de identidade diferente, e cujas sedes centrais estão, além disso, em outra jurisdição territorial. (QUIJANO, 2014, p. 285).

descrever essa realidade, que ele considera mais profunda e persistente que o colonialismo em si.

Diferente do colonialismo (que é uma estrutura formal de dominação política, econômica e territorial), a colonialidade é mais profunda e duradoura, subsistindo mesmo após o fim das administrações coloniais diretas, permeando todas as dimensões do poder mundial, da cultura, do trabalho e das relações intersubjetivas (Quijano, 2014).

De acordo com a reflexão colocada pelo autor, o termo colonialidade do poder pode ser compreendida como o modo mais geral de dominação no mundo atual, mesmo quando o colonialismo como ordem política explícita já tenha sido extirpado (dada as lutas de independência dos países latino-americanos). A colonialidade é descrita como uma estrutura de poder que produziu discriminações sociais categorizadas em estereótipos, por assim dizer, como raciais, étnicas, antropológicas, entre outras, e que mesmo nos dias atuais sem a dominância plena do colonialismo, ainda se firmam como marco principal para as relações de exploração e dominação social.

La colonialidad, en consecuencia, es aún el modo más general de dominación en el mundo actual, una vez que el colonialismo como orden político explícito fue destruido. Ella no agota, obviamente, ni las condiciones, ni las formas de explotación y de dominación existentes entre las gentes. Pero no ha cesado de ser, desde hace 500 años, su marco principal⁶. (Quijano, 1992, p. 14).

Além de Anibal Quijano como um dos autores centrais para nossa compreensão do conceito de colonialidade, trazemos também abordagens que tratam da colonialidade em relação às questões de gênero e como esta afeta direta e indiretamente as discussões inerentes a todas as vertentes dos movimentos feministas. Para isso nos apoiaremos nas produções de autoras como Maria Lugones, Lelia Gonzalez, Rita Segato, Lorena Cabnal, por exemplo, pois estas e outras autoras nos oferecem diversas perspectivas sobre como a colonialidade se entrelaça com as questões de gênero e feminismo, indo além de uma análise puramente social ou política, mas aprofundando-se nas dimensões culturais, epistemológicas e subjetivas da dominação e resistência.

María Lugones é uma figura central na formulação do feminismo decolonial, tendo cunhado o termo com seu artigo *Colonialidad y género* em 2008, inserindo a categoria de gênero no pensamento decolonial. Embora a autora se baseie na noção de colonialidade do poder de Quijano, ao mesmo tece uma crítica ao autor por aceitar uma compreensão capitalista,

⁶ A colonialidade, portanto, continua sendo o modo mais geral de dominação no mundo atual, uma vez que o colonialismo como ordem política explícita foi destruído. Obviamente, ela não esgota as condições ou formas de exploração e dominação existentes entre os povos. Mas permanece, há 500 anos, sua principal estrutura. (Quijano, 1992, p.14) [tradução livre realizada pela mestrandia].

eurocêntrica e global do gênero sexual, reproduzindo assim, uma visão patriarcal e heterossexual (Lugones, 2008).

A autora também enfatiza o aspecto sobre raça e gênero como inseparáveis e traz o conceito de interseccionalidade que também é abordado por Lelia Gonzalez que traz a discussão de um feminismo negro e que articula as dimensões da dominação de classe e raça. Essa construção interseccional é um elemento marcante do seu pensamento que foca em incluir a questão racial nos debates feministas sobre mercado de trabalho.

As possibilidades de ascensão a determinados setores da classe média são praticamente nulas para a maioria absoluta. Sabemos que, de 1950 para cá, ocorreu um processo de crescimento das classes médias. Mas em termos relativos, no que se refere à população negra, isso significou a deterioração de suas possibilidades quanto ao mercado de trabalho. Excluída da participação no processo de desenvolvimento, ficou relegada à condição de massa marginal, mergulhada na pobreza, na fome crônica, no desamparo. (Gonzalez, 2020, p. 34).

No encontro dessa perspectiva que questiona sobre o lugar das mulheres numa sociedade que reproduz os elementos dessa colonialidade, que se baseia e se mantém tendo o patriarcado como elemento de suporte e que ignora as realidades das mulheres que se encontram nestas intersecções, abordaremos também as reflexões trazidas por autoras como Adriana Guzmán, Lorena Cabnal que são autoras importantes no desenvolvimento do feminismo comunitário, uma vertente que dialoga intrinsecamente com a noção de feminismo popular ao enfatizar as lutas e as realidades das mulheres indígenas e de classes populares na América Latina, ou Abya Yala como ela se refere.

Tanto Cabnal quanto Guzmán trazem aspectos de feminismo popular, pois suas propostas de feminismo comunitário estão profundamente enraizadas nas experiências e lutas de mulheres que, embora nem sempre se autodenominem feministas, praticam formas de resistência e transformação que se alinham com os princípios do feminismo. (Costa, 2020).

Há uma observação de que, nos feminismos populares, é frequente que as mulheres não se definam como feministas, chegando a rejeitar o termo, embora desenvolvam lutas importantes por seus direitos e autonomia, o que é visto como ‘feminista’ em sua prática. Isso também é notado em pesquisas com mulheres de favelas, onde a maioria se considera feminista pela prática e partilha de valores, mesmo sem vínculo com organizações abertamente feministas. (Nunes, 2022).

Por este embasamento teórico brevemente mencionado pretendemos trilhar o desenvolvimento dessa pesquisa, pois é através desses movimentos feministas e dos aspectos decoloniais inerentes que vamos relacionar com os contextos vivenciados por Moema Viezzer

por meio do seu acervo e situá-los na sua trajetória e encontro com Domitila e nas redes feministas de educação que se desenvolveram posteriormente.

2 MOEMA VIEZZER E DOMITILA BARRIOS DE CHUNGARA: ENCONTROS QUE TECERAM REDES

O acervo pessoal de Moema Viezzer, hoje sob a guarda da UNILA, constitui um patrimônio documental fundamental para compreender as redes de ativismo feminista e de educação popular na América Latina durante o século XX. Este capítulo busca resgatar os diálogos entre Moema e a líder boliviana Domitila Barrios de Chungara, analisando como esse encontro singular reverberou na formação de redes transnacionais de mulheres trabalhadoras. A partir de documentos originais constantes no acervo como correspondências, anotações pessoais, registros de eventos, manuscritos e gravações em fitas cassete, investigamos como essa relação influenciou metodologias de educação popular e abriu caminho para articulações feministas posteriores.

2.1 Moema Viezzer: Uma vida entrelaçada com a América Latina.

Como já mencionado anteriormente na introdução deste escrito, proponho que ao menos neste capítulo de início, eu possa apresentar o desenvolvimento da minha pesquisa em primeira pessoa, uma vez que toda a metodologia que foi se desenrolando durante esse período não se limitou apenas a consultar documentos e escritos sobre a Moema, mas principalmente ao privilégio que me coube de tê-la conhecido, de participar de ações formais e informais e ter acesso à sua vida e vivência e de certa maneira, participar da sua trajetória, ainda que modestamente.

Toda essa pesquisa teve como foco principal o acervo particular desenvolvido pela Moema durante sua vida. Ele conta com produções resultantes de suas ações como educadora popular, como ativista socioambiental, como mulher, feminista, mas além de tudo isso, como uma pessoa que dedica sua existência a transformar cada momento em uma semente cujos frutos abrirão novos horizontes nas vidas que ali se cruzarem.

Para abordar aspectos da biografia de Moema Viezzer, utilizarei como referência principal sua biografia escrita por Tereza Moreira, intitulada *Vocação de Semente: a história de uma facilitadora da inteligência coletiva*, além dos relatos de vida obtidos por meio de conversas e entrevistas realizadas com ela. Ao todo, foram quatro entrevistas: duas de caráter informal, realizadas no início do trabalho, com o objetivo de consultas sobre o acervo; e duas ao final, após os pareceres da

banca orientadora da qualificação, que foram transcritas e incluídas no apêndice desta dissertação. Nessas últimas, Moema pôde expor suas expectativas acerca do desenvolvimento do estudo.

Moema sempre ressalta alguns eventos que influenciaram na transição de sua condição de mulher, que atuou durante vários anos como integrante de uma comunidade religiosa, para sua atuação de mulher ativista que por situações da vida e do destino a fizeram traçar novos rumos para sua vida e atividades posteriores durante as diversas experiências que vivenciou em outros países e culturas, sempre permeados de tensões políticas e sociais.

Nos meados do século XX as contestações populares assumem um caráter mais politizado, com relativa crítica e autonomia em relação ao Estado, exercendo pressão política para transformações na estrutura social, como as Ligas Camponesas e os movimentos comunitários ligados à Teologia da Libertação em muitos países da América Latina e nas próximas décadas o novo sindicalismo e vários novos movimentos sociais latino-americanos (Scherer-Warren, 2008).

Os primeiros contatos de Moema Viezzer com os movimentos sociais se deram a partir de suas experiências durante sua atuação na igreja católica no sul do país e posteriormente nas obras sociais que participou no Nordeste do Brasil. Seu contato com as populações menos favorecidas do Nordeste e seus interesses na Teologia da Libertação, fizeram com que a autora se dedicasse a ações sociais de educação popular o que na época estreitou seus laços com o educador Paulo Freire o que mais tarde, durante o período da ditadura militar, a levaria ao exílio por ter sido considerada pelo SNI - Serviço de Inteligência Nacional - mais uma ‘informante internacional’ desse notável educador brasileiro.

Moema Viezzer teve contato com a pedagogia de Paulo Freire em Pernambuco na década de 1970, o que influenciou sua forma de trabalhar com as comunidades rurais e lhe ensinou como a construção mútua enriquece o aprendizado de tornar-se ‘sujeito histórico’.

Na época, o Brasil vivia o auge da ditadura militar e com a implementação do AI-5⁷, todos os materiais que eram produzidos por Paulo Freire foram recolhidos em escolas e paróquias por suas ideias estarem ligadas diretamente à Teologia da Libertação (Morais, Nogueira, 2019).

⁷ O AI-5 é um Ato Institucional. Os Atos Institucionais foram decretos emitidos para legitimar as ações políticas dos militares durante a ditadura e conferir poderes extraordinários ao presidente. Em 13 de dezembro de 1968, o governo militar implementou o Ato Institucional no 5, um instrumento legal que retirou os direitos constitucionais que restavam depois do golpe de 1964, aprofundando a repressão no Brasil. Disponível em: <<https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/centrais-de-conteudo/destaques/ai-5-nunca-mais>>. Acesso em: 23 ago. 2025.

Nesse ponto, o que se faz interessante é perceber que tanto nos espaços da participação institucional como nos espaços das assembleias populares e das redes autônomas dos movimentos sociais, as diferentes organizações e tendências desses movimentos negociam políticas. Isso ocorre porque esse contexto atua cada vez mais sob forma de rede, que ora se contrai em suas especificidades, ora se amplia na busca de empoderamento político. (Scherer-Warren, 2008).

Moema, por ser uma educadora, socióloga e ativista brasileira tem sua trajetória permeada com as lutas sociais da América Latina, seu trabalho, marcado pelo feminismo popular⁸ e pela pedagogia crítica, emergiu em um contexto de ditaduras militares (décadas de 1960–1980), exílios políticos e eferescência dos movimentos de base

O termo Feminismo Popular e suas variações, como feminismo camponês popular e feminismo de base mais popular, são abordados por diversas autoras e coletivos nas fontes, que buscam definir e analisar as experiências de mulheres de classes populares, indígenas, camponesas e negras que se identificam ou atuam sob uma ótica feminista. Algumas autoras como Silva, (2016) trata em sua pesquisa deste conceito para se referir a uma visão feminista não hegemônica.

A pesquisa me levou a problematizar a concepção predominante que classifica o movimento feminista como um movimento de classe média, formado por mulheres brancas e acadêmicas. O debate latino-americano sobre a existência de um feminismo hegemônico no continente que não considera a questão de raça e classe, relacionado à colonialidade do poder e do saber, não pode desconhecer feminismos contra-hegemônicos que foram se consolidando ao longo da história do movimento de mulheres feministas na experiência brasileira e, quiçá, latino-americana. Percebo que a presença ampla de mulheres populares e negras nas articulações movimentistas de orientação feminista atualmente existentes, (...) demonstra um processo de reconfiguração deste movimento e impõe novos desafios à articulação política e à elaboração teórica. A própria identidade política de mulheres feministas das classes populares exige novas reflexões. (Silva, 2016, p. 15).

O termo feminismo popular também é adotado por Nunes e Veillette (2022) para descrever sua amplitude no sentido de acolher e reconhecer as ações de mulheres a partir do ativismo social e político de mulheres em favelas do Rio de Janeiro.

As autoras argumentam que o feminismo popular dessas mulheres se desenvolve na prática diária e na liderança comunitária, com um foco multicausal, abordando direitos humanos, cultura, educação, trabalho, saúde, violência contra a mulher, direito à cidade

⁸ Feminismo Popular é um termo utilizado por algumas autoras para se referir aos Feminismos tidos como não hegemônicos ou neoliberal, ou seja, o termo ‘popular’ pretende abranger os feminismos comunitário, negro, indígena, e todas as formas de práticas feministas interseccionais que acabam sendo invisibilizadas ou marginalizadas nos estudos e pesquisas relacionados ao assunto. (Hollanda, 2020). In: HOLLANDA, Heloisa Buarque [org.]. Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

e a população LGBTQIA+, entre outros temas, a partir da realidade e da percepção das mulheres sobre a mesma.

O objetivo é apresentar e ampliar esse conceito na América Latina e Caribe a partir do caso das mulheres de favelas que são reconhecidas pelo seu ativismo social e político e para isso partir das epistemologias feministas e decoloniais que permitem perceber as resistências geralmente invisibilizadas pela colonialidade do gênero e muitas vezes ignoradas pelo feminismo hegemônico. (Nunes; Veillette, 2022).

Além disso, é uma forma de se referir aos feminismos especialmente de mulheres afrodescendentes, indígenas, comunitárias e das periferias urbanas, que se encontram muitas vezes nas interseccionalidades, por se tratarem de ações que partem da prática para a teoria.

O termo feminismo popular é apresentado como uma das alternativas de feminismos que surgem em países como a Bolívia, Guatemala e Equador. Esses feminismos, frequentemente denominados como comunitário e popular, diferenciam-se do feminismo ocidental por suas características e distinções próprias, desenvolvendo-se a partir de experiências localizadas. (Lima, 2022).

Quando nos referimos a feminismo ocidental, hegemônico ou tradicional, apontamos para uma concepção que classifica o movimento feminista como um movimento de classe média, formado por mulheres brancas e acadêmicas e é compreendido no debate latino-americano como um feminismo hegemônico pois não considera as questões de raça e classe e está articulado à colonialidade do poder e do saber⁹ (Silva, 2016).

Desse modo, quando me refiro ao trabalho de Moema Viezzer ser marcado pelo feminismo popular, pretendo demonstrar que suas ações partem da prática social, desde seu período na Teologia da Libertação e no contato com a pedagogia do oprimido de Paulo Freire até suas participações posteriores como educadora popular nas comunidades as quais teve contato durante sua passagem pelos países latino-americanos, particularmente a partir de sua participação na Tribuna paralela à Conferência da ONU em 1975 no México, que foi, para a Moema “a descoberta e entrada no universo do feminismo” e a importância de uma educação popular que pudesse incluir a pedagogia do oprimido a partir da opressão milenar das mulheres, naquela época ausente inclusive nos grupos que apregoavam mudanças sociais radicais.

⁹ A colonialidade do poder é um padrão global de dominação estruturado pela ideia de raça e eurocentrismo que permeia todas as dimensões sociais e políticas, enquanto a colonialidade do saber é a imposição de uma perspectiva de conhecimento ocidental como universal, que reprime e desvaloriza os saberes dos povos colonizados, configurando suas subjetividades e representações. (Quijano, 2014), (Quijano, 1992), (Fanon, 2008), (Curiel, 2007), (Gonzalez, 2020).

Moema já tinha 36 anos quando ouviu pela primeira vez a palavra “feminismo”. Aos 17 anos de idade, em 1955 ela tornou freira e participou ativamente das atividades inerentes ao seu ofício na Congregação, tendo exercido o magistério como professora de música nas cidades de Garibaldi e Porto Alegre, onde se formou como bacharel em música. Entretanto, como foi nomeada logo a seguir como assistente da mestra de noviças no convento São José de Garibaldi, para auxiliá-la na formação das jovens que ingressavam na congregação. Quando aconteceu o Concílio Vaticano II que propunha o *Aggiornamento*¹⁰ das Congregações, Moema foi designada para trabalhar em Roma junto à Coordenação Geral e lá permaneceu durante dois anos desenvolvendo seus trabalhos como assistente da coordenadora geral deste processo. Ao retornar ao Brasil, Moema assumiu a coordenação de comunidades que se deslocaram para o Nordeste onde se deparou com uma realidade social bem diferente à do sul, à qual precisou se adaptar, mas que lhe rendeu muito aprendizado no contato com diferentes comunidades e grupos de reflexão-atuação sócio-política muito especiais, o que mais tarde daria outro rumo para sua trajetória.

Não sei se foi o excesso de informação ou o excessivo envolvimento sem a devida preparação para o novo que estávamos criando... O certo é que uma crise existencial muito forte se apoderou de mim e comecei a questionar seriamente meu compromisso como integrante de uma congregação religiosa na qual já tinha inclusive pronunciado os Votos Perpétuos. A cada dia, a vida parecia se tornar mais difícil, apesar de muitas portas que se abriam pra mim. Como resultado, adoeci. (Viezzler, 2017, p. 83).

Dada a situação, Moema concluiu seu tempo de coordenação das comunidades no Nordeste e decidiu não assumir mais esse tipo de compromisso e foi morar em uma comunidade local. No fim do ano de 1972 pediu afastamento dos ofícios e da Congregação, no entanto, o histórico de seu trabalho social que realizava nas comunidades junto às populações mais necessitadas e carentes tornou-se motivo de desconfiança do governo. Como se passava o período de plena Ditadura no Brasil¹¹ e os materiais escolares utilizados para alfabetizar as pessoas das comunidades traziam obras de Paulo Freire¹², Moema fora identificada como

¹⁰ *Aggiornamento* é uma palavra italiana que significa "atualização", "modernização" ou "colocar em dia". O termo tornou-se famoso por ter sido usado pelo Papa João XXIII como um dos pilares do Concílio Vaticano II, referindo-se à necessidade de a Igreja Católica se atualizar para responder às necessidades e realidades do mundo contemporâneo.

¹¹ A Ditadura Militar no Brasil foi um regime autoritário que durou de 1964 a 1985, iniciado com o golpe de Estado de 1964 que depôs o presidente democraticamente eleito João Goulart. O regime foi marcado por forte repressão, censura e perseguição a opositores, mas também por um processo lento de redemocratização que culminou com a Lei da Anistia e a campanha pelas "Diretas Já", levando ao fim da ditadura em 1985.

¹² Paulo Reglus Neves Freire foi um educador e filósofo brasileiro. É considerado um dos pensadores mais notáveis na história da pedagogia mundial, tendo influenciado o movimento chamado pedagogia crítica. É também o Patrono da Educação Brasileira. Foi perseguido pela ditadura militar brasileira porque seu método de alfabetização promovia a conscientização e a autonomia do povo, o que era visto como uma ameaça ao regime. A abordagem libertadora de Freire, focada na leitura do mundo e na participação política dos oprimidos, contrastava com a educação tecnicista e alienante imposta pela ditadura, tornando-o um inimigo do regime

‘informante internacional’ do Mestre que, naquele momento, vivia exilado no Chile. (Moreira, 2017).

Esse contexto foi então responsável pelo seu exílio, o qual Moema traz como uma condição de que ao mesmo tempo lhe trouxe o desconforto de ter que deixar seu país e seu contexto, também serviu para mostrar novas possibilidades de atuação para sua vida pois segundo ela, “tudo na vida é como uma moeda com suas duas faces”. Para ela, o exílio foi uma experiência dura. Apesar de ter escapado da tortura por ter conseguido sair do país em tempo, a questão de ser arrancada do cotidiano, de todos seus contatos e familiares foi um momento de certa forma traumático. Mas, por outro lado o fato de estar fora do país de origem e ter de aprender a conviver com outras realidades, foi o que ajudou a na sua construção como a pessoa que é hoje. (Moreira, 2017).

Dentre todas as experiências trazidas por Moema durante seu período de exílio, pretendo aqui tratar de um episódio específico que além de ser o condutor da minha pesquisa é também o momento crucial nos rumos tomados por Moema na sua trajetória como Educadora Popular e como militante do pensamento social. O momento a que me refiro é a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Mulher Desenvolvimento e Paz¹³ realizada em 1975 na cidade do México, como parte do Ano Internacional da Mulher¹⁴.

Seu objetivo central era conscientizar a comunidade internacional sobre a persistência da discriminação contra mulheres como um desafio global. Solicitada por esta Conferência, a Assembleia Geral da ONU proclamou, cinco meses após o evento, a Década das Nações Unidas para as Mulheres (1976-1985). Juntos, a Conferência e a Década representaram o começo de uma nova era de iniciativas internacionais para promover a ascensão das mulheres, inaugurando um diálogo global sobre a paridade entre os gêneros

Neste período, Moema se encontrava em exílio na cidade do México e participou da Conferência, mas na Tribuna da Mulher, paralela à oficial, com outras mulheres, também exiladas, particularmente bolivianas que Moema conhecia por participar do Comitê de Solidariedade com a Bolívia¹⁵ e por meio do aprendeu mais sobre a Bolívia e sobre as questões

¹³ A primeira Conferência da ONU sobre mulheres: A primeira conferência mundial sobre a condição da mulher foi realizada na Cidade do México, México, para coincidir com o Ano Internacional da Mulher de 1975, com o objetivo de lembrar à comunidade internacional que a discriminação contra as mulheres continuava sendo um problema persistente em grande parte do mundo. Disponível em: <<https://www.un.org/en/conferences/women/mexico-city1975>>.

¹⁴ 1975 - Ano Internacional da Mulher – momento de realização da I Conferência Mundial da Mulher sob o lema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”. Tema central: a eliminação da discriminação da mulher e o seu avanço social. Aprovou plano de ação a ser norteador das diretrizes de governos e da comunidade internacional no decênio 1976-1985, destacando-se: a igualdade plena de gênero e a eliminação da discriminação por razões de gênero, a plena participação das mulheres no desenvolvimento e maior contribuição das mulheres para a paz mundial. Disponível em: <<https://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>>.

¹⁵ O **Comitê de Solidariedade com a Bolívia** foi uma organização de exilados bolivianos e simpatizantes mexicanos criada para denunciar a ditadura na Bolívia, apoiar os refugiados que chegavam ao México e manter viva a organização política da

políticas, tendo participado, inclusive, de palestras e seminários na Universidade Autônoma do México (UNAM).

O percurso de minha formação de esquerda foi, portanto, um pouco eclética, forjada principalmente no contato com militantes de esquerda latino-americana exilados no México e em buscas pessoais(...) A guinada da minha formação, porém, ocorreu durante a Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada pelas Nações Unidas no México em 1975. Participei da Tribuna Internacional da Mulher, um evento paralelo à Conferência, acompanhada de um grupo de dez bolivianas integrantes do Comitê da Solidariedade com a Bolívia. No fim do primeiro dia elas convocaram uma reunião, comentando: - Chegou uma senhora que está vivendo na Bolívia e tem algo a dizer. Era Domitila Barrios de Chungara. (Viezzler, 2017, p. 112-113).

Foi então que Moema conheceu Domitila Barrios de Chungara, esposa de um trabalhador das minas de estanho na Bolívia e ali estava para trazer a público a real situação das mulheres e dos trabalhadores de minas na região (Potosí, Bolívia).

A participação da educadora e ativista brasileira Moema Viezzler na Primeira Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher, realizada na Cidade do México em 1975, foi um marco fundamental não só para ela, mas para o movimento feminista e de mulheres na América Latina. Mais do que uma simples participante, Moema foi uma voz crucial que cruzou fronteiras, levando as realidades e demandas das mulheres latino-americanas para um palco global.

A conferência do México, realizada pela ONU, foi um evento precursor. Era a primeira vez que a comunidade internacional se reunia em tão alto nível para discutir especificamente a condição da mulher no mundo. Os objetivos eram ambiciosos: traçar um plano de ação para promover a igualdade de gênero e eliminar a discriminação, e integrar as mulheres plenamente no desenvolvimento dos países.¹⁶

No entanto, havia um risco claro: que a conferência fosse dominada por uma visão ocidental e eurocêntrica do feminismo, que não dialogava com as urgentes realidades de mulheres de países periféricos, vivendo sob ditaduras, em situação de pobreza extrema e exploração.

Nesta Conferência, as vozes que tinham prioridade eram de mulheres profissionais de seus países, muitas delas compunham uma elite da qual Domitila não fazia parte e não se sentia representada pelas falas apresentadas. Por isso, mesmo estando na Tribuna

oposição boliviana no exterior. Era um braço da resistência democrática e de esquerda que funcionava longe da repressão da casa.

¹⁶ A primeira conferência mundial sobre a condição da mulher foi realizada na Cidade do México, México, para coincidir com o Ano Internacional da Mulher de 1975, com o objetivo de lembrar à comunidade internacional que a discriminação contra as mulheres continuava sendo um problema persistente em grande parte do mundo. A Conferência, juntamente com a Década das Nações Unidas para as Mulheres (1976-1985), proclamada pela Assembleia Geral cinco meses depois a pedido da Conferência, inaugurou uma nova era nos esforços globais para promover o avanço das mulheres, abrindo um diálogo mundial sobre igualdade de gênero. Disponível em: <<https://www.un.org/en/conferences/women/mexico-city1975>>.

paralela com direito apenas a dois minutos de fala por vez, Domitila não se intimidou diante do cenário e trouxe, a cada vez que a palavra era dada à audiência, sua própria versão sobre a verdadeira situação em que mulheres da sua comunidade viviam e também dos trabalhadores de minas.

Foi devido a isso que Moema tomou admiração por aquela mulher e a procurou após a Conferência para fazer a proposta de registrar os depoimentos de Domitila para possibilitar a divulgação da realidade vivida na comunidade dos mineiros da Bolívia. No primeiro momento, Domitila foi resistente pois sua justificativa foi de que já haviam ofertado essa possibilidade de falar sobre a situação apresentada por ela, no entanto, Moema esclareceu que não queria falar por ela e sim apenas registrar o que ela tinha para falar, por si mesma e para partilhar com outras mulheres de sua classe em outros países também. (Moreira, 2017).

Esse contato e trabalho realizado durante a estadia no México culminou na ideia de escrever o livro “*Se me permiten hablar.... Testimonio de una mujer de las minas de Bolívia*”, ideia que iniciou como uma proposta de escrita de um caderno, mas que dada a sinergia do encontro dessas mulheres e da necessidade da voz de Domitila em ser ouvida e divulgada, se tornou um livro que traz em si toda a história não apenas de uma vida – de Domitila – mas de toda a nação Boliviana cujo povo já havia sido calado por muito tempo.

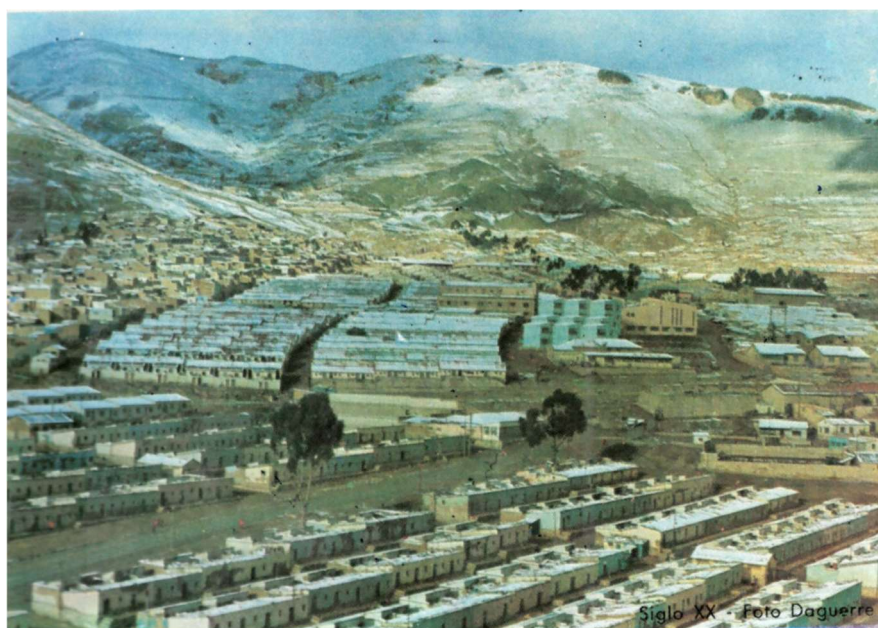
O livro possui uma narrativa que destaca a subjetividade de Domitila: as condições de pobreza de sua infância, a formação sindical, as perseguições que sofreu e que a levaram a ser presa duas vezes, numa das quais, abortou uma criança no oitavo mês de gestação devido às torturas que sofreu. Todo o seu testemunho perpassa a perspectiva de ver a Bolívia liberta da dominação estrangeira, particularmente dos Estados Unidos. Domitila demonstrava-se confiante no socialismo, que para ela, significava abundância partilhada e bem-estar para todas as pessoas. (Moreira, 2017, p. 137).

Através desse livro, Domitila denuncia toda a exploração dos trabalhadores de minas de estanho da Bolívia e, em consequência, a exploração das mulheres destas comunidades, assim como a força da organização sindical e a das mulheres em sua própria organização como esposas de trabalhadores mineiros. O livro abriu portas para que outras mulheres pudessem falar, tornando-se assim uma líder social latino-americana de referência na construção da história do seu país. Mas essa história toda merece um estudo à parte, pois essas vozes precisam continuar a serem ouvidas e é esse meu objetivo no próximo tópico deste capítulo.

2.2 Domitila Barrios de Chungara: A voz das mulheres trabalhadoras bolivianas

Ao adentrar o universo de luta e resistência de Domitila Barrios de Chungara, encontramos não apenas uma líder sindical, mas a personificação da força coletiva das mulheres trabalhadoras da Bolívia. Esposa de mineiro, mãe e militante, Domitila emergiu das profundezas da mina de estanho conhecida pelo nome de *Siglo XX*¹⁷ para se tornar uma das vozes mais incisivas contra a exploração laboral e a invisibilidade do trabalho doméstico.

Figura 07 - Acampamento minero de Siglo XX-Catavi nas montanhas de Potosi.



Fonte: Fotografia do Acervo de Moema Viezzer.

Sua trajetória revela uma realidade dura: enquanto os homens enfrentavam os perigos das galerias subterrâneas, as mulheres sustentavam o lar com jornadas exaustivas de trabalho doméstico (casa e filhos) mas também atuando em busca de alternativas para complementar a renda familiar, seja através do comércio informal ou do artesanato. Esse trabalho, não remunerado e pouco valorizado, era a base silenciosa que mantinha de pé a economia mineira.

Em meio à vigorosa organização e à luta popular dos trabalhadores dos centros mineiros bolivianos – uma resposta direta à dominação dos grandes grupos financeiros, à exploração de operários e camponeses e aos sucessivos governos ditatoriais e militares no país –, emerge a figura de Domitila Chungara.

¹⁷ A Mina Siglo XX a que se refere Domitila, estava localizada em Lllallagua, Bolívia, na província de Rafael Bustillo, Departamento de Potosí. Era uma mina de estanho, parte de um complexo minerador juntamente com a mina Catavi.

Dona de casa e líder de um dos movimentos mais inspiradores da classe trabalhadora – o Comitê das Donas de Casa ligado às lutas do Sindicato dos trabalhadores mineiros - na década de 1960, período marcado pela ascensão das ditaduras na América Latina, Domitila distinguiu-se por seu incansável empenho em democratizar os espaços de discussão política. Sua trajetória destaca-se justamente durante o contexto opressor de duas das três ditaduras militares que assolaram a Bolívia: a do General René Barrientos (1964-1969) e a de Hugo Banzer (1971-1978). (Lima, 2022).

Esses anos foram caracterizados pela violência repressiva extrema do Estado boliviano, que não se limitou a aprisionamentos, desaparecimentos forçados, torturas e massacres, mas também se manifestou através da fome, do não pagamento de salários e da grave falta de medicamentos e suprimentos essenciais que assolavam os distritos mineiros da região de Potosí (Barrios de Chungara; Viezzer, 1987).

A Bolívia tinha uma história de intensa atividade imperialista, especialmente de corporações mineradoras e petrolíferas. A mineração de prata e estanho foi a principal força econômica do país do século XVI até o século XX, sustentando comunidades como Siglo XX, onde Domitila viveu. A Bolívia foi o segundo maior produtor mundial de estanho até os anos 70.

A composição étnica da Bolívia é marcada por uma notável diversidade, incluindo grupos como os Quíchua, Aimará, Guarani e Chiquitano, os quais participaram ativamente da formação histórica do país e de seus principais acontecimentos (Lima, 2022). No momento atual, o Estado Plurinacional da Bolívia reconhece oficialmente 36 nacionalidades diferentes que compõem o país. (Garcia Linera, 2014).

Do ponto de vista geográfico, o território boliviano apresenta uma clivagem significativa entre os povos das “terras baixas” – que abrangem as regiões norte e leste, caracterizadas por planícies e pela Floresta Amazônica – e os habitantes do Altiplano, região andina de relevo montanhoso, historicamente conhecida por sua riqueza mineral.

Essa distinção geográfica reflete-se também nas diferenças culturais entre as etnias das duas regiões. Os povos originários das terras baixas são comumente denominados indígenas, enquanto os grupos da região andina, integrados ao contexto de exploração mineral – especialmente na região de Potosí –, são frequentemente referidos como campesinos (Silva, 2018).

Indígenas e campesinos constituíam a base da sociedade boliviana, sendo responsáveis pela extração de minérios como prata, estanho, petróleo, gás natural, zinco, cobre, chumbo, volfrâmio e ouro. Essa exploração levou a uma situação de instabilidade social,

econômica e política, intensificada por guerras e perdas territoriais no século XIX e XX. (Lima, 2022).

Seu pai integrou o exército boliviano durante a Guerra do Chaco (1932-1935) – conflito entre Bolívia e Paraguai. Foi nesse contexto sociopolítico complexo que Domitila nasceu, cresceu e forjou sua consciência crítica acerca da realidade nacional (Silva, 2012). Ainda que a documentação histórica careça de narrativas inclusivas que ultrapassem a perspectiva eurocêntrica, é fato que indígenas e camponeses participaram direta ou indiretamente dos conflitos que marcaram a história boliviana. A mineração manteve-se como a principal atividade econômica do país, e a experiência vivida pelo pai de Domitila reflete a de grande parte da população campesina da Bolívia, cuja trajetória no século XX foi profundamente influenciada pela sua localização geográfica e inserção socioeconômica.

Sua socialização no ambiente das minas de estanho, ainda que marcada por condições precárias de vida, moradia e trabalho, foi fundamental para sua formação política. A resistência, a organização coletiva e a cultura de luta que caracterizavam a comunidade mineira tornaram-se bases estruturantes de seu posicionamento futuro.

Aos dez anos de idade, com o falecimento de sua mãe devido a complicações de um parto, Domitila, sendo a filha mais velha, viu-se obrigada a assumir os afazeres domésticos e os cuidados com a irmã recém-nascida e outras três irmãs mais jovens (Barrios de Chungara; Viezzer, 1987). Essa experiência precoce de responsabilidade e trabalho a inseriu, desde a infância, em um universo de lutas cotidianas que mais tarde se desdobrariam em engajamento político.

Durante sua vida e em meio a essas condições, Domitila se conscientizou que a exploração dos trabalhadores estava além das longas e exaustivas horas de trabalho manual, sem alimentação e expostos a gases tóxicos nas minas. Essa exploração se estendia às esposas e a toda a família. Os mineiros viviam em condições de extrema pobreza, em moradias precárias e com alto risco à saúde devido ao trabalho insalubre.

Os rejeitos da mina levavam muitas mulheres a subir a montanha para separar o que ainda restava. Mas, a falta de equipamentos de segurança levava a lesões severas, como mãos que sangravam devido ao trabalho manual exaustivo dessas mulheres denominadas *palliris* (Silva, 2022).

Figura 8 – Palliris em Bolívia



Fonte: Fotografia digitalizada do acervo de Moema Viezzer

Em 1961, um grupo de setenta mulheres fundou o Comitê de Donas de Casa¹⁸ na mina de estanho Siglo XX. A iniciativa partiu das esposas de mineiros que haviam sido presos em La Paz, localizada a aproximadamente 320 quilômetros dali, após reivindicarem melhores salários. Inicialmente, as mulheres deslocaram-se individualmente até a capital na tentativa de localizar seus maridos, porém retornavam a suas casas sistematicamente desmoralizadas e sem qualquer resultado. Diante desse cenário, decidiram organizar uma jornada coletiva até La Paz.

Apesar de enfrentarem a oposição das *barzolas*, mulheres associadas ao MNR-Movimento Nacionalista Revolucionário no poder, a estratégia das mineiras obteve sucesso após a realização de uma greve de fome que se estendeu por dez dias, forçando o governo a ceder às demandas e liberar os presos. Esse triunfo consolidou a criação formal do Comitê, que adotou uma estrutura organizacional semelhante à de um sindicato. Embora sua pauta priorizasse as lutas classistas em detrimento de uma agenda alinhada ao feminismo ocidental, a liderança feminina ainda esbarrava na relutância dos homens em aceitar sua atuação política.

¹⁸ O Comitê de Amas de Casa da Mina Siglo XX foi uma organização de mulheres bolivianas, ligada à Mina Siglo XX, que desempenhou um papel importante na luta operária e na defesa dos direitos das mulheres. Fundado em 1961, o comitê se destacou por sua atuação em diversas frentes, como apoio aos trabalhadores, enfrentamento à ditadura e busca por melhores condições de vida para as mulheres. (Viezzer, 1977). (Apêndice)

Dois anos depois, em 1963, Domitila Barrios de Chungara integrou-se ao Comitê, rompendo com a comunidade de Testemunhas de Jeová da qual fazia parte, que condenava a organização como uma obra de Satanás.

No comitê, eu entrei por necessidade, para estar com as outras mulheres, junta com nossos companheiros na sua luta por melhores condições de vida. Então, os Testemunhas de Jeová me disseram que eu não devia meter-me nisso, que aí estava Satanás, que na religião não se permitia política.(...) Eles me responderam que eu já havia me transformado numa obra de Satanás e que não estavam de acordo com o que eu dizia. (...) Eu não fazia parte do Comitê quando ele começou. Mas eu tinha muita simpatia pela organização, gostava de ouvir suas colocações, de assistir suas manifestações. E, também quando as companheiras conseguiram a liberdade de seus esposos, em 61, e voltaram com eles de La Paz, fui espera-los, pois, pela rádio anunciavam a hora. E vi como eles estavam felizes de chegar com os presos livres. Comecei participar em 63. (Barrios de Chungara; Viezzer, 1987, p. 71).

Figura 9 – Comitê de Amas de Casa Siglo XX.



Fonte: Fotografia digitalizada do Acervo de Moema Viezzer.

O contexto político boliviano agravou-se em 1964, com a ascensão ao poder do general René Barrientos. Sob a alegação de que a Corporación Minera de Bolívia (COMIBOL) enfrentava falência, Barrientos decretou um corte salarial generalizado, que atingiria inclusive os membros do exército. Em maio de 1965, o Comitê de Donas de Casa emitiu um manifesto público de protesto contra a medida. A repressão governamental foi imediata: a então líder do Comitê, Líchén Oquendo, foi detida, e os maridos das integrantes do

grupo, deportados. Norberta de Aguilar, esposa de um ex-funcionário da empresa, assumiu a liderança do Comitê no lugar de Oquendo. (Barrios de Chungara, Viezzer, 1987).

O Massacre de San Juan, ocorrido em 24 de junho de 1967, perpetrado pelas forças do governo de René Barrientos contra mineiros em greve nos acampamentos de *Siglo XX* e *Catavi*, exemplifica a brutal repressão estatal sofrida pelos trabalhadores bolivianos. Este episódio, no qual dezenas de homens, mulheres e crianças foram assassinados, representou não apenas uma violência física extrema, mas culminou na detenção, tortura e aborto espontâneo sofridos por Domitila Barrios de Chungara, mas também uma violação sistemática de direitos fundamentais, como a vida, a liberdade de expressão e a organização sindical. (Freitas, 2025).

A partir do relato de Domitila, compreende-se que o massacre foi uma expressão da opressão política e econômica e uma resposta coercitiva do Estado ao temor gerado pela força do movimento popular. Assim, San Juan transcende sua condição de página trágica da história boliviana para se tornar um símbolo de que a luta coletiva e a solidariedade são fundamentais para confrontar os poderes estabelecidos que oprimem os mais vulneráveis.

Figura 4 – O massacre de San Juan



Fonte: <https://www.laizquierdadiario.com.bo/La-masacre-de-San-Juan>

Em 1975, a convite de uma cineasta que a havia entrevistado (Helen Solberg, brasileira) e com o apoio do Conselho das Igrejas Cristãs, Domitila cruzou fronteiras ao subir à tribuna da Conferência Internacional do Ano da Mulher, no México, organizada pela ONU. Ali, diante de delegadas de todo o mundo, muitas delas representantes de uma elite intelectual e política, sua fala cortante denunciou as contradições do feminismo hegemônico.

(...) Diziam que era um evento que ia representar camponesas, donas de casa, mulheres trabalhadoras e pobres. Não foi assim. As mulheres presentes eram quase todas de formação acadêmica e completamente diferentes de nós, bolivianas, mineiras e donas de casa. Cumpri a tarefa de denunciar o que acontecia nas minas (o salário baixo, a superexploração), mas os organizadores e participantes da Conferência não estavam interessados em nossos problemas sociais. (Chungara, 2010)¹⁹

Foi nesse contexto, entre debates acalorados e olhares de surpresa, que ocorreu seu encontro providencial com a educadora e ativista brasileira Moema Viezzer. Esta, então envolvida com metodologias de educação popular, reconheceu na fala de Domitila não apenas uma história pessoal, mas um testemunho político capaz de ecoar além dos Andes.

Dessa relação nasceria "*Si me permiten hablar...*" (1977), livro-testemunho que revolucionou a maneira como as vozes subalternas, especialmente de mulheres trabalhadoras, eram registradas e disseminadas. Através de entrevistas conduzidas por Moema e de vários depoimentos de Domitila por ela gravados em assembleias, programas de rádio, encontro com exilados no México, a narrativa de Domitila ganhou contornos de uma denúncia coletiva, expondo as entranhas da exploração nas minas, a violência das ditaduras bolivianas e a resistência organizada das mulheres através do Comitê de Amas de Casa de *Siglo XX*

A obra teve diversas traduções para múltiplos idiomas²⁰, tornou-se um marco para os estudos de gênero e classe na América Latina, mostrando como a vida de uma mulher pobre podia, ao ser documentada com respeito e rigor, transformar-se em ferramenta de emancipação. Guzmán (2019), ativista boliviana e defensora do feminismo comunitário, enfatiza que as mulheres lutam contra o sistema patriarcal, que ela define como o "sistema de todas as opressões". Seu pensamento reforça a necessidade de compreender a luta das mulheres periféricas como uma forma de resistência contra um sistema que naturaliza as desigualdades.

O discurso coletivo defendido por Domitila destaca a luta de classes a partir de sua condição, mostrando claramente que a luta pelo gênero abrange diferentes dimensões e contextos. Domitila, ao expor os problemas levantados pelo feminismo ocidental, dialoga com autoras feministas latino-americanas, que afirmam que o feminismo no ocidente responde às necessidades das mulheres em suas próprias sociedades, mas que, ao se instaurar em um mundo de relações coloniais, imperialistas e transnacionais, essas teorias se tornam hegemônicas e invisibilizam outras realidades e contribuições.

¹⁹ Trecho de entrevista realizada pela jornalista Fania Rodrigues com Domitila Barrios de Chungara [2010] para o NPC – Núcleo Piratininga de Comunicação. Essa entrevista faz parte do acervo doado por Moema. É um documento impresso (mas que foi publicado online <<https://nucleopiratininga.org.br/entrevista-com-domitila-barrios-de-chungara-a-guerreira-da-paz/>>) e que se encontra numa pasta compilada pela própria Moema que contém recortes de jornais, documentos impressos e outros tipos de documentos compilados pela Educadora. Nesta caixa do acervo, todos os documentos são referentes à Domitila e à confecção do livro "*Si me permiten hablar...*"

²⁰ O acervo doado por Moema contempla alguns exemplares de traduções para outros idiomas como inglês, norueguês e português. Durante as entrevistas realizadas em sua residência, pude ter acesso a outras edições que constam no Anexo.

Mas, a atuação de Domitila como líder sindical e defensora dos direitos das mulheres e trabalhadores de minas não fica limitado ao seu depoimento no livro e a sua participação na Conferência, pois a ativista exerceu papel ativo central em um evento histórico de derrubada do governo ditatorial de Hugo Banzer²¹.

O evento em questão é de uma emblemática expressão conhecida como “cinco mulheres derrubam um general” e sintetiza um momento crucial na luta contra a ditadura de Hugo Banzer na Bolívia. Em 1978, a líder mineira Domitila, cuja perspectiva política se firmara na libertação da mulher à emancipação de toda a classe trabalhadora, articulou com outras quatro companheiras do Comitê de Amas de Casa, um ato de desafio extremo, uma greve de fome. (Timpanaro, 2020)

O movimento, inicialmente restrito, expandiu-se de forma viral e impressionante, agregando setores diversos da sociedade civil que inclui a Igreja, intelectuais e a população em geral, até reunir cerca de 1.500 pessoas em jejum que durou dez dias. Essa estratégia de resistência não-violenta serviu como catalisadora para uma comoção popular generalizada, que se manifestou em passeatas, greves gerais e outros atos de desobediência civil, criando uma crise de legitimidade intransponível para o regime. (Freitas, 2025).

A queda de Banzer foi, assim, diretamente precipitada por essa mobilização popular, da qual a greve de fome das mulheres foi o núcleo originário e moral. Este evento é considerado o início do processo que, embora tenha enfrentado ainda outros governos militares, conduziu finalmente à redemocratização do país em 1982.

²¹ Hugo Banzer tornou-se presidente em 1971 ao derrubar o general Juan José Torres em um golpe de Estado e instaurou uma ditadura. Baniu os partidos políticos de oposição e recebeu apoio direto dos Estados Unidos e do Chile (após 1973). Disponível em: <https://memresist.webhostusp.sti.usp.br/?page_id=281>.

Figura 5 – Domitila durante a mobilização da Greve de Fome (1978).



Fonte: Fotografia do Acervo de Moema Viezzer.

Ao consultar o acervo pessoal de Moema Viezzer e localizar fotografias, que fizeram parte de acontecimentos históricos, é possível perceber como esse encontro foi decisivo para que a história da Bolívia, e particularmente de suas mulheres, rompesse o cerco do silêncio. Mais do que uma biografia, "*Si me permiten hablar...*" é um legado de como a escuta atenta e a parceria política podem converter experiências individuais em armas de luta coletiva. É essa Domitila incansável lutadora humana que pretendo explorar neste tópico: a mulher que, ao ser deixada falar, fez tremer as estruturas que insistiam em calá-la.

2.3 O encontro que transformou percursos: Moema e Domitila.

Durante as análises dos arquivos pessoais de Moema Viezzer, percebo que seu encontro com Domitila Barrios de Chungara no México, em 1975, não foi apenas casual, foi fundador. Moema me contou, em uma de nossas conversas, que participou da Tribuna com um certo olhar crítico, mesmo não tendo conhecimento claro dos limites do feminismo liberal²².

²² Uma das principais características do feminismo liberal é a sua ênfase na liberdade e nos direitos individuais, muitas vezes alinhada a uma perspectiva burguesa e ocidental. Algumas autoras como Julieta Paredes descreve o feminismo liberal como "O feminismo no Ocidente responde às necessidades das mulheres em suas próprias sociedades, pois elas desenvolvem lutas e construções teóricas que pretendem explicar sua situação de subordinação. Ao instaurar-se no mundo de relações coloniais, imperialistas e transnacionais, essas teorias se convertem em hegemônicas no âmbito internacional, invisibilizando assim outras

Mas foi a voz firme de Domitila, ecoando naquele auditório, que a fez entender o que realmente significava trazer a voz a quem não tem voz, e de maneira especial, ouvir a voz das mulheres da classe trabalhadora, cuja realidade Domitila tão bem descrevia.

Ela falava com autoridade que vinha da dor, mas também da organização coletiva, recordou Moema, descrevendo o momento em que Domitila, vestida com seu traje típico de chola²³, confrontou as delegadas com uma pergunta incômoda: "Quantas de vocês sabem o que é acordar às quatro da manhã para preparar a comida do marido que desce à mina, enquanto seus filhos choram de fome?" Naquele instante, Moema compreendeu que sua própria militância precisava ir além dos discursos; como educadora popular que era, necessitava partir para algum tipo de ação. E, naquele momento, o que se materializou foi a ação da escuta. (Relato de Moema em entrevista cedida 07 e 08 de fevereiro, 2026).

Esse processo de construção do livro e de metodologia da escuta se configurou, ao meu ver, em uma dinâmica orgânica, que foi tomando forma conforme se construía. Não foi uma ação previamente planejada num molde pré-estabelecido mas sim numa elaboração coletiva entre Moema e Domitila que, entre depoimentos e trocas de saberes diversos a partir das numerosas intervenções de Domitila durante os três meses que ficou no México depois da Tribuna, foi assumindo uma característica muito particular que se iniciou despretensiosamente e se tornou num documento de importância histórica e de memória de um povo, mas para além disso, um registro do feminismo popular na sua prática.

A partir disso, acredito que seja importante destacar neste parágrafo o relato de Moema sobre como se deu esse processo em parceria com Domitila e em seguida, pretendo fundamentar porque compreendo isso uma prática feminista no sentido popular como o conceito trazido na Introdução dessa pesquisa.

De acordo com Moema Viezzer em depoimentos à Tereza Moreira, ela descreve como se deu o desenvolvimento da ideia e da concretização do livro depois que Domitila aceitou sua proposta:

Como muitas outras coisas que aconteceram na minha vida, eu não planejei escrever "Se me deixam falar..." da forma como aconteceu. Entrei nesse universo como genuína "marinheira de primeira viagem". No primeiro dia, cheguei cedo com o gravador em mãos. Domitila já me esperava com um depoimento inicial de meia página, que daria o tom ao seu testemunho de vida: "Não quero que tomem esse testemunho só como algo pessoal. Quero falar de meu povo, porque devo a meu povo tudo que o tenho e sou. E dele vem a coragem que tenho".

realidades e outras contribuições". In: HOLLANDA, Heloisa Buarque [org.]. Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

²³ O traje típico de chola é natural da Bolívia e Equador, inclui saias longas e coloridas (pollera), blusas bordadas ou de tecidos leves, xales (manta) e um chapéu característico. A indumentária é rica em detalhes, com destaque para o uso de várias saias, cores vibrantes, adornos como flores e grandes brincos, e o famoso chapéu de palha.

Antes de iniciar o trabalho, voltamos a conversar sobre o acordo da noite anterior. Pensamos em possíveis formas de publicação do texto, até em caderno ou livreto mimeografado, caso não conseguíssemos outros meios. Conversamos também sobre a partilha dos direitos autorais, no caso de termos a chance de publicar o trabalho por meio de uma editora. Combinamos que, antes de publicar, faríamos uma revisão conjunta. Também incluímos em nosso acordo o compromisso de buscar formas de divulgação entre pessoas e grupo que ajudassem a cumprir o propósito original do trabalho, ou seja, de “retornar à classe trabalhadora de onde veio”.

No início das entrevistas, eu deixava o gravador ligado para que Domitila falasse livremente tudo o que quisesse; depois fui aprofundando alguns temas por meio de perguntas. Eu utilizava um gravadorzinho com fita cassete e as transcrições eram feitas na “famosa” máquina de escrever Olivetti 46 (...). Esse primeiro trabalho durou três meses, enquanto ela permanecia no México. Foi o tempo necessário para que ela conseguisse garantias de que não seria molestada ao retornar à Bolívia, devido às suas denúncias a respeito do governo de Banzer.²⁴

(...) Para desenvolver nosso trabalho conjunto, aproveitamos todas as oportunidades que chegavam a Domitila, respondendo a numerosos convites para falar em sindicatos, associações, universidades, grupos de artistas e para dar entrevistas para a imprensa escrita, rádio e TV do México.

Além das gravações feitas em público, nós duas nos encontrávamos para recolher depoimentos sobre sua trajetória pessoal. Foram sessões que duravam duas, três até quatro horas. Algumas tiveram que ser interrompidas, pois Domitila não conseguia conter a emoção ao falar de momentos particularmente difíceis. Uma delas foi quando narrou a perda do seu bebê na prisão, devido à tortura sofrida para que revelasse o paradeiro de Che Guevara. (Moreira, 2017, p. 140-141).

Essa descrição de Moema traz bem clara sua intenção em ser fiel à fala de Domitila com o objetivo de fazer com que seu papel ali fosse de intermediária e agente de democratização do pensamento de Domitila e não de ser sua porta voz. Em relação a isso há uma passagem muito interessante no depoimento de Moema que, inclusive, foi um dos motivos que me estimularam a considerar a escrita da minha dissertação em primeira pessoa. A citação de Moema que faço a seguir serviu para me esclarecer da responsabilidade e a importância do papel da escrita enquanto ferramenta de divulgação da informação e como isso pode distorcer ou influenciar o resultado final.

Eram pouquíssimos os trabalhos com relatos testemunhais no sentido da literatura oral, que tomou impulso nas décadas seguintes. No caso de ‘Se me deixam falar...’, uma decisão minha era aproveitar ao máximo a vitalidade da fala de Domitila e atuar como um canal de comunicação, sem alterar a sua expressão original. Poderia ter feito outra escolha, também válida; todavia, esta foi minha proposta desde o início. Nessa caminhada, me deparei com a forma como os partidos e o meio acadêmico faziam a “escuta” do povo naquela época. Vivi isso primeiramente no México e, depois, em outros países. Vou dar um exemplo: uma exilada boliviana, que era militante do

²⁴ Militar de carreira, o general Hugo Banzer Suárez foi presidente da Bolívia duas vezes: a primeira por força de um golpe de Estado, e a segunda pela via eleitoral. Chegou à presidência pela primeira vez com o golpe militar perpetrado contra o governo de esquerda do também general Juan José Torres, em 1971, ocupando o cargo até 1978. Seu governo corresponde às outras ditaduras militares contemporâneas no cone sul. Como ditador, violou sistematicamente os direitos humanos e participou da Operação Condor, de repressão conjunta aos movimentos de resistência democrática, além de implantar um programa de abertura da economia boliviana ao capital estrangeiro. In: < <https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-banzer-suarez-hugo>>.

*ELN*²⁵, fazia parte do *Comitê da Solidariedade*²⁶ e, assim como eu, não tinha permissão para trabalhar oficialmente no México. Um dia ela me falou:

- Moema, eu posso ajudar você a transcrever as gravações.

Maravilha! Entreguei-lhe duas fitas cassete, nas quais Domitila discorria sobre como tinha vivido a Guerrilha do Che, na Bolívia. Imaginei que a companheira acharia o máximo escutar a versão de Domitila sobre o assunto. No entanto, quando recebi o resultado da transcrição e li, levei um susto! Ali estava a história da Guerrilha contada pelo *ELN*. Minha reação foi imediata:

- Não foi isso que Domitila me contou!

Tudo tinha sido rearranjado, de acordo com as interpretações da direção do *ELN*. É óbvio que tive que refazer todo o trabalho, para manter minha opção pelo testemunho da entrevistada. (Moreira, 2017, p. 142).

Essa situação ocorrida e relatada por Moema nos mostra como a escrita pode atender a um propósito muito específico e que muitas vezes incorre em distorções da realidade e das falas originais. Esse cuidado da escrita de Moema sobre os depoimentos de Domitila nos mostra o comprometimento com a fidelidade dos fatos narrados, mas além disso, a responsabilidade social e afetiva em possibilitar que a fala de Domitila fosse transmitida para a posteridade com sua originalidade preservada.

O processo de criação de "*Si me permiten hablar...*" não seguiu os moldes tradicionais de uma biografia. Moema me explicou que recusou a ideia de 'escrever sobre' Domitila e optou por um método dialógico: longas entrevistas gravadas, revisitas aos locais de luta em *Siglo XX*²⁷ e, sobretudo, um compromisso ético de não romantizar a pobreza, mas sim revelar sua estrutura opressora.

Era preciso garantir que Domitila não virasse um símbolo vazio, mas que sua história servisse de ferramenta para outras mulheres. Minha parceria com Domitila foi marcada, desde o início, pela sinergia de interesses entre duas mulheres latino-americanas, uma militante do movimento sindical boliviano e uma educadora popular brasileira. (Moreira, 2017, p. 140).

Tendo isso em vista, Moema não retomou simplesmente o trabalho de organização das transcrições das fitas gravadas com Domitila e para dar forma ao material que se tornaria o livro. Precisou definir uma metodologia para conseguir adequar os depoimentos que tratavam de situações de natureza diversa, pois a trajetória pessoal de Domitila se fundia

²⁵ ELN-Exército de Liberación Nacional - Organização criada por Che Guevara na Bolívia, que contava com seções na Argentina, Chile e Peru. (Moreira, 2017).

²⁶ OLAS – Organização Latino-Americana de Solidariedade. Depois do sucesso da reunião da Tricontinental e diante da proliferação das guerrilhas na América Latina, Cuba convocou uma conferência para fundar um movimento de solidariedade e de coordenação da luta no continente, chamado Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS, que em castelhano quer dizer "ondas"). A reunião realizou-se em Havana, de 31 de julho a 10 de agosto de 1967, sob o impacto da divulgação da carta de Ernesto Che Guevara a Fidel Castro, revelando que se encontrava numa frente guerrilheira, reunindo todas as organizações que de alguma forma compartilhavam das propostas estratégicas da Revolução Cubana. (Sader, 2006). In: <<https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/o/olas>>.

²⁷ A Mina Siglo XX, localizada em Llallagua, Bolívia, foi um importante centro mineiro de estanho no século XX. Conhecida por seus constantes conflitos trabalhistas, a mina foi palco de movimentos sindicais e da atuação da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB). Após a Revolução Nacional Boliviana de 1952, a mina foi nacionalizada, passando a ser controlada pelo governo. (Moreira, 2017); (Barrios de Chungara, Viezzer, 2020).

com os eventos relatados sobre as condições exploratórias das Minas ao mesmo passo que aspectos políticos e sociais permeavam o diálogo.

Seguindo uma das práticas dialógicas de Paulo Freire, decidi usar a metodologia da ação-reflexão. Ficou assim: comecei situando a Bolívia a partir das colocações de Domitila. Depois, resgatei sua trajetória pessoal. Quando Domitila narrava algum fato, eu buscava, entre os textos datilografados, reflexões que ela fazia sobre o mesmo tema e juntava ao mesmo.

Para me situar historicamente, li vários livros sobre a Bolívia e mantive muitas conversas com Marcelo²⁸ e com bolivianas e bolivianos exilados no México. Eles me ajudaram a entender também fatos não registrados, devido à censura e à falta de comunicação no período da Ditadura, ou simplesmente, porque não entravam no foco de interesse dos historiadores. A participação de mulheres, por exemplo, ou a verdadeira história do campesinato indígena eram assuntos marginais à historiografia oficial da Bolívia daquela época.

Quando acabei de datilografar tudo, fiz uma cópia e comecei a recortar os trechos por tema. Minha grande questão era como encaixar uma coisa em outra sem perder a essência do que Domitila tinha dito. Havia um sério problema de linguagem, que tinha a ver com a forma como ela falava o espanhol, utilizando uma lógica mental-linguística vinculada ao idioma quéchua. Nesse sentido, a ajuda de Marcelo tornou-se providencial e fui capaz de manter a forma de Domitila expressar-se, sem prejuízo do conteúdo. (Moreira, 2017, p. 143).

Desse modo, Moema descobriu sua vocação para a pedagogia da escuta, uma abordagem que não apenas registra narrativas, mas as devolve às comunidades como instrumento de conscientização e possíveis ações. Domitila, com sua história de resistência nas minas e no Comitê de Amas de Casa, ensinou-lhe que a fala das mulheres pobres carrega em si mesma uma teoria crítica, capaz de desafiar academicismos distantes da realidade, ou seja, a narrativa testemunhal de Domitila pode ser considerada um reflexo de uma consciência histórica que aborda as particularidades comunitárias e os elementos que caracterizam e evidenciam as finalidades do feminismo decolonial.

Com o intuito de fazer uma análise sobre esse encontro entre Moema Viezzer e Domitila Barrios de Chungara, compreendo aspectos que vão além de um acontecimento biográfico e que trazem perspectivas de um marco metodológico e político. A partir daquela relação construída com escuta atenta e respeito à autenticidade da fala, Moema não apenas registrou a trajetória de Domitila, mas consolidou uma prática feminista popular baseada na horizontalidade, ou seja, teve o cuidado de ser fiel às falas de Domitila sem que sua missão em transformar em livro pudesse incorrer em reescrever de maneira equivocada ou em desacordo

²⁸ Marcelo Grondin Nadon, natural do Canadá, foi Doutor em Ciências Sociais com pós-doutorado em Administração. Latinoamericanista, esteve conectado ao continente durante quase toda sua vida profissional, atuando como professor universitário e como cooperante internacional em projetos sociais em quase todos os países da América Latina. Durante essa trajetória escreveu 8 livros, muitos artigos e trabalhos resultantes de suas pesquisas, várias delas relacionadas com as populações indígenas da Bolívia. Entre elas, merecem destaque: *Comunidad Andina, explotación calculada* (tese de doutorado). *Runa Simi – método de quechua e Quillajaqin Arupa*, método de aymara, além de um livro *sobre Tupaj Katary* e a revolução camponesa-indígena na Bolívia 1781-1783. Cônjuge de Moema Viezzer, ambos estiveram juntos em projetos e escreveram livros merecendo destaque, entre eles, “*Abya Yala! Genocídio, Resistência e Sobrevivência dos Povos Originários*” e “*O Alvorecer de Toledo na Colonização do Oeste do Paraná*”.

com a realidade apresentada. Ao mesmo tempo, trouxe seu próprio conhecimento enquanto educadora popular, utilizando a metodologia da “ação-reflexão” nos diferentes episódios do relato de Domitila. Esta foi sua contribuição específica como escritora em relação à protagonista.

O livro *"Si me permiten hablar..."* surgiu como fruto de um diálogo construído de maneira natural, em que a voz da militante boliviana não foi interpretada ou adaptada, mas preservada em sua potência, como ferramenta de denúncia e emancipação, mas também de conscientização sobre a realidade. A recusa de Moema em cair na armadilha da mediação distorcida, como no episódio da transcrição manipulada pelo ELN, revela seu compromisso ético com a verdade das mulheres trabalhadoras, cujas histórias eram (e ainda são) frequentemente silenciadas ou ressignificadas por agendas alheias.

A metodologia empregada e de certo modo desenvolvida por Moema, inspirada na pedagogia e nas práticas de Paulo Freire, transcendeu o mero registro histórico para se tornar um ato político. Ao unir a trajetória pessoal de Domitila aos contextos coletivos da exploração nas minas, da resistência sindical e da violência de Estado, ela tece uma narrativa que recusou tanto o academicismo elitizado quanto o reducionismo de um mero testemunho.

O cuidado em manter a linguagem quéchua-espanhola de Domitila, por exemplo, não foi apenas uma escolha estilística, mas um gesto de resistência contra a colonialidade do saber, que se apresenta como um padrão de poder duradouro que emergiu do colonialismo e continua a definir a cultura, as relações intersubjetivas e a produção de conhecimento muito além dos limites das administrações coloniais.

Essa colonialidade do saber já foi discutida por autores/as como Aníbal Quijano e Lélia Gonzalez, por exemplo, que levantam a problemática da influência de um discurso colonizado e ocidentalizado nas produções e compreensões de realidades latino-americanas.

Gonzalez (2020) aborda os efeitos do neocolonialismo cultural e o obstáculo epistemológico que se manifesta em discursos parciais, resultante da negação da ascendência negra/indígena no pensamento social brasileiro. A autora critica como ideologias nacionais naturalizam a experiência da escravidão e seus efeitos prejudiciais, e como o racismo se constituiu como "ciência" da superioridade euro-cristã no século XIX. Nesse sentido, os discursos construídos sob essa óptica, não traduzem a realidade da história dos povos latino-americanos.

Esse pensamento eurocêntrico também se manifesta como um modo de produção e controle da subjetividade, que inclui o imaginário, o conhecimento e a memória e

essa perspectiva se tornou mundialmente hegemônica, colonizando e sobrepondo-se a outras formas de conhecimento. (Quijano, 2005).

O livro, assim, além de ser um documento, tornou-se uma busca de devolutiva à classe trabalhadora, como as próprias autoras haviam pactuado desde o início e um instrumento de comunicação popular, além de circular pelas livrarias e tornar-se objeto de estudo em universidades.

De modo geral, compreendo como a parceria entre Moema e Domitila ilustra o cerne do feminismo popular latino-americano que tem como substância uma práxis que nasce da escuta comprometida, da coautoria e da recusa em falar pelas outras, mas sim com elas e entre elas, no tão apregoado ‘diálogo de saberes’. O legado desse encontro vai além da obra publicada, pois se configura como uma demonstração de que a transformação social exige metodologias tão radicais quanto as realidades que buscamos mudar.

Um aspecto interessante a ser trazido à tona, é a questão da escuta. No caso de “*Se me deixam falar...*”, Moema e Domitila receberam muitas críticas de acadêmicos e políticos bolivianos que queriam que o livro fosse complementado com partes da história que eles conheciam. Ao que Domitila sempre respondia: “eu falei do que vivi”. Ela não tinha problema em não ter assinalado acontecimentos, talvez muito importantes do país, mas que não tinham chegado ao conhecimento da classe trabalhadora, e particularmente às mulheres das minas. E outros podiam completar com outras publicações, se possível com outros atores sociais que tivessem participado de tais eventos.

Finalizando esse capítulo, considero evidente que a história dessas duas mulheres não é apenas uma memória a ser preservada, mas um caminho metodológico a ser considerado especialmente em pesquisas que se propõem a ouvir os silêncios da história e através dessa escuta promover meios de se desenvolver redes feministas de educação popular como as desenvolvidas posteriormente por Moema e que pretendo tratar no próximo capítulo.

3. REDES DE EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA: AÇÃO, PARTICIPAÇÃO E MEMÓRIAS

Ao refletir sobre a relação entre Moema Viezzer e Domitila Barrios de Chungara, percebo que o feminismo popular não é apenas uma vertente teórica, mas uma prática radical de democracia. Enquanto o feminismo hegemônico frequentemente falha em incluir as demandas das mulheres marginalizadas, ou seja, as mulheres indígenas, negras, camponesas, trabalhadoras, o feminismo popular surge como uma resposta concreta, construída a partir da

escuta e da ação direta nas comunidades. Essa abordagem revela uma contradição brutal da sociedade patriarcal que se sustenta sobre o trabalho não remunerado, invisibilizado e silenciado das mulheres, mas nega a elas o direito de participar das decisões que afetam suas próprias vidas.

Neste capítulo apresento elementos da trajetória de Moema Viezzer que atuaram como componentes para sua construção de Educadora, Feminista e Popular. Educadora porque Moema dedica sua vida e seu conhecimento para proporcionar novos saberes, práticas e autonomia dos indivíduos e grupos comunitários, Feminista pois sua compreensão de melhoria da sociedade tem sempre a mulher como agente ativo e participativo para a mudança e Popular porque seu foco no diálogo de saberes e no retorno do conhecimento para a sociedade, para que o indivíduo se aproprie da condição de ser pensante e aplique em sua própria realidade e na realidade coletiva do seu contexto.

Considero essencial esclarecer aqui o significado do termo ‘popular’ que será utilizado neste contexto. O termo ‘popular’ pode ser compreendido de diversas formas pois possibilita uma grande gama de conceituações, portanto, descrevo aqui a natureza do sentido popular que permeia a obra de Moema Viezzer através da sua própria concepção do termo, quando este se refere às suas ações como educadora popular, é nessa compreensão que ele será tratado no desenvolvimento deste capítulo.

Quando falamos em Educação Popular, estamos nos referindo à nossa transformação como seres humanos que procuram construir sociedades marcadas pela justiça social e ambiental com benefícios para todos e todas. Coisa impossível numa sociedade dividida em classes, em projetos dominados por uma elite econômica que só transforma a realidade em função de seus próprios interesses pessoais e grupais, em detrimento da maioria das populações e do meio ambiente. Um dos *slogans* que caracterizam os processos de Educação Popular é: compreender a realidade para transformá-la”. Ou seja, para atuar é preciso compreender a realidade social. E para compreender a realidade social é preciso diagnosticar. A partir do diagnóstico, capacitar-se para atuar e transformar. A Educação Popular não pode, então, ser entendida fora do eixo da organização popular. “o que vale não é o que se sabe, mas o que se faz com o que se sabe”, diz outro *slogan* que se tornou basilar nesse movimento. Por isso mesmo, a transformação propugnada pela Educação Popular é sempre – e ao mesmo tempo – um processo individual e coletivo de **educ-ação** para transformar tudo o que nos impede de viver bem, na condição de seres humanos, no convívio em sociedade e na relação com a Mãe Natureza. (Viezzer, 2017).

Com isso em mente, podemos compreender que a atuação de Moema como educadora e militante sintetiza os princípios de um feminismo que se faz na prática coletiva, na escuta de vozes silenciadas e na transformação social. O feminismo, enquanto movimento plural, abarca vertentes que dialogam criticamente com as estruturas de poder a partir de diferentes lugares sociais. Entre essas perspectivas, o Feminismo Popular se destaca por emergir não dos círculos acadêmicos, mas das trincheiras das lutas cotidianas de mulheres

trabalhadoras, camponesas, indígenas e periféricas. Essa corrente, marcadamente latino-americana, recusa a dissociação entre a opressão de gênero e as demais formas de exploração – como o racismo, a precarização laboral e a violência do capital sobre os territórios.

Por esses motivos, optamos por utilizar a expressão 'Feminismo Popular' para nos referirmos às ações realizadas por Moema, e não apenas 'Feminismo Comunitário' ou 'Feminismo Campesino' que são termos mais consolidados na literatura. Essa escolha se deve ao fato de reconhecermos as diferenças resultantes das características específicas de cada linha de pensamento dentro do feminismo. Assim, buscamos deixar claro os objetivos e particularidades de cada uma dessas vertentes.

A parceria entre Moema Viezzer e Domitila Barrios de Chungara não se encerrou nas páginas do livro "*Si me permiten hablar...*" ela se desdobrou em redes de solidariedade, educação popular e feminismo comunitário que de certa maneira, transpassam as estruturas acadêmicas e políticas hegemônicas. O encontro entre a educadora brasileira e a líder sindical boliviana foi um marco não apenas por registrar uma história de resistência, mas por demonstrar como a escuta radical pode gerar metodologias decoloniais e ações concretas. Se, por um lado, o feminismo tido como convencional frequentemente falhou em incluir as demandas das mulheres camponesas, indígenas e trabalhadoras, seja por distorcer suas vozes, seja por reduzir suas lutas a símbolos vazios, o feminismo popular emergiu como uma resposta prática, construída a partir das realidades dessas mulheres.

O feminismo comunitário e campesino, como o associado a Domitila, não se limita a teorias abstratas sobre relações sociais de gênero; ele nasce da organização coletiva em torno de necessidades imediatas, como o acesso à água, a denúncia da violência estatal ou a luta por direitos trabalhistas nas minas. Moema, ao se tornar uma ponte entre essas vozes e o mundo, não apenas documentou essas práticas, mas ajudou, a partir de seu próprio conhecimento e prática, a amplificá-las em redes transnacionais de educação popular, com ênfase na proposta do feminismo que nasce a partir das mulheres, mas é uma proposta para de transformação para mulheres e homens, com vistas à humanização da humanidade.

No âmbito dos movimentos sociais e redes colaborativas solidárias, a educação popular é vista como um dos três aspectos inseparáveis da ação cultural transformadora, devendo atuar em laços de autorreforço com a organização e a mobilização. (Mance, 2018)

Toda atividade de organização deve contribuir para qualificar as redes e movimentos sociais e melhorar a sua capacidade de mobilizar. Toda atividade de mobilização deve ser momento de formação política e ter como resultado o fortalecimento da organização dos movimentos sociais e redes solidárias. Por sua vez, toda atividade de educação popular no âmbito dos movimentos sociais e redes colaborativas solidárias

deve colaborar para: a problematização da realidade; a apropriação crítica de conhecimentos historicamente elaborados; a geração de novos conhecimentos; a conscientização de todos os envolvidos; a crítica e reelaboração de utopias pessoais e grupais; potencializar a capacidade organizativa e mobilizadora dos movimentos e redes; melhorar a sua capacidade de propor políticas públicas; aprimorar o modo de articular as diversas ações conjunturais com os eixos de luta em uma perspectiva estratégica, que vise expandir o exercício das liberdades públicas e privadas para o bem viver de todos/as (Mance, 2018, p.25).

Essas redes, muitas vezes informais, funcionavam como espaços de formação política onde a experiência vivida era valorizada juntamente com o conhecimento teórico. A metodologia dialógica que Moema adotou, influenciada por Paulo Freire, não buscava "estudar" as mulheres pobres, mas sim aprender com elas, dialogar com elas contribuindo com outros conhecimentos e transformando esse diálogo de saberes em ferramentas de ação transformadora da realidade social.

Essa abordagem contrasta com a academia tradicional, que frequentemente extrai narrativas de comunidades marginalizadas sem devolver nada em troca, ou as remodela em moldes eurocêtricos. Conversando com Moema sobre o assunto, ela resumiu mais ou menos assim o que acontece muito na área de ciências sociais neste sentido. Daria, diz ela, para pensar numa espécie de “modo capitalista de produção do conhecimento”, que reproduz o que acontece em outros modos de produção. O pesquisador/a vai às comunidades com seus questionários ou roteiros para recolher, uma espécie de “matéria prima” que depois é “trabalhada” na academia a partir de determinados enfoques teóricos, resultando num determinado “produto” – Trabalho de conclusão de curso, Dissertação, Tese, etc – a ser entregue para uma elite intelectual sem nenhum retorno às populações sobre o que foi feito e adquirido com suas contribuições iniciais e que, muitas vezes, poderia ser um novo instrumento para a ação coletiva. (Moema Viezzer em entrevista).

Deste modo, podemos compreender ao longo deste capítulo que as redes de educação popular feminista desenvolvidas por Moema Viezzer em diálogo com a experiência de Domitila, constituem mais do que estratégias pedagógicas ou articulações militantes, elas acabam por ser práticas concretas de democratização do saber e de reconfiguração das relações de poder. Ao romper com o “modo capitalista de produção do conhecimento” e afirmar a centralidade da escuta, da devolutiva e da ação coletiva, Moema reafirma que a transformação social só é possível quando o conhecimento deixa de ser privilégio e se converte em ferramenta compartilhada de luta. Assim, o Feminismo Popular, tal como aqui apresentado, revela-se como um projeto ético-político enraizado nas memórias, nos territórios e nas experiências das

mulheres historicamente silenciadas, apontando para uma humanização radical da sociedade, na qual educar, participar e transformar são dimensões indissociáveis de um mesmo movimento emancipatório.

3.1 Feminismo popular na prática: Pedagogias decoloniais e autonomia

O feminismo comunitário e popular na América Latina possui diversas autoras importantes, cujas obras e atuações têm contribuído para o debate e a prática feminista na região. Dentre elas pretendo utilizar os escritos de Lorena Cabnal, Rigoberta Menchú, Maxima Acuña e Adriana Guzmán para auxiliar a compreender a luta feminista com a defesa do território, a crítica ao colonialismo e a construção de alternativas comunitárias.

Estas autoras convergem na ideia de que a libertação das mulheres no Sul Global é indissociável da defesa da vida e da natureza. Lorena Cabnal (2010), fundamenta o conceito de "território-corpo-terra", argumentando que o corpo feminino é o primeiro território a ser recuperado e defendido contra a violência do "entronque patriarcal", ou seja, a união entre o patriarcado ancestral e o colonial. Adriana Guzmán (2019), amplia essa discussão ao propor a "despatriarcalização" como um caminho para o Buen Vivir, enfatizando que o feminismo comunitário é uma prática política antissistêmicas que confronta tanto o colonialismo quanto o neoliberalismo. Por sua vez, Rigoberta Menchú utiliza a narrativa testemunhal como uma ferramenta de pedagogia decolonial, denunciando o genocídio e a espoliação territorial na Guatemala, ao mesmo tempo em que reafirma a identidade indígena como pilar de autonomia. (Silva, 2022).

A atuação de Máxima Acuña exemplifica a resistência prática e encarnada desse feminismo frente ao extrativismo transnacional no Peru. Sua recusa em abandonar o território de seus ancestrais fundamenta-se na premissa de que a terra e a água não são recursos, mas a própria vida, consolidando o que se define como um 'ecologismo dos pobres'. Ao enfrentar a violência do Estado e de grandes mineradoras, Acuña não apenas defende seu território, mas também mobiliza redes de solidariedade, como os 'Guardianes de los Lagos', reafirmando o papel das mulheres como guardiãs dos bens comuns e da soberania comunitária (Vieyra, 2021).

Em suma, as trajetórias de Lorena Cabnal, Adriana Guzmán, Rigoberta Menchú e Máxima Acuña evidenciam que o feminismo comunitário e popular na América Latina não é meramente uma teoria, mas uma práxis de resistência indissociável da vida em comunidade. Ao integrarem a defesa do território-corpo com a proteção da natureza, essas

mulheres rompem com o paradigma individualista ocidental e reafirmam-se como sujeitas epistêmicas capazes de nomear suas próprias opressões e rebeldias. Suas atuações demonstram que a verdadeira autonomia e a construção do Buen Vivir exigem o enfrentamento conjunto do patriarcado, do capitalismo e do racismo, transformando a memória ancestral em uma poderosa ferramenta de pedagogia decolonial. Assim, esses feminismos que nascem no Sul consolidam-se como projetos de transformação radical que, ao garantirem a soberania sobre os corpos e territórios, propõem novas formas de existência e harmonia para toda a humanidade

3.2 Legado em Rede: Educação Popular e Feminismo (s) desde as Margens

A materialidade dessas redes feministas populares revela um paradoxo: enquanto o feminismo hegemônico historicamente privilegiou discursos universais (como a igualdade formal ou a liberdade individual), as mulheres como Domitila mostravam que suas lutas exigiam respostas coletivas e territoriais. A própria escrita do livro exemplifica isso pois não foi uma obra de Moema sobre Domitila, mas uma construção conjunta, cujo processo já era, em si, um ato político. As redes que se formaram posteriormente, seja através de círculos de formação, publicações alternativas ou articulações com movimentos sociais, reforçavam essa ideia: O feminismo popular não se contenta em ser falado, por natureza é praticado. Neste capítulo, exploraremos como essas redes se estruturaram, como suas metodologias se dão para além da academia e, sobretudo, como elas demonstram que a transformação real começa quando as vozes das mulheres deixam de ser objeto de estudo e passam a ser agentes de sua própria história.

Ao percorrer correspondências e fotografias no acervo de Moema, encontro evidências que pretendo apresentar o decorrer dessa Dissertação, de como essa experiência a impulsionou a tecer redes transnacionais. A partir de sua experiência na Tribuna Internacional da Mulher onde se encontrou com o feminismo e aprofundando o que tinha começado a aprender com Paulo Freire Moema começou a repetir e a ampliar – conceitualmente e na prática – o gesto fundante aprendido com Domitila de amplificar vozes silenciadas, falando com elas e não por elas. Seu envolvimento com a Red de Educación Popular entre Mujeres (REPEM) e outros coletivos mostrou como a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire ganhava um complemento essencial, ou seja, a pedagogia das oprimidas, com muitas novas contribuições e inovações.

A Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina e Caribe (REPEM) foi idealizada em 1981, durante um encontro de mulheres de diversos países latino-

americanos (Uruguai, Chile, Venezuela, Bolívia, Nicarágua, Peru, México e Brasil) em Poço de Rosas, na Venezuela. Inicialmente, a rede surgiu como um programa de educação popular com mulheres dentro do CEAAL (Conselho de Educação de Adultos para a América Latina). Com o tempo, o programa cresceu tanto que o orçamento e as demandas específicas de gênero não eram mais incorporados com facilidade pelos outros programas do conselho. Isso levou a REPEM a se tornar uma rede autônoma e independente, embora permanecesse parceira do CEAAL. (Alves, 2022).

A trajetória da educadora Moema Viezzer, marcada pelo exílio e pelo encontro com lideranças populares, foi fundamental para a criação de redes de educação popular e feminismo na América Latina e Caribe. O ponto de partida de sua atuação foi o contato com a líder mineira boliviana Domitila Barrios de Chungara, durante a Tribuna da Mulher, no México, em 1975. Dessa aproximação, nasceu o livro "Se me deixam falar...", no qual Moema registrou o testemunho de Domitila. A obra tornou-se um instrumento pedagógico e político central, traduzido para catorze idiomas e adaptado para cartilhas, servindo como elo para conectar diferentes lutas e pessoas ao redor do mundo. (Moreira, 2017).

Entre 1976 e 1977, já na República Dominicana, Moema deu início a uma nova experiência de "redetização" ao procurar a socióloga Magali Pineda, indicada por Domitila. Juntas, realizaram uma pesquisa de campo com mulheres de doze setores da sociedade, utilizando a metodologia da educação popular para identificar suas realidades e promover oficinas de partilha. O trabalho, apoiado por financiamento internacional, resultou na produção de materiais pedagógicos, como a cartilha *Mujer y Sociedad*, e foi o embrião para a fundação do Centro para Investigación para la Acción Femenina (CIPAF). (Moreira, 2017; Viezzer, 2026).

No Haiti, entre 1978 e 1979, Moema enfrentou o contexto da ditadura de "Baby Doc" Duvalier para desenvolver um projeto com mulheres trabalhadoras das Zonas Francas. Com a ajuda de contatos locais e de uma equipe de jovens haitianas, as entrevistas eram realizadas em créole, garantindo a segurança das participantes. O material pedagógico produzido, intitulado *Mouvement Haitien pour la protection de l'enfance*, foi estrategicamente nomeado para despistar a repressão e serviu de base para um projeto de alfabetização que perdurou por dois anos, até o exílio de seus coordenadores.

De volta ao Brasil no início dos anos 1980, Moema fundou a Rede Mulher de Educação, inspirada pelo conceito de "rede de apoio" e incentivada por Paulo Freire a aplicar sua bagagem internacional à opressão específica das mulheres. A organização, que se formalizou como ONG em 1983 para viabilizar recursos, inovou ao propor uma estrutura

horizontal, onde a informação e o conhecimento eram compartilhados entre grupos autônomos, consolidando-se como a primeira experiência brasileira a articular explicitamente a educação popular e as relações de gênero em formato de rede.

Busco resgatar não apenas uma história de colaboração, mas um paradigma metodológico que redefine o lugar da fala nas lutas sociais. Como Moema mesma me disse em entrevista: "Domitila me ensinou que nossa tarefa não é ser porta-voz, mas sim abrir portas para que outras falem". Sim, porque as mulheres dos setores populares têm voz; faltam mais meios que permitam que suas vozes sejam escutadas além de pessoas, coletivos, instituições e instâncias de diferentes tipos, capazes de dialogar e partilhar com elas e ampliar o raio de ação transformadora da realidade. E é essa lição, entre registros guardados e memórias vivas, que segue ecoando, do México à República Dominicana, das minas bolivianas às periferias do mundo.

4 O ACERVO COMO PATRIMÔNIO COLETIVO – MEMÓRIA E FUTURO

Os acervos pessoais desempenham um papel vital na sociedade, transcendendo a esfera privada para se tornarem alicerces fundamentais na construção da memória coletiva e da identidade social. (Fernandes, Ferreira, 2023). Embora originados de trajetórias individuais, esses acervos são considerados a materialidade mais contundente da relação entre a memória individual e a coletiva, pois refletem como o indivíduo influenciou e foi influenciado pelos saberes e discursos de sua época (Callado Junior, 2022).

Diversos estudiosos da área discutem a relevância dos acervos e arquivos pessoais, destacando sua função na preservação da memória, na construção histórica e como fontes inesgotáveis de pesquisa. (Espinosa, Roldán, 2024).

Os acervos pessoais desempenham um papel fundamental na democratização da memória, permitindo o que alguns autores chamam de "insurreição dos saberes subjugados" (Espinosa, Roldán, 2024). Enquanto os arquivos oficiais costumam refletir a visão do Estado ou de grupos dominantes, os acervos pessoais oferecem caminhos para que grupos historicamente marginalizados recuperem sua agência e narrativa.

Estes arquivos de origem pessoal funcionam como um meio de auto representação, permitindo que grupos subalternos contem sua própria história a partir de sua própria perspectiva. Isso é um ato de resistência, pois esses sujeitos se negam a ser conhecidos

apenas através do "olhar colonial" ou estatal, que muitas vezes é registrado sem o seu consentimento ou de forma distorcida. (Espinosa, Roldán, 2024).

Ao preservar seus próprios documentos, esses grupos garantem que sua identidade seja definida por eles mesmos, e não por quem os oprimiu. É neste sentido que se encontra o valor inestimável do livro de Domitila, mas na mesma lógica, todo o trabalho de coleção desenvolvido por Moema ao desenvolver o seu acervo particular.

O acervo desenvolvido por Moema é o resultado de uma acumulação natural e orgânica de documentos produzidos ou recebidos por um indivíduo no exercício de suas atividades e funções sociais, e estes acervos são "arquivos" pois compartilham as mesmas qualidades dos arquivos institucionais: são instrumentos e produtos de ações. (Camargo, 2010).

4.1 O acervo Moema Viezzer na UNILA: O processo de doação e organização do acervo

A trajetória do acervo de Moema Viezzer (originalmente uma coleção pessoal composta por documentos, correspondências, fotografias e publicações) para o espaço público da UNILA representa um ato de preservação e democratização do conhecimento. A doação, formalizada em 2018, vem ao longo destes anos desenvolvendo ações como catalogação, digitalização e organização temática, permitindo que materiais antes restritos ao uso privado viessem a se tornar fontes acessíveis para pesquisa.

Esses processos são minuciosos e demandam tempo e critério, mas vão tomando forma e se tornando um resultado que garante não apenas a salvaguarda da integridade física dos documentos, mas também ressignifica seu valor, transformando-os em um patrimônio coletivo, que enriquecerá o acervo da BIUNILA e se configurará como um acervo de memória latino-americana inédito e por meios destas ações, democratizado para consulta.

4.2 O significado de preservar acervos de mulheres ativistas e a luta contra a invisibilização

A preservação de acervos como o de Moema Viezzer é um ato político contra o apagamento histórico das mulheres na América Latina. Documentos produzidos por ativistas revelam narrativas muitas vezes marginalizadas pelos arquivos tradicionais, destacando pautas como direitos reprodutivos, participação política e resistência às ditaduras. A conservação desses materiais desafia a invisibilização sistemática das mulheres e oferece um contraponto à historiografia hegemônica, reafirmando seu lugar como sujeitos históricos.

Como exemplo podemos citar o *Archivo del Terror*²⁹ em Assunción, Paraguay. Esse acervo abriga documentos de inteligência do país e as comunicações das autoridades paraguaias policiais e militares, incluindo documentos da chamada Operação Condor³⁰. Esse arquivo serviu de objeto de estudo para pesquisadoras/es do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) junto ao Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) para desenvolver estudos cujo tema se refere ao período das ditaduras civil-militares no Cone Sul a partir de perspectivas de gênero.

Essas pesquisas, inicialmente, procuraram constituir uma narrativa histórica sobre o período de ressurgimento do movimento feminista no Brasil, chamado de “Segunda Onda”, a partir de meados dos anos 1970, focalizando a maneira como, apesar da ditadura e dos processos antifeministas, muitas mulheres e alguns homens começaram a se pensar como feministas no período de 1964 a 1985. Para tanto, mapearam a maneira como essas ideias circularam; perceberam como foi o contato com a circulação de ideias do feminismo nacional e internacional; observaram os livros que o estavam divulgando; perceberam a participação em movimentos sociais e o contato com pessoas que influenciaram no sentido de constituir uma identificação com o feminismo. (Silva, Pedro, Wolf, 2018, p.195).

A análise destes acervos dos países envolvidos nesses estudos (Brasil, Argentina Paraguai, Chile e Bolívia) permitiu observar como se constituíram vários grupos feministas, como atuaram, suas relações com as ditaduras e os movimentos de resistência, seus processos de constituição, de identificação e de diferença, entre outros temas.

O desenvolvimento dessa pesquisa possibilitou o acesso aos registros das mulheres envolvidas no período das Ditaduras daqueles países, mas também se direcionou para a criação de um acervo resultante dessa pesquisa que engloba não somente as fontes pesquisadas, mas muitos registros que foram possíveis posteriormente e nos mais diversos formatos, obtendo na oralidade muitos registros que serviram como elementos conectivos para a compreensão do período ditatorial mas em especial, na ação e produção das mulheres.

No início, nossa ambição como historiadoras acostumadas a usar as fontes de arquivos era simplesmente fazer as entrevistas e usá-las como fontes. Aos poucos, porém, a pesquisa foi se avolumando. Além das entrevistas realizadas por nós mesmas, em diversas viagens a cada um dos países e no Brasil, muitas vezes aproveitando eventos acadêmicos (...) também passaram a ser adicionadas as entrevistas realizadas por estudantes de doutorado, mestrado e mesmo de graduação. (...) aos poucos a necessidade de compreender por que nem sempre as histórias e as lutas feministas do período eram entendidas como parte importante dessa história, do cotidiano dos movimentos de resistência, por exemplo, nos levou a buscar compreender como muitas mulheres, dos diferentes países do Cone Sul, no momento das ditaduras, identificaram com o feminismo e procuraram transformar a realidade que viviam. (Silva; Pedro; Wolff, 2018, p. 202).

²⁹ Chamado de *Archivo del Terror*, desde que foi descoberto em 22 de dezembro de 1992, o hoje Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos, que funciona junto ao Museo de La Justicia, apresenta-se como um espaço de memória da ditadura que o país viveu de 1954 a 1989, sob o comando de Alfredo Stroessner (Silva, Pedro, Wolf, 2018, p. 194).

³⁰ Operação de Inteligência criada no Chile, com o apoio da Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai, que perseguia militantes de esquerda oriundos de qualquer um desses países, onde estivessem (Vera, 2002, p. 107)

4.3 Acervos de mulheres e movimentos sociais: Arquivos da resistência

Os acervos especiais de ativistas feministas constituem documentos, materiais audiovisuais e registros em diversas naturezas que visam preservar a história e o legado do ativismo feminista. Esses acervos podem incluir cartas, fotografias, diários, documentos oficiais, publicações, panfletos, vídeos, dentre outras modalidades de registro que se tornam relevantes para a história dos movimentos. São ferramentas importantes para a preservação da memória e para compreensão das lutas e conquistas feministas, além de se tornarem fontes cruciais de pesquisa e ativismo.

A historiografia tradicional frequentemente marginalizou a contribuições das mulheres, especialmente na América Latina, onde suas lutas foram silenciadas por estruturas patriarcais e colonialistas. Promover a criação de acervos dedicados a escritoras e ativistas, bem como, desenvolver acervos constituídos por coleções elaboradas por essas mulheres se torna uma ferramenta de descolonização do conhecimento pois recuperam as vozes apagadas evidenciando o papel das mulheres na educação, política, literatura e movimentos sociais, desafiam as narrativas hegemônicas mostrando que a história latino-americana também foi construída por mulheres indígenas, negras, sindicalistas e intelectuais, e por fim, servem como base para pesquisas interdisciplinares conectando estudos de gênero, história oral, sociologia e direitos humanos.

Tendo isso em vista, e com o intuito de transformar o acervo doado por Moema Viezzer uma fonte de pesquisa e memória para a UNILA, realizamos um levantamento de alguns outros acervos já instituídos que tenham como objetivo salvaguardar a memória e democratizar a participação de mulheres em ações políticas ou movimentos sociais para servirem de inspiração mas também para orientarem o tratamento dos materiais da coleção de Moema Viezzer.

Esse levantamento tem como principal objetivo informar sobre a importância e visibilidade que esse tipo de ação (criação de acervo) traz como colaboração para a sociedade e como isso pode servir de estimulador para outros acervos como de Moema. Como exemplo citamos aqui os acervos Bertha Lutz (Brasil), Archivo de Mujeres y Género (Chile), Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas (Argentina), Archivo Ana María Portugal (Peru), Acervo Pagu (Brasil), Arquivo Histórico Vamos Mujer (Colômbia).

Diante do exposto, fica evidente que os acervos de mulheres e movimentos sociais são muito mais que meros repositórios de documentos; eles constituem-se como verdadeiros arquivos da resistência que combatem o epistemicídio histórico e reposicionam as figuras

femininas como protagonistas de suas próprias narrativas. O levantamento dessas iniciativas na América Latina, portanto, não apenas orienta o tratamento técnico da coleção de Moema Viezzer na UNILA, mas também reafirma o papel estratégico da universidade pública na guarda e difusão de memórias subalternizadas. Ao conectar o legado pessoal da ativista a uma rede continental de preservação histórica, este trabalho contribui para que futuras gerações de pesquisadores e militantes possam acessar essas fontes, garantindo que as vozes que moldaram as lutas sociais no continente permaneçam vivas como instrumentos de transformação e justiça epistêmica.

4.4 A importância de acervos pessoais para historiografia latino-americana

Acervos pessoais de militantes, como o de Moema Viezzer e Domitila Barrios, constituem fontes primárias essenciais para repensar a história social da região. Seus diários, cartas e discursos revelam micro-histórias que dialogam com processos macropolíticos, como ditaduras, movimentos sindicais e feministas. Esses documentos permitem uma abordagem historiográfica mais inclusiva, onde vozes subalternizadas ganham protagonismo, questionando narrativas oficiais

Além do valor acadêmico, esses arquivos são ferramentas de formação política. Ao acessar relatos de lutas passadas, jovens pesquisadores e ativistas podem identificar continuidades nas opressões e estratégias de resistência. O acervo da UNILA, por exemplo, pode inspirar novas frentes de mobilização, servir como material pedagógico ou mesmo subsidiar políticas públicas, conectando passado e presente.

A trajetória de Moema Viezzer e Domitila Barrios – ambas ligadas a redes transnacionais de mulheres – revela como o ativismo do século XX ecoa no feminismo contemporâneo. Suas demandas por igualdade salarial, direitos reprodutivos, combate à violência de gênero, participação política das mulheres e outros permanecem urgentes, e seus métodos de organização (como a educação popular feminista) são ressignificados por coletivos atuais.

O acervo funciona, assim, como um elo entre gerações de lutadoras. Mais que um repositório de memória, o acervo é um espaço vivo. Sua existência estimula a criação de projetos extensionistas, exposições itinerantes ou grupos de estudo que articulam teoria e prática. Ao tornar acessível a história de mulheres como Moema e Domitila, a UNILA não apenas preserva o passado, mas fertiliza o solo para futuras resistências.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A identificação das redes de educação popular feminista no acervo de Moema Viezzer demandou um trabalho minucioso de análise documental, realizado a partir de minha dupla inserção institucional como bibliotecária da Instituição e pesquisadora do Mestrado. Antes de apresentar as redes mapeadas e os documentos que as compõem, considero importante contextualizar as condições em que essa investigação foi desenvolvida.

A análise das caixas documentais resultou em um expressivo conjunto de materiais relacionados às redes, abrangendo desde registros produzidos durante as oficinas educativas e questionários respondidos por mulheres participantes até publicações que, elaboradas e multiplicadas por outras mulheres inspiradas na atuação de Moema, tornaram-se referências recorrentes em suas localidades.

Como resposta ao objetivo geral desta dissertação, que propunha investigar os documentos do acervo de Moema Viezzer para identificar as posteriores redes de educação popular feminista a partir de seu contato com Domitila em 1975 no México, apresento o levantamento das Redes de Educação Popular Feminista, organizadas aqui numa ordem cronológica de realização, resultantes da pesquisa, análise documental do acervo e elementos informacionais obtidos através de consultas e da entrevista com a Educadora Moema Viezzer.

5.1 A Primeira Rede: O contato de Moema Viezzer com Domitila na Tribuna da Mulher no México em 1975.

A primeira rede identificada e possivelmente a principal de todas, pois deu início a uma trajetória de ações populares que se espalharam como sementes pelas mãos da Educadora Moema Viezzer. Após a participação de Domitila Barrios de Chungara na Tribuna da Mulher em 1975, Moema Viezzer se propôs a escrever sua história de luta e de vida através do seu testemunho que foi gravado e transcrito por Moema e deu origem ao livro “Se me permiten hablar... Testimonio de Domitila, una mujer de las minas de Bolivia”.

O livro de Domitila Barrios de Chungara, intitulado “*Se me deixam falar...*” é escrito por Moema Viezzer através do relato da líder sindicalista dos mineiros da Bolívia, é descrito nos documentos e nas entrevistas como um elemento central e catalisador para a criação e expansão de diversas redes de educação popular e feminismo. A obra não foi apenas um registro de depoimento, mas um instrumento que permitiu a Moema “redetizar” contatos e

fundamentar sua atuação prática após o exílio. O livro foi traduzido para 14 idiomas³¹ e se tornou uma obra indispensável para compreender as relações de opressão e luta sindical através da união de trabalhadores. Além das traduções, o livro foi utilizado como ferramenta de discussão e debate em escolas e transformado até numa Cartilha no formato de história em quadrinhos³² para mobilizar sua divulgação.

5.2 A Segunda Rede: Pesquisa Educação com Mulheres da República Dominicana em 1976-1977.

Moema Viezzer descreve em entrevista sua atuação na República Dominicana como um trabalho de "repasso" de conhecimento e de "redetização" de contatos, que serviu como uma semente para o desenvolvimento do feminismo popular no país.

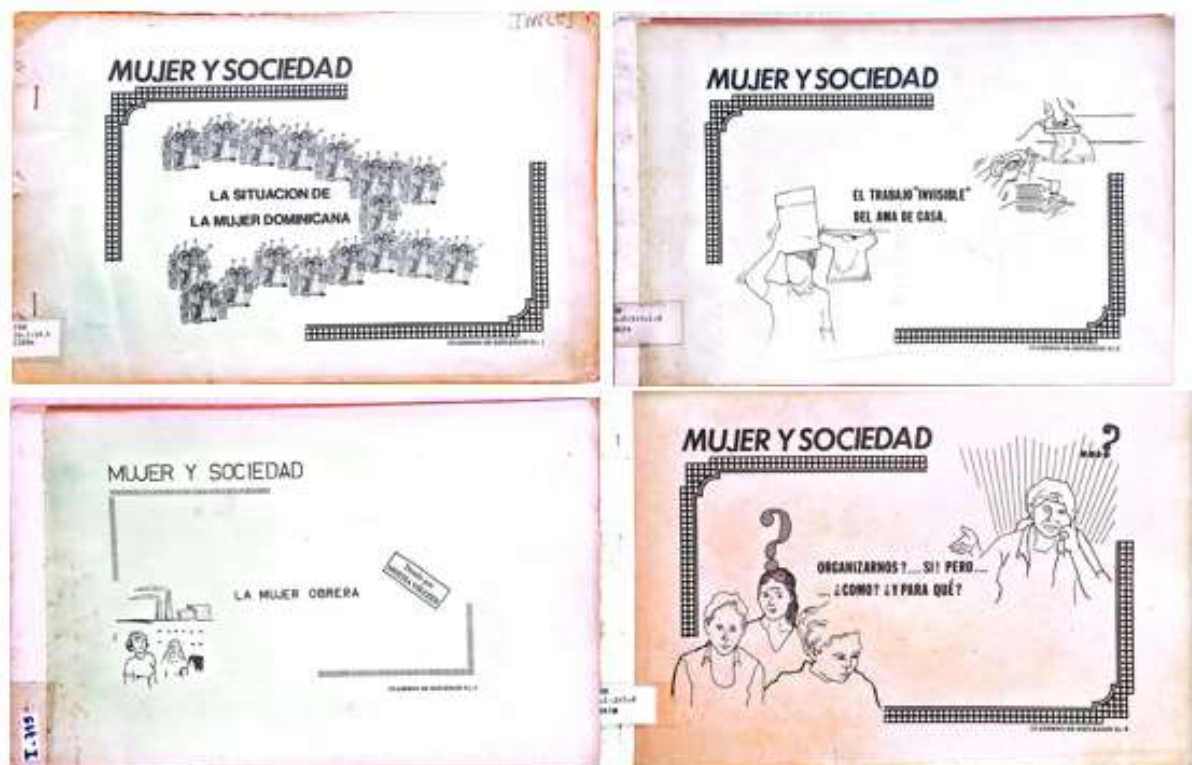
A educadora foi para a República Dominicana em 1976, acompanhando seu marido, Marcelo, que trabalhava como cooperante internacional na área rural. Antes de deixar o México, onde viveu o início de seu exílio, ela recebeu de Domitila Barrios de Chungara o endereço e o contato da socióloga e feminista dominicana Magali Pineda. Domitila e Magali haviam se conhecido na Tribuna Internacional da Mulher, realizada no México em 1975. Ao chegar, Moema procurou Magali Pineda. O primeiro contato foi com o marido de Magali, o dirigente político Rafael (Fafa) Taveras, que leu o livro *Se me deixam falar* (escrito por Moema com Domitila) "de um fôlego só" e ficou profundamente impressionado.

A partir desse encontro, Moema e Magali iniciaram uma colaboração baseada nos princípios da educação popular seguindo as seguintes etapas: Identificação de lacunas: Magali comentou inicialmente que não existiam "Domitilas" na República Dominicana (mulheres com tamanha consciência de classe e capacidade de análise). Moema rebateu afirmando que a consciência não é algo dado, mas construído através da educação popular; Pesquisa de campo: Elas mapearam 12 setores da sociedade dominicana (donas de casa, trabalhadoras domésticas, rurais, das minas e dos *bateis*, onde viviam imigrantes haitianos) e realizaram entrevistas sobre como essas mulheres viviam e o que pensavam de sua realidade; Sistematização e Oficinas: Os dados coletados foram organizados em oficinas de partilha com as próprias mulheres entrevistadas.

Figura 12 – Cartilha Mujer y Sociedad. Material didático elaborado na República Dominicana

³¹ O livro foi traduzido para o português, inglês, francês, alemão, norueguês, dinamarquês, japonês, persa, grego, italiano, quéchua, sueco, entre outros não oficializados. As capas de algumas edições destas traduções são apresentadas no Anexo.

³² A Cartilha sobre a história de Domitila foi digitalizada na íntegra e consta no Anexo desta dissertação.

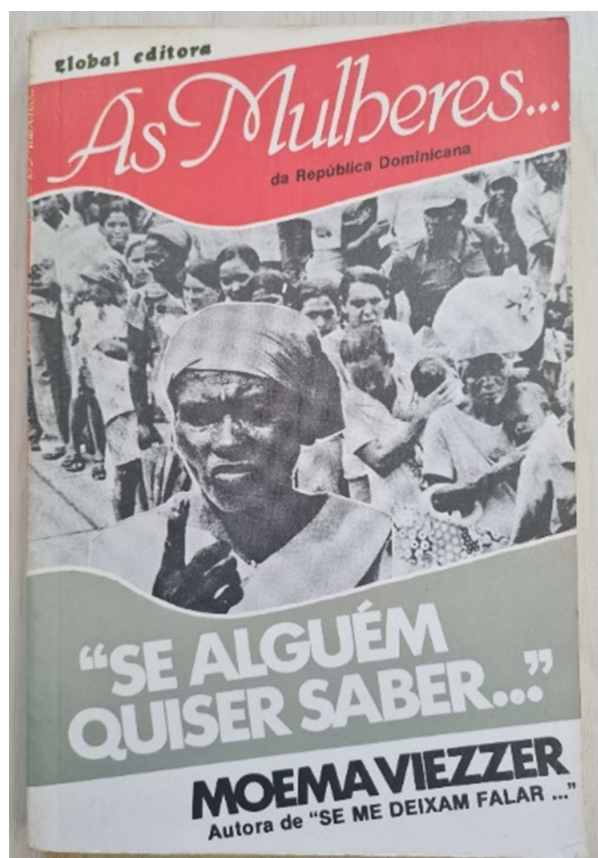


Fonte: Digitalizado do Acervo de Moema Viezzer.

Com o apoio da instituição holandesa Novib, foi produzido um audiovisual de slides e materiais pedagógicos para socializar as informações colhidas. Estes materiais pedagógicos, como por exemplo quatro números da Cartilha *Mujer y Sociedad*, fazem parte do acervo e do legado do trabalho desenvolvido por Moema.

O trabalho desenvolvido nesse período foi o precursor direto da criação do CIPAF (Centro para Investigación para la Acción Femenina), fundado por Magali Pineda. Após retornar ao Brasil, Moema escreveu o livro *Se alguém quiser saber*, baseado em suas experiências e materiais produzidos durante esse período no Caribe.

Figura 13 – Capa do livro “Se alguém quiser saber”, sobre as mulheres trabalhadoras da República Dominicana



Fonte: Digitalizado do Acervo Moema Viezzer.

5.3 A terceira Rede: Ação – Educação com mulheres trabalhadoras operárias no Haiti, 1978-1979.

Moema Viezzer descreve sua atuação no Haiti entre 1978 e 1979 como uma experiência de educação popular desafiadora, marcada pela repressão da ditadura de Jean-Claude "Baby Doc" Duvalier. O trabalho resultou em pesquisas inéditas e na criação de materiais pedagógicos para mulheres trabalhadoras.

De acordo com sua entrevista, a Educadora conta que foi para o Haiti acompanhando seu marido, Marcelo, que trabalhava como cooperante internacional na área rural. Antes de partir, ela buscou conselhos no México com o casal de exilados haitianos Suzi Castor e Gerard Pierre Charles. Eles a alertaram sobre a ferrenha perseguição política, recomendando: "para cada amigo que você fizer de esquerda, faça de conta que fez com 10 de direita".

Através desse casal, Moema obteve o contato de Micaela Médard e Rassoul Labouchin, que a receberam de braços abertos por já conhecerem o livro de Domitila (*Se me deixam falar*), que havia circulado clandestinamente no Haiti em francês. Moema e Micaela

decidiram focar o trabalho nas mulheres trabalhadoras das Zonas Francas, um setor ainda não estudado e composto majoritariamente por mulheres analfabetas em condições extremas de exploração.

Como a entrada nas fábricas era proibida, Moema conseguiu visitar alguns galpões fingindo ser acompanhante de um cooperante canadense. Ela relatou o choque ao ver mulheres costurando bolas de beisebol à mão para o mercado americano e mulheres analfabetas manuseando fios de alta tecnologia para submarinos.

Por ser branca e estrangeira, Moema despertava desconfiança. Para realizar as entrevistas, ela treinou uma equipe de três jovens estudantes haitianas que falavam creole e francês. O financiamento veio da instituição canadense "Desenvolvimento e Paz". As entrevistas eram feitas nas casas das trabalhadoras em creole para garantir a segurança e a confiança. Semanalmente, a equipe se reunia com Moema para sintetizar as respostas em francês e planejar os próximos passos.

O trabalho gerou um material pedagógico ilustrado em creole intitulado *Mouvement Hitien pour la protection de l'enfance* (Movimento Haitiano para a Proteção da Infância)³³. O título foi escolhido estrategicamente para não atrair a atenção da ditadura para um projeto focado em direitos das mulheres. Esse material serviu para um projeto de alfabetização que durou dois anos, até que os coordenadores locais fossem exilados.

Figura 14 – Capa do material didático produzido no Haiti



Fonte: Digitalizado do Acervo de Moema Viezzer.

³³ O material didático foi digitalizado e está disponível no Anexo desta dissertação.

Moema ressalta que, em 2025, ao mostrar esse material para imigrantes haitianos no Brasil, eles confirmaram que o conteúdo permanece atual e relevante para a realidade do país.

5.4 A Quarta Rede: A Rede Mulher de Educação no Brasil, 1981.

Moema Viezzer descreve a criação da Rede Mulher de Educação como um processo que uniu sua trajetória no exílio, a intuição pedagógica e a necessidade de institucionalização para viabilizar projetos de educação popular com mulheres no Brasil.

Antes de retornar ao Brasil, Moema acumulou vivências fundamentais no México, na República Dominicana e no Haiti, onde desenvolveu projetos de educação popular e escreveu o livro *Se Me Deixam Falar* com Domitila Barrios de Chungara.

Ao voltar ao Brasil no início da década de 1980, ela estava incerta sobre como aplicar o que havia aprendido. Ela chegou a se inscrever para um mestrado em sociologia na PUC-SP, mas percebeu que sua vocação era a prática da educação popular.

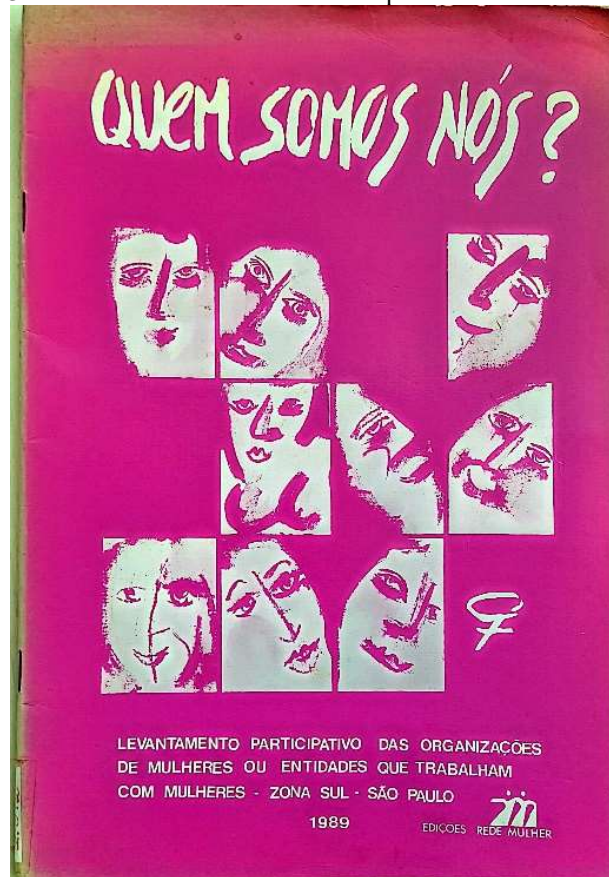
De acordo com seu relato, a inspiração para o formato da organização veio de forma inusitada: durante uma viagem de carro para Santos, Moema viu uma placa que dizia "Rede de Apoio" (um local de parada para descanso e reabastecimento). Ela vislumbrou criar algo que não fosse uma instituição vertical clássica, mas um conjunto de grupos de referência que se ajudassem mutuamente na linha da educação popular com mulheres.

Moema consultou seu mestre e amigo Paulo Freire em São Paulo sobre o dilema de criar uma instituição de bairro ou algo que trouxesse sua bagagem internacional. Freire a incentivou a optar pela segunda via, reforçando que a Pedagogia do Oprimido se aplicava perfeitamente à opressão específica e milenar sofrida pelas mulheres.

A Rede Mulher teve seu início formal na década de 1980, logo após o retorno de Moema, focando em relações sociais de gênero, um tema que praticamente não existia em pesquisas no Brasil naquela época. Beatriz (Bia) Canabrava foi sua primeira parceira nesse período. A Rede precisou se transformar em ONG formal por uma necessidade pragmática de financiamento. A pesquisadora canadense Nelly Stromquist, do IDRC, ao ler o livro de Domitila por indicação de Maurício Tragtenberg, procurou Moema para apoiar um projeto. Para receber os recursos internacionais, era exigido que a organização tivesse logomarca e CNPJ, o que levou à fundação jurídica da ONG em 1983.

A Rede Mulher foi a primeira ONG brasileira a tentar trabalhar explicitamente sob a forma de rede horizontal, onde a informação não ficava concentrada no topo, mas era coletivizada entre grupos autônomos.

Figura 15 – Material didático desenvolvido pela Rede Mulher de Educação



Fonte: Acervo Moema Viezzer.

5.4 A Quinta Rede: A Rede Brasileira de Educação Ambiental.

A REBEA (Rede Brasileira de Educação Ambiental) foi criada por Moema Viezzer e um pequeno grupo de educadores logo após a Rio 92, originando-se especificamente da Primeira Jornada de Educação Ambiental, evento que Moema facilitou com o apoio do ICAE. Durante sua fundação, foi aprovado o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, que contou com a participação de cerca de 500 educadores de diversos continentes.

Atualmente, a REBEA consolidou-se como uma malha de redes territoriais e temáticas, atuando como a principal interlocutora junto ao governo para políticas públicas de

educação ambiental e marcando presença ativa em eventos internacionais de relevância, como a Rio+20 e a COP 30. No âmbito desta rede, Moema sempre buscou pautar a transversalidade das questões de gênero, defendendo que as mudanças climáticas afetam homens e mulheres de maneira distinta.

Embora tenha tido uma atuação mais intensa nos primeiros anos, ela permanece conectada aos avanços da rede de forma interativa, acompanhando as discussões e participando ocasionalmente de eventos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação, percorri os fios que conectam a trajetória de Moema Viezzer, seu encontro transformador com Domitila Barrios de Chungara e as redes de educação popular feminista que se espalharam como sementes por diferentes países da América Latina e Caribe. Mais do que um exercício acadêmico, esta pesquisa representou uma imersão em um universo de resistência, escuta e construção coletiva do conhecimento, onde a memória individual se revela como patrimônio coletivo e ferramenta de transformação social.

O acervo pessoal doado por Moema Viezzer à UNILA constitui-se, conforme demonstrado ao longo deste trabalho, como fonte privilegiada para a compreensão da história dos movimentos sociais latino-americanos, particularmente das lutas feministas populares que emergiram das margens e desafiaram as narrativas hegemônicas. A análise documental permitiu identificar não apenas o registro material dessas lutas — cartas, fotografias, publicações, materiais pedagógicos — mas sobretudo a metodologia que as sustentava: uma pedagogia da escuta, do diálogo de saberes e da devolução do conhecimento às comunidades de origem, inspirada nos princípios freireanos e radicalizada pela perspectiva de gênero.

A primeira rede identificada — o encontro com Domitila na Tribuna da Mulher em 1975 — revelou-se o epicentro de um movimento que se expandiria para a República Dominicana, o Haiti e o Brasil, demonstrando como a experiência vivida, quando registrada com rigor ético e compromisso político, pode gerar instrumentos de conscientização e ação coletiva. O livro *"Si me permiten hablar..."* transcendeu sua condição de testemunho individual para se tornar ferramenta pedagógica, denúncia internacional e inspiração para que outras mulheres ocupassem seu lugar de fala.

As redes identificadas na República Dominicana e no Haiti evidenciaram como Moema Viezzer, partindo da experiência com Domitila, desenvolveu metodologias

adaptadas a realidades distintas, sempre ancoradas na escuta respeitosa e na produção coletiva de conhecimento. A criação do CIPAF na República Dominicana e os materiais pedagógicos produzidos no Haiti, ainda hoje reconhecidos como atuais por imigrantes haitianos no Brasil, testemunham a potência transformadora dessas práticas. No Brasil, a fundação da Rede Mulher de Educação, com o incentivo de Paulo Freire, institucionalizou uma forma horizontal de organização que influenciaria gerações de educadoras e ativistas.

A trajetória percorrida nesta pesquisa reafirma a importância fundamental dos acervos pessoais para a construção de uma historiografia latino-americana verdadeiramente inclusiva. O acervo de Moema Viezzer não é apenas uma coleção de documentos; é a materialidade de uma vida dedicada à luta por justiça social e à valorização das vozes silenciadas. É, também, um convite à reflexão sobre o papel das universidades públicas na guarda, tratamento e democratização desses patrimônios.

Nesse sentido, torna-se imperativo que a UNILA reconheça e valorize o privilégio de ser a guardiã deste acervo singular. A doação generosa de Moema Viezzer à Universidade representa não apenas um gesto de confiança, mas uma oportunidade ímpar de constituir-se como referência na preservação da memória latino-americana. Para que isso se concretize, é fundamental que a instituição desenvolva uma política institucional de desenvolvimento de acervos pessoais de autorias latino-americanas, garantindo condições adequadas para sua salvaguarda, tratamento técnico especializado e ampla democratização.

O tratamento destinado a estes acervos precisa ser o mais cuidadoso possível, justamente por sua natureza única e insubstituível. Diferentemente dos materiais bibliográficos comercialmente disponíveis, os acervos pessoais contêm documentos que não existem em nenhum outro lugar: anotações manuscritas, correspondências, fotografias, gravações originais, materiais pedagógicos produzidos artesanalmente. São fontes primárias que permitem aos pesquisadores acessar não apenas o conteúdo, mas o contexto, as relações, os processos de criação e resistência. São, em suma, a matéria-prima para uma produção de conhecimento verdadeiramente enraizada na realidade latino-americana.

Ao garantir a salvaguarda e a democratização desses acervos, a UNILA não apenas cumpre sua missão institucional de preservação da memória, mas constrói seu diferencial como universidade comprometida com a integração latino-americana. Se almejamos ser um dia referência em estudos latino-americanos, é fundamental começar por valorizar nossos próprios pensadores, educadores e ativistas, divulgando seus trabalhos e pensamentos através dos acervos que nos foram confiados. Caso contrário, seremos apenas mais uma

universidade como todas as outras, reproduzindo conhecimentos produzidos alhures e negligenciando as riquezas que temos à nossa disposição.

A pesquisa ora apresentada pretende contribuir para esse movimento de valorização, ao evidenciar a riqueza do acervo de Moema Viezzer e seu potencial para subsidiar estudos nas mais diversas áreas — história, educação, sociologia, estudos de gênero, comunicação popular, entre outras. Mais do que isso, espera-se que este trabalho inspire novas pesquisas, novos olhares sobre esse material e, sobretudo, que estimule a comunidade acadêmica a ocupar esse espaço, a fazer perguntas a esses documentos, a estabelecer diálogos entre o passado e o presente.

É importante esperar que as futuras gerações de pesquisadores, ativistas e educadores possam encontrar neste acervo não apenas registros do que foi, mas inspiração para o que ainda pode ser e que as vozes de Moema, Domitila e de tantas mulheres que teceram essas redes de resistência continuem ecoando, como sementes lançadas em solo fértil, prontas para germinar em novas lutas, novas conquistas, novas formas de ser e estar no mundo. Eu espero e pretendo trabalhar para que a UNILA, como guardiã desse patrimônio, saiba reconhecer e honrar a confiança depositada por Moema Viezzer, transformando sua coleção particular em memória coletiva viva e atuante e que essa prática seja replicada através de outros acervos pessoais que venham a ser recebidos pela Instituição.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Paula Meneses. **História e Memória por meio de coleções especiais**: o caso da biblioteca da UNESP/FCLAR. In: VIEIRA, Bruno. V. G.; ALVES, Ana Paula Meneses [orgs]. *Acervos Especiais: Memórias e diálogos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. 134p.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de.; LINO, Lúcia Alves da Silva. O inventário da biblioteca Lélío Gama: recuperação da memória e relevância para estudos afins. In: **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, v. 128. p. 219-230, 2008. [volume publicado em 2010]. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_128_2008.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.

BERTOLETTI, Esther Caldas.; BELLOTO, Heloísa Liberalli.; DIAS, Erika Simone de Almeida Carlos. O projeto de resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco: acesso as fontes da história do Brasil existentes no exterior. **Revista de Pesquisa Histórica CLIO**. Dossiê História Colonial. Parte 1, v. 29, n. 21, jan./jun. 2012. Disponível em: <periódicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24293>. Acesso em: nov. 2025.

BRINGEL, Breno.; FALERO, Alfredo. Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 269-288, maio/ago. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/d3MmHJhmCQ4GBzBPrrF9R4S/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: maio 2024.

CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In: MINERVAS [ed.] **Momento de Paro, Tiempo de Rebelión**: Miradas feministas para reinventar la lucha. Fundación Rosa Luxemburgo y Fondo dell Ministerio Federal de Cooperación Económica y Desarrollo de Alemania (BMZ). 2018.

CABNAL, Lorena. **Feminismos diversos**: el feminismo comunitario. Madrid, España: Acsur Las Segovias, 2010.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. **Preservando a memória da ciência brasileira**: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo. 2014, 251f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, USP. 2014. Disponível em: <teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-1122014-190123/en.php>. Acesso em: nov. 2025.

CALLADO JUNIOR, Wilson Aquino. **Os arquivos pessoais como fontes de pesquisas**: uma análise do acervo de Frederico Edelweiss. Trabalho de Conclusão de Curso. 42 f. 2022. Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/handle/ri/38248>>. Acesso em: nov. 2025.

CIRNE, Thiago. Bibliotecas particulares: Intimidade, intelecto e cultura. **Revista Biblioo: cultura informacional**. Rio de Janeiro, 19 set. 2013. Disponível em: <<http://biblioo.info/bibliotecas-particulares/>>. Acesso em: 26 set. 2023.

CHUNGARA, Domitila.; VIEZZER, Moema. **Si me permiten hablar**. Testimonio de Domitila, una mujer de las minas de Bolivia. Ciudad de México: Siglo XXI Editores, 2005.

COORDINADORA DE ORGANIZACIONES PARA EL DESARROLLO. **Voces contra la violencia Patriarcal en Bolivia**. Disponível em: <<https://coordinadoraongd.org/2020/04/voces-contra-la-violencia-patriarcal-en-bolivia/>>. Acesso em: maio 2024.

COSTA, Maria da Graça. Agroecologia, (eco)feminismo e “bem viver”: emergências decoloniais no momento ambientalista brasileiro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque [org.]. **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

CUNHA, Murilo Bastos da.; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

DUTRA, Delia.; BANDEIRA, Lourdes Maria. Estudos de gênero na América Latina: dinâmicas epistêmicas e emancipações plurais. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as**

Américas. v. 9, n.2, 2015. Disponível em:

<<https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/16038>>. Acesso em 26 ago. 2025.

EGGERT, Edla.; SILVA, Márcia Alves da.; LIBERA, Aline Lemos da Cunha Della. Dos fios que se interpenetram na tecelagem: um conceito para os estudos feministas. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, SC. v. 30, n. 2, 2002.

ESPINOSA, Yuliana Lopera.; ROLDÁN, Maria Cristina Betancur. **Elementos de la etnografía para el estudio de los archivos personales**: uma aproximación metodológica.

Revista Interamericana de Bibliotecología. V. 47, n. 3, 2024. Disponível em:

<revistas.udea.edu.co/index.php/RIB/article/view/357210>. Acesso em: nov. 2025.

FREITAS, Jessica Campos de. **A subjetivação feminista no testemunho individual de Domitila Barrios de Chungara a permear Fronteiras**. 2025. 113 f. [Dissertação]. Programa de Pós-Graduação do Pantanal. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. UFMS.

Disponível em: <<https://sigpos.ufms.br/portal/trabalho-arquivos/download/14816>>. Acesso em: 25 ago. 2025.

GARCÍA LINERA, Álvaro. **Identidad Boliviana**: nación, mestizaje y plurinacionalidad. Vicepresidencia del Estado Plurinacional. Presidencia de la Asamblea Legislativa Plurinacional: La Paz, Bolivia, 2014.

GARGALLO, Francesca. **Feminismos desde Abya Yala**: Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en Nuestra América. México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México – UACM, 2022. [e-book].

LE GOFF, Jacques. Memória. In: ROMANO, R. [org]. **Enciclopédia Eunadi vol. 1**: Memória-História. 1.ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro latino americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. [e-book]

GUZMÁN ARROYO, Adriana. **Descolonizar la memoria**: descolonizar feminismos. Tarpuna Muya: La Paz, Bolívia, 2019.

GUZMAN, Julia Evelyn Muniz Barreto.; NOLASCO, Edgar César. **Si me permiten hablar na exterioridade da Fronteira Sul**. [Anais dos Seminários Internacionais de Estudos de Linguagens e das Semanas de Letras FAALC/UFMS]. Campo Grande, MS. n. 2, 2020. p. 95 - 103. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/SIEL/article/view/9776>>. Acesso em: 25 ago. 2025.

HOLLANDA, Heloisa Buarque [org.]. **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEVINO, José. Domitila Barrios de Chungara: **Sem as mulheres, a revolução fica ela metade**. 2012. [matéria de jornal online]. Disponível em: <

<https://averdade.org.br/2012/05/domitila-barrios-de-chungara-sem-mulheres-revolucao-fica-pela-metade/>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

LIMA, Carolina Meneses. **Si me permiten hablar...Testimonio, interseccionalidade e feminismos**: as contribuições de Domitila Barrios Cuenca para o pensamento social latino-americano. 2022. 104 f. Dissertação. [Mestrado em Ciências Sociais]. Programa de Pesquisa e Pós-Graduação de Estudos Comparados sobre as Américas – PPGECsA. Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

LIMA e SILVA, Bruna Camilo de Souza. **Patriarcado e Teoria Política Feminista: Possibilidades na Ciência Política**. 2019. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/31963>>. Acesso em: 25 ago. 2025.

LUGONES, Maria. Debate Colonialidade do gênero e feminismos descoloniais: Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**. v. 22, n. 3, dez. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqznb/?format=html&lang=p>> Acesso em 25 ago. 2025.

MANCE, Euclides André. **A Revolução das Redes**: A colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MANCE, Euclides André. **Teoria de Redes – Introdução conceitual e elementos organizativos**. Disponível em: <https://euclidesmance.net>. Acesso em: 08 mar. 2026.

MARTINS, Priscila Rosa.; LUNARDELLI, Rosane Suely Alvares.; ALEIXO, Diana Vilas Boas Souto. Organização de Arquivos Pessoais: uma revisão de teoria e práticas. **Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo**. v.2, n. 2, 2023. Disponível em: <revista.arqusp.org.br/index.php/revista-da-associacao-de-arquivi/article/view/77>. Acesso em: nov. 2025.

MARTINS, Thiago Rafael. **O arquivo pessoal do fotógrafo Sebastião Carvalho Leme**: procedimentos para identificação documental. 2025. 96f. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, 2024. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/311108>>. Acesso em: nov. 2025

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **Memória e Cultura Material**: Documentos Pessoais no Espaço Público. *Revista Arquivos Pessoais*, v.11, n. 21, 1998, p. 89-103. Disponível em: <periodicos.fgv.br/reh/article/view/2067>. Acesso em: 16 set. 2023.

MOLINA, Eduardo. **La massacre de San Juan**. Disponível em: <<https://www.laizquierdadiario.com/bo/La-masacre-de-San-Juan>>. Acesso em: 31 ago. 2025.

MORAIS, Fernanda Silva de.; NOGUEIRA, Lucas Fernando da Silva. **Trajatória de Moema Viezzer: relação com a Teologia da Libertação**. 2019. In: Congresso Internacional de História, IX. 2019.

MOREIRA, Tereza. **Moema Viezzer, Vocação de Semente**: A história de uma facilitadora da inteligência coletiva. São Paulo: Brasil Sustentável editora, 2017.

NUNES, Nilza Rogéria de Andrade.; VEILLETTE, Anne-Marie. Mulheres de favelas e o (outro) feminismo popular. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.30, n.1, jan. abr. 2022. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/ref/a/3bYdp8tnKKy6D7FXbY8PCpm/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2025.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Modelagem e status científicos na descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais**. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências. Universidade de São Paulo, USP, 2010. Disponível em: <teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-14062011-134720/em.php>. Acesso em: nov. 2025.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Os tipos documentais: a forma de Registro de um modo de viver. v.2, 2017, p. 23-31. In: CUEVAS CERVERO, Maria Aurora.; SÁNCHEZ CUADRADO, Sonia.; FERNANDEZ BAJÓN, Maria Teresa.; SIMEÃO, Elmira. Investigación em informacción, documentación y sociedade. DOCTA: Madrid, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Conferências de Gênero: Mulheres e Igualdade**. Disponível em: <<https://www.un.org/en/conferences/women>>. Acesso em: 20 ago. 2025.

PAREDES, Julieta. Descolonizando o feminismo. In: Hollanda, Heloísa Buarque de. [org]. **Pensamento Feminista hoje: Perspectivas decoloniais**. São Paulo: Bazar do Tempo, 2020.

PAREDES, Julieta. **El desafío de la despatriarcalización: Entramado para la liberación de los pueblos**. La Paz, Bolivia: Feministas Comunitarias de Bolivia (FeCAY), 2016.

PAREDES, Julieta Carvajal. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque [org.]. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: ROMANO, R. [org]. **Enciclopédia Einaudi. vol. 1: Memória-História**. 1. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. **Revista Peru Indígena**. Lima, Peru. v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992. Disponível em: <<https://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quijano.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2025.

QUIJANO, Anibal. **Cuestiones y horizontes: de la independencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2014. Disponível em: <<https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140424014720/Cuestionesyhorizontes.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2025.

RODRIGUES, Fania. **Entrevista com Domitila Barrios de Chungara: A Guerreira da paz**. 2010. Disponível em: <<https://nucleopiratininga.org.br/entrevista-com-domitila-barrios-de-chungara-a-guerreira-da-paz/>>. Acesso em: 25 jun. 2025.

SADER, Emir.; JINKINS, Ivana.; NOBILE, Rodrigo [org.]. **Latinoamericana**: Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília. v. 21, n. 1, p.109-130, 2006> Disponível em: <scielo.br/j/se/a/BF3dYyyqYgB7RX7fj7SrpQk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2023.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina – caminhos para uma política emancipatória. **Caderno CRH**. Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, set./dez. 2008. Disponível em: <scielo.br/j/ccrh/a/6wD3fTmTjTpZDJQdGvrRvH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2023.

SILVA, Carmen Sílvia Maria da. **Feminismo popular e lutas antissistêmicas**. Recife: Edições SOS Corpo, 2016. Disponível em: <<https://soscorpo.org>>. Acesso em 21 ago. 2025.

SILVA, Giovani José da. A Bolívia, Chiquitania e as populações indígenas em um mosaico étnico e cultural. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**. v. 6, n. 2, p. 102-106, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/19517>>. Acesso em: 20 ago. 2025.

SILVA, Janine Gomes da.; PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. Acervo de pesquisa, memórias e mulheres: o Laboratório de Estudos de Gênero e História e as ditaduras do Cone Sul. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 71, p. 193-210, dez. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rieb/a/8QKch8vxJYCBDzyg6Mhh69M/>>. Acesso em: 03 ago. 2025.

SILVA, Márcia Alves da. Educação popular feminista numa perspectiva descolonial latino-americana. **Revista Acta Scientarium Education**. [História e filosofia da Educação]. Maringá, PR. v. 44, 2022. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-52012022000100101>. Acesso em 27 ago. 2025.

SILVA, Yasmin Justo da. **Domitila Barrios de Chungara**: um olhar decolonial para o testimonio feminino latino-americano. 2022. 93 f. Dissertação [Mestrado em Estudos de Literatura]. Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura, Instituto de Letras. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

SILVA FILHO, José Tavares da.; OLIVEIRA, Rosane Cristina de. **A preservação da memória através das coleções particulares depositadas na UFRJ**: O caso da coleção Afonso Carlos Marques dos Santos. Disponível em: <repositorio.febab.org.br/files/original/47/4854/SNBU2006_028.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.

SIQUEIRA, Yarú. Mills. **História e Ecofeminismos**: a trajetória de Moema Viezzer na América Latina. Disponível em: <<https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/6665>>. Acesso em: 03 set. 2023.

TAMAYO, Wara Belén Palacios. **Ante el delírio occidental, nosotras decidimos:** feminismo comunitário antipatriarcal: mujeres que se rebelan. 2022. 30 f. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Graduação em Antropologia e Diversidade Cultural Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História - ILAACH. Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, Foz do Iguaçu-PR, 2022. Disponível em: <<https://dspace.unila.edu.br/items/10219faf-41b3-42f6-aeb2-70e5d75fe2a2>>. Acesso em: 20 ago. 2025.

TERRA, Ricardo Ribeiro. Humboldt e a formação do modelo de universidade e pesquisa alemã. **Cadernos de Filosofia Crítica e Modernidade**. v. 24, n. 1, 2019. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/154074>>. Acesso em: 26 jun. 2025.

TIMPANARO, Berenice. **Havia una teoria latinoamericana del cuidado:** los aportes de Domitila Barrios de Chungara. Disponível e: <<https://latfem.org/hacia-una-teoria-latinamericana-del-cuidado-los-aportes-de-domitila-barrios-de-chungara/>>. Acesso em 31 ago. 2025.

VERA, Myrian Gonzáles. Los Archivos del Terror del Paraguay. La história oculta de la represión. In: CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (Org.). **Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad**. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2002, p. 85-114.

VIEYRA, Juan Carlos Páez. **Maxima Acuña: la lucha por la defensa de su territorio**. 2021. Disponível em: <https://rei.iteso.mx>>. Acesso em: 08 mar. 2026.

VIEZZER, Moema. **El “Comité de Amas de Casa del Siglo XX”:** una experiencia política boliviana. Nueva Antropología. v. II, n. 8, p. 29-46, abril, 1977. Asociación Nueva antropología A. C. Distrito Federal, México, 1977. Disponível em: <<https://www.redalyc.org>>. Acesso em: 23 jun. 2025.

VIEZZER, Moema Líbera. **O Problema não está na Mulher**. 1988. 405 f. [Dissertação] Mestrado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica – PUC. São Paulo. 1988. [Documento Original do acervo pessoal de Moema Viezzler]

VIEZZER, Moema. **O problema não está na mulher**. Cortez: São Paulo, 1989.

VIEZZER, Moema. **Se me deixam falar...Domitila:** depoimento de uma mineira boliviana. 7. ed. São Paulo: Global, 1982.

VIEZZER, Moema. **“Se me deixam falar...”:** depoimento de uma mineira boliviana. 12. ed. São Paulo: Global, 1987.

VIEZZER, Moema. **“Si me permiten hablar...”:** Testimonio de Domitila, una mujer de las minas de Bolívia. La Pequeña Editorial: Sierra de los Padres, Argentina, 2020. [Edição especial de 15 anos da primeira edição, contendo acréscimos].

VIEZZER, Moema. Educação Popular: o tema gerador que revelou minha relação com o mundo. In: MOREIRA, Tereza. **Vocação de Semente:** A história de uma facilitadora da inteligência coletiva. Brasil Sustentável Editora: São Paulo, 2017.

REFERÊNCIAS AUDIVOSUAIS

KAS BOLIVIA. Fundación Konrad Adenauer. **Mujeres Políticas em la terra prohibida: Domitila Chungara**. 2008. Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RWAWowB5GNk&t=1546s>>. Acesso em: 31 ago. 2025.

ASAMBLEA BOLIVIA. **06 Conferencia mundial de mujeres en Mexico**. 13 maio 2012. Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OYv-tkM3JFo>>. Acesso em: 31 ago. 2025.

SEGUN YO. **Domitila Barrios – Si me permiten hablar/BBB** – Biblioteca del Bicentenario de Bolivia < <https://www.bbb.gob.bo/>>. Youtube. 04 set. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sfq8BJBV8WI>>. Acesso em: 31 ago. 2025.

FUNDACIÓN ROSA LUXEMBURG y RADIALISTAS. **Domitila**: La rebeldía de las mineras bolivianas. Disponível em: <radialistas.net/Domitila-chungara>. Acesso em: 31 ago. 2025. [radionovela em 20 capítulos] [Resumen: Domitila Barrios, lideresa del Comité de Amas de Casa de los campamentos mineros de Bolivia, defensora de los derechos de las mujeres y de los obreiros, uma verdadeira revolucionária].

APÊNDICES

1 - CORPUS DOS ITENS DO ACERVO UTILIZADOS PARA A PESQUISA

ID	Tipo de Documento	Data	Local	Título/Resumo	Palavra-chave	Notas de preservação e descrição	Autoria/Responsabilidade
	Artigo/ Oficina de Metodologia	17/08/1987	São Paulo	Oficina de Metodologia Educação Popular e Movimento de Mulheres	Educação Popular. Movimento de Mulheres	Documento Físico em estado médio de preservação.	Elaborado por Moema Viezzer com colaboração de Beatriz Canabrava e Vera Lucia Vaccari da Equipe de Coordenação da Rede Mulher.
	Manual	2002	Pará	Manual da Campanha de Documentação para mulheres extrativistas trabalhadoras rurais. “Nenhuma mulher sem documentos! Nenhum dos seus familiares também!” Manual para uso da equipe de coordenação	Educação popular. Campanha de documentação. Mulheres trabalhadoras rurais extrativistas	Material físico em espiral. Bom estado de preservação	Campanha de Documentação – NCS Mulher. Coordenação Estadual do Pará. 2002. Secretaria da Mulher trabalhadora rural extrativista. Conselho Nacional dos Seringueiros
	Caderno	1989	São Paulo	Quem Somos nós? Levantamento Participativo das organizações de mulheres ou entidades que trabalham com mulheres – Zona Sul – São Paulo. Levantamento realizado pela Rede Mulher em conjunto com grupos de mulheres ou instituições que atuam junto às mulheres da Zona Sul do Município de São Paulo. Objetivo: para mulheres da	Educação Popular. Rede Mulher. Organizações para mulheres	Material físico em formato de caderno grampeado. Médio estado de preservação	Equipe Rede Mulher: Moema Viezzer, Beatriz Canabrava, Lelia Bomfim, Nádia Célia Barreto de Farias.

ID	Tipo de Documento	Data	Local	Título/Resumo	Palavra-chave	Notas de preservação e descrição	Autoria/Responsabilidade
				comunidade tomarem conhecimento das organizações existentes na área.			
	Cartilhas	2000	São Paulo	Mudando o mundo com as mulheres da Terra: Capacitação de líderes trabalhadoras rurais extrativistas.	Rede Mulher de Educação	Cartilhas em papel no formato de cadernos e folhetos. Bom estado de conservação. (10 cartilhas, 1 folheto, 1 pôster)	Rede Mulher de Educação
	Memória de Oficina	1991	São Paulo	Oficina de Cooperação Internacional.	Redes de educação Popular entre Mulheres.	Caderno impresso grampeado. Estado médio de preservação	Rede Mulher. Movimento Laici América Latina - MLAL ³⁴ .
	Cadernos	[1977]	Santo Domingo – República Dominicana	Mujer y sociedade. La situación de la mujer dominicana. Cuaderno de Reflexion n. 1	Educação para mulheres	Caderno impresso grampeado. Estado médio de preservação	Proyecto de Investigación-educación para mujeres. Magali Pineda, Moema Viezzer
	Cadernos	[1977]	Santo Domingo – República Dominicana	Mujer y Sociedad. El trabajo “invisible” del ama de casa. Cuaderno de Reflexion n. 2	Educação para mulheres	Caderno impresso grampeado. Estado médio de preservação	Proyecto de Investigación-educación para mujeres. Magali Pineda, Moema Viezzer

³⁴ **MLAL - Movimento Laici América Latina** é uma organização não governamental italiana, nascida em 1966 em Roma, focada na solidariedade, cooperação internacional e no envio de voluntários leigos para projetos de desenvolvimento na América Latina e África. Atua na defesa dos direitos humanos, educação, agricultura sustentável e proteção infantil.

ID	Tipo de Documento	Data	Local	Título/Resumo	Palavra-chave	Notas de preservação e descrição	Autoria/Responsabilidade
	Cadernos	[1977]	Santo Domingo – República Dominicana	Mujer y Sociedad.La mujer obrera. Cuaderno de reflexiones n. 3	Educação para mulheres	Caderno impresso grampeado. Estado médio de preservação	Proyecto de Investigación-educación para mujeres. Magali Pineda, Moema Viezzer
	Cadernos	[1977]	Santo Domingo – República Dominicana	Mujer y sociedd. Organizarnos?...Si! Pero...Como? Y para qué? Cuaderno de reflexiones n. 4	Educação para mulheres	Caderno impresso grampeado. Estado médio de preservação	Proyecto de Investigación-educación para mujeres. Magali Pineda, Moema Viezzer
	Cartilha	[1978]	Haiti.	Mujeres obreras de Haiti [mouvement haitien pour l'epanouissement de l'enfant. Fanm ouvriyè lan pèyi d'ayiti.] Cuaderno 1: Condiciones del trabajo de las mujeres.	Educação para mulheres. Mulheres operárias do Haiti	Caderno impresso grampeado. Em estado precário de preservação.	Micaela Medard e Moema Viezzer. Projeto Desenvolvimento e Paz (Canadá)
	Livro (Guia)	2003	São Paulo	Vem pra Roda! Vem pra Rede! Guia de apoio à construção de redes de serviços para o enfrentamento da violência contra a mulher.	Educação para mulheres. Violência contra mulheres. Políticas públicas	Livro brochura. Bom estado de conservação	Moema Viezzer e Berlindes Astrid Küchemann. Rede Mulher de Educação
	Livro	1982	São Paulo	Se alguém quiser saber...	Mulheres trabalhadoras. República Dominicana. Educação para mulheres.	Bom estado de conservação	Elaboração Moema Viezzer e Magali Pineda. Distribuição CEEDE/1979 Santo Domingo

2 - Entrevista feita com Moema Viezzer em 07 e 08 de fevereiro. Gravada e revisada por Moema

A entrevista foi transcrita de maneira livre (não literal) para garantir a objetividade e evitar ficar muito extensa. Eu (Suzana Mingorance) fiz a transcrição e Moema Viezzer fez a revisão.

Suzana - Depois de tantos anos de atuar em redes, o que você gostaria de ressaltar em relação a este assunto, quem sabe até exemplificando algo que lhe pareça importante ressaltar?

Moema – Muita coisa pode ser dita, certo? Mas vou me limitar a alguns aspectos e, quem sabe, citar alguma experiência específica que vivi como educadora popular. Porque o conceito de rede propriamente dito é muito abrangente e você pode avaliá-lo a partir das redes sociais ou de redes nas quais pessoas e grupos interagem a partir de propostas próprias, por interesses específicos, por pertencimento a um território e outros.

Como perspectiva educadora e ativista social, vejo a atuação em rede como uma maneira de estar e atuar com outras pessoas numa forma dialógica, não vertical, como geralmente acontece nas instituições (religiosas, políticas, empresariais, inclusive em organizações sociais) que cultivam relações verticais baseadas na hierarquia.

Existem redes e redes: Redes de pessoas, redes de instituições, redes sociais virtuais. Inclusive redes que assim se mostram, mas na verdade são verdadeiras ‘pirâmides’ que contam com redes diversas em suas bases, mas não partilham com elas o poder, concentrando-o na hierarquia. Posso usar a igreja católica como um exemplo. Uma vez vi um cartaz que ilustrava redes e, entre elas, estava a Igreja Católica. De fato, ela é muito redetizada pelo mundo afora com muitas pastorais, conselhos de leigos e leigas, instituições e comissões as mais variadas nas quais as pessoas se encontram a partir de uma religião cristã – no caso a católica -, mas que, na verdade, é uma grande ‘pirâmide teocrática’ na sua institucionalização, bem longe da mensagem e do legado deixado por Jesus de Nazaré no seu evangelho que esta igreja apregoa. De fato, por mais que você tenha grupos que se relacionam nas bases, todo o poder está concentrado em Roma, totalmente hierarquizado e pouco evangélico em sua forma de atuar. Haja vista a dificuldade de certos dirigentes da igreja, como foi o Papa Francisco, para romper que esta relação, quando apregou o que chamou de “igreja em saída” e a “sinodalidade” que constituiria uma colegialidade de fato entre igrejas locais com poder partilhado.

Mas este é um exemplo em grande tom. Só que este processo de ‘piramidação’ é muito fácil de chegar a qualquer rede. E por isso mesmo é importante cuidar para não transformamos nossas redes em pirâmides, deixando de facilitar a partilha, o diálogo e o potencial de seus vários integrantes, o que vem acontecendo muito em várias redes de movimentos sociais e em demasia em muitas redes sociais virtuais.

Penso que a atuação em rede possibilita muitas articulações que só engrandecem o conhecimento e as práticas sociais. Muita gente deve a esse estilo de atuar juntos novos

contatos, novos conhecimentos e novas formas de atuar com pessoas de outras formações e de outras instituições que acaba conhecendo. Por isso mesmo, é importante, entre outros, que aqueles e aquelas que são chamados a “facilitar” alguma rede, não se eternizem, mas facilitem também o rodízio das coordenações, a possibilidade de novos contatos e novas iniciativas. O princípio das redes é de ir coletivizando o conhecimento, as práticas e os espaços adquiridos para que não isto não se perca e, ao contrário, se aprofunde e se amplie.

Eu aprendi e continuo aprendendo muito trabalhando em rede como educadora popular. Algumas redes reúnem mais indivíduos, outras, juntam instituições. No movimento feminista, por exemplo, participei da *rede feminista de saúde e direitos reprodutivos* que nasceu como uma rede de instituições e não de pessoas. Para garantir o trabalho em rede, na assembléia realizada a cada 3 anos, outra instituição se tornava facilitadora assumindo a secretaria executiva com um novo grupo coordenador constituído por algumas instituições da rede. Assim era garantida uma forma mais horizontal de organizar e coordenar as iniciativas da rede ao longo dos anos.

Quando eu idealizei e comecei a Rede Mulher em 1980, parti do contato com pessoas ligadas à educação popular. Através delas e de grupos que iniciamos de trabalho de educação popular com mulher, fui tendo contatos e ligações com muito mais pessoas e com muitas instituições. Mas, foi um processo diferente e sempre teve uma característica: os grupos que se ligavam à Rede Mulher, eram grupos autônomos, sem ligação propriamente jurídica.

O importante para nós era o que aprendíamos através de oficinas, cursos e outros instrumentos pedagógicos e a possibilidade de multiplicar o aprendido através dos grupos com os quais tínhamos entrado em contato.

Pouco a pouco, mesmo no trabalho de ‘formiguinha’ que fazíamos, conseguimos chegar a atuar nacionalmente, como aconteceu, por exemplo, no contexto da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987. Naquele momento, a Rede Mulher de Educação conseguiu trabalhar literalmente, de norte a sul do país, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, com grupos de mulheres ligados a comunidades eclesiais de base e outros grupos de periferia, de associações, de sindicatos. O ponto de partida foi o pedido de um grupo de mulheres durante a ‘Primeira Oficina Nacional de Educação Popular com Mulheres’ que coincidia com o início do processo da Assembleia Nacional Constituinte e uma das mulheres disse: “nós também precisamos participar”. Sem muito saber como, a Rede Mulher aceitou ficar como um ‘ponto de referência’ e desenvolveu então um trabalho de ‘ponte’ entre vários grupos que havíamos conhecido através de igrejas, de sindicatos, de associações diversas e a Assembleia Nacional Constituinte principalmente através do grupo das mulheres parlamentares eleitas para tal fim. Com o apoio para um pequeno projeto, criamos então um boletim mensal de intercâmbio intitulado ‘*Nós e a Constituinte*’ que circulou bastante pelo país. Esse boletim era um vai-vem de informações recebidas tanto das parlamentares como das mulheres envolvidas. Foram 10 edições. Estão no acervo que doe à UNILA. Nossa comunicação em rede era através de cartas, telefone público, algumas reuniões em São Paulo onde estava sede da Rede Mulher que tinha se tornado o ponto comum para manter o trabalho em rede. Para alguns desses grupos de mulheres dos setores

populares das periferias de cidade e da área rural, receber o boletim era um assunto em si, porque elas não tinham sede própria, suas reuniões eram na paróquia, na sede do sindicato ou da associação. Então, não tinham endereço próprio e nos davam o endereço dessas instituições às quais estavam ligadas.

Na época, dois assuntos que afetavam as mulheres muito recorrentes - o trabalho doméstico e o aborto (até hoje questões não resolvidas) -, trouxeram muitos debates, pois muitas mulheres que estavam nesse processo eram a favor de um salário para as donas de casa, enquanto outras eram a favor da luta para que todas as mulheres tivessem direito de trabalhar (Inclusive houve uma iniciativa popular só desse tema). Em relação ao aborto também não havia consenso: algumas eram totalmente contra outras a favor e algumas não queriam legalização do aborto, mas eram favoráveis à descriminalização. De acordo com o acordo estabelecido, nós (da Rede Mulher) colocamos isso nos Boletins - que não tínhamos como construir uma frase na iniciativa popular a respeito destes temas, já que as respostas eram diversas. E não pertencia a nós cortar o debate.

Não foi um trabalho fácil. Nem mesmo com as feministas. Quando fui chamada para uma reunião de mulheres do movimento em São Paulo para assinar um documento a respeito do aborto, deixei claro para o grupo: “vou assinar enquanto pessoa (Moema Viezzer) eu não posso assinar enquanto Rede Mulher de Educação”. E expliquei o motivo e o que acontecia neste trabalho nosso, o que gerou confusão com alguns presentes.

Também fui chamada para me explicar perante o Bispo da Zona Sul. É que algumas freiras que recebiam os boletins no endereço da casa paroquial leram o mesmo antes de entregar às mulheres das comunidades e foram falar com o bispo que “as mulheres da rede estavam a favor do aborto”. Fomos, explicamos, mas com algumas das mulheres envolvidas no processo que comentaram que elas viam televisão, sabiam de muita coisa e que não era isso que estava escrito no boletim. E assim continuamos, porque era forte nossa ligação ‘em rede’, transcendendo a jurisdição eclesiástica da qual essas mulheres faziam parte.

Trabalhar em rede é, às vezes, muito complicado pois é preciso se organizar para manter o controle das ações, precisa de metodologia de trabalho em rede para não perder de vista o objetivo que nos reuniu e respeitar a diversidade de opiniões. Para nós, da Rede Mulher, foi a glória chegar nessa quantidade de grupos em todo Brasil até onde a gente chegou, nessas condições limitadas de comunicação, e lembrando que, na época, pouquíssimos grupos de mulheres dos setores populares eram coletivos ou organizações autônomas, muito menos grupos que se autodeclaravam feministas. Isto veio em anos posteriores. Hoje o panorama é muito diferente!

Chegou o momento de transformar o que se havia recolhido e sintetizado em uma iniciativa popular. Então recorremos a dois juristas: a advogada Silvia Pimental e o advogado Hélio Bicudo que nos deram este apoio solidário. E chegamos, então a ter uma “Iniciativa Popular Direitos da Mulher”.

Com o texto em mão partimos para a coleta de assinaturas. Então, as participantes enfrentaram outras questões onde buscavam recolhê-las: outras assinaturas eram consideradas prioritárias aos direitos da mulher e era permitido assinar somente três; então a das mulheres ficava fora (porque os que conduziam o processo nas bases diziam que: reforma agrária, saúde, direitos dos trabalhadores era mais importante do que os direitos da mulher) . Por outro lado, aconteceu que a exigência para uma assinatura ser aceita, tinha que ter endereço e CPF acompanhando o nome da pessoa que assinava. Acontece que, naquele ano, muitas mulheres dos setores populares não tinham CPF. O ‘chefe da família’ era quem tinha CPF. E a maioria das participantes eram mulheres casadas, donas de casa. Então, para essas mulheres, ir de praça em praça, de igreja em igreja e de porta em porta para conseguir a tal assinatura completa... não foi fácil. Mas conseguimos mais de 40 mil assinaturas, que era o mínimo exigido. A cada passo dado novas formas de submissão eram desvendadas.

Este processo de atuação em rede da *iniciativa popular direitos da mulher*, foi um processo pedagógico que posteriormente se desdobrou em muitas ações locais. O trabalho da Rede Mulher foi sempre um trabalho educativo, nós nunca tivemos um serviço específico jurídico contra a violência, mas ajudou bastante as mulheres a aprenderem a enfrentar a violência doméstica e a dependência da igreja, dos sindicatos e associações às quais estavam ligadas, todas elas ainda instituições marcadamente patriarcais.

Foi uma ‘glória’ para nós, entregar nossa iniciativa com suas 40 mil assinaturas ‘nos conformes’ do processo de participação popular na Constituinte. Em Brasília estivemos umas 60 mulheres de 14 estados que conseguiram chegar ali com o apoio de igrejas, de políticos e de outras instituições. Eu tive a oportunidade de defender esta iniciativa na Tribuna da Câmara dos Deputados, por indicação de mulheres que participavam da iniciativa. Lembro que recebi um telegrama com o convite de Afonso Arinos me comunicando que estava sendo convocada para esta cerimônia. Foi um momento muito grande para todas nós. E principalmente porque tudo isso partiu do movimento popular de mulheres, que eram ligados a Rede Mulher, mas eram completamente autônomas nas suas atuações em seus territórios e comunidades com suas próprias organizações locais e interligações que elas tinham.

Desculpe eu ter me alongado tanto na descrição de uma única iniciativa. E teria muito mais a contar. Especialmente porque o processo da nossa participação na Constituinte se desdobrou depois em várias oficinas de *‘educação popular sobre os direitos da mulher’* que realizamos, com grupos diferentes em lugares diferentes: São Paulo (SP), Cuiabá(MT), Rio Branco (AC) , Curitiba (PR), Xinguara (MT) Rio de Janeiro (RJ). É importante perceber o diferencial deste trabalho em rede feito por outras redes, que também são importantes, mas que são fundamentalmente de mensagens e conversas virtuais. Dialogar...participar ... prosseguir em direção a um propósito... dá trabalho. Mas também consolida grupos, coletivos, organizações que, por sua vez, criam seus próprios laços com outros grupos, movimentos, instituições ou redes. É diferente. E hoje, mesmo com o desafio trazido para a utilização dos novos meios de comunicação, esta forma de atuação e de articulação através de processos pedagógicos é fundamental.

Suzana – Moema, você fala com muita empolgação sobre esse período, de num tempo em que os recursos eram bem menores. Tudo era feito por escrito a mão, máquina de datilografia, mimeógrafo a álcool ou quando muito a tinta... Nada de computador, de celular, etc. ...Pergunto: com tudo o que temos agora: aumentou sua empolgação? Qual a diferença entre as expectativas que vocês tinham quando surgiram estas novas tecnologias de comunicação, particularmente as redes sociais?

Moema – É até difícil de falar sobre isso. Uma coisa é certa: nós, educadoras e educadores populares, estávamos muito iludidos e empolgados com as possibilidades que as novas Tecnologias de Informação e particularmente a Redes Sociais poderiam nos trazer. Pensávamos que poderíamos fazer um trabalho muito maior em rede, com maior alcance e com possibilidades muito maiores de transformação da realidade socioeconômica na perspectiva de “um outro mundo possível”, como cantamos muito nas várias edições do Fórum Social Mundial. Era um sonho da gente poder ampliar exponencialmente nossa atuação em prol de um mundo de mais justiça, menos desigualdade social, sem racismo, sem misoginia, com respeito à Mãe Natureza...

Com certeza, é fantástico ter esta facilidade de eu poder contatar alguém de qualquer ponto do mundo, em outros territórios, em outros países. Mas não aconteceu o que esperávamos. Na realidade, houve uma apropriação indevida até da palavra ‘rede’ no sentido que se multiplicou a informação, mas não tanto a comunicação e principalmente o diálogo, no sentido que lhe dava nosso grande comunicador Mario Kaplun, que idealizou o que ele chamou de *educomunicação*. São poucas as que vão nesse sentido se compararmos ao que acontece no contexto do fenômeno das redes sociais alimentadas pelas TICs tão espalhadas pelo mundo.

Por um lado, há que reconhecer que não nos preparamos suficientemente para o uso destes novos ‘meios de comunicação’ para transformá-los em ‘canais de comunicação’. Frei Betto, que é um grande educador popular, reconhece e fala muito isto. Ele diz que há um umbral a ser transposto, no sentido de passar do presencial e da comunicação à distância com os meios que tínhamos anteriormente, sabendo lidar com as novas TICs que ampliaram substancialmente o trabalho virtual, mas levaram a pouco contato presencial que, mesmo diferente, continua sendo extremamente necessário. Como se vê isso em propostas de formação presencial ou mista, e em momentos cruciais em que se faz urgente e necessário marcar presença em eventos ou manifestações importantes de massa... apesar das notícias circularem amplamente nas redes sociais.

Muitas vezes eu me perguntei: por que não conseguimos maior mobilização da sociedade para enfrentar as grandes questões colocadas em pauta, apesar de tantos meios de informação que temos hoje à nossa disposição? Por que as pessoas se contentam em ‘repassar virtualmente’ áudios, vídeos, textos que recebem virtualmente, e partilham pouco com quem está ao lado, no mesmo território, enfrentando situações similares?

Precisamos lembrar também que, por outro lado, as novas TICs, os novos meios de comunicação, para muitas pessoas, grupos e instituições se tornaram mecanismos de disputa de

poder, de polarização de ideias. No nosso caso, faltou e ainda falta mais formação social e política para atuar nesse mundo virtual, no sentido de sermos ‘sujeitos da história’ como fazíamos com Paulo Freire nas comunidades rurais, em nossos trabalhos presenciais.

Quando saímos da ditadura, havia um contexto muito forte de coletivo, havia engajamento de muita gente que queria que o Brasil fosse outro, que o país fosse bom pra todos. Através das redes sociais, a gente tem possibilidade de uma abrangência muito maior. Mas faltou-nos aprender a fazer – de forma permanente e organizada - educação social e política com o uso das redes e as novas TICs de forma geral. Parece que acabamos virando dependentes delas.

Outro ponto importante a ressaltar é que para nós, seres humanos, o virtual não pode substituir o presencial, precisamos dos dois. Parece que a maioria das pessoas não conseguem aprofundar o diálogo no mundo virtual, não desenvolvem o espírito crítico e repetem muito o que o outro falou. Não estou dizendo isto da minha cabeça. É queixa comum de professores e professoras, do ensino fundamental ao universitário e muitas outras pessoas que lidam com questões sociais, políticas e religiosas. Falta uma formação para saber o que significa ser rede, atuar em rede, promover redes na perspectiva de uma nova sociedade, como falei anteriormente.

Outro assunto sobre o qual eu nem gostaria de falar, mas é muito necessário pela gravidade do que representa é o das redes sociais que, em vez de cultivar o diálogo cultivam a confusão, a mentira, as fakes news. Mais do que isso, cultivam o ódio entre pessoas e grupos. Precisaria uma entrevista à parte só para falar disso. Mas, muito mais: falta ainda muito estudo e práticas sociais inovadoras para ver como se consegue continuar lutando ‘contra a corrente’ do ódio que se instalou principalmente através das redes sociais que permeiam Instagram, tik tok, facebook e outras TICs. E isso é assunto para cada um, cada uma de nós que compomos esta humanidade que alcançou estes níveis incríveis de inovação tecnológica.

Há um poema que gosto muito e queria deixar anotado aqui, pois tem tudo a ver com o que estamos falando. É do Robert Muller, um dos idealizadores das Nações Unidas e criador da universidade da paz na Costa Rica. Uma pessoa que nos trouxe esta ideia de “rede de conexões” em 1945, quando ainda não tínhamos à disposição tantos meios de comunicação em rede como temos agora. Vou ler.

O título é: *Participe De Redes De Conexões (Robert Müller)*

Use cada palavra que escrever,

cada conversa que mantiver,

cada encontro que participar,

para expressar as suas crenças básicas e os seus sonhos,

para afirmar aos outros a visão de mundo que você almeja.

Conecte-se através do pensamento,

conecte-se através da ação,

conecte-se através do amor,

conecte-se através do espírito,

Você é o centro de uma rede de conexões,

você é o centro do mundo.

Você é uma fonte livre e imensamente poderosa de vida e de bondade.

Afirme-a, expanda-a, irradia-a,

Pense nela noite e dia

E um milagre acontecerá: a grandeza da sua própria vida.

*Num mundo de grandes poderes, grandes mídias e grandes monopólios,
com mais de 5 bilhões de pessoas (era 80 anos antes de hoje)*

Participar de redes de conexões,

é a nova liberdade, a nova democracia, uma nova forma de felicidade.

Eu acredito ainda muito nisso. E hoje, com muito mais possibilidades de atuar em rede, você não acha? Quando comecei a Rede Mulher, eu nem sabia desse poema. Percebo que foi na base da intuição mesmo e de uma prática anterior de educadora popular desenvolvida em diferentes lugares. Mas quando o li pela primeira vez, identifiquei-me muito com ele.

Eu criei a Rede Mulher de Educação logo ao voltar ao exílio, nos inícios dos anos 80. Durante o exílio, inicialmente fiquei mais ligada ao grupo de Marcelo, meu marido, que eram sociólogos e doutores em antropologia e apoiando-o em seu próprio trabalho de doutorado. Mas fiquei sempre desejando fazer foi aquilo que eu sabia fazer e podia aplicar, inclusive a partir das análises teóricas que eles desenvolviam. Ao retornar à América Latina, no México tive a oportunidade de escrever “Se Me Deixam Falar...” junto com Domitila e espalhar isso em forma de rede por muitas instituições, contando com em diferentes lugares e em eventos locais, nacionais e internacionais dos quais participei. No Haiti, na República Dominicana, coordenei dois projetos de educação popular com mulheres.

Quando voltei ao Brasil, eu estava muito na dúvida do que fazer. Eu até me inscrevi para fazer o mestrado em sociologia na PUC, porque tinha o diploma de música, mas eu via que não ia mais trabalhar nisso. Como muitas pessoas tinham lido o livro “Se Me Deixam Falar...”, começaram a me fazer entrevistas e pedir para dar palestras. E eu procurava saber o que eu poderia fazer aqui com tudo que tinha aprendido nos anos de exílio.

Eu morava em São Paulo, na capital. Um dia, descendo a serra para ir a Santos com minha família, Marcelo parou num lugar que tinha uma placa onde estava escrito: “Rede de Apoio”. A tal Rede de Apoio era um lugar onde você podia parar para tomar uma água ou comer algo, descansar um pouco, enfim: reabastecer as energias e seguir seu caminho. Foi essa imagem que me serviu de inspiração. Eu pensei: Eu logo pensei: por que não começar algo parecido? Ou seja: em vez de criar um centro, uma instituição, por que não criar grupos para ajudar-se uns aos outros, particularmente os que estavam começando, na linha da educação popular com mulheres, tendo alguma referência para tal?

Eu até fui falar com o amigo e mestre com Paulo Freire, que também morava em São Paulo após retornar do exílio, porque eu estava com essa dúvida. E lhe disse: “eu sigo muito o que o senhor ensinou. E para mim ficou claro que o trabalho de educação popular com mulheres é fundamental, porque a pedagogia do oprimido pode ser bem aplicada em relação uma opressão uma opressão específica e milenar que é a subordinação das mulheres. Mas não sei se deveria criar uma instituição específica de trabalho popular em algum bairro, ou se eu deveria fazer algo que me facilitasse trazer para o Brasil o que aprendi fora durante o tempo do exílio. E comentei sobre minhas várias aprendizagens em relação a esta questão que me interessava. Depois de me ouvir, Paulo Freire me disse: “Levando em conta o que você me fala, eu optaria pelo segundo”.

Pensando no que havia e no que faltava no Brasil e completando o que estava emergindo dentro de mim, comecei a “matutar” como trazer o que tinha aprendido sobre “relações sociais de gênero”. Naquele momento, esta reflexão praticamente ainda não existia no Brasil. Nem mesmo a Fundação Carlos Chagas tinha pesquisas sobre este tema. Na PUC, que era próxima de onde eu morava, este tema também não estava em pauta. Comecei com um breve trabalho na PUC sobre o tema e contribuí na formatação de uma cartilha feita pela Fundação Carlos Chagas. Mas foi respondendo a convites em reuniões nas periferias que a intuição inicial começou a criar corpo. E durante algum tempo fui atuando assim e organizando alguns eventos, com o nome de Rede Mulher, inicialmente com a parceria de Beatriz Canabrava, uma companheira que tinha conhecido em Lima-Peru, nos anos de exílio.

1983 foi um marco para novos rumos da Rede Mulher, ainda muito informal. Foi quando a pesquisadora canadense Nelly Stromquist, do IDRC (International Development Research Center) visitou a PUC e, conversando com Maurício Tragtenberg, professor de renome da Fundação Carlos Chagas e da PUC, perguntou-lhe se poderia indicar alguém para apoiar um projeto com mulheres. Como Maurício tinha lido “Se me deixam falar...” indicou meu nome. De novo a Domitila...

Nelly Stromquist veio falar comigo e me sugeriu enviar um projeto ao IDRC. Foi o que fizemos, pensando nos clubes de mães e grupos de mulheres da periferia de São Paulo com os quais tínhamos tido um contato anteriormente. O projeto foi apreciado e aprovado. Mas, para receber o apoio do IDRC, era necessário enviá-lo com logomarca e CNPJ. O que fazer?

Acabamos por fazer da Rede Mulher uma ong que se dedicasse a continuar o trabalho forma de rede, contando agora com a possibilidade de apoio de instituições. Com o Conselho Diretor constituído e o CNPJ, conseguimos um projeto – de duração de 3 anos - para trabalharmos em educação popular com mulheres da Zona Leste e da Zona Sul de São Paulo. Então foi a primeira ONG que tentou trabalhar na forma de Rede.

No caso da Rede Mulher, geralmente os contatos se davam através de pessoas que, por sua vez, estavam em contato ou coordenavam instituições, por vezes importantes. Só para dar um exemplo: através de um amigo, Naidison Baptista, fomos convidados para trabalhar com o MOC (Movimento de Organização Comunitária) de Feira de Santana na Bahia. Ali realizamos duas oficinas de educação popular com mulheres, uma delas logo após o processo da Assembleia Nacional Constituinte. Mas, dentro da perspectiva das novas relações sociais de gênero, um trabalho foi feito também com homens.

Anos depois, quando Naidison assumiu a direção da ASA (Associação de Articulação do Semi Árido) a questão das novas relações de gênero fez parte, desde o início, desta importante iniciativa que hoje abarca 9 estados do país. As mulheres participavam com os homens a respeito da construção das cisternas, tinham funções específicas durante o tempo de construção das mesmas, os contratos das cisternas foram feitos em nome das mulheres, enfim, questões importantes a partir da análise das relações sociais de gênero foram incluídas, diz Naidison, a partir daquelas primeiras oficinas feitas com a Rede Mulher. São muitos os testemunhos recolhidos pela ASA com relatos de mulheres contando como se transformou sua vida depois da construção das cisternas, comparando-a com o trabalho que tinham antes e as que eram obrigadas a andar, carregando baldes na cabeça, de 3 a 5 horas por dia para ter acesso à água. O tempo que as mulheres tem agora com a cisterna perto de casa, permitiu, entre outros, que pudessem se alfabetizar e empoderar-se dentro e fora de casa. Com o advento das cisternas grandes que são pequenos açudes para as plantações) podem, inclusive, ter seus negócios, fabricar geleias, compotas, queijos para vender nas feiras, contribuindo muito para sua

autonomia e novas relações na comunidade. Muitas conseguiram continuar os estudos; até formação de mestras e doutoras saíram dali.

Eu sou muito fã da ASA porque acho um exemplo muito grande também para esta questão das novas relações sociais de gênero. E junto com isso veio também o controle social. Homem que bate em mulher há tempos que deixou de ser costume; ele fica mal falado. Esta nova relação com a água contribuiu muito também para uma nova cultura na vida em sociedade. Trabalhar com mulheres sempre traz a evidência de que “tudo está interligado”.

Para a Rede Mulher era gratificante de perceber que não era só uma consultoria solta que era dada quando, em forma participativa, se preparava-realizava-continuava uma oficina de educação popular com mulheres.

Um novo momento aconteceu por ocasião da Assembleia Nacional Constituinte e se ampliou na Rio 92. Dessa vez, foi nossa entrada no mundo das mulheres da Amazônia.

Aconteceu quando eu estava em São Paulo, num encontro de quase 600 mulheres que participavam do projeto apoiado pelo IDRC, mas naquele momento, estavam reunidas também para apresentar suas propostas para a Iniciativa popular das mulheres. Sem aviso prévio, recebemos dona Raimunda Gomes da Silva, também chamada Raimunda dos Cocos, uma mulher quase analfabeta quebradeira de coco. Ela vinha acompanhando a mãe do padre Josino que tinha sido assassinado no Bico do Papagaio no Nordeste (Tocantins), e nos foi apresentada pela então vereadora Irma Passoni e Ana Maria Silva, a viúva do Santo Dias, trabalhador assassinado pela ditadura.

Concluído o evento, dona Raimunda perguntou o que era a Rede Mulher de Educação e porque estava ali, junto com as mulheres da região. Expliquei então que estávamos participando como sociedade na Assembleia Nacional da Constituinte. Ela disse: “eu nunca vi tanta mulher junto; tem que fazer isso lá na nossa região”. Pedeu meu telefone e disse que estava decidida a começar um movimento igual onde ela morava, com o grupo de mulheres quebradeiras de coco. Esse contato se estendeu por muito tempo. Mais semente. As quebradeiras de coco participaram conosco de ações sobre a constituinte. Posteriormente fizemos com elas oficinas de educação popular com mulheres no Pará sobre os mesmos 5 direitos das mulheres que trabalhamos nas outras regiões: educação, saúde, trabalho, segurança/não violência, organização.

Aí soubemos de muitas histórias!... impossível relatar isso neste breve espaço de tempo de uma entrevista. Mas é bom lembrar como a força da atuação em rede é importante, As mulheres quebradeiras começaram a fazer seus próprios grupos em outras localidades sem depender mais da Rede Mulher, que se tornou um ponto de apoio para demandas específicas.

Essas mulheres – que eram ligadas ao CNS – o Conselho Nacional dos Seringueiros (que abarca 11 estados da região amazônica), conseguiram depois criar a Secretaria da Mulher do CNS e cada uma das representantes escolhia o que poderia fazer no próprio estado. Uma oficina foi feita com estas lideranças dos 11 estados, dentro da mata, próximo a Santarém.

Tinha que celebrar. Então esta oficina, de duração de uma semana, tinha em sua programação: corte de cabelo, campanha de documentação (com representante da prefeitura) além de atividades de teatro, comida típica, contação de histórias. Foi um trabalho intenso conseguir autoridades para possibilitar que todas pudessem sair dali com seus documentos. Elaboramos um “passaporte da cidadania” que explicava quais documentos elas tinham que ter e a importância de se ter a documentação para serem reconhecidas como cidadã do país. Uma das

mulheres, casada e mãe de seis filhos, disse que precisou fazer oito desses ‘passaportes’ de uma só vez, porque ali na região só se locomoviam com barco, igual ao que ela tinha usado para chegar àquela nossa oficina. Um dia, o barco em que estava afundou e ela perdeu os documentos de toda a família e estava muito feliz de poder refazê-los ali.

Claro, tudo isso era só uma nova semente plantada, mas que precisa ser muito regada e trazia questões que precisavam ser resolvidas de outra maneira, em outra escala! Felizmente, a partir da existência do Ministério da Mulher as coisas começaram a tomar outra dimensão, mas tudo começou com ações menores, como sementes.

Continuação da entrevista: Dia 08 de fevereiro de 2026

Suzana – Como foi sua formação para o trabalho em redes para desenvolvê-lo da maneira como vocês relata? Como foi seu trabalho em Rede, por exemplo, na República Dominicana e no Haiti?

Moema - Quando fui convidada para participar do primeiro Seminário sobre relações sociais de gênero, em Sussex, na Inglaterra, as pesquisadoras me questionaram como eu conseguia ter acesso a esses dados e eu respondia, ora, ficando com as pessoas, conversando com elas.

Sobre minha formação mais teórica em relação as redes, redes de conexões e introdução sobre que são as redes através das redes virtuais foi se dando bem depois do indício, que comecei a ver outros grupos sociais se organizando em rede e fui participando também.

Sobre os projetos que desenvolvi no Caribe: na verdade eu não criei propriamente as Redes, e fiz um trabalho em rede no sentido de repasse do que eu sabia para pessoas com quem eu ia me envolvendo e, através delas, iam se criando redes de contatos que deram origem a trabalhos posteriores de educação popular feminista com mulheres.

No caso da República Dominicana, tive a oportunidade de encontrar uma companheira feminista bem famosa, Magali Pineda (já falecida). Ela era socióloga, professora da Universidade formada em Porto Rico onde tinha se tornado feminista. E era casada com um dirigente político: Rafael (fafa) Taveras.

Quando eu saí do México acompanhando Marcelo que trabalharia na República Dominicana, comecei a procurar pessoas com quem eu pudesse conversar. E Domitila entrou nessa busca. Ela tinha me dado o endereço dessa senhora, dizendo: “aqui tem uma pessoa que me encontrou na Tribuna no México e me que se quisesse alguma coisa... ela está disponível”. Então, alguns dias depois de minha chegada, telefonei para Magali e fui à sua casa no endereço indicado, para entregar-lhe cópia do livro que eu tinha em mãos. Quem me atendeu foi seu marido. Dias depois recebi um telefonema perguntando se poderíamos encontrar-nos. Fafa medisse que leu o livro de um fôlego só, não conseguiu parar. Quando perguntei a Magali se poderíamos fazer algum trabalho juntas, ela me respondeu: “Mas nós não temos Domitilas aqui, no sentido de ser uma pessoa capaz de falar da própria realidade e analisar a realidade como ela.” Então eu disse:” não tem problema, o trabalho de educação popular é justamente fazer com que as pessoas comecem a adquirir esta consciência. Domitila teve pôde falar o que falou também porque tinha recebido grande formação sindical em Siglo XX. Mas não tem problema se aqui as mulheres não passaram por isso: que a educação popular tem justamente esta função: ver como as mulheres vivem e junto como elas pensar como seria possível mudar essa realidade para uma

vida melhor, contribuindo para que elas aprendam a ver a própria realidade. Isto não está dado nos livros. Tem que buscar juntas e aproveitar o que já foi analisado e escrito e até inventar algo novo, né? Então fizemos uma lista de vários setores em que estavam envolvidas as mulheres dominicanas dos setores populares e começamos e começamos a entrevistar mulheres donas de casa, trabalhadoras domésticas, trabalhadoras do setor das minas, trabalhadoras rurais, mulheres dos *bateis* (lugares onde viviam famílias imigrantes haitianas ligadas principalmente ao corte de cana) etc. Fomos com poucas perguntas, porque era um trabalho completamente iniciático para saber um pouco do que elas sabiam, onde viviam, porque viviam assim, o que faziam só isso. Começando apenas a pensar sobre a realidade da mulher dominicana. Com estes dados sistematizados, a gente fez depois uma espécie de Oficina pra partilhar com elas o que tínhamos feito. E depois conseguimos um pequeno projeto para produzir algum material pedagógico e socializar essa informação. Magali também fez um audiovisual utilizando slides e tivemos apoio da Novib (Instituição da Holanda). A partir desse material, dos relatórios e das oficinas que a gente fez, Magali criou o CIPAF - Centro para Investigación para la Acción Feminina). E o CIPAF, como primeiro centro de pesquisa formação e articulação para mulheres foi desenvolvendo um trabalho feminista durante muitos anos junto com equipes de mulheres da 1 República Dominicana.

Quanto a mim mesma, quando concluiu o trabalho de Marcelo que era de dois anos (1976-1977), saí da República Dominicana, mantendo contatos esporádicos com o CIPAF, contente de ter contribuído para deixar ali mais uma “sementinha”. Depois, quando já de retorno ao Brasil, lembrando esses dois anos, escrevi o livro “Se alguém quiser saber”. Esses materiais também estão no acervo que doei à UNILA.

Na sequência, em 1978-1979, fui para o Haiti, onde Marcelo desenvolveu um trabalho de cooperação técnica na área rural. Por onde começar?

Meu contato com o Haiti veio quando vivia no México, em logo após a Tribuna Internacional da Mulher, quando Domitila teve um encontro com exilados. Vale lembrar que naquele tempo o México era chamado “paraíso dos exilados”. Foi lá que, em 1975, conheci um casal de exilados haitianos que me impressionou muito. Eram Suzi Castor e seu marido dela, Gerard Pierre Charles, haitianos exilados da ditadura Duvalier, os dois pesquisadores da UNAM – a Universidade do México.

No período em que estive na República Dominicana e Haiti, aconteceu de ser convidada para participar de eventos no México. E por ocasião de um desses eventos, fui falar com esse casal haitiano sobre Marcelo que estava no Haiti e que eu não conhecia nada do país e só sabia que era um regime ditatorial (Duvalier). Então pedi alguns conselhos. Entre outros, eles me disseram: - “para cada amigo que você fizer de esquerda, faça de conta que fez com 10 de direita, porque lá a perseguição é ferrenha”. Acho que segui à risca o conselho deles. Mas me deram o endereço de Micaela Médard (professora e artista) e seu marido, Rassoul Labouchin (cineasta), e disseram: - “essas duas pessoas já leram “Se me deixam falar”. (É que já havia sido traduzido ao francês e eles tinham remetido o livro através de amigos haitianos. Era tudo meio clandestino, né?

Ou seja, de novo... Domitila. Como as redes se constroem a partir de relações, né? Com o bilhete de Gérard e Suzi, Micaela e Rassoul me receberam de braços abertos. Até agora fico refletindo como minha trajetória se construiu bastante através de redes de amizades. Como uma semente pode frutificar tanto através da partilha...

No Haiti, tive uma experiência bem diferente. Logo de entrada, com Michaela propus de fazermos juntas um projeto com mulheres, mas sugeri que fosse com as comerciantes, que são chamadas de “*madam sara*”. Ela me disse que já havia muitos estudos feitos sobre as *madam sara*; mas não havia nenhum estudo feito sobre as mulheres trabalhadoras da Zona Franca. E que isto sim, seria importante de ser feito.

O problema é que o Haiti era, praticamente uma Zona Franca. Não havia indústria nacional. Os vários galpões e outros espaços da Zona Franca eram todas indústrias de subcontratação internacional, com mulheres trabalhadoras na quase totalidade, ficando cada seção sob a autoridade de um chefe.

Não era permitido entrar na Zona Franca. O que fazer? Numa conversa com um canadense, amigo de meu marido que era também cooperante internacional falei do assunto e ele me disse: - Como cooperante e professora da universidade do Haiti eu posso entrar nas fábricas. Então você vem comigo, me acompanha e pode ter uma ideia.

Dito e feito: ali pude ver, na concretude, como era a exploração da mão de obra feminina ao extremo. Me chamou particularmente a atenção o setor de confecção de bolas de baseball que eram todas, sem exceção, feitas para serem vendidas no mercado dos Estados Unidos a preços exorbitantes em comparação com o que se pagava pelo trabalho feito no Haiti. Idem com a confecção de roupas, particularmente jeans. Mas o que mais me chamou a atenção foi ver mulheres analfabetas frente a cavaletes onde passavam o tempo alinhando fios de cores diferentes, de acordo com os sinais traçados. Quando perguntei o que estavam fazendo, a resposta foi: “preparando fios que serão colocados em submarinos...” Incrível!

Fazer um trabalho de educação popular com estas mulheres a partir de uma pesquisa sobre sua realidade no início pareceu quase impossível, inclusive porque no Haiti não existiam sindicatos. Eram totalmente proibidos pela ditadura. Então, a ideia que emergiu foi de fazer uma pesquisa entrevistando as mulheres nas suas casas. Mas elas só falavam *créole* e eu não sabia o idioma, mas falava francês. Então preparamos um pequeno projeto e encaminhamos para Desenvolvimento e Paz no Canadá e conseguimos realizar uma pesquisa a partir de uma pequena equipe de três jovens que tinham ido à escola e falavam *créole* e francês, idioma que eu sabia falar. E assim foi durante alguns meses, com muita dificuldade para elas também por causa da desconfiança que encontravam entre mulheres que nunca haviam sido perguntadas para nada. A cada semana nos reuníamos para repassar, em francês, o que tinham conseguido receber nas entrevistas em *créole* e prosseguir. Ao final, conseguimos fazer um pequeno material pedagógico ilustrado, todo ele em *créole*. E Michael, já exilada na França, me contou que esta iniciativa deu margem a um projeto de alfabetização para mulheres trabalhadoras que conseguiu durar dois anos, enquanto ela estava no Haiti. Mas depois, ela e seu esposo tiveram que exilar-se. E nos tempos que se sucederam, ficou difícil dar continuidade a este projeto que teve como nome *Mouvement Haitien pour l'aprotection de l'enfance* (movimento haitiano para a proteção da infância)... para não chamar a atenção com um título diretamente relacionado às mulheres. Coisas de ditaduras...

É incrível como uma rede de contatos pode puxar outra. Ainda falando do Haiti, no ano passado (2025) conversei com um amigo imigrante haitiano que vive em Toledo, Pierre Brunick, a respeito do que fizemos há quase 50 anos. Lembrando a situação atual que vive o país, sua reação foi: - “este material é totalmente atual ... e está em *créole*!...” E me pediu cópia e uma

entrevista para remeter a companheiras e companheiros que estão vivendo no país. Novos contatos que podem ativar novas redes, né?

E aqui voltamos a uma das características de quem trabalha em rede: *a partilha*: essa partilha que se desenvolve através de um permanente “dar e receber”.

Esse tipo de trabalho foi sendo aprimorado na Rede Mulher. Isso dependia também da instituição ou coletivo que pedia algum tipo de formação. Há que lembrar que tudo era muito novo. Por isso também decidimos não falar em educação popular feminista e sim educação popular com mulheres, porque a maioria dos grupos com os quais atuávamos não tinha ainda conhecimento e não tinha uma opção pelo feminismo popular. A própria Rede Mulher que depois de chamou Rede Mulher de Educação não se denominou Rede feminista de educação, apesar de entender “o feminismo como instrumento teórico e prática política.

E aconteceu que, nos grupos nos quais atuávamos, algumas mulheres e inclusive alguns grupos e coletivos., aos poucos foi- se declarando feminista, como aconteceu com a AMZOL - *Associação de Mulheres da Zona Leste de São Paulo*, uma das primeiras que ajudamos a organizar em São Paulo a partir de nossa pesquisa sobre clubes de mães e grupos de mulheres ,constituiu-se como uma organização autônoma de mulheres e nestes últimos anos está na coordenação do movimento da região . Outras, principalmente as que eram ligadas à Igreja ou sindicatos e associações, mesmo atuando como feministas, não exigiam que as identificassem assim nas instituições onde criavam comissões ou departamento de mulheres. Tinha que ter muita tática para não serem rejeitadas de início, não é? Há que situar no tempo o que estou falando e lembrar que, no campo popular, falar de feminismo, de relações sociais de gênero, ... era tudo muito novo e provocava também reações adversas até entre pessoas que se achavam muito avançadas e revolucionárias. E era um tempo em que ainda não tínhamos as leis e as instituições comprometidas com a causa das mulheres como temos hoje.

Suzana – Acho importante falar como, antes de você trabalhar em redes assim identificadas, você trabalhou em rede a divulgação do testemunho de Domitila, que chegou a ser publicado em 14 idiomas, alguns deles em várias edições. Como foi esse processo?

Moema – Quando ainda morava no México (1975-76) fui falar com o dono da editora Siglo XXI, o Dr. Arnaldo Orfila e lhe disse que eu queria dispor de um livro que fosse barato. Ao que ele me respondeu: - “É a primeira vez que um autor me pede isso”. Então expliquei que tinha assumido com Domitila o compromisso um compromisso de contribuir para que o livro voltasse para a classe trabalhadora de onde tinha saído e por isso tinha que ter um valor acessível. Ele me respondeu que o livro se venderia pelo preço adequado, mas que ele poderia vender pelo preço que fazia ao autor com 40% para alguma instituição de minha confiança. Consegui então que o diretor do Instituto Ecumênico do México chamado Francisco Wanderhoff, adquirisse vários exemplares do livro por esse preço e me deu vários de graça. Com uma amiga minha, Maria Novaro, hoje cineasta feminista de renome, fizemos um trabalho com mulheres do metrô que aceleravam seu trabalho para ler algumas páginas do livro antes da saída. Pouco a pouco consegui ter uma rede de pessoas de vários lugares da América Latina para divulgar o livro. (Claro, houveram também algumas edições pirata que foram para as mãos de trabalhadores em greve, principalmente no Peru).

Continuei divulgando a ideia de que era importante o livro chegar na mão da classe trabalhadora e ele acabou sendo lido em vários grupos de movimentos sociais e populares. Na Bolívia, ele foi transformado numa cartilha. Depois escrevi um livro intitulado: “*un granito de arena más...*” buscando mostrar alguns elementos teóricos que estavam subjacentes à fala da Domitila. E o texto foi publicado pelo Centro de Educación Popular do Panamá, tendo servido bastante em cursos de educação popular em diferentes países da América Central.

O livro teve, então, uma ampla distribuição, especialmente através das Ongs com as quais eu tinha contato na América Latina a partir do meu exílio. Aqui no Brasil, num acordo feito com o diretor da editora Gaia, e por iniciativa de Pedro Pontual do Instituto Sedes Sapientiae e da jornalista Regina Festa, conseguimos a publicação de uma edição não comercial do texto em formato de Jornal Livro. Não lembro o número de exemplares impressos. O que sei é que foi distribuído gratuitamente entre grupos de trabalhadores dos sindicatos e outros, em vários lugares do Brasil.

Sim, foi realmente um trabalho em Rede para possibilitar uma distribuição popular do livro. Sei que o livro também foi transformado em uma peça de teatro na Costa Rica e vários programas de rádio foram feitos em quéchua e aymara na Bolívia.

Por outro lado, o livro foi publicado em 14 idiomas e em alguns dele com várias edições. E isto se deveu, em boa parte, ao apoio recebido de exilados latino-americanos, particularmente bolivianos com quem tive contato e outros que eram contatos deles. Naqueles anos, havia uma verdadeira campanha em vários países da Europa pelo fim das ditaduras na América Latina. E tudo isso favoreceu algo que hoje vejo, efetivamente, como uma rede informal que se formou e permitiu que esta outra história da Bolívia e das ditaduras que reinavam no continente fosse contada por alguém do povo boliviano e não somente por historiadores e sociólogos. Pelos cálculos de Marcelo (cônjuge de Moema) foram vendidos mais de 1 milhão de exemplares, contando as traduções aos vários idiomas.

Uma coisa interessante que me aconteceu também foi que num dos eventos internacionais de que participei, entreguei um exemplar em francês para Marie Angélique Savané, que trabalhava numa agência das Nações Unidas no Senegal. Em carta recebida meses depois, ela disse algo assim: - a leitura desse livro nos incitou muito a descobrir “as nossas domitilas africanas”. Retornos assim me deixavam muito feliz, sabe? Bem mais do que o retorno em dinheiro pelos direitos autorais, que não são muitos pela própria dinâmica das editoras.

Retomando o trabalho da Rede Mulher de Educação: depois da participação na Assembleia Nacional Constituinte e das oficinas de educação popular sobre direitos da mulheres que espalhamos pelo Brasil afora, um outro momento importante foi o da Rio 92 e seus desdobramentos.

Na Rio 92, a Rede Mulher de Educação participou do Fórum Global no contexto do fórum internacional de Ongs e movimentos sociais. Ali participamos com uma oficina de educação popular com mulheres de diferentes estados do país. E tivemos a chance de encontrar-nos com Vandana Shiva e Wangari Maatai, encontros que nos marcaram muito. Depois disso, continuamos um trabalho, agora com enfoque nas relações de gênero ligado às questões ambientais, um trabalho pioneiro no seio do movimento feminista.

Foi nesta época que caiu em nossas mãos o primeiro artigo que nos chegou em inglês de Fritjof Capra, sobre *Alfabetização Ecológica*, que nós traduzimos para o português. Ao mesmo tempo, tivemos acesso ao livro de Vandana Shiva intitulado *Abrazar la Vida- Mujer, ecologia y desarrollo*, traduzido pela Red del Tercer Mundo. Foram novas aproximações para trabalhar as relações de gênero em conexão com as relações da natureza. É isso outro tom para nossos processos formativos das oficinas da rede mulher. Começamos a incluir em todas elas momentos de meditação e outras práticas; todas as refeições dos nossos encontros se tornaram obrigatoriamente refeições naturais e saudáveis, o que nos levava a buscar lugares onde fosse possível tê-los. Também reservávamos um dia ou pelo menos meio dia para alguma atividade específica de contato direto com a natureza (cachoeira, lago, outro).

AS oficinas que realizamos em 1992-1993 foram realizadas nesta perspectiva com temas escolhidos com as participantes. Os cadernos de cada oficina organizados e complementados com reflexões por Tereza Moreira e até hoje servem de referência para grupos de mulheres estão no acervo da UNILA. São eles:

1. *Com garra e qualidade*: da oficina realizada no contexto da Rio92, com trabalhadoras rurais.
2. *Um outro jeito de ser: relações de produção e reprodução* – oficina sobre os efeitos dos agrotóxicos na vida das mulheres, realizada em Curitiba (PR).
3. *Mulheres em comunicação com o meio ambiente*: realizada no Rio de Janeiro, sobre a utilização dos meios de comunicação pelas mulheres.

Relações de Gênero nos projetos socioambientais é outra publicação da Rede Mulher que circulou amplamente em forma de texto mimeografado, também fruto de uma oficina nacional. Também está no meu acervo doado à UNILA. Este trabalho foi feito com organizações que já estavam trabalhando com as questões de gênero e ali aprenderam a abordar o tema da concepção à execução final dos projetos e foi realizado com a consultoria de Neusa Zimmermann, então representante do governo do Canadá. Tudo foi aprofundado a partir do texto inicial e aplicado em forma de teatro e outras atividades, para certificar-nos da compreensão do processo como um todo, incluindo negociação com instituições apoiadoras de projetos. Cada participante retomou este processo em sua própria instituição. Tivemos retornos bem significativos. Teve até uma participante do nordeste que me disse num encontro posterior em que nos encontramos: “esse manual virou para nós uma espécie de bíblia. A gente consulta todo o tempo. Legal ouvir isso, na continuidade, certo?”

Suzana – Que outras redes você poderia mencionar nas quais você teve alguma participação especial?

Moema - Acho que vou me limitar a falar de duas redes.

A primeira é a REPEM – rede de educação popular entre mujeres da América Latina e Caribe que ajudei a começarem 1981.

Tudo começou quando fui convidada pra participar do Conselho de Educação de Adultos para a América Latina, o CEAAL e entre os programas do CEAAL havia um programa de educação

popular com mulheres. Como parte desse programa, a coordenadora, que naquele momento era Rosa Paredes, nos convidou pra um encontro de mulheres de vários grupos da América Latina, que foi realizado na Venezuela, num lugar chamado Poço de Rosas, em 1981. Foi durante esse encontro com mulheres de vários lugares: do Uruguai, do Chile, da Venezuela, da Bolívia, da Nicarágua, do Peru, do México e do Brasil representado por mim. Nesse contexto, aconteceu que, ao pensar na educação popular com mulheres, algo tão grande para toda a América Latina, surgiu e foi aceita a ideia de criar uma rede ao invés de um programa. E, como parte desta rede, ter pessoas que descentralizadamente, ajudassem a criar essa rede de educação popular entre mulheres da América Latina. E pensamos em trabalhar por cinco regiões: México, Centro América, Região Andina, Cone Sul e Brasil.

Eu fiquei como a pessoa que articularia a rede no Brasil. E isso permitiu justamente que a gente fosse se articulando com as mulheres que procuravam fazer educação popular nas várias regiões. Foi assim que aqui no Brasil realizamos o Primeiro Encontro Nacional de Educação Popular com Mulheres, realizado em parceria Rede Mulher de Educação – REPEM/CEAAL.

Claro que isso tem toda uma história longa para ser contada, né? Mas, para resumir: pouco a pouco, o tamanho de nosso trabalho exigiu uma dinâmica e apoios que o CEAAL não conseguia dar, além de ser difícil incorporar as questões de gênero nos demais programas como o de alfabetização e direitos humanos.... o que levou a REPEM a tornar-se independente do CEAAL como uma rede autônoma, parceira do CEAAL, mas não integrante do mesmo. Você pode imaginar quanta conversa rolou interna e externamente para chegar a esta nova etapa.

A REPEM começou a trabalhar regionalmente com alguns temas centrais; a economia, a educação com pessoas jovens e adultas, a comunicação e o fortalecimento institucional. E muito trabalho foi feito nesse sentido, incluindo a articulação da REPEM com outras instituições nacionais, regionais e internacionais, sempre trazendo a questão da educação não sexista, o empoderamento das mulheres, a questão do enfrentamento a violência, etc.

Eu fiquei um bom tempo na condição de enlace da REPEM para o Brasil. Mas, nesse espírito de ir passando o bastão para outras, depois de mim quem assumiu foi Beatriz Canabrava e a seguir Vera Vieira, ambas da Rede Mulher de Educação, mas depois a representação da REPEM no Brasil foi para outras instituições. Isso também é importante. É uma característica também das redes: permitir que outras instituições e outras redes possam empoderar-se e aparecer dentro da rede, trazendo outras pessoas que podem trazer novas perspectivas, certo?

Com a pandemia e tudo o que aconteceu posteriormente, incluindo transtornos atuais até dentro da ONU... a REPEM num momento novo. Vamos até ter uma assembleia geral no próximo mês como título REPEMsarnos. E a REPEM continua divulgando suas informações através de seu boletim intitulado *La Red Va*.

Eu fiquei afastada da REPEM por bastante tempo, particularmente depois que saí da coordenação da rede mulher de educação, vim morar no Paraná e assumi muita coisa na questão ambiental, além de ter que reestruturar toda minha vida. Mas voltei agora como sócia fundadora. Ainda não sei bem como poderei participar. Quem sabe, com a Unila, através do Observatório Educador Ambiental ou do Núcleo de Gênero? Não sei. Vou primeiro participar da assembleia.

Mas acho que a REPEM tem uma proposta que tem muito valor até hoje. E quanto mais a gente puder articular essa rede de educação popular entre mulheres da América Latina e no contexto atual, incluindo, na perspectiva de gênero questões como decolonialidade, direitos humanos e outros...vale a pena. Vamos ver. Porque é evidente que a própria educação popular está sendo chamada a revisitar-se nestes tempos de mudanças climáticas que afetam de maneira tão especial e de maneira diferente homens e mulheres. São temas grandes que de repente vai ter que absorver, né? E eu particularmente estou muito envolvida com esse tema da água e a gente sabe, com tantos estudos feitos sobre o tema gênero e água, tendo até redes da América Latina sobre essa questão... então eu estou nesta expectativa também em relação à REPEM.

Eu tinha que ter falado em outras redes nas quais eu estou, né? Mas vou me limitar somente a uma: a Rede Brasileira de Educação Ambiental -REBEA que ajudei a começar na Rio 92.

A REBEA nasceu como fruto da Primeira jornada de Educação Ambiental que eu facilitei no contexto da Rio 92 apoiada principalmente pelo ICAE (*International Council for Adult Education*). Foi nessa Jornada que aprovamos o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global com a participação de aproximadamente 500 educadores e educadoras de várias regiões dos cinco continentes.

Neste contexto, logo após a Rio 92, nos reunimos um pequeno grupo de educadores e educadoras e pensamos iniciar uma rede de educação ambiental, começando por aglutinar pessoas que haviam participado da Rio 92. As ideias iniciais foram progredindo, juntando mais e mais educadoras socioambientais que começaram a trazer para a rede suas próprias instituições, até a REBEA constituir-se como uma malha de redes territoriais e redes de interesses por temas socioambientais. Atualmente a REBEA é praticamente a principal interlocutora sobre questões de educação ambiental com o governo. A Rede Social da REBEA é muito interativa. Além disso, ela sempre está marcando presença ativa relacionados as políticas públicas de educação ambiental, em eventos importantes como são as Conferencias Nacionais do Meio Ambiente e eventos internacionais como foram a Rio +20 e , no ano passado, a COP 30.

Eu atuei bastante nos primeiros anos. Atualmente acompanho o que recebo através do whatsapp e participo ocasionalmente de eventos quando convidada. Mas faço questão de me manter ligada porque é um meio de eu mesma estar informada e continuar aprendendo com os avanços da Educação Ambiental no Brasil.

Suzana – Agora você só precisa fala para mim o que foi para você o Aggiornamento. Qual foi seu papel no Aggiornamento da sua Congregação e o que ele influenciou na sua vida. Inclusive, na sua aproximação das questões ligadas às mulheres: você acha que o período do Aggiornamento foi um direcionamento para a sua formação?

Moema – O Aggiornamento foi um período importante na minha vida. Veja bem: eu era professora de música num colégio da Congregação em Porto Alegre. De lá fui indicada para formar novas religiosas no convento São José de Garibaldi, o que representou uma grande virada na minha vida pessoal, comunitária e profissional.

O que aconteceu foi que, nesta nova condição, quando chegou o Concilio Vaticano II da Igreja Católica, li os documentos que chegavam, particularmente os que diziam respeito à vida religiosa. Entre outros, o Concílio dizia para ‘entrar no mundo atual’ e, para isso, retornar às

origens, ou seja: o espírito, o carisma em que a Congregação tinha iniciado com algum propósito específico. Essa foi uma grande porta que o Concílio abriu para as congregações. Porque, assim como a Igreja, em geral, as instituições religiosas estavam muito defasadas com relação ao mundo atualidade do mundo.

Como eu estava naquele momento exercendo a função de assistente da mestra das noviças, procurei me informar bastante, tanto a respeito dos inícios da Congregação como em relação ao espírito no qual ela tinha sido criada como mandava o concílio na “volta às origens”. E isso me levou a pedir cópia dos textos primitivos que datavam de 1650, o que foi uma grande revelação.

A leitura dos manuscritos nos mostrou como, na realidade das mulheres camponesas da França do século XVII, a maioria analfabeta, tudo o que era praticado como “usos e costumes” daquele tempo, não fazia mais sentido continuar vivendo no século XXI. O pior é que se tinham também acumulado questões que já eram resquícios do século XIX, quando Igreja e Estado estavam unidos e grande parte de assuntos ligados à saúde e educação estavam na mão de congregações religiosas, o que não correspondia ao Estado laico que já havia sido instalado no Brasil, por exemplo, que já não dependia de freiras e padres para assumir colégios e hospitais. Nas Congregações religiosas, a gente vivia numa espécie de “feudo”. E tudo isso fazia com que nós estivéssemos na contramão dos tempos... com dificuldades cada vez maiores dar conta de hospitais, de escolas, não tinha tempo de fazer um trabalho mais próximo das comunidades, do povo, dos mais necessitados, motivo principal que estava nas origens da congregação.

Foi um trabalho intenso fazer esta revisão e esta colocação em dia, este Aggiornamento. Poderíamos ter redigido um novo texto com uma pequena equipe, convocar uma assembleia e... acabou. Mas, por sorte, não foi assim: começamos um trabalho grande que envolveu as 14 províncias espalhadas por vários países: Brasil, Estados Unidos, Bélgica, França, Dinamarca, Itália, Índia, Paquistão além de algumas comunidades pequenas na Suécia e em Madagascar.

Quando a irmã superiora da minha província recebeu o convite para a reunião das provinciais me chamou e disse: - eu não vou sozinha porque eu não sei nada disso que vocês estudaram. Eu vou, mas você tem que ir comigo. Então fui.

Foi o começo de um novo tempo para mim e também para a Congregação. A única que tinha feito este trabalho de “retorno às origens” pedido pelo Concílio éramos nós, no sul do Brasil. E, a partir da explicação que consegui dar a partir do estudo dos Textos Primitivos, a uma coisa ficou clara desde o início: não dava para fazer este trabalho sem primeiro consultar todas comunidades da congregação.

Então foi nomeada uma pequena equipe, com duas irmãs da França, uma da Suécia e eu. E começamos o trabalho de pesquisa a respeito das necessidades sentidas pelas irmãs. Tudo era feito por correio enviado às províncias que enviavam o mesmo às respectivas comunidades. Desta forma conseguimos fazer chegar o questionário de perguntas sobre o que as irmãs achavam que tinha que mudar. Tudo por carta... para chegar, depois, também por carta, para cada comunidade.

Eu fiquei trabalhando em Roma e na França, porque na França era o lugar do início da congregação e com as quatro provinciais francesas eu tinha possibilidade de dialogar e elas eram as únicas que a superiora geral ouvia em Roma.

Algumas congregações da França que tinham tido a mesma origem faziam estudos históricos, mas eram muito centrados no passado, buscando o significado das palavras nos textos daqueles tempos. Nós, do Brasil, da Índia, dos Estados Unidos, estávamos mais interessadas em saber o que fazer ‘daqui pra frente’. E isso já mostrou, no início muitas diferenças de visões, e a necessidade de trabalhar para chegar a consensos.

Eu vejo que ‘o sangue novo’ veio realmente das/ comunidades do Brasil dos Estados Unidos e da Índia. A Europa já estava com comunidades só de gente idosa e, de certa forma, já estagnada há um bom tempo, né?

Com as respostas que chegavam a equipe buscou, assunto por assunto, tudo que tinha que ser renovado. O resultado foi muita mudança para esse nosso pequeno mundo. Digo pequeno, porque não dá para comparar o que foi o Concílio em relação a tudo o que foi necessário modificar na Igreja Católica no mundo inteiro.

E muita mudança que aconteceu: no jeito de pensar a espiritualidade, de pensar a unidade da congregação, respeitando a diversidade, por exemplo. O assunto da roupa (o chamado hábito) foi um deles: por que continuar vestindo roupa preta de lã, com véu e babador, num clima em que se tinha de aguentar trinta e tantos graus de calor, como acontecia no Brasil e na Índia? Dava para ver que nos vestíamos como as viúvas do interior da França do século XVII, roupa assumida para não ser incomodada por homens. Houve muita discussão a respeito. No final, primeiro se optou por um hábito (vestido) bem mais leve e, a seguir, pela liberdade de manter o hábito ou vestir-se como as mulheres se vestem nos respectivos países.

Outro tema foi o das orações. A questão das orações e meditações na forma como eram feitas no século XVII. Porque manter as mesmas rezas e leituras, se o mundo e as religiosas haviam evoluído tanto?

Outra questão foi a das obras mantidas por grandes comunidades, que já estavam dando muito problema em Estados laicos e, por outro lado, se isto não estava contemplado nas origens? Fora que, a diminuição das vocações religiosas já tinha progredido muito e cada vez ficava mais difícil viver em espécies de “feudos” sem salários para as irmãs, sem INSS com respectiva aposentadoria, ao mesmo tempo que começávamos a viver por mais tempo? Qual era o problema de tornar-nos cidadãs do mundo atual, mesmo sendo consagradas a partir de uma decisão pessoal de vida?

Não vou me deter aqui nos muitos detalhes. Mas tudo foi revisado, buscando entender, dentro da nossa diversidade de territórios e vivendo no século CC, o que deveria ser mantido, o que devia ser adaptado e o que deveria ser eliminado para sermos fiéis ao “carisma”, ao espírito inicial da congregação.

Para mim foi um tempo difícil de enfrentar da Casa Generalícia, que era assessorada por alguns sacerdotes experts do direito canônico bem mais agarrados à lei e bem patriarcais. Por outro lado, eu tive a sorte de ser conhecida de alguns brasileiros que estudavam no seminário maior conhecido como Pio Brasileiro, onde pude ter orientações de um sacerdote que era um grande conselheiro bem no espírito do Vaticano II. Também visitei outras congregações que estavam no mesmo movimento de renovação que nos deram muito apoio em nossa busca. Sem contar do apoio que recebíamos a partir das cartas que vinham das comunidades das províncias com suas demandas.

Quando chegou o momento do Capítulo, a Assembléia Geral da Congregação, até o assunto do idioma deu problema. Para a superiora geral, a assembleia geral, tinha que ser exclusiva em francês, o que significava que as delegadas para o Capítulo teriam que ser escolhidas nas províncias somente entre as que falavam francês. Daí comprei um mapa mundi mostrando os idiomas falados em cada província. E ficou claro que a maioria não tinha o francês como primeiro idioma. Conversa vai, conversa vem, conseguimos pelo menos ter a assembleia em dois idiomas: francês e inglês. A tradução foi com intérprete, porque não tínhamos os aparelhos de tradução simultânea como hoje. Mas também traduzimos o texto-base para o português, o que facilitou bastante para as brasileiras. Para nós, isso não significava coisa pequena; era grande em termos de facilitar maior participação nas decisões, sem ter o idioma como empecilho.

O trabalho de escutar, de dialogar, de convencer, de ‘driblar’ as resistências da casa generalícia foi grande. De acordo com o Concílio, cada congregação precisava realizar seu capítulo geral. Mas, nas circunstâncias, não nos convinha realizá-lo de imediato, com algumas superiores que, junto com a Geral em Roma, eram muito reticentes a tudo vinha sendo proposto. Com o apoio de várias provinciais, particularmente as da França, conseguimos atrasar de um ano Capítulo Geral de um ano para que, primeiramente se realizassem os capítulos provinciais já com base nas demandas das comunidades. E foi o que aconteceu. Com gente renovada nas províncias, foi possível renovar o geral. Eu senti muita alegria pelo fato que tínhamos atingido todas as comunidades: com as 2.000 irmãs no Brasil até as 3 ou quatro irmãs de Madagascar e da Suécia. Foi um processo exaustivo, mas gratificante.

Os desdobramentos do Aggiornamento na Congregação foram muitos; não dá para detalhar numa entrevista. Mas a renovação exigiu outros processos para consolidar novas práticas. Na verdade, o Aggiornamento deve ser contínuo, porque sempre é necessário colocar em dia com a vida pessoal, coletiva, social.

Depois do capítulo geral, fui convidada para fazer várias palestras em francês nas províncias da Europa. E até em italiano, para a congregação de São José de Cúneo, no norte da Itália. E, ao retornar ao Brasil, passei pelas comunidades do sul para explicar o que tinha acontecido no capítulo, o que tinha sido modificado e porquê. Foi interessante ver a reação de muitas jovens que me disseram que agora se sentiam mais capazes de escolher ou não a Congregação. E muitas irmãs idosas que me diziam, por vezes chorando, que lamentavam poder saber de tudo isso a esta altura da vida, tendo vivido nos costumes então vigentes, por vezes tão opressores.

A experiência do Aggiornamento foi muito valiosa para mim, também para minha atuação posterior. Foi muita aprendizagem ao lidar com esta questão no âmbito internacional, coisa nova para mim. Aprender a escutar... aprender a aguentar muita coisa... aprender a criar parcerias ... muitas vezes driblar para poder prosseguir ... outras vezes, caminhar ‘pelas bordas’ como fala Mariana Silva, para não perder o objetivo final... Acho que isso eu levei para frente, no meu ativismo posterior como educadora popular.

Hoje percebo o quanto aprendi na prática elementos que trabalhei depois em relação a processos participativos. Percebo que, nesse processo, também aprendi a importância de respeitar meu conhecimento e minhas habilidades independente de cargo ocupado. E a importância de não aceitar a dependência tão incrustada em nós em relação aos homens, no caso padres, bispos e outros, como os que encontramos em Roma, e saber encontrar formas de dialogar e trabalhar em igualdade de condições.

Por fim, para mim fica claro que, mesmo tendo desenvolvido este meu trabalho do Aggiornamento só com mulheres, eu não tinha nenhum conhecimento do feminismo. Isso veio naturalmente para mim depois, quando participei da Tribuna Internacional da Mulher em 1975.

ANEXOS

1 - FOTOS DE MOEMA E DOMITILA DURANTE A ELABORAÇÃO E REVISÃO DO LIVRO



Bolívia/México, 1975.



Bolívia/México, 1975.



Bolivia, 1975



Bolivia, 1975.



Moema e Domitila em revisão do livro em 1981



Moema e Domitila para divulgação de nova edição do livro em 2001.



Moema e Domitila para divulgação de nova edição do livro em 2001.



Moema e Domitila para divulgação de nova edição do livro em 2001.



Moema e Domitila para divulgação de nova edição do livro em 2001.



Moema e Domitila para divulgação de nova edição do livro em 2001.



Domitila com edições do livro em diversos idiomas



Moema com edições do livro em diversos idiomas



Moema com dois exemplares do livro em espanhol e português

2 - FOTOS DOMITILA



Domitila participando de marcha no evento "The UN women world conference in Copenhagen", 1980.



Domitila com ministra da Cultura de Copenhagen, 1980.





Domitila em Acto de Solidariedade com el pueblo de Bolivia em Québec, Canadá, 1981.



Domitila recebendo prêmio Bruno Kreisky de direitos humanos na Áustria, 1981.

3- CARTILHA DOMITILA: Material elaborado para divulgação do livro.

DOMITILA



TESTIMONIO
DE UNA MUJER
DE LAS MINAS
DE BOLIVIA



cinep

centro de investigación y educación popular

10175 - MUJER
 10175 - MUJER
 10175 - MUJER

DOMITILA BARRIOS DE CHUNGARA ES UNA MUJER DE LOS ANDES BOLIVIANOS, ESPOSA DE UN TRABAJADOR MINERO, MADRE DE SIETE HIJOS. CUANDO PARTICIPÓ EN LA TRIBUNA DEL AÑO INTERNACIONAL DE LA MUJER, ORGANIZADA EN MEXICO EN 1.975, COMO ÚNICA MUJER DE LA CLASE TRABAJADORA, SUS INTERVENCIONES PRODUCERON UN PROFUNDO IMPACTO. ESO SE DEBIÓ EN GRAN PARTE, A QUE "DOMITILA VIVIÓ LO QUE OTRAS HABLARON"... SE GÚN EL COMENTARIO DE UNA PERIODISTA SUECA.

NOEMA VIEZZER, EDUCADORA BRASILEÑA, LE PIDIO A DOMITILA QUE CONTARA SU HISTORIA, Y PUBLICÓ EL LIBRO "SI ME PERMITEN HABLAR..." TESTIMONIO DE DOMITILA UNA MUJER DE LAS MINAS DE BOLIVIA. EN ÉL DOMITILA NARRA SENCILLAMENTE LO QUE HA VIVIDO, CÓMO LO HA VIVIDO Y LO QUE HA APRENDIDO PARA CONTINUAR EN LA LUCHA. DOMITILA ACEPTÓ DEJAR SU TESTIMONIO EN LA PERSPECTIVA DE "APORTAR UN GRANITO DE ARENA CON LA ESPERANZA DE QUE SIRVA PARA LA NUEVA GENERACIÓN".

COMO EL LIBRO ES MUY EXTENSO (257 pgs) Y POR LO TANTO DE DIFÍCIL LECTURA, PARA NUESTRO PUEBLO, UN GRUPO DECIDIÓ EXTRAER LOS PRINCIPALES APARTES CON EL FIN DE QUE MUCHOS GRUPOS POPULARES PUEDAN CONOCER COMO DICE DOMITILA "LA EXPERIENCIA DE OTROS PUEBLOS PARA REFLEXIONAR SU ACCIÓN Y CRITICARLA".

SOY DOMITILA UNA MUJER DEL PUEBLO. EN MI INFANCIA SUFRÍAMOS HAMBRE Y NO NOS SATISFACÍAN LOS ALIMENTOS PORQUE ERA POCO LO QUE PODÍA COMPRAR MI PADÁ. HA SIDO TODA CLASE DE PROBLEMAS. ESTO AYUDÓ A QUE SE DESARROLLARA EN MI Y MIS CUATRO HERMANAS, UNA GRAN SENSIBILIDAD Y UN GRAN DESEO DE AYUDAR A TODA LA GENTE.

CUANDO LA GENTE TRATABA DE ACOMPLEARNOS PORQUE ERAMOS MUJERES Y NO SERVÍAMOS PARA GRAN COSA, PADÁ NOS DECÍA QUE TODAS LAS MUJERES TENEMOS LOS MISMOS DEBIDOS DE LOS HOMBRES. Y DECÍA QUE NOSOTRAS PODEMOS HACER LAS HAZAÑAS QUE HACEN ELLOS.

NOS CRÍO SIEMPRE CON ESAS IDEAS... Y TODO FUE MUY POSITIVO PARA NUESTRO FUTURO. Y DE AHÍ QUE NUNCA NOS CONSIDERAMOS MUJERES INÚTILES.

HOY ME SIENTO ORGULLOSA DE LLEVAR SANGRE INDIA EN EL CORAZÓN, TAMBIÉN ME SIENTO ORGULLOSA DE SER ESPOSA DE UN TRABAJADOR MINERO.

CÓMO NO QUISIERA YO QUE TODA LA GENTE DEL PUEBLO SIENTA ORGULLO DE SER LO QUE ES Y LO QUE TIENE, SU CULTURA, SU LENGUA, SU MÚSICA, SU FORMA DE SER...



Mi país es Bolivia.

QUINCO MILLONES DE HABITANTES LA MAYORÍA CAMPESINOS VIVEN EN UNA POBREZA ESPANTOSA; MÁS QUE NOSOTROS LOS MINEROS, A PESAR DE QUE LOS MINEROS VIVIMOS COMO GITANOS EN NUESTRA PROPIA TIERRA.

ES UN PAÍS RICO CON GENTE POBRE, HAY FUGA DE DINERO, POR QUE COMPRAN MÁS BARATO NUESTROS PRODUCTOS Y NOS VENDEN MUY CARO LO QUE NO TENEMOS.

NUESTRA RIQUEZA SE LA EN TREGAN A LA VORACIDAD DE LOS CAPITALISTAS, A PRECIOS INFAMENTE BAJOS, A TRAVÉS DE CONVENIOS QUE NO SON DE PROVECHO PARA NOSOTROS, POR ESO MUCHOS SE HAN VUELTO RICOS...



LA VIVIENDA ES PRESTADA SOLAMENTE DURANTE EL TIEMPO QUE EL TRABAJADOR ESTÁ EN LA EMPRESA UNA VEZ QUE SE PUEDE O ES RETIRADO DEL TRABAJO POR LA ENFERMEDAD PROFESIONAL, QUE ES EL MAL DE LA MINA - SILICOSIS - ... BOTAN DE LA VIVIENDA A LA VIUDA O A LA ESPOSA DEL TRABAJADOR Y ELLA TIENE NOVENTA DÍAS PARA DESOCUPAR LA PIEZA.

NUESTRA VIVIENDA ES MUY REDUCIDA, ES UN CUARTICO DE CUATRO POR CINCO O SEIS METROS... SIN NINGÚN SERVICIO DE AGUA O INSTALACIÓN SANITARIA, Y ASÍ TENEMOS QUE VIVIR CON NUESTROS HIJOS EN UNA GRAN ESTRECHECZ... ALLÍ DUERMEN MIS SIETE HIJOS, HACEN SUS TAREAS, COMEMOS, JUEGAN LOS CHIGUITOS... SIN EMBARGO NO ES FÁCIL CONSEGUIRSE UNA, POR LA ESCASEZ QUE HAY; ALGUNOS MUEREN SIN TENER LOS SERVICIOS HIGIÉNICOS Y LAS LETRINAS, LAS HAY SOLAMENTE EN LAS CASAS DEL PERSONAL TÉCNICO DE LA EMPRESA, SUPERVISORES, JEFES DE PERSONAL ADMINISTRATIVO Y TÉCNICO.



LAS MUJERES Y LOS NIÑOS TENDEN A TRABAJAR, NO NOS ALCANZA EL SALARIO...

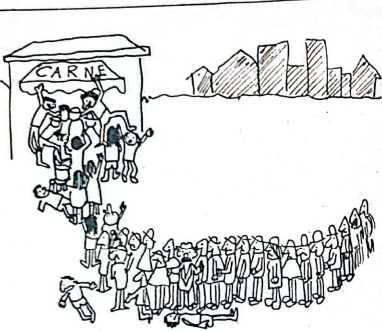
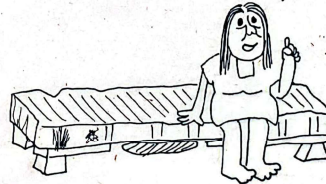
TENEMOS QUE AYUDARNOS, COMO YO HAGO EMPANADAS, OTRAS COMPAÑERAS SE AYUDAN TEJIENDO, OTRAS COGIENDO ROPA, OTRAS HACIENDO TAPETES, OTRAS VENDIENDO EN LA CALLE, ALGUNAS NO PUEDEN AYUDAR, ENTONCES LA SITUACIÓN ES DIFÍCIL, EN MI CASO TRABAJA MI MARIDO, TRABAJO YO, HAGO TRABAJAR A MIS HIJOS ASÍ QUE SOMOS VARIOS TRABAJANDO PARA MANTENER EL HOGAR.



Y LOS PATRONOS SE VAN ENRIQUECIENDO MÁS Y MÁS Y LA CONDICIÓN DE LOS TRABAJADORES SIGUEN PEOR Y PEOR.

MI JORNADA EMPIEZA A LAS CUATRO DE LA MAÑANA, ESPECIALMENTE CUANDO MI COMPAÑERO ESTÁ EN PRIMER TURNO... LE PREPARO EL DESAYUNO LUEGO HAY QUE PREPARAR LAS EMPANADAS... Y LAS VENDO EN LA CALLE, AL MEDIO DÍA EL ALMUERZO PORQUE LOS CHICOS TIENEN QUE IR A LA ESCUELA, EN LA TARDE HAY QUE LAVAR ROPA, NO TENEMOS LAVADEROS, USAMOS BATEAS... TAMBIÉN HAY QUE CORREGIR LAS TAREAS DE LOS CHICOS Y PREPARAR LO NECESARIO PARA LAS EMPANADAS DEL DÍA SIGUIENTE.

A VECES SE PRESENTAN COSAS CON URGENCIA PARA RESOLVER EN EL COMITÉ DE AMAS DE CASA, POR LAS TARDES... ASÍ ES NUESTRA JORNADA, DUERMO ENTONCES CUATRO O CINCO HORAS, YA ES TÁNTO ACOSTUMBRADAS.



ESTO SUCEDE... PORQUE LAS MADRES TANTO TENEMOS QUE HACER EN EL HOGAR QUE ENTONCES MANDAMOS A NUESTROS HIJOS A HACER COLAS Y A VECES HAY UNA APRETURA TAN TERRIBLE QUE APLASTAN A LOS NIÑOS...

CUANDO DURANTE DOS O TRES DÍAS ESPERAMOS LA CARNE Y NO LLEGA, SE ESTÁ HACIENDO COLA TODO EL DÍA Y LOS PEQUEÑOS FALTAN A LA ESCUELA.

TÁMPOCO TENEMOS FUENTES DE TRABAJO, NO SOLAMENTE PARA LAS MUJERES SINO TAMBIÉN PARA LOS JÓVENES QUE VUELVEN DEL CUARTEL.

LA DESOCUPACIÓN VUELVE A NUESTROS HIJOS IRRESPONSABLES, PORQUE SE VAN ACOSTUMBRANDO A DEPENDER DE SUS PADRES, FAMILIARES.

MUCHAS NECES SE CASAN SIN HABER CONSEGUIDO TRABAJO Y CON SU COMPAÑERA SE VIENEN A VIVIR A LA CASA.

EN BOLIVIA TODOS LOS MUCHACHOS SON OBLIGADOS A IR AL CUARTEL A LOS 18 AÑOS, ALGUNOS YA VAN A LOS 17 PORQUE NO LES DAN TRABAJO SIN LA LIBRETA DE SERVICIO MILITAR O GATORIO... Y LOS PADRES CUANDO LOS HIJOS SE VAN AL CUARTEL NOTIENEN PORQUE RECLAMAR POR ELLOS.

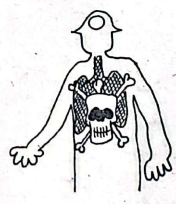
Y EN EL EJÉRCITO LOS OBLIGAN A MANTENER GENTE DE SU PROPIO PUEBLO, POR EJEMPLO LA MADRE DE SAN JUAN EN EL '67, MÁS DE DIEZ JÓVENES MURIERON PORQUE NO QUISIERON DISPARAR Y NO LO HICIERON PORQUE AQUÍ EN SIGLO XX TENÍAN A SU FAMILIA, ESTABAN SUS PADRES, SUS HERMANOS, SUS PARIENTES... ALLÍ MISMO LOS OLIVIAQUEARON.



LA MINA NO PARA TRABAJA DÍA Y NOCHE, CUANDO EL TRABAJADOR ESTÁ EN PRIMER TURNO LLEGA A LAS TRES DE LA TARDE Y HASTA HACE HORA NO HA COMIDO NADA, PORQUE NO HAY MODO DE METER COMIDA DENTRO DE LA MINA, NO SE LES PERMITE... ADEMÁS AL PASAR POR TANTOS LUGARES DENTRO DE LA MINA, HAY TANTO POLVO Y TANTO CALOR... QUE SI LLEGAN A COMER ALGO LES HARÍA DAÑO, HABRÍA QUE ORGANIZAR TODO DE OTRA MANERA, SI LA EMPRESA QUISIERA, PODRÍA ESTABLECER COMEDORES LIMPIOS Y SANOS ALLÍ DENTRO, PERO NO LES INTERESA.

POR EJEMPLO LOS INGENIEROS TRABAJAN MENOS TIEMPO Y A LAS 10:30 LES TRAEN SU VIANDA, A LAS 11:30 ALMUERZAN ALLÍ DENTRO, LA EMPRESA, PODRÍA DARLE LO MISMO A LOS TRABAJADORES... PERO NO...

MASCANDO COCA PARA DARSE ÁNIMO Y PARA QUE RESISTA SU ESTÓMAGO AGUANTAN EN LA MINA...



LO PEOR ES EL TURNO DE NOCHE, EN EL DÍA EL TRABAJADOR NO PUEDE DORMIR.

APENAS 35 AÑOS ES EL PROMEDIO DE VIDA DE UN TRABAJADOR MINERO, ENTONCES YA ESTÁ TOTALMENTE ENFERMO CON MAL DE MINA, COMO HACEN REVENTAR EXPLOSIONES PARA SACAR EL MINERAL, ENTONCES ESTAS PARTICULAS DE POLVOS SE INTRODUCEN EN LOS PULMONES A TRAVÉS DE LA RESPIRACIÓN, ESTO LLEGA A CARCOMER Y A HACER PEDAZOS EL PULMÓN, ÉSTA ES LA ENFERMEDAD PROFESIONAL DE LA MINA, O SILICOSIS.

EN ESTA EXPERIENCIA DE LAS CONDICIONES DE VIDA EN EL BARRIO, Y EN LA EMPRESA, QUÉ ES LO QUE LES PARECE MÁS IMPORTANTE ?

HAY ALGO PARECIDO A LO DESCRITO EN SU AMBIENTE DE TRABAJO O DE BARRIO ?

HAY OTROS ASPECTOS QUE AFECTAN LA VIDA DE LOS OBREROS O CAMPESINOS QUE NO SE TOCAN AQUÍ ?


CÓMO ES LA SITUACIÓN DE LA MUJER EN EL TRABAJO O EN EL BARRIO ?

EN ESTA EXPERIENCIA LOS PROBLEMAS DEL BARRIO TIENEN ALGO QUE VER CON LOS PROBLEMAS DE LA EMPRESA ?

EN SU AMBIENTE FRENTE A LOS PROBLEMAS DEL BARRIO Y DE LA EMPRESA QUÉ DICE LA GENTE ?

DÓNDE, ESTAN, CÓMO SE DAN LAS RELACIONES DE OBREROS Y CAMPESINOS QUE OPINAN DE MI REFLEXIÓN ?

PARA MEJORAR ESTAS CONDICIONES DE VIDA, QUÉ ES LO QUE LES PARECE NECESARIO ? QUÉ LES PARECE POSIBLE ?



12

Nace la organización obrera.

LA CLASE TRABAJADORA MINERA ESTÁ ORGANIZADA EN SINDICATOS, AQUÍ DONDE VINO HAY CINCO SINDICATOS QUE SON EL DE LOS MINEROS SIGLO XX, EL DE CATAUNÍ, EL 20 DE OCTUBRE DE LOS LOCATARIOS, EL DE LOS VENERISTANS Y EL DE LOS LAMEROS.

EN AQUEL ENTONCES PASÁGAMOS POR UNA SITUACIÓN ECONÓMICA BASTANTE PESADA, TRES MESES ADEUDABA LA EMPRESA A NUESTROS COMPAÑEROS, NO LLEGABAN VIVERES, NO HABÍA ATENCIÓN MÉDICA.

VOY A HACER MUCHAS COSAS BUENAS PERO SI LA COMIBOL* ESTÁ EN QUIEBRA Y ES NECESARIO EL SACRIFICIO DE TODOS LOS BOLIVIANOS. YO ME ESTOY QUITANDO LA MITAD DE MI SUELDO Y TODOS LOS DEL EJÉRCITO ESTÁN HACIENDO LO MISMO... Y PARA QUÉ ? PARA AYUDAR A LOS MINEROS PORQUE LA COMIBOL ESTÁ EN QUIEBRA. Y NO ES CULPA MÍA SI ESTAMOS EN ESTA SITUACIÓN...

ES QUE PAZ ESTENSORO HA DESFALCADO... Y MIREN QUE POR ESTA CAUSA VAN A IR MÁS DE 35.000 TRABAJADORES A LA CALLE... Y QUÉ VA A SER ESO ? YO ESTOY SEGURO QUE LOS TRABAJADORES SE VAN A SACRIFICAR.

POR UN AÑO NO MÁS LES VOY A QUITAR LA MITAD DE SUS SALARIOS Y LUEGO DE UN AÑO CUANDO ESTE BIEN CAPITALIZADA COMIBOL VAMOS A DEVOLVER.

Y SI HA DE HABER GANANCIAS SERÁN REPARTIDAS ENTRE USTEDES.



ENTONCES LOS MINEROS SE ORGANIZARON PARA HACER UNA MARCHA.

VOY A HACER MUCHAS COSAS BUENAS PERO SI LA COMIBOL* ESTÁ EN QUIEBRA Y ES NECESARIO EL SACRIFICIO DE TODOS LOS BOLIVIANOS. YO ME ESTOY QUITANDO LA MITAD DE MI SUELDO Y TODOS LOS DEL EJÉRCITO ESTÁN HACIENDO LO MISMO... Y PARA QUÉ ? PARA AYUDAR A LOS MINEROS PORQUE LA COMIBOL ESTÁ EN QUIEBRA. Y NO ES CULPA MÍA SI ESTAMOS EN ESTA SITUACIÓN...

ES QUE PAZ ESTENSORO HA DESFALCADO... Y MIREN QUE POR ESTA CAUSA VAN A IR MÁS DE 35.000 TRABAJADORES A LA CALLE... Y QUÉ VA A SER ESO ? YO ESTOY SEGURO QUE LOS TRABAJADORES SE VAN A SACRIFICAR.

POR UN AÑO NO MÁS LES VOY A QUITAR LA MITAD DE SUS SALARIOS Y LUEGO DE UN AÑO CUANDO ESTE BIEN CAPITALIZADA COMIBOL VAMOS A DEVOLVER.

Y SI HA DE HABER GANANCIAS SERÁN REPARTIDAS ENTRE USTEDES.

* CORPORACIÓN DE LA MINERÍA DE BOLIVIA QUE ADMINISTRA LAS MINAS NACIONALIZADAS.

13

Los dirigentes.

HABÍA QUE VER LAS CARCAJADAS DE LOS VARONES, DECÍAN: LAS MUJERES SE HAN ORGANIZADO EN UN FRENTE, ESO NO VA A DURAR NI 48 HORAS ENTRE ELLAS MISMAS SE VAN A HACER EL FRENTE Y ALLÍ MISMO VA A TERMINAR TODO.

CUANDO LAS MUJERES SUBIAMOS AL SALÓN DEL SINDICATO PARA HABLAR ENTONCES NOS GRITABAN: "QUE SE VAYAN A LA CASA A COCINAR, A LAVAR, A HACER SUS QUEHACERES" Y NOS SILBABAN.

A PESAR DE NUESTRA CONDUCTA, Y DE QUE LOS COMPAÑEROS QUE ESTÁN EN LA DIRECCIÓN NOS RESPETAN, TODAVÍA HAY GENTE QUE HABLA MAL DE NOSOTROS, ESPECIALMENTE LOS QUE NO COMPRENDEN POR SU MACHISMO, POR TEMOR A TODO ESO, MUCHOS COMPAÑEROS NO DEJAN QUE SUS MUJERES PARTICIPEN.

EN EL PASADO POR NUESTRA POCA PREPARACIÓN, FALTA DE VIGILANCIA, REVOLUCIONARIA FALTA DE SOLIDARIDAD, MUCHOS DIRIGENTES SE HAN VENDIDO AL GOBIERNO PORQUE LOS ESCOGIMOS MAL.


HALLÁGAMOS A UN TIPO REALMENTE SANO, HONESTO, QUE QUERRÍA ESTAR AL SERVICIO DE LA CLASE OBRERA, LO ELEGÍMOS Y NOS OLVIDÁBAMOS DE ÉL, LO DEJÁBAMOS SOLITO EN FRENTE A CON EL GOBIERNO, CON LA EMPRESA Y CON ESTOS LE ARMABAN MUCHOS LIOS.

FINALMENTE OCURRÍA QUE ALGUNOS SE VENDÍAN AL GOBIERNO, OTROS ERAS MUERTOS O LOS HACÍAN DESADRECEAR, Y ASÍ NUNCA TENÍAN UN GRUPO DIRIGENTE, EN GRAN PARTE POR CULPA NUESTRA.

A TRAVÉS DE LOS AÑOS FUIMOS APRENDIENDO Y COMPRENDIENDO EL VALOR DE LA SOLIDARIDAD, TENER PARA CON ELLOS UNA GRAN SOLIDARIDAD APOYÁNDOSLOS CUANDO NO ACTÚAN COMO DEBEN.

EN LAS MINAS LOS COMPAÑEROS NOS CONTROLAN BASTANTE Y SI NO LES CONVENCE LO QUE HACEMOS, AÚN EL OBRERO MÁS HUMILDE NOS LLAMA LA ATENCIÓN Y NOS CRÍTICA.

A MÍ, MUCHAS VECES ME HAN HECHO LLORAR, PERO LUEGO DIGO, HE METIDO LA PATA, DEBÍA HABER PENSADO MÁS... ASÍ UNO APRENDE.



16

YO NO ESTUVE EN EL COMITÉ DE ANAS DE CASAS DESDE SU INICIO, TENÍA SI MUCHA SIMPATÍA, POR ESA ORGANIZACIÓN ME GUSTABA ESCUCHAR LOS PLANTEAMIENTOS Y ASISTIR A LAS MANIFESTACIONES.


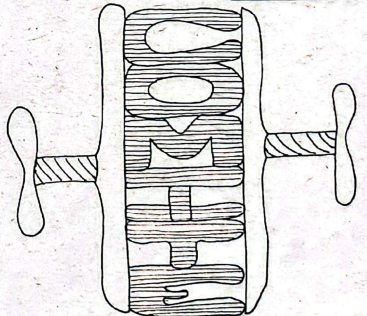
EN EL 63 COMENCÉ A PARTICIPAR ESE AÑO OTRA VEZ APRESARON A LOS DIRIGENTES, LOS ADRESABAN CADA VEZ QUE QUERÍAN, LOS TENÍAN DURANTE MESES Y A VECES AÑOS.

ESTE AÑO LOS DIRIGENTES MINEROS TOMARON COMO REHENES A UNOS GRINGOS PARA QUE LA EMPRESA FUERA DEVUELTA A LOS DIRIGENTES.

LA VIDA FUE MUY ESPECIAL, COMPARTÁMOS TODO.

HUBO MUCHOS INTENTOS PARA PRESIONAR AL COMITÉ PERO ESTE QUE DÓ FIRME HASTA LA DECISIÓN DE LA ASAMBLEA DEL SINDICATO.

A PESAR DE TODAS LAS OFENSAS QUE RECIBÍ NOTÉ QUE PORQUE RESISTIRME, ERAN LAS LEYES DEL TRABAJO.

17



QUÉ ORGANIZACIONES SURGEN EN MI PUEBLO ?

¿PORQUÉ LA GENTE SE ORGANIZA EN CADA UNA DE ELLAS ?

¿EN SU SITIO DE TRABAJO O EN LA VIVIENDA QUÉ ORGANIZACIONES EXISTEN ?

¿QUÉ BUSCA CADA UNA DE ESTAS ORGANIZACIONES ?

¿CUÁLES SON LAS DIFICULTADES PARA QUE LA GENTE SE ORGANICE ?

¿CÓMO ES LA PARTICIPACIÓN DE LA MUJER EN ESTAS ORGANIZACIONES ?

¿CONOCE ACTUACIONES COMO LAS ENTRE ORGANIZACIONES DE TRABAJO Y DE EMPRESA ?

La represión

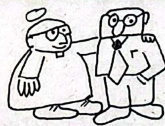
OCURRIÓ QUE EL AGENTE DEL GOBIERNO QUE HABÍA MANDADO DE OROURO, SE GANÓ LA CONFIANZA DE LAS MUJERES. A TAL PUNTO QUE LO HABÍAN NOMBRADO ASESOR DE LAS TRABAJADORAS Y SIN QUE NOS ENTERÁRAMOS HABÍA MANDADO UNA CARTA DONDE DECÍA QUE EL SEÑOR FULANO DETAL ERA ASESOR IRRESPONSABLE DE TODOS LOS PLANTEAMIENTOS QUE QUEBRIAN HACER LAS TRABAJADORAS DEL DESMONTE.



NOS DESCONOCIERON AL SINDICATO Y AL COMITÉ DE AMAS DE CASA

¿QUÉ NO HA HECHO PARA ACABAR CON LA FUERZA DE LOS SINDICATOS... MANDARON AGENTE DE LA ORGANIZACIÓN REGIONAL INTERAMERICANA DEL TRABAJO, A DICTAR CURSOS EN LAS MINAS. LA ORIT ES UNA ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DIRIGIDA POR E.E.U.U. QUE HA CREADO UNOS SINDICATOS INDEPENDIENTES AFILIADOS A ESTA ORGANIZACIÓN QUE EN VEZ DE DEFENDER AL TRABAJADOR, DEFIENDE A LA EMPRESA, AL PATRÓN

EN BOLIVIA LA ORIT NO LOGRÓ IMPLANTAR ESOS SINDICATOS EN LAS MINAS.



POR ESO ES QUE ENTRE LOS MINEROS LA IGLESIA CASI NO CUENTA A DESAR DE QUE HA HABIDO ENTRE ELLOS ALGUNOS QUE FUERON APALEADOS, DEPORTADOS, ENCARCADOS E INTERROGADOS CON NOSOTROS.

LA RELIGIÓN EN ESE MOMENTO SE PUSO AL SERVICIO DE LOS PODEROSOS ESCUCHANDO SUS PUNTOS DE VISTA, Y NO SIGUIERON LAS ENSEÑANZAS DE CRISTO, QUE SIEMPRE ESTUVO CON LOS OPRIMIDOS, MAS BIEN BUSCARON SU SEGURIDAD, EL DINERO Y LA COMODIDAD.



* LUGAR QUE ES COMO UN CERRO DE PIEDRA SACADOS DE LA MINA QUE ERA MITAD MINERAL Y MITAD PIEDRA... POR ESO LAS BOTARON Y SE HIZO OTRA VEZ MONTAÑA.

CUANDO ENTRÓ AL GOBIERNO EL GENERAL BARRIENTOS EN 1964 ENSEGUIDA VIÓ UN PELIGRO EN LA ORGANIZACIÓN DE LAS MUJERES.

APRESARON A UN MONTÓN DE GENTE DE LA PRENSA, DEL RADIO Y A VARIOS DIRIGENTES.

ATACARON LAS ORGANIZACIONES DE AMAS DE CASA.

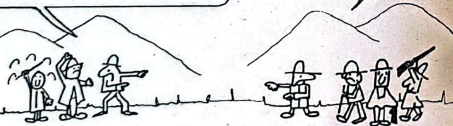
A USTED SEÑOR LO ESTAMOS DOTANDO, NO POR EL PROBLEMA SINDICAL NI POLÍTICO, USTED ES OBRERO HONRADO Y TRABAJADOR Y ESTAMOS CONFORMES CON SU TRABAJO, PERO NO ESTAMOS CONFORMES QUE HAYA PERMITIDO A SU ESPOSA A QUE SE PRESTE A INTERESES FORÁNEOS.



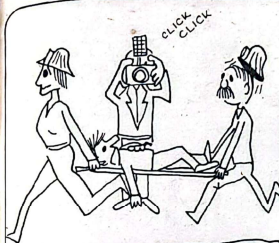
LA GENTE DE DAZ ESTENSORO PUSO A LOS CAMPESINOS EN CONTRA DE NOSOTROS... Y HUBO COMO UN EJÉRCITO QUE QUERÍA ATACARNOS EN EL SINDICATO...

MIREN QUE LOS CAMPESINOS UCURROLEROS HAN ASALTADO UN PUEBLITO, Y ALLÍ HAN QUEMADO LOS SEMBRÍOS, HAN ROBADO GANADO, HAN VIOLADO MUJERES... USTEDES DEBEN SOLIDARIZARSE.

LOS MINEROS LOS ESTAN INSULTANDO HAY QUE IR A VENGARSE.



TODO ERA UNA MANIOPRA... DESPUES NOS DIMOS CUENTA CON QUE INTELIGENCIA Y BASACIDAD TRABAJAN LOS PODEROSOS PARA SEMBRAR LA DISCORDIA ENTRE LOS OPRIMIDOS. LOS DIRIGENTES Y PERIODISTAS DE LA VOZ DEL MINERO LOS ESPOSOS DE LAS DIRIGENTES DEL COMITÉ DE AMAS DE CASA, TODOS FUERON DEPORTADOS A LA ARGENTINA.



CUANDO PENSAMOS QUE YA HABÍAMOS DOMINADO LA SITUACIÓN, ENTONCES EMPEZÓ LO PEOR.

CON ANIONES NOS AMETRALARON, EN LAS AMBULANCIAS SE METIERON LOS AGENTES DEL INTERIOR DISFRAZADOS DE CAMILLEROS, QUE IBAN A RECOGER HERIDOS PERO ALLÍ ESTABAN CON SUS CÁMARAS SACANDO FOTOGRAFÍAS DE LA GENTE QUE ESTABA CORRIENDO RECOJIENDO HERIDOS

Y LUEGO DE AQUELLA MASA CRE EMPEZARON A REPRIMIR MEDIANTE AQUELLAS FOTOGRAFÍAS.

ENTONCES ME HICIERON ESCUCHAR UNA GRABACIÓN EN LA QUE DECÍA QUE POR INSTRUCCIONES DE UN NEGRÓN ME HAN DADO 150.000.000.

¿DÓNDE ESTA LA PLATA; AH? HABLA !! HABLA !!...



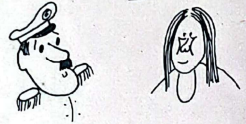
LLAMÉ A UNOS SOLDADOS Y ME HIZO AGARRAR... ME DESPERTÉ COMO DE UN SUEÑO... ENTONCES NOTÉ QUE EL TIPO ME HABÍA ROTADO SEIS DIENTES... TENIA LOS OJOS VENDADOS... VOLVÍ A DESMAYAR.

EN LA CALLE AGARRARON A LOS CHICOS Y A PALO LES HACÍAN FIRMAR DOCUMENTOS QUE EL DEPARTAMENTO DE ORDEN PÚBLICO, HABÍAN ESCRITO. DESPUÉS LO MOSTRARON A LOS PADRES Y PARA LIBERAR A LOS CHICOS OBLIGABAN A SUS PADRES A FIRMAR UN DOCUMENTO DE ROMPER LA HUELGA Y REGRESAR AL TRABAJO.

ALGUNOS PADRES PARA RESCATAR A SUS HIJOS LO HACÍAN.



NOSOTROS LOS MILITARES QUEREMOS ESTAR AL LADO DE USTEDES... POR ESA ADMIRACIÓN QUE LE TENEMOS Y PORQUE CONSIDERAMOS QUE USTED DEBE PREPARARSE MÁS HEMOS PENSADO EN AYUDARLE, LE PODEMOS DAR UN TRABAJO A SU ESPOSO CON UN SUELDO TRIPLE DEL ACTUAL A SUS HIJOS LES DAREMOS BECA, LO MISMO QUE A USTED.



EL DICTADOR BANZER EN 1974 HIZO REPARTIR 5.000 TV EN SIGLO XX CON SORTEOS, FACILIDADES, DESCUENTO MENSUAL. LA T.V. BOLIVIANA TIENE CANALES DONDE LA PROGRAMACIÓN ES CONTROLADA POR EL GOBIERNO HACIENDO VER, QUE ES BUENO Y PROGRAMAS CON MUCHA PENETRACIÓN CULTURAL.

MAMITA ME VOY A PORTAR BIENFECTO, PORQUE NO ME MANDAS A DISNEYLANDIA? YO QUIERO AQUEL TRENCITO



HA VISTO LA T.V.? ANOCHE DIERON NUESTROS DESFILES DE MODA... QUE HERMOSO... QUE PENÁ HABERNO CASADO CON UN MINERO.



DESDE EL 65 EL GOBIERNO ADEUDABA EL 50% QUE HABÍA REBAJADO DE NUESTRO SALARIO. BARRIENTOS HABIA PROMETIDO REPERECHO... PERO PASARON LOS AÑOS Y EN CAMBIO DE ESO LA GUERRE MILITAR VINIA MUY BIEN MIENTRAS NOSOTROS MORIAMOS DE HAMBRE... COMO NO PUDIERON ROMPER LA HUELGA REUNIERON GENTE EN EL CAMPO Y HASTA LOS MISMOS SOLDADITOS LOS VISTIERON DE CIVIL PARA EMPEZAR A TRABAJAR.

QUÉ HA PASADO CON LOS QUE RECIBIERON SU T.V.? EN QUE LOS AYUDA? NUESTROS RADIOS AUNQUE EN UN LENGUAJE BRUSCO Y SALVAJE, HABLAN DE NOSOTROS, DE NUESTROS PROBLEMAS, NUESTRA SITUACIÓN; PERO ESA T.V. QUÉ NOS DA? SOLO NOS MUESTRA MUNDOS QUE NO SON LOS NUESTROS... A NOSOTROS EN VEZ DE EDUCARNOS Y DISTRAERNOS NOS HACE MÁS DESFAJADOS. QUE HERMOSO QUE LOS TRABAJADORES EN VEZ DE NUESTRA RADIO TUVIERAMOS UN CANAL DE T.V., QUE TRANSMITA A TODO EL PAIS LA REALIDAD MINERA, ENTONCES LA GENTE SE DARIA CUENTA DE QUIENES SOMOS, PORQUE INCLUSO MUCHA GENTE NO NOS COMPRENDE PORQUE NO NOS CONOCE.



La escuela

EN LA ESCUELA APRENDI A LEER, ESCRIBIR A DEFENDERME PERO LA ESCUELA NO ME FORMO PARA COMPRENDER LA VIDA.

LA PATRIA PARA MI ESTA EN LA POBREZA; EN LA DESNUTRICIÓN; EN LAS PENAS Y ALEGRIAS DE NUESTRO PUEBLO...

LA EDUCACIÓN SIGUE SIENDO ENAJENANTE LA PATRIA ES UNA COSA HERMOSA, QUE ESTA EN EL HIMNO NACIONAL Y EN LOS COLORES DE LA BANDERA.

... ESTA ES LA PATRIA ...

PERO EN LA ESCUELA NOS ENSEÑAN SOLAMENTE A CANTAR EL HIMNO NACIONAL A HACER DESFILES ...



SIN EMBARGO EN LA ESCUELA NUNCA NOS DEMUESTRAN EL POR QUÉ DE NUESTRA POBREZA, EL POR QUÉ DE LA SITUACIÓN DE NUESTROS PADRES. QUE TANTO SE SACRIFICAN Y NO SON BIEN PAGADOS EL POR QUÉ DE ALGUNOS NIÑOS QUE TIENEN TODO Y OTROS MUCHOS QUE NO TIENEN NADA.



NUNCA ME HAN EXPLICADO ESTO EN LA ESCUELA



PORQUÉ EL GOBIERNO REPRIME TANTO AL SINDICATO Y AL COMITÉ DE AMAS DE CASA?

QUÉ PIENSA A NIVEL PERSONAL DE ESTAS FORMAS DE REPRESIÓN?

A NIVEL DE SU HOGAR, BARRIO O EMPRESA, CÓMO SE DA LA REPRESIÓN?

CÓMO SE UTILIZAN LOS MEDIOS DE INFORMACIÓN EN CONTRA DE LAS ORGANIZACIONES POPULARES?

DESPUÉS DE CONOCER MI REFLEXIÓN SOBRE LA ESCUELA, EN QUÉ SE PARECE Y EN QUÉ SE DIFERENCIA DE LA ESCUELA COLOMBIANA?

Respuesta obrero popular.

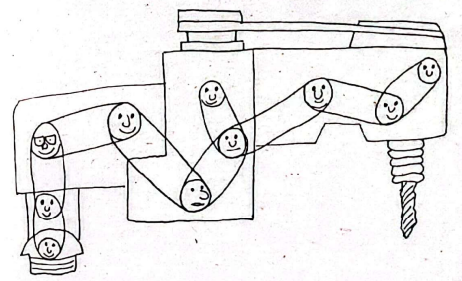
ES PRIMORDIAL SABER QUE TODOS SOMOS IMPORTANTES EN LA LUCHA.

SOMOS UNA MAQUINARIA TAN GRANDE Y CADA UNO DE NOSOTROS UN ENGRANAJE.

POR FALTA DE UN ENGRANAJE LA MAQUINARIA PUEDE DEJAR DE FUNCIONAR.

ENTONCES A CADA UNO HAY QUE SABER DARLE SU PAPEL, HAY QUE VALORARLO.

UNOS SON BUENOS PARA HABLAR OTROS PARA ESCRIBIR, ALGUNOS SERVIMOS PARA HACER BULTO, POR LO MIENTOS PARA ESTAR ALLI PRESENTES Y SER UNO MÁS EN LA FILA.



LOS TRABAJADORES TENEMOS UNA GRAN FUERZA QUE ES LA UNIDAD Y ACTUALMENTE LA UNIDAD Y LA HUELGA SON LAS ÚNICAS ARMAS QUE TIENE LA CLASE TRABAJADORA, PARA RESPONDER A LA REPRESIÓN

EL GOBIERNO TIENE SUS ALIADOS BASTANTE FUERTES, Y TIENE LA POSIBILIDAD DE TOMAR MEDIDAS CONTRA LOS TRABAJADORES EN EL FUTURO, COMO NO TENEMOS FONDOS PUEDEN SOMETERNOS POR HAMBRE.



AÑO INTERNACIONAL DE LA MUJER

FUI ENVIADA COMO DELEGADA PARA LA CELEBRACION DEL AÑO INTERNACIONAL DE LA MUJER... DÍJIMOS A CONOCER NUESTROS PROBLEMAS COMUNES, COMO VIVEN LA MAYORIA DE LAS MUJERES; TAMBIEN DÍJIMOS QUE NUESTRA TAREA PRINCIPAL NO ESTA EN DELEGARNOS CON NUESTROS COMPAÑEROS, SINO CON ELLOS CAMBIAR EL SISTEMA EN QUE VIVIMOS, POR OTRO EN QUE HOMBRES Y MUJERES TENGAMOS DERECHO A LA VIDA, AL TRABAJO, A LA ORGANIZACION.

EL COMITE DE AMAS DE CASA ESTA ORGANIZADO IGUAL AL SINDICATO Y FUNCIONA A LA PAR CON EL... SIEMPRE HACEMOS ESCUCHAR NUESTRA VOZ Y ESTAMOS ATENTAS PARA EJECUTAR LAS TAREAS QUE SE PROPONE LA CLASE OBRERA.

LO IMPORTANTE PARA NOSOTRAS ES LA PARTICIPACION CONJUNTA DEL COMPAÑERO Y LA COMPAÑERA SOLO ASI LOGRAREMOS ALGO MEJOR, GENTE MEJOR Y FELICIDAD PARA TODOS, SI LA MUJER VA A SEGUIR OCUPANDOSE SOLAMENTE DE LOS CUIDADOS DEL HOGAR Y PERMANECIENDO IGNORANTE DE NUESTRA REALIDAD, NUNCA VAMOS A TENER CIUDADANOS CAPACES DE DIRIGIR NUESTRA SOCIEDAD, PORQUE LA FORMACION EMPIEZA DESDE LA CUNA, Y LA MADRE JUEGA AQUI UN PAPEL FUNDAMENTAL PUES SI NO ESTA CAPACITADA VA A FORJAR CIUDADANOS MEDIOCRES, FACILES DE SER MANEJADOS POR EL CAPITALISTA... POR EL PATRON, PERO SI ESTA POLITIZADA, SI TIENE FORMACION DESDE LA CUNA, FORMA A SUS HIJOS CON OTROS PRINCIPIOS Y LOS HIJOS VAN A SER OTRA COSA.

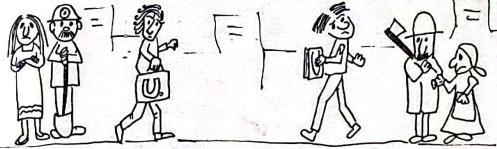
LA PRIMERA BATALLA AGANAR ES LA DE DEJAR PARTICIPAR A LA COMPAÑERA, EL COMPAÑERO Y LOS HIJOS EN LA LUCHA, PARA QUE ESTE HOGAR SE CONVIERTA EN UNA TRINCHERA INFRANQUEABLE PARA EL ENEMIGO.

POR ESO YO VEO LA OBLIGACION QUE TENEMOS TODOS DE QUE NUESTROS HIJOS APRENDAN EN EL HOGAR A VER LA REALIDAD PORQUE O SI NO ESTAMOS PREPARANDONOS FRACASAMOS PARA LA VIDA Y CUANDO YA SON MUY GRANDECITOS EMPIEZAN A RESISTIRSE Y AL FINAL RESULTA QUE SON PERSONAS RENEGADAS DE SU PASADO.

YA NO QUIEREN NI SALUDAR A SUS PADRES.

TENEMOS LA CULPA DE ESO; HACEMOS VIVIR A LOS NIÑOS EN UN MUNDO FICTICIO, A VECES LOS PADRES NO TIENEN SIGUELA UN BOCADO Y SIEMPRE CONSIGUEN ALGO PARA LOS NIÑOS.

NO SE DAN CUENTA DE LA REALIDAD Y CUANDO VAN A LA UNIVERSIDAD LES DA PENA DECIR QUE SON HIJOS DE MINEROS O CAMPESINOS.



CUANDO UN DIRIGENTE ESTA PRESO, ES IMPORTANTE QUE SIEMPRE TENGA NUESTRA SOLIDARIDAD, NO SOLAMENTE PARA CON EL, SINO CON SU FAMILIA.

BUENO, CUALQUIER COMPAÑERO QUE SEA PUESTO EN LA CARCEL DEBE PODER CONTAR CON ESTA SOLIDARIDAD POR PARTE DE NOSOTROS, UNO SE OLVIDA DEL SUFRIMIENTO QUE HA TENIDO EN LA CARCEL DE LAS PALIZAS QUE LE HAN DADO; DE QUE SU ROSTRO HA SIDO DEFORMADO CUANDO LLEGA A LA CASA Y LOS HIJOS LE DICEN: 'PAPA, MAMA, LOS COMPAÑEROS DEL SINDICATO NOS HAN DADO PANCO, ENTONCES SI ES HONESTO Y HONORADO, SE COMPROMETE CON SU PUEBLO QUE MOSTRO ESA CONFIANZA, ESO ES SOLIDARIDAD.'



DESTRUZADA POR LAS TORTURAS ME SENTI CULPABLE Y QUISE DEJAR TODO; MI PADRE ME VISITO:

PAPA TU QUE TIENES EXPERIENCIA, TU QUE FUISTE POLITICO POR QUE NO ME JUISTE QUE TODO AQUELLO TENIA SUS CONSECUENCIAS? QUE ERA MALO LO QUE ESTABA HACIENDO?

NO HUA, SI LO UNICO QUE HAZ HECHO ES PROTESTAR CONTRA LAS INJUSTICIAS DEL GOBIERNO CONTRA EL PUEBLO... ESO NO ES UN CRIMEN, ES UNA GRAN VERDAD Y POR EL CORAJE QUE HAZ TENIDO, EL PUEBLO TE QUIERE, EL PUEBLO ESTA PREGUNTANDO POR TI... REGRESARAS CON ORGULLO, PERO NO AHORA, HAY QUE APRENDER MAS!!

TIENES QUE PREPARARTE PARA ESTO, NO HAY QUE REGRESAR POR AHORA.



Conciencia de clase.

TU DICES QUE NOS QUIERES A NOSOTROS... VOS PODIAS HABERME SALVADO DE LA MUJER... PORQUE NO ACEPTASTE?

NO, YO SOY CONSECUENTE, HAGO LAS COSAS POR CONVICCION, LO CONTRARIO SERIA TRAICIONAR MIS PRINCIPIOS, PORQUE PARA ALGO TIENE UNO UN IDEAL, YO TENGO RESPONSABILIDADES COMO DIRIGENTE, NO ME CONFORMO CON ISOGADAS.



YO NECESITABA UNA AYUDA MORAL ENCONTRARME CONMIGO MISMA PARA COMPRENDER QUE MI CAUSA ERA JUSTA.

VOLVI MI PAPA CON UNOS CUANTOS LIBROS PARA LEER SOBRE HISTORIA DE BOLIVIA Y SOBRE EL SOCIALISMO.

ESAS LECTURAS ME SIRVIERON BASTANTE AL MISMO TIEMPO PODIA COMPROBAR UNA COSA CON QUE HABIA SONADO DESDE CHICA, UN MUNDO DONDE NO HABIA EXPLOTACION DEL HOMBRE POR EL HOMBRE.

TODO EL QUE TRABAJE TIENE DERECHO A COMER Y VIVIR BIEN.

ESO ME ALENTO PARA SEGUIR LUCHANDO CON TODO LO QUE HABIA SUFRIDO, EN LOS ENCARCELAMIENTOS, EN LAS YUNGAS ADQUIRI CONCIENCIA POLITICA, ME HALLE YO MISMA.



EN VEZ DE SER MIEDO O ESCARAMIENTO ES UN MAYOR FORTALECIMIENTO.

EN LA CARCEL ME DESPERTARON UNA GRAN CURIOSIDAD POR EL SOCIALISMO Y EL COMUNISMO, PUES A DIARIO ME APALABAN POR ESO, LO QUE MAS INTENTE HACERME LA REPRESION, LOGRE EN MI UN EFECTO DE CONVENCIMIENTO, FORTALECIMIENTO EN LA LUCHA.

RESPECTO A LA REPRESION, ENUMERE LAS ACCIONES MAS IMPORTANTES EMPRENIDAS POR EL PUEBLO, Y CUAL ES LA MAS IMPORTANTE?

CONOCE OTRAS FORMAS DE LUCHA DIFERENTES A LAS PLANTEADAS ACA?

DE TODAS ESAS FORMAS, CUAL HA VINIDO?



Conclusión

NINGÚN GOBIERNO HA HECHO LO QUE REALMENTE QUIERE EL PUEBLO.

EN 1974 BANZER NO ESTABA HACIENDO OBRAS PARA NOSOTROS, SINO BENEFICIANDO A LOS EXTRANJEROS QUE CONTINUAN LLEVÁNDOSE NUESTRAS RIQUEZAS Y A LOS EMPRESARIOS PRIVADOS, LAS EMPRESAS ESTATALES LOS MILITARES Y NO A LA CLASE OBRERA NI CAMPESINA QUE SEGUIMOS CADA DÍA MAS POBRES.

Y ESTO VA A CONTINUAR IGUAL MIENTRAS ESTEMOS EN ESTE SISTEMA CAPITALISTA.

YO VEO POR TODO LO QUE HE LEÍDO Y HE VIVIDO QUE NOS IDENTIFICAMOS CON EL SOCIALISMO; PORQUE SOLAMENTE EN UN SISTEMA SOCIALISTA HA DE HABER MAS JUSTICIA Y TODOS APROVECHARÁN DE LOS BENEFICIOS QUE HOY EN DÍA ESTAN EN MANOS DE UNOS POCOS.

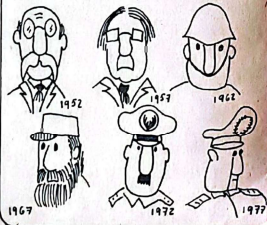
¿PORQUÉ VAMOS A PERMITIR QUE UNOS POCOS SE BENEFICIEN DE TODOS LOS RECURSOS QUE HAY EN BOLIVIA Y NOSOTROS QUEDAMOS ETERNAMENTE TRABAJANDO COMO BESTIAS, SIN TENER ASPIRACIONES MAYORES, SIN PODER PREVER MEJOR FUTURO PARA NUESTROS HIJOS?

¿CÓMO NO VAMOS A QUERER ASPIRAR A MEJORES COSAS SI LO QUE ENRIQUECE A NUESTRO PAIS ES PRODUCTO DE NUESTRO SACRIFICIO?



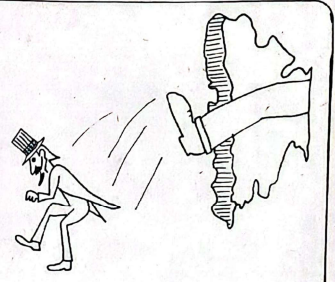
NOSOTROS DEBEMOS ESTAR ATENTOS A LAS EXPERIENCIAS DE LOS PUEBLOS A SUS ERRORES Y A SUS CONQUISTAS, PERO UNIÉNDOSE PARA BUSCAR UNA SOLUCIÓN DE ACUERDO A LO QUE ES NUESTRO PUEBLO, Y NUESTRAS CARACTERÍSTICAS.

DESDE 1952 CUANDO EL GOBIERNO DEL MOVIMIENTO NACIONAL REVOLUCIONARIO EMPEZO A TRAICIONAR LA REVOLUCIÓN HECHA POR EL PUEBLO... TANTOS GOBIERNOS HAN PASADO Y NINGUNO HA LLEGADO A COLMAR LAS ASPIRACIONES DEL PUEBLO.



MI PUEBLO NO ESTÁ LUCHANDO POR UNA CONQUISTA DE QUEJENA, POR UN POCO DE AUMENTO DE SUELDO AQUÍ - POR UN PALEATINO ALLÍ, NO. MI PUEBLO SE ESTÁ PREPARANDO PARA EXPULSAR POR SIEMPRE DEL PAIS AL CAPITALISMO Y SUS SIRVIENTES INTERNOS Y EXTERNOS.

MI PUEBLO ESTÁ LUCHANDO PARA LLEGAR AL SOCIALISMO.



- I. EN ESTA EXPERIENCIA A QUÉ SE LE DICE "NO", Y PORQUÉ ?
- II. A QUÉ SE LE DICE "SI", Y POR QUÉ ?
- III. CUÁLES SON LAS DIFERENCIAS ENTRE CAPITALISMO Y SOCIALISMO ?
- IV. A QUÉ CONCLUSIÓN LLEGARON AL TERMINAR EL FOLLETO ?
- V. CUÁL ES EL CAMINO DE USTED EN ADELANTE ?



DOMITILA BARRIOS DE CHUNGARA ES UNA MUJER DE LOS ANDES BOLIVIANOS, ESPOSA DE UN MINERO, MADRE DE SIETE HIJOS.

EN SU LIBRO "SI ME PERMITEN HABLAR..." NARRA LO QUE HA VIVIDO, CÓMO LO HA VIVIDO Y LO QUE HA APRENDIDO PARA CONTINUAR EN LA LUCHA.

COMO EL LIBRO ES MUY EXTENSO (257 páginas) Y POR LO TANTO DE DIFÍCIL LECTURA PARA NUESTRO PUEBLO, UN GRUPO DECIDIÓ EXTRAER LOS PRINCIPALES APARTES CON EL FIN DE QUE MUCHOS GRUPOS POPULARES PUEDAN CONOCER "LA EXPERIENCIA DE OTROS PUEBLOS PARA REFLEXIONAR SU ACCION Y CRITICARLA."



GUERREIRA da paz

"Recordo-me de uma assembléia de trabalhadores, nas minas da Bolívia, já faz um tempinho, mais de 30 anos: uma mulher lançou-se entre os homens e perguntou qual é nosso inimigo principal. Escutaram-se vozes que respondiam: 'o imperialismo', 'a oligarquia', 'a burocracia'... E ela, Domitila Chungara, esclareceu: 'Não, companheiros. Nosso inimigo principal é o medo, e o levamos dentro de nós.' Eu tive a sorte de escutá-la. Nunca esqueçá-la." Eduardo Galeano

Por Fania Rodrigues

Uma mulher das minas, dona de casa e com pouca escolaridade desafiou a ditadura militar em seu país na década de 1970, os preconceitos da comunidade internacional e principalmente os seus próprios medos. O ano era 1975, quando a boliviana Domitila Barrios de Chungara, dirigente sindical do Comitê de Amas de Casa del Distrito Minero Siglo XXII, foi enviada à conferência mundial do Ano Internacional das Mulheres, na Cidade do México, com a missão de denunciar os massacres e a violação diária dos Direitos Humanos nas minas da Bolívia. Trouxe a público, por exemplo, o massacre de San Juan, em 1967, quando o ditador René Barrientos ordenou o ataque do exército contra as comunidades mineras de Catavi e Llagua. Dezenas de trabalhadores foram mortos, e Domitila, que estava grávida, foi presa e torturada até perder seu filho. Seu discurso calou o público elitista da conferência e entrou para a história. A educadora brasileira Moema Viezzer estava presente, entendeu a importância do que ouvia e gravou tudo o que disse a líder sindical boliviana. O depoimento resultou no livro "Si me permiten hablar" que conta um pouco da história e das condições sociais das minas, que enriqueceu tantos

países, mas que só deixou miséria e monções de pobreza ao povo boliviano. O livro foi traduzido em todos os idiomas e a trajetória de luta de Domitila Chungara correu o mundo. A coragem e força dessa mulher foi tão grande que, no Natal de 1978, foi a La Paz, com mais quatro mulheres lutar pelos direitos que seus maridos, que, por trabalharem até a exaustão, não tinham tempo nem energia para lutar.

Justas, essas cinco mulheres e uma penca de filhos, saíram de suas casas dizendo que iriam derrubar a ditadura. Era difícil de acreditar. Foram às ruas e iniciaram uma greve de fome. Um sacerdote se juntou a elas. Mas derrubar uma ditadura ainda faltava muito. No entanto, mais pessoas se juntaram à causa e em pouco tempo tinham mais de 1.500 pessoas. Depois de algumas horas, a notícia correu e os manifestantes pacíficos já eram milhares. 23 dias depois das cinco bravas mulheres começaram a greve de fome, as ruas, as diferentes cidades da Bolívia foram ocupadas por manifestantes. Outro governo militar chegava ao fim.

Mesmo doente, Domitila Chungara aceitou nos receber no hospital cubano de Cochabamba, onde estava internada há mais de 10 dias. Confira agora a entrevista exclusiva concedida pela ex-líder sin-

dical, hoje com 73 anos, já com o corpo cansado e maltratado pela vida, mas com uma mente bastante lúcida e um senso crítico apurado.

Fania Rodrigues – Pode nos contar um pouco de sua trajetória e como surgiu a idéia de publicar um livro?

Domitila – Em 1975 foi realizada, no México, a Tribuna del Año Internacional de la Mujer. Essa foi a primeira vez que participamos de uma conferência mundial. Como diziam que era um evento que representava mulheres de diferentes povos pensei que iria encontrar camponesas, donas de casas, mulheres trabalhadoras e pobres. Entretanto, não foi assim. As mulheres presentes eram quase todas com formação acadêmica e completamente diferentes de nós (bolivianas), donas de casa e mulheres das minas. Enviada pelo Sindicato de Mineiros, do qual pertencia, minha tarefa era denunciar o que acontecia nas minas: os salários injustos, as precárias habitações e a insuficiência de alimento para nossos filhos, que quase nunca tomavam leite. Aproveitamos a tribuna para denunciar tudo isso. Mas os organizadores e participantes dessa conferência não estavam interessados em nossos problemas sociais.

Jornalivro

Ano I - Agosto - 1981 - nº 1

3000



Moema Viezzer

“SE ME DEIXAM FALAR...”

MOUVEMENT HAÏTIEN POUR L'EPANDUISSEMENT DE L'ENFANT
FANM OUVRIYÈ LAN PÈYI D'AYITI
 Mujeres Obreras de Haitì

KAYEN 1
LAN KI KONDISYON FANM SA YO AP TRAVAY
 Cuadernos n. 1. Condiciones de trabajo de las Mujeres

Las mujeres haitianas trabajan mucho :
LAN PEYI DAYITI FANM TRAVAY ANPIL

Algunas de ellas son obreras

GEN DE FANM SE OUVRIYÈ YO YE

GEN de atik nou fabrikan net jèt.
Fabricans alijun artikuls

GEN de lot se monta nou monte yo selman.
Otros, salante los ensamblans

Nou **MANM** se ak patron nòp travay pou lajan
Trabajans pou un patron en cambi de un saleri o.

COMPTABILITE

Donde trabajan las obreras?

KI KOTE OUVRIYÈ-YO AP TRAVAY?

Lan Gran Indistri yo
en indistria apanda

Lan ti indistri yo
en indistria piquisa

Lan mayen indistri yo
en empres anivale

en la casa
lakay yo

Quien es el Patron?

KILÈS KI PATRON YO ?

Semoun ki gen izin ak faktori-yo.

Es el dueño de la (factoría) empresa.

TOUT BYEN SA YO SE POU MWEN
Todo me pertenece!



(matéria prima) (medio de producción) (producto)

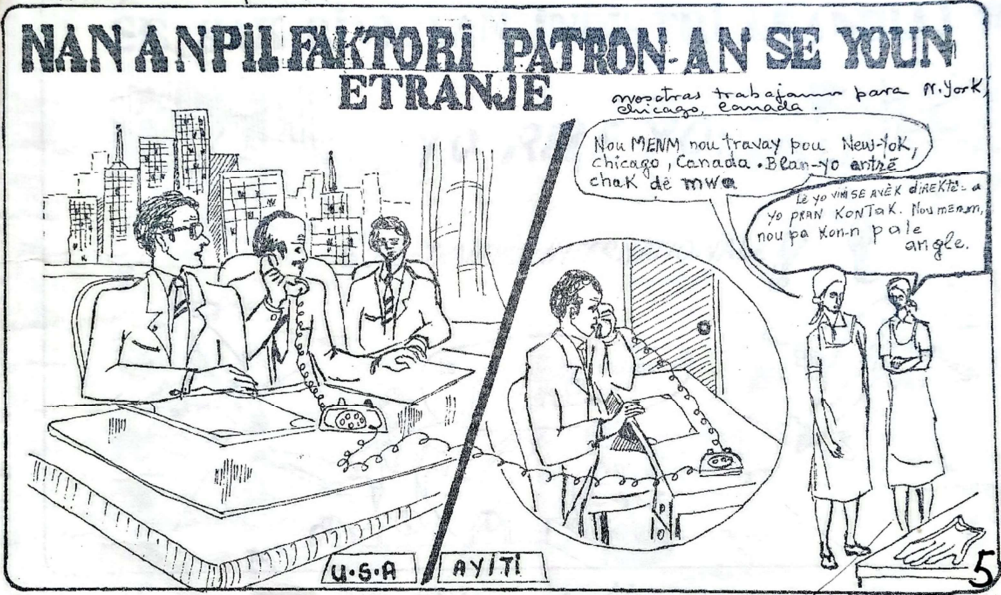
En muchas empresas, el Patron es un extranjero

NAN AN PIL FAKTORI PATRON AN SE YOUN ETRANJE

nosotros trabajamos para N.York, Chicago, Canada.

Nou MENM nou travay pou New-York, Chicago, Canada. Blan-vo antye chak de mwè.

Le yo VA SE AVÈK DIREKTE-a yo PRAN KONTAK. Nou menm, nou pa konn pa le angle.



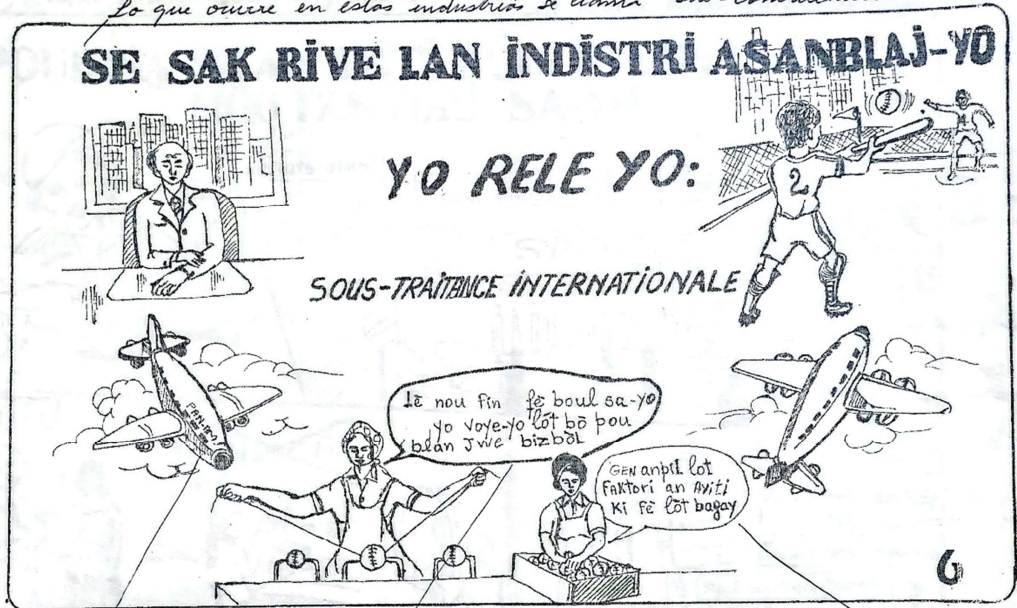
El dueño viene y habla con el manager. Nosotros no sabemos hablar inglés.

Lo que ocurre en estas industrias se llama "sub-contratación internacional"

SE SAK RIVE LAN INDISTRI A SANBLAJ-YO

YO RELE YO:

SOUS-TRAITANCE INTERNATIONALE



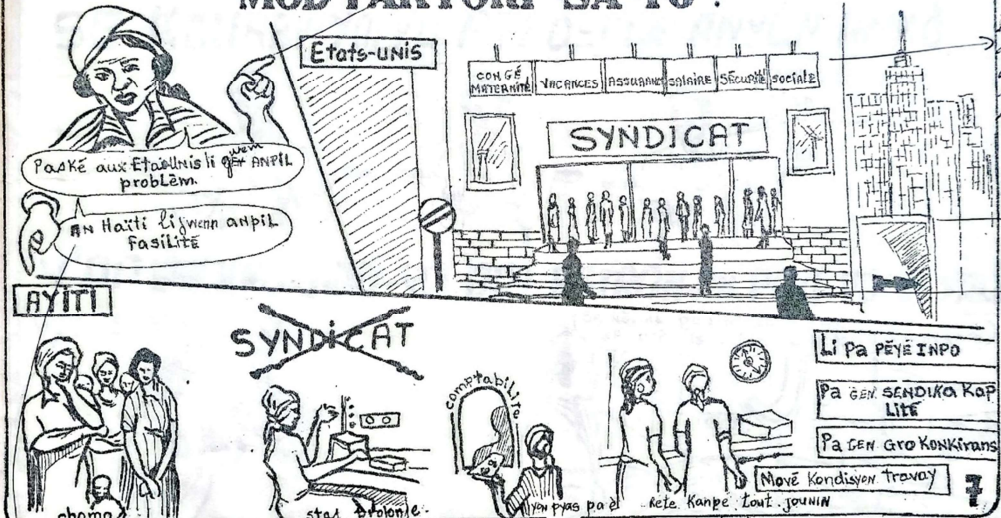
Ponon (trae el producto oro acabado)

Nosotros hacemos los bolas de baseball. y entonces los mandamos "al otro lado" para que los blancos jueguen baseball.

Hay muchas empresas en Haiti que hacen cosas asi.

Porque se abren estas empresas en Haiti? Porque en los EEUU hay muchos problemas

POUKISA SE AN AYITI BLAN YO VIN IOUVRI MOD FAKTORI SA-YO?



agora inestabilidad
vacaciones
buen salario
seguro social

impuestos

competencia

en Haiti tienen muchas debilidades?

desempleo
falta de sindicatos

1 dolar por hora
falta de condiciones de trabajo

no hay competencia entre empresas
no pagan impuestos

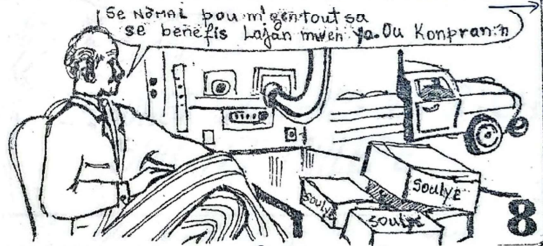
La única riqueza de la obrera es su fuerza para trabajar "cuanta esperanza es nuestro trabajo."

OUVRIÈ-YO SÈL RICHÈS YO GENYEN: SE KOURAY-YO, YO PA POSEDE ANYEN ANKÒ.



sèl espwa nou se travay n'ap fè a!

M'AP VINN KOURAY-YO BAN PATRON-AN POU YOUN SALÈ



Se nòmal pou m'gen tout sa se benefis lajan mwèn yo. Ou konpran?

Lo normal que todo me pague porque esto es beneficio de mi línea de producción!

"Nostros vendemos "nuestro coraje" de trabajar al patron. Por un salario una miseria de nada!"

que diferencia existen entre el "ingreso" de la obrera y la "ganancia" del patron?

KI DIFERANS KI GENYEN ANT LATAJAN OUVRIÈ-YO AK LAJAN PATRON-AN REALIZE



YO PEYE MWEN 4 Gd 20 POU YOUN DOUZÈN BOUL

4 \$0.20 for one dozen of balls!

GEN DE FWA M'KONN RIVE FÈ 1 DZ. EDMÌ LAN YON JOURNEN

yo a vez llega hacer 1 dozen of medals during one day!



SE KONSA GRAN-NÈG VIN RICH SOU TÈT MALERE

En esta forma los grandes se vuelven ricos a costa de los infelices!

¿ Como es el salario? a) Algunas tienen un sueldo fijo.

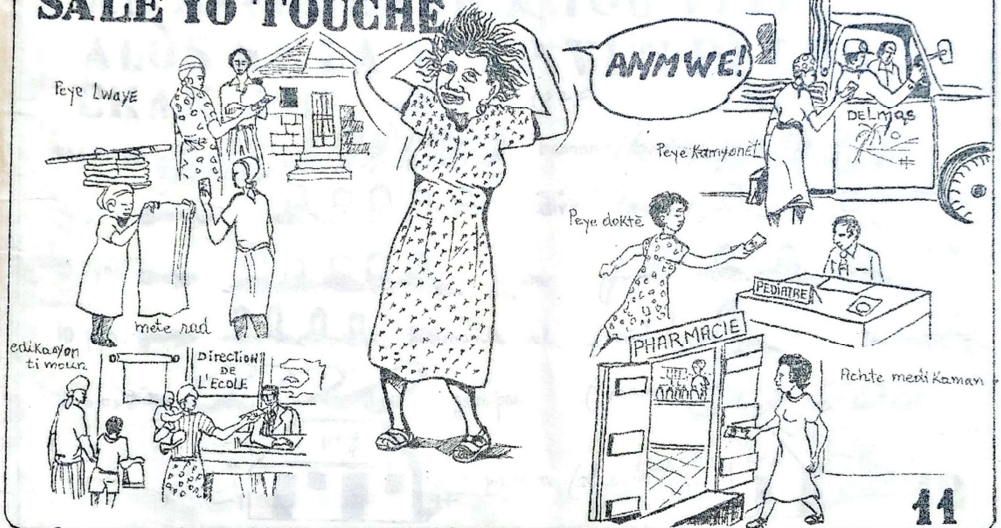
SALE A: KOUMAN AFE SA-A YE ? GEN OUVRIYE K'AP TOUCHE YOUN LAJAN FIKS



¿ otros trabajamos a destajo. (Nota: 1 moneda = 4d 9,07).

¿ que hacen las obreras con lo que reciben?

KI SA OUVRIYE-YOGENYEN POU YO FE AK SALE YO TOUCHE



Pagano alquiler... ropa... educación de los niños... doctor... transporte... farmacia... "Por Dios!"

El problema es que en Haiti el sueldo es bajo mientras el costo de la vida sube sin parar

AN AYITI, SALÈ A TOU PITI ALÒS KÉ LA VI AP VIN PI CHÈ CHAK JOU

	1978	1978	1980
10 pyas →		bannan (banana)	
10 pyas →		riz (arroz)	
10 pyas →		pwa (frijol)	
10 pyas →		200 mamit sel (sal)	
10 pyas →		gran pan (pan)	
		pa moa (alquiler)	

Y qué representa el aumento de salaris?

ESKE YO BA NOLI OGMANTASYON SALÈ?

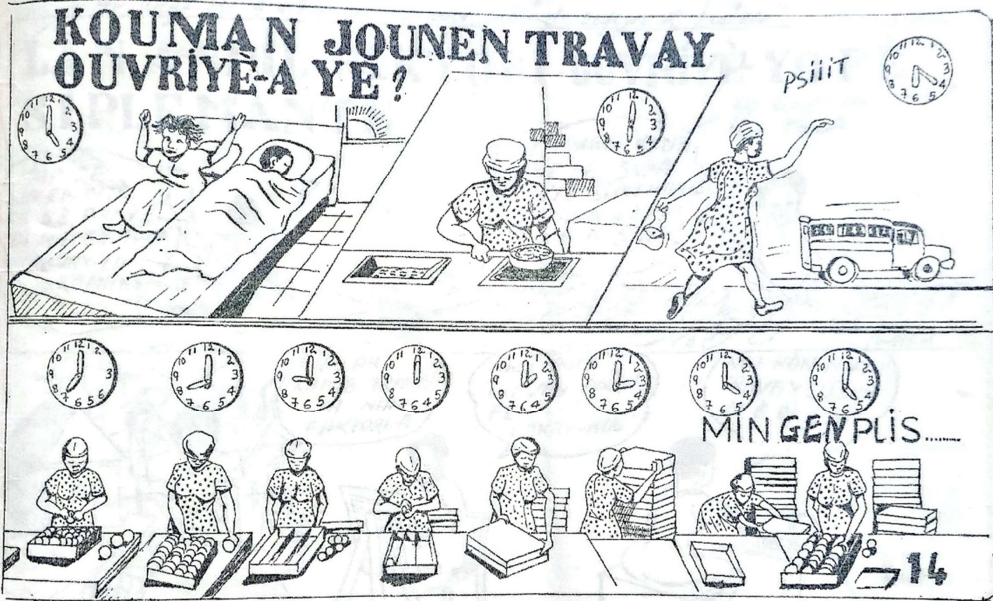
1978	1980
Salè = 8,50	Salè = 11,50
8,50 = 90 mamit sel	11,50 = 36 mamit sel
8,50 = 4 mamit pwa	11,50 = 4 mamit pwa
8,50 = 3/4 sak chabon	11,50 = 1/2 sak chabon



Ti Krazé OGMANTASYON SA-A PA ANYEN, TELMAN LAVI A VIN DI!
Un aumento tan chiquito no resuelve nada... tan dura se ha vuelto la vida!

Bonus es el día de la obrera?

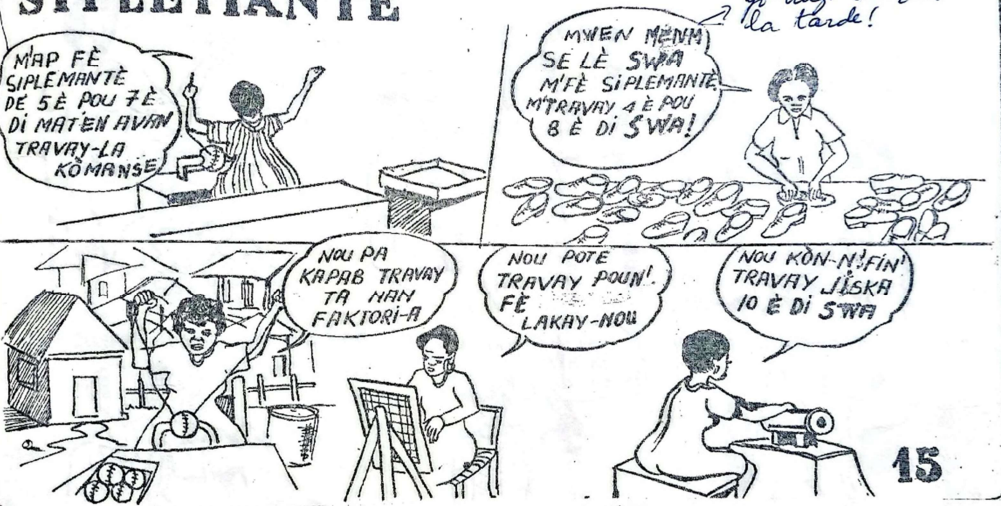
KOUMAN JOUNEN TRAVAY OUVRIYÈ-A YE?



Y lay más:

*En varias empresas hay obreros que hacen horas extras
7^o y 8^o de 5 a 7 de la mañana, antes de empezar el trabajo*

LAN ANPIL FAKTORI OUVRIYÈ-YO FÈ SIPLE MANTÈ



*Nosotros no podemos quedarnos en la fábrica
entonces llevamos el trabajo a nuestra casa
y a nos trabajamos hasta las 10 de la noche*

In qui conditions travaillent les ouvriers? - Me repido... porque van tanto al baño? - Me tememos comedores

LAN KI KONDISYON OUVRIYE-YO AP TRAVAY?

GEN OUVRIYE KI oblije VAN'N CHÈ-YO pou GADE TRAVAY-YO

TOILETTE

Nou pa gen Kantin

Tout MAK sa yo se machin ki boule in!

Nou pa gen KRÈCH pou PITIT NOU

A veces somos obligados a producir para guardar el trabajo

Todos esos 'marchas' son de la máquina que me va quemando

No tenemos guardería para dejar a los niños

Las leyes que protegen a los obreros? @ Cada año yo firmo un nuevo contrato... pero siempre el mismo

KISA LALWA DI SOU AFÈ TRAVAY OUVRIYE-YO?

CHAK ANE MWÈN SIYEN KONTRA KONSA M'APSE pou NOUVEL SI YA REVOKE M'YO PAP PEYE M'PREVI

KONJE ANUEL

Vaccances annuelles? Ya mwen la, cogé tout la pou que establi enfòmasyon!

MÈN NON! M'È MALAD MWÈN FIN! PRAN TOUT KONJE MWÈN.

PATRON - MWÈN FEYE KONSILYAS AK MEDI KAMAN-YO

OUÌ, MEZ ALÒ, LÈ M'AP PEYE KONJE LI TIRÈ KÒB MEDI KAMAN-YO

SE PA KÒB LA SA!

Navidad: Aguinaldo? Eso no es plata!

- Seguro enfermedad: El patron me pagó la consulta y la medicina. Pero cogió la plata de las vacaciones

que ha a la obrera cuando termina su jornada de trabajo?
empieza una nueva jornada en la casa.
Ring!

KISA OUVRIÈ-A FÈ LÈ L' FIN SÒT NAN TRAVAY?

RINGG!...

(REKÒMANGE YOUN LOT JOURNÈN TRAVAY)



SAK PI BEL-LA... NOU PA JAN M TOUCHE ANYEN
POU TOUT TRAVAY SA-A.

18

¿Lo mètè... onwa es pagada por todo ese trabajo?

Asi que la obrera tiene una Doble Jornada

OUVRIÈ-A GENYEN DE JOURNÈN TRAVAY:

YOUN LAN FAKTORI - A

YOUN LOT LAKHY-LI



19

Una en la fábrica (7 a 4)

Otra en la casa (4 a 10)

qui différences hay entre la vida de la obrera y del patron?



De este lado...

Del otro lado...

*¿ por que estas diferencias?
Porque en la sociedad en que vivimos, algunos pocos poseen todo...*

POUKISA DIFERANS SA-A ?
PASKE LAN SOSYETE NAP VIU-LA SE SELMAN KEK MOLI KI POSEDE
TOUT BABAY

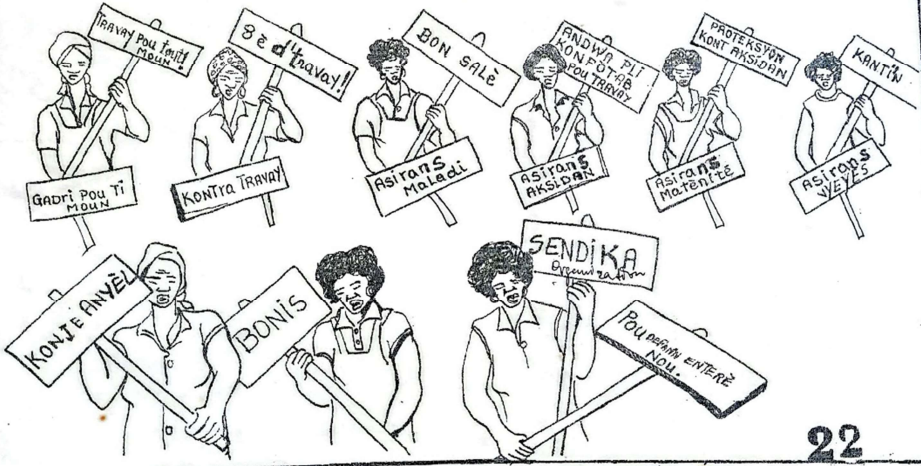


MAS PÈP LA APTRAVAY POU TI KRAZE KOB LAN INTÈRE GRAN-NEG (21)

mientras la masa del pueblo trabaja por una misera puelda de acuerdo de los grandes.

Nosotras trabajamos Nosotras tenemos derecho a vivir bien
 Trabajo para todos & hora de trabajo buenas salarios mejores condiciones
 guarderías infantiles Contrato de trabajo Seguro de enfermedad Seguro de accidente

N'AP TRAYAYDI NOU DWE VIV BYEN



22

Seguro maternidad comida Seguro de "fuerza" Nacionalis annuals Organizasion sindical Para alborar mejores derechos



MUDANDO O
MUNDO COM AS
MULHERES
DA TERRA

Capacitação de
Líderes
Trabalhadoras
Rurais e
Extrativistas



luta
los
de

m
um
ade
o, a
a-
do
do
s
s de
três
de

ova
le
e
em

1

3

4

5

6

7

8

9

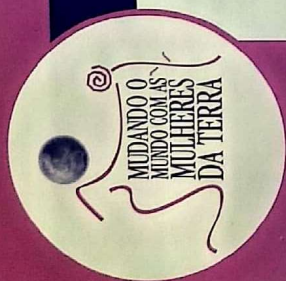
10

PARTICIPAÇÃO

**Primeiro passo
no caminho da liderança**



Passo a passo, estaremos caminhando juntas em direção a relações mais harmoniosas entre mulheres e homens na sociedade.



A Rede Mulher de Educação preparou este material para apoiar a formação de mulheres que estão se destacando como líderes ou que apresentam potencial de liderança entre trabalhadoras rurais e extrativistas. Esta é a primeira de uma série de dez cartilhas. Esperamos que nossas publicações se tornem roteiros de trabalho para você e seu grupo. Nosso objetivo é que as mulheres conquistem melhores posições na comunidade, associação, sindicato e outras organizações em que atuam ou criarão.

para o

em "inuir"

olher cores

nda, ria da

lga.

ar pe-



PARTICIPAÇÃO

1

Primeiro passo no caminho da liderança

A Rede Mulher de Educação preparou este material para apoiar a formação de mulheres que estão se destacando como líderes ou que apresentam potencial de liderança entre trabalhadoras rurais e extrativistas. Esta é a primeira de uma série de dez cartilhas. Esperamos que nossas publicações se tornem roteiros de trabalho para você e seu grupo. Nosso objetivo é que as mulheres conquistem melhores posições na comunidade, associação, sindicato e outras organizações em que atuam ou criaram.



Passo a passo, estaremos caminhando juntas em direção a relações mais harmoniosas entre mulheres e homens na sociedade.



CORAGEM E PACIÊNCIA

2

Formando líderes da transformação

Nesta cartilha vamos conversar sobre o exercício do poder e porque ele é um componente indispensável na formação de lideranças transformadoras. Você verá que a forma como exercemos o poder revela se somos lideranças empenhadas na transformação ou apegadas ao estilo conservador. Independentemente de ser mulher ou homem, o importante é que a liderança se comprometa em transformar as relações de gênero.



Por meio de exercícios e dinâmicas, você conhecerá as características necessárias para líderes em formação. E trabalhará em conjunto com sua equipe formas de criar um ambiente que estimule o nascimento de lideranças transformadoras.



Mudando o próprio mundo

3

Vamos combinar vida pessoal com vida pública

Cada vez mais as mulheres são chamadas a responder a novos desafios na sociedade. Participam mais da produção, têm mais voz em suas entidades, conquistam novas posições sociais, são cada vez mais respeitadas no espaço público. Mas o que fazer para conciliar a vida pessoal com estas novas demandas? Que mudanças precisam ocorrer no ambiente doméstico? Que mudanças precisam ocorrer nas organizações?



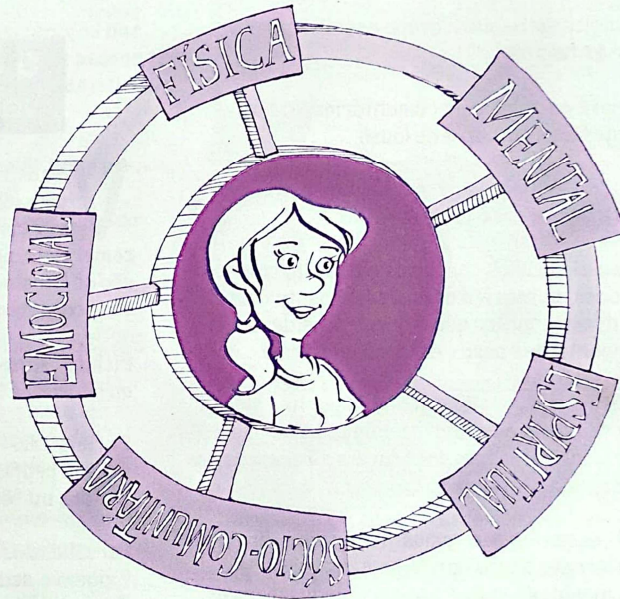
Esta cartilha mostra as "pequenas revoluções" que uma liderança transformadora precisa desencadear para fazer de sua experiência pessoal uma forma de "mudar o mundo".



AUTO-ESTIMA

4

Alimente suas cinco dimensões



O exercício da liderança transformadora propõe muitos desafios e, para vencê-los, necessitamos uma grande dose de auto-estima. Nesta cartilha, veremos como a consideração que temos por nós mesmas(os) é condicionada por uma série de fatores sociais. A discriminação e a violência, produtos de relações sociais desiguais, geram pessoas incapazes de lutar por seus direitos. Líderes transformadoras devem propor ações que corrijam essas distorções.

Para melhor auxiliar outras pessoas, alimente sua própria auto-estima por meio de algumas práticas cotidianas.



Com a boca no mundo:

5

O poder da comunicação

Você pode ter as melhores idéias ou fazer coisas muito interessantes. Mas se não divulgá-las, ninguém vai saber que existem. Muita gente já nasce com o poder de comunicar-se. Outras pessoas aprendem técnicas que as auxiliam a vencer o medo e a ansiedade. Esta cartilha pretende colocar você em contato com algumas regras básicas para se comunicar com eficiência no interior do seu grupo, em eventos sociais e junto à imprensa.



Você estará se preparando para "vender o peixe" sem medo de errar, conquistando melhores posições na sociedade.



NEGOCIAÇÃO E CONFLITOS 6

A arte de buscar soluções

Conflitos? Quem não vive? Mas quando se trata do exercício da liderança com o objetivo de tornar mais igualitárias as relações entre mulheres e homens, então, os conflitos surgem de forma inevitável.

No entanto, é preciso encará-los de frente e negociar formas de, cada vez mais, incluir a transformação na vida das pessoas, grupos e comunidades.

A liderança age como facilitadora deste processo, auxiliando as pessoas a descobrirem suas motivações mais profundas.



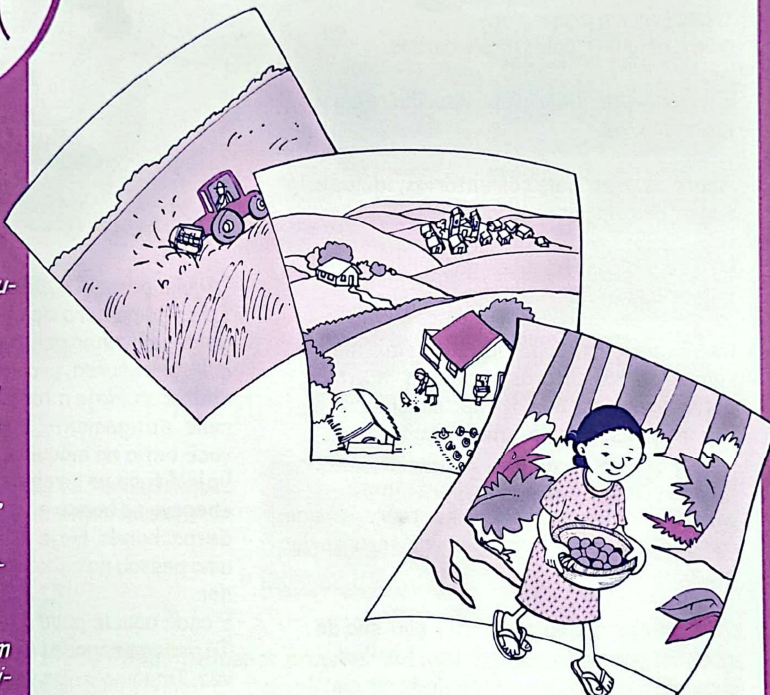
Para realizar este trabalho, líderes da transformação devem conhecer e exercitar a equação que substitui o "dividir e diminuir" pelo "somar e multiplicar".



Tecnologias na agricultura 7

A conquista de novos espaços

Por que será que as mulheres permanecem tão distantes das novas tecnologias na agricultura? Nesta cartilha procuramos entender este mundo onde as mulheres da área rural sentem-se pouco à vontade. As reflexões que faremos aqui servirão também para exercitar nossa capacidade de enxergar quanto conhecimento acumulado sobre agricultura trazemos dentro de nós. Um conhecimento que precisa ser redescoberto e revalorizado.



Vamos aprender a separar o joio do trigo na hora de escolher os métodos e técnicas agrícolas, sempre de olho em melhores condições de vida para as pessoas e a natureza.



POR CONTA PRÓPRIA

8

As mulheres no mundo da agroindústria

Na agricultura moderna não basta saber plantar. É preciso desenvolver uma nova visão e uma série de habilidades para lidar com empreendimentos rurais. Neste novo cenário, existem muitas oportunidades, mas junto com elas vêm também grandes desafios. Nesta cartilha, vamos trabalhar sobre alguns aspectos necessários ao sucesso dos empreendimentos que privilegiem a participação das mulheres.



O objetivo é abrir novas possibilidades de geração de renda, com maior poder de decisão nas mãos das mulheres e melhoria da qualidade da vida humana e do ambiente



PARA SABER MAIS

9

Sobre gênero e liderança

Nas cartilhas anteriores tocamos em alguns pontos fundamentais para a formação de lideranças que visam transformar as relações de gênero. Nesta cartilha você terá a chance de conhecer uma série de outros materiais: livros, cartilhas, manuais, vídeos e programas de rádio que tratam destas questões e também a oportunidade de contatar entidades lutam pelos direitos das mulheres e das trabalhadoras rurais e extrativistas.



Com essas referências você terá mais chances de desenvolver seu trabalho de formação enquanto liderança.
Um grande abraço e boa sorte.

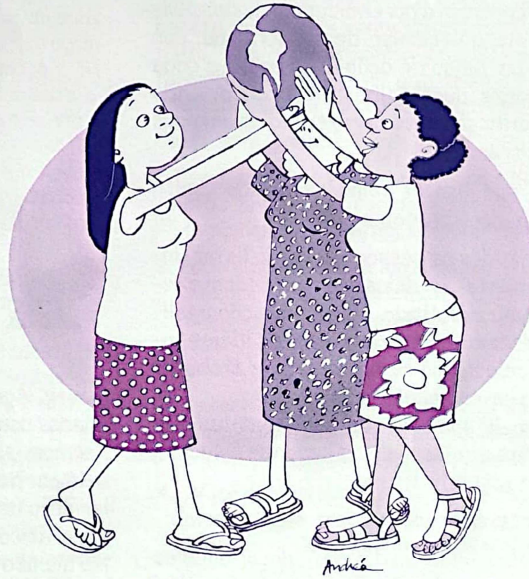


CONHEÇA O PROJETO

10

Mudando o Mundo com as Mulheres da Terra

A té aqui você entrou em contato com alguns dos temas que compõem o universo do exercício da liderança para relações mais igualitárias entre mulheres e homens. Recebeu também uma série de indicações de vídeos, publicações, programas e redes de rádio que poderão auxiliá-la(o) em seu trabalho de formação. Agora chegou a vez de conhecer um pouco mais do projeto que deu origem a esta capacitação.



Nosso objetivo é que você multiplique os conhecimentos que adquiriu e auxilie a divulgar esse "outro jeito" de realizar capacitações com pessoas que aceitam rever sua liderança, empenhadas em tornar-se líderes da transformação.



Avalie as cartilhas

Para nós, a sua opinião é muito importante. Ela servirá para aprimorar futuras edições destas cartilhas e também a elaboração de novos materiais de apoio à ação educativa desenvolvidos pela Rede Mulher de Educação.

- | | |
|--|--|
| <p>1. Você conseguiu aplicar o conteúdo das cartilhas nas capacitações que realizou?</p> <p>_____</p> | <p>7. Que modificações você gostaria de fazer para melhorar as cartilhas em futuras edições?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> |
| <p>2. Quais foram os assuntos mais debatidos?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> | <p>8. Você teve contato com o vídeo e a série de programas radiofônicos que complementam os materiais educativos do projeto Mudando o Mundo com as Mulheres da Terra?</p> <p>_____</p> |
| <p>3. Que temas você considera importantes e que não foram tratados nas cartilhas?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> | <p>9. O que achou deles?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> |
| <p>4. O que você achou dos textos?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> | <p>Você quer se identificar?</p> <p>Nome _____</p> <p>Idade _____ Profissão _____</p> <p>Entidade _____</p> <p>De que forma entrou em contato com estas cartilhas?</p> <p>_____</p> |
| <p>5. Como está a programação visual?</p> <p>_____</p> | |
| <p>6. E quanto às ilustrações? Refletem a realidade que você vive?</p> <p>_____</p> | |

Preencha e envie esta ficha para:



R. Coriolano, 28 – V. Romana
 CEP 05047-000 – São Paulo – SP
 Tel: (0XX11) 3873.2803 Fax: (0XX11) 3862.7050
 E-mail: rdmulher@redemulher.org.br

2001



MUDANDO O MUNDO COM AS MULHERES DA TERRA

TRABALHADORAS RURAIS E EXTRATIVISTAS

Capacitam-se para Exercitar a

LIDERANÇA DA TRANSFORMAÇÃO

JANEIRO

D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2 ^a	3	4	5	6
7	8	9 ^o	10	11	12	13
14	15	16 ^b	17	18	19	20
21	22	23	24	25 ^c	26	27
28	29	30	31			

01-Dia Mundial pela Paz • 06-Dia de Reis

☼ Crescimento
☉ Omeia
☽ Miríngano
● Novo

FEVEREIRO

D	S	T	Q	Q	S	S
				1 ^a	2	3
4	5	6	7	8 ^o	9	10
11	12	13	14	15 ^b	16	17
18	19	20	21	22	23 ^c	24
25	26	27	28			

24-Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil (1932) • 27-Carnaval

MARÇO

D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2 ^a	3
4	5	6	7	8	9 ^o	10
11	12	13	14	15	16 ^b	17
18	19	20	21	22	23	24 ^c
25	26	27	28	29	30	31

08-Dia Internacional da Mulher

ABRIL

D	S	T	Q	Q	S	S
1 ^a	2	3	4	5	6	7
8 ^o	9	10	11	12	13	14
15 ^b	16	17	18	19	20	21
22	23 ^c	24	25	26	27	28
29	30 ^a					

13-Pavão de Cristo • 21-Triacentes • 22-Dia da Terra • 27-Dia da Emergência Doméstica

MAIO

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7 ^o	8	9	10	11
12	13	14	15 ^b	16	17	18
19	20	21	22 ^c	23	24	25
26	27	28	29 ^a	30	31	

1-Dia dos Trabalhadores e Trabalhadoras • 13-Dia das Mães

18-Dia Internacional pela Saúde da Mulher

JUNHO

D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	
3	4	5 ^o	6	7	8	9
10	11	12	13	14 ^b	15	16
17	18	19	20	21 ^c	22	23
24	25	26	27	28 ^a	29	30

05-Dia Mundial do Meio Ambiente • 14-Corpus Christi

21-Dia Latino-americano pela Educação Não-sexista

JULHO

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5 ^o	6	7
8	9	10	11	12	13 ^b	14
15	16	17	18	19	20 ^c	21
22	23	24	25	26	27 ^a	28
29	30	31				

AGOSTO

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5 ^o	6	7	8	9	10	11
12 ^b	13	14	15	16	17	18
19 ^c	20	21	22	23	24	25 ^a
26	27	28	29	30	31	

1 a 7-Semana Mundial do Aleitamento Materno • 12-Dia dos Pais e Dia das "Mergulhas" (Trabalhadoras Rurais Brasileiras)

SETEMBRO

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2 ^o	3	4	5	6	7	8
9	10 ^b	11	12	13	14	15
16	17 ^c	18	19	20	21	22
23 ^a	24 ^a	25	26	27	28	29

7-Independência • 29-Dia Nacional das Pessoas Idosas

OUTUBRO

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2 ^o	3	4	5	6	
7	8	9	10 ^b	11	12	13
14	15	16 ^c	17	18	19	20
21	22	23 ^a	24	25	26	27
28	29	30	31			

02-Dia das Crianças e R. S. Agostinho • 15-Dia Mundial da Mulher Rural • Dia da Professora • 16-Dia Mundial da Alimentação

NOVEMBRO

D	S	T	Q	Q	S	S
				1 ^o	2	3
4	5	6	7	8 ^b	9	10
11	12	13	14	15 ^c	16	17
18	19	20	21	22 ^a	23	24
25	26	27	28	29	30 ^a	

02-Frutões • 15-Prod. da República • 20-Dia Nac. da Consciência Negra • 25-Dia Mundial de Combate à Violência Contra a Mulher

DEZEMBRO

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7 ^b	8
9	10	11	12	13	14 ^c	15
16	17	18	19	20	21	22 ^a
23 ^a	24 ^a	25	26	27	28	29

01-Dia Mundial de Prevenção e Combate à AIDS • 10-Dia Mundial de Declaração dos Direitos Humanos • 25-Natal

Patrocínio:



Entidades Parceiras:



Realização:



*Manual da Campanha
pental*



**Nenhuma Mulher sem Documentos!
Nenhum de seus Familiares também!**



**CAMPANHA DE DOCUMENTAÇÃO- CNSMulher
Coordenação Estadual do Pará
Ano 2002**

MANUAL DA CAMPANHA

**PARA USO DA
EQUIPE DE COORDENAÇÃO**

Pertence a:

I.36

ANO 2002**Promoção**

*Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista - CNSMulher - do
CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros*

Realização

CNSMulher Coordenação Estadual Pará

Patrocínio

KEPA – Serviço de Cooperação para o Desenvolvimento da Finlândia

Apoios

MMA/SCA/Programa Amazônia Solidária e CNPT/IBAMA

Apoios Locais e Regionais

Associações de Extrativistas, Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Prefeituras Municipais, Cartório de Registro Civil, Cartório Eleitoral, Receita Federal, Correios, Posto de INSS, Fórum/Ministério Público, Escolas, Postos de Saúde, Igrejas, SDDH-Serviço de Defesa dos Direitos Humanos, CPT, AMTR/Pará, Projeto Peixe Boi Amazônico (CNS/CMA/FMA), Outros.

Equipe Responsável da Campanha**-Representação Institucional:**

*Raimunda Gomes da Silva, Diretora do CNS, Coordenadora da
Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista – CNSMulher*

-Coordenação Geral:

Maria de Carvalho Rosas (Mariquinha), Coordenadora Estadual CNSMulher/Pará

-Coordenadoras da Campanha nos Núcleos Regionais:

Alzenira AG de Moura – Assentamento Montes Bellos (CNS Tucuruí)

Maria Espirito Santo da Silva – Praia Alta Piranheira (CNS Marabá)

Natalina do Carmo Oliveira – Resex Tapajós Arapiuns (CNS Santarém)

-Coordenação Administrativa:

Fátima Cristina da Silva, Assessora Geral do CNS

-Assessoria Técnico-Pedagógica

Moema L. Viezzer, Consultora de Gênero do CNS

-Assistente de Finanças

Carla Aguilar, assessora,, administradora do Projeto CNS/KEPA

- Assistente Administrativa

Edileuza de Mattos, Secretária do Escritório Regional do CNS/Marabá

-Assistente de Produção

Norma Hofstaetter, Assessora da MV Consultoria

Produção de Materiais de Apoio à Campanha

MV Consultoria

Concepção e elaboração dos Textos

Moema L. Viezzer



APRESENTAÇÃO

Seguindo os passos de Chico Mendes e dentro da Visão e Missão do CNS, a Secretaria da Mulher Extrativista entende que o momento atual nos convida a enfatizar a necessidade de *"Proteger e Cultivar a Vida das Pessoas que Protegem e Cultivam a Vida das Florestas"*.

Neste sentido, a Campanha *"Nenhuma Mulher Sem Documentos e Nenhum de Seus Familiares também"* que a CNSMulher promove e inicia em 2002, vai ajudar a muitas milhares de pessoas que vivem nas Reservas, Assentamentos e Projetos Agroextrativistas da Amazônia.

O Mutirão de Cidadania que representa esta Campanha conta com o apoio da direção do CNS e de seus Escritórios Regionais, assim como das Instituições de Patrocínio e de Apoio Nacional, Regional e Local citadas nos documentos.

Junto com o trabalho da Equipe responsável, temos tudo para realizar uma Campanha bem sucedida.

Assim sendo,
sucesso para todas e todos nós!
E gratas pela colaboração.

Raimunda Gomes da Silva

Raimunda Gomes da Silva
Diretora do CNS
Secretaria da Mulher Extrativista

Maria de Carvalho Rosas

Maria Carvalho Rosas
Coordenadora Geral da
Campanha de Documentação

INDICE

Introdução.....	04
<u>PRIMEIRA PARTE: A CAMPANHA</u>	05
1. PORQUE e PARA QUE esta Campanha?	05
2. QUEM promove e realiza.....	05
3. PARA QUEM se faz a Campanha.....	06
4. COM QUEM CNSMulher realiza a Campanha.....	07
5. COM QUE recursos conta a Campanha.....	10
6. COMO se desenvolvem as atividades da Campanha..	11
<u>SEGUNDA PARTE: OS MOMENTOS DA CAMPANHA</u>	14
Primeiro Momento: Contato com as Comunidades.....	14
Segundo Momento: Organização Local da Campanha...	15
Terceiro Momento: Lançamentos da Campanha.....	16
Quarto Momento: Realização da Campanha.....	16
Quinto Momento: Avaliação e Conclusão da Campanha.	17
Uma atividades para todos os Momentos	17
Para concluir:	18
ANEXOS:	
Informativo	
Ficha de Levantamento de Necessidades	
Ficha de Cadastramento	
Passaporte da Cidadania	
Cartaz	
Diário de Campo	

**"NENHUMA MULHER SEM DOCUMENTOS!
NENHUM DE SEUS FAMILIARES TAMBÉM!"**

**MANUAL DA CAMPANHA
PARA USO DA EQUIPE DE COORDENAÇÃO**

Introdução

Este Manual foi especialmente elaborado para as pessoas que trabalharão diretamente na coordenação da Campanha de Documentação da CNSMulher. Ele coloca questões práticas que visam facilitar a organização da Campanha com as entidades parceiras e as Comunidades, mantendo sempre a visão geral do processo. Com esta finalidade, foi também incluído um exemplar de cada um dos 06 instrumentos de apoio à realização da Campanha: informativo, ficha de levantamento de necessidades, ficha de cadastro, passaporte da cidadania, cartaz, diário de campo.

Informações e reflexões sobre "Mulher, Cidadania e Documentação" serão encaminhadas em documentos à parte, e poderão fazer parte das reuniões de informação e diálogo com as Comunidades e com as Entidades Parceiras e/ou de Apoio à Campanha.

Neste Manual vão estar respondidas algumas perguntas básicas que qualquer integrante da Equipe de Coordenação da Campanha deve responder para si mesma e para outros:

- **Para que** está sendo feita esta Campanha?
- **Quem** promove e realiza a mesma?
- **Para quem** é feita, a quem se dirige a Campanha?
- **Com quem** a CNSMulher conta para realizar a Campanha com êxito?
- **Como, onde e quando** é feita a Campanha?
- **Com que** recursos a CNSMulher conta para realizar a Campanha nesta primeira etapa (humanos, materiais, financeiros, através de projeto, parcerias e apoios) ?

6

faleceu. Da mesma forma há mulheres solteiras que não podem encaminhar nada em seu nome só porque não dispõem dos documentos os quais, algumas vezes, dependem dos documentos de seus pais. Há mães que querem ter em dia os documentos seus e de seus filhos e filhas e até fizeram os mesmos anos atrás, mas perderam em acidente de barco ou forma roubadas e não tiveram atrás, mas condições de levar adiante a questão por falta de recursos para ir à cidade junto com os filhos e refazer toda a documentação. Há mulheres e homens que tem título eleitoral feito em campanhas políticas, onde o mesmo foi dado mesmo para pessoas que não tinham sua identidade ou nem mesmo o registro de nascimento. Há pessoas que, nestas mesmas condições, receberam documentos falsos, sem valor nenhum perante a lei. Estas e outras situações ainda afetam milhares de mulheres e homens da floresta de todas as idades. Quem não tem carteira de trabalho nem pode comprovar que trabalhou para algum empregador, o que, muitas vezes, torna difícil cobrar o trabalho feito muitas.

A CNSMulher entende que, "passar a limpo" esta questão e realizar uma Campanha específica com esta finalidade é contribuir para a cidadania das mulheres. E, como sabemos, quando se começa a mexer com a mulher, se mexe com a organização da vida familiar e da comunidade.

Para que uma Campanha de documentação? Os motivos de sua necessidade são evidentes. E para a CNSMulher o objetivo é claro: facilitar caminhos para melhorar o exercício da cidadania das populações agroextrativistas. E para isto é também fundamental: *"Nenhuma Mulher sem Documentos - Nenhum de seus familiares também."*

2. QUEM promove e realiza a Campanha?

A Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista – CNSMulher, que tem por missão promover a cidadania e o fortalecimento das mulheres agroextrativistas, conforme a visão e a missão do CNS, é a mentora e realizadora da Campanha. Seguindo os passos de Chico Mendes, a CNSMulher que ir além do que já se conseguiu, a partir da consciência, organização, empoderamento e inclusão das mulheres nos processos de desenvolvimento da Amazônia, buscando *"preservar e cultivar a vida das pessoas que preservam e cultivam as florestas"*.

7

2.1. Esta Campanha começa pelo Estado do Pará, através da Coordenação Estadual da CNSMulher que desenvolverá a mesma com as coordenações dos 3 Núcleos Regionais ligados aos escritórios do CNS em Marabá, Tucuruí, Santarém.

2.2. Três locais foram escolhidos para esta etapa:
*Reserva Extrativista de Tapajós Arapiuns (município de Santarém),
Projeto de Assentamento Extrativista Montes Belos (município de Pacajás) e
Projeto Agroextrativista Praia Alta Piranha (município de Nova Ipixuna).*

2.3. Em etapas posteriores, a CNSMulher pretende espalhar esta Campanha para todos os Estados onde a Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista do CNS está atuando através de suas Coordenações Estaduais.

A Equipe de Coordenação da Campanha é quem assegura o êxito da mesma. Isto vai ocorrer se ela tiver: clareza de objetivos e metas, disciplina, fluxo de comunicação assegurado e boas parcerias.

A boa preparação da Equipe de Coordenação com o estudo dos documentos da mesma é um elemento básico. Vale a pena investir nela antes de desencadear o processo da Campanha como tal. Os equívocos cometidos no começo do processo se refletem até o final do mesmo, assim como os acertos. Por isto, vale a pena investir na preparação da equipe.

Mas além dos objetivos e metas claras e das informações necessárias, cada integrante e a equipe como um todo precisará desenvolver o que se chama de *Sinergia de interesses*. Estar "afinada" com as outras pessoas que integram o mesmo processo. "Criar a liga" que vai dar a força à Campanha pois, se cada quem puxar para um lado, a Campanha vai se diluir e perder força.

Este manual e demais documentos fazem parte desta preparação. Por isto é necessário que cada pessoa e cada equipe nos diversos níveis – estadual, regional ou local – comecem a Campanha planejando a mesma conforme está descrito na segunda parte deste Manual.

3. PARA QUEM se destina a Campanha?

8

Estamos realizando uma espécie de *Mutirão de Cidadania das Populações Extrativistas*. Trata-se de uma Campanha Cidadã-Comunitária, centrada nas pessoas que vivem em comunidades nas reservas, assentamentos e projeto agroextrativistas. Por isto, é muito importante:

- Criar condições para as pessoas dialogarem sobre a importância de serem reconhecidas como cidadãs deste país, não sendo utilizadas em campanhas eleitorais, sem benefícios na continuidade ou sendo passadas para trás por não terem em mãos seus documentos;
- Aproveitar as reuniões para falar sobre a situação atual das comunidades em relação aos documentos das pessoas. Falar sobre a importância do exercício da cidadania para melhorar as condições de produção e a qualidade de vida na região, logrando os benefícios a que temos direitos enquanto cidadãs e cidadãos do país;
- Dialogar também sobre a importância da ajuda mútua entre pessoas que necessitam ter seus documentos com o apoio das lideranças das comunidades, assim como das Associações e Sindicatos.

É nas Comunidades que a Campanha acontece ou não. Nós, que conhecemos as distâncias que existem entre as cidades e as comunidades, a falta de acesso aos serviços por parte de muitas famílias pobres, a desinformação sobre o modo de funcionamento dos serviços públicos e morosidade dos mesmos, sabemos que é ali que a CNSMulher precisa chegar com esta Campanha. Para isto vai encontrar e criar formas as mais diversas possíveis para facilitar este passo para a cidadania.

Esta foi a proposta testada por primeira vez, no ano de 2001, com a Comunidade da Vila Belém, do Projeto Agroextrativista Praia Alta Piranha. Na ocasião, ficou muito evidente que as pessoas que não tem seus documentos passam por muitos problemas. Que não é por má vontade que as pessoas não tiram seus documentos; na maior parte das vezes é por falta de condições mesmo. Que é possível realizar Campanhas cidadãs - comunitárias, diferentes das campanhas eleitorais e políticas que se fazem no atropelo e sem nenhuma vantagem real para quem recebe seus documentos. Isto, quando não acontece de receberem documentos falsos.

9

Foram todas estas constatações e a experiência bem sucedida na Vila Belém que levou a CNSMulher a optar por uma Campanha de Documentação centrada nas Comunidades, ao invés de Campanha de solução pessoal.

4. COM QUEM a CNSMulher desenvolve Campanha?

Parcerias e Apoios de qualidade constituem outro fator fundamental para o êxito da Campanha. A CNSMulher conta com alguns recursos humanos, materiais e financeiros para esta Campanha, mas que ficam longe de permitir-lhe fazer tudo sozinha. E nem vem ao caso!...

O papel da CNSMulher é de convocar e facilitar a articulação de todos os Atores Sociais que interferem na documentação das pessoas. Tanto com as populações necessitadas como com os órgãos responsáveis por dar os documentos. Como parte da preparação da Equipe de Coordenação, vamos lembrar alguns Atores que estarão conosco no Palco desta Campanha:

a) *As parcerias internas do CNS* são as primeiras a serem trabalhadas: a Secretaria Geral do CNS em Brasília e os Escritórios Regionais do CNS nas 3 regiões escolhidas, cujo compromisso e apoio vão facilitar o fluxo de informações e a entrada nas comunidades que já conhecem o CNS.

Desnecessário salientar a importância do apoio de cada integrante da Diretoria do CNS que divulgar a Campanha em nível nacional (como os Programas dos Ministérios, o INCRA, o IBAMA, o CNPT e também as Entidades e Movimentos Sociais com os quais o CNS mantém contato: CONTAG, CUT, MST, etc.) e estar presente em momentos especiais, quando possível.

b) *As Associações Agroextrativistas e os Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais* são, de certa forma, parte central da Campanha no nível local onde ela acontece. É com estas parcerias que a CNSMulher vai lograr o apoio indispensável das Comunidades, fazer o Levantamento de Necessidades, organizar os dias de tiragem dos documentos com a respectiva Ficha de Cadastro. Isto será feito de acordo com cada realidade local, seja juntando várias Comunidades ou trabalhando com uma só, conforme cada caso.

c) *Os órgãos Públicos responsáveis por fazer a documentação: Cartório de Registro Civil, Cartório Eleitoral, Fórum/Ministério Público, INSS, Receita Federal* vão necessitar de explicações e diálogo que os convençam da

10

necessidade de se deslocarem até as Comunidades das Reservas, Assentamentos e Projetos Agroextrativistas, ao invés de só aceitar que as pessoas venham de lá para a cidade para tirar seus documentos. O êxito destas parcerias é, em boa parte, responsável pelo êxito da Campanha.

d) *As Prefeituras* são a outra mola mestra da Campanha. Através delas pretende-se viabilizar muitos apoios através de: apoio político junto aos Órgãos responsáveis pela documentação, facilidades de divulgação através das Escolas municipais, Postos de saúde, Serviços de comunicação, Transporte por terra ou por rio, entre outros.

e) *O SDDH – Serviço de Defesa dos Direitos Humanos* precisa ser contatado para ser uma entidade parceira do início ao fim do processo. É com ele e/ou outro serviço jurídico por ele indicado que a Equipe de Coordenação da Campanha levará adiante a solução dos casos pendentes.

f) *Entidades como a CPT, que atuam sempre junto com o CNS, podem dar apoios diversos, incluindo os que forem necessários caso a Equipe de Coordenação chegue a enfrentar problemas por parte de grupos contrários às Associações Agroextrativistas. Também podem contribuir muito com a divulgação da Campanha junto as Igrejas e seus Serviços Pastorais ou outros que atendem nas reservas e assentamentos, explicando a importância de um "povo de Deus" consciente e organizado e sobre a necessidade da documentação neste processo.*

g) *As Organizações e ONGs de Mulheres da Amazônia e do país constituem um outro ponto de apoio. Com elas a CNSMulher precisa articular-se para divulgar seus trabalhos, particularmente neste processo tão importante para a cidadania das mulheres.*

h) *As Universidades também podem contribuir com a Campanha, exercendo seu papel, divulgando-a através de seus meios de comunicação, promovendo algum evento de Extensão sobre Mulher, Cidadania e Documentação ou, eventualmente, alocando alguma estagiária para auxiliar na sistematização dos dados recolhidos em campo. Cada caso é um caso, e deve ser trabalhado de acordo com a realidade de cada local.*

i) *A participação das mulheres e de seus familiares - público a quem se dirige a Campanha de Documentação - é a condição sem a qual nada será feito. Esta Campanha é uma iniciativa das mulheres, mas é para todas as pessoas da*

11

comunidade. Nenhum homem pode subtrair-se da mesma, por algum motivo qualquer. O diálogo sobre este tema no dia a dia das famílias, nas conversas de rua, nas associações e sindicatos, assim como nas escolas, nas igrejas, nos postos de saúde e outros lugares, ajudará a vencer algumas barreiras de algumas pessoas menos esclarecidas que ainda circulam pelas reservas e assentamentos extrativistas. É preciso chegar a criar um clima de adesão total à Campanha e que seja de todos e todas o refrão: *"Nenhuma Mulher sem documento e nenhum de seus familiares também"*. Sem distinção de sexo, de idade, de cor, de religião, de orientação política ou outro.

5. COM QUE recursos conta esta Campanha?

Como ocorre em qualquer projeto, esta Campanha vai poder realizar-se se contar com recursos: humanos, materiais e financeiros.

a) O primeiro recurso financeiro que a CNSMulher logrou para desencadear este processo foi do KEPA- Centro de Cooperação Internacional da Finlândia, que se empenhou muito para que a documentação das mulheres agroextrativistas fosse contemplada no projeto do CNS apoiado pelo KEPA/Pará. O empenho da Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista, através de sua coordenação geral e de sua Coordenação Estadual no Pará, juntamente com suas assessorias, foram fundamentais para garantir este apoio inicial. Foi através dele que se realizou a atividade piloto na Vila Belém, a concepção da Campanha e a preparação do processo da Campanha, incluída a elaboração e a impressão dos materiais de apoio.

b) Outra fonte de recursos foi lograda com o Ministério do Meio Ambiente – Programa Amazônia Solidária, através dos pequenos projetos feitos pelos três Núcleos Regionais do Pará, com a finalidade de realizar o trabalho da Campanha nas Comunidades.

c) A estes recursos recebidos diretamente em dinheiro, há que se acrescentar os recursos que significam as parcerias citadas no item anterior. Nada é "de graça", nada "cai do céu por descuido". Tudo o que é feito nesta Campanha, tem seu preço imbuído nos órgãos e entidades parceiras (pagamento de profissionais, empréstimos de locais, gastos administrativos, espaços na imprensa, etc). Há que incluir-se aqui também a cessão de local, aparelhos de telefone e fax e computadores dos escritórios regionais do CNS que servirão de referência à Campanha, uso de meios de transporte de outros projetos,

12

assim como o apoio institucional da Secretaria Geral do CNS). São estas parcerias que permitem, em boa parte, a realização de uma Campanha tão complexa:

d) Da mesma forma há que se valorizar o tempo de trabalho voluntário e militante feito pelas direções das Associações e Sindicatos, a quem sempre deve ser dado o devido crédito na realização local da Campanha.

Observações:

a) É fundamental que a Equipe de Coordenação tenha esta visão geral e ampla da Campanha inclusive para contabilizar isto em seus relatórios

b) Para encaminhar as outras etapas da Campanha, seja no Pará ou em outros Estados, enquanto esta se realiza, a CNSMulher começará novos processos de consulta para identificação de necessidades, elaboração de novas propostas, busca de financiamento, estabelecimento de parcerias e solicitação de apoios.

6. COMO se desenvolvem as atividades da Campanha?

A informação completa está contida nos 07 (sete) documentos seu básicos especialmente preparados para esta Campanha de Documentação:

- **Manual da Campanha** para a Equipe de Coordenação (*papel rosa*)
- **Informativo de Orientações** sobre a Campanha (*papel branco*)
- **Ficha de Levantamento de Necessidades** (*papel amarelo*)
- **Ficha de Cadastro** da Campanha (*papel verde*)
- **Passaporte** da Cidadania
- **Cartaz** da Campanha
- **Diário de Campo** das Integrantes da Equipe (*papel branco*)

Cada um dos documentos cumpre um papel específico:

- **O Manual da Equipe de Coordenação** traz a informação geral da Campanha e é um lembrete constante para acertar o passo da Campanha, treinar as pessoas que vão compor as equipes regionais e locais, passar as mesmas informações, caso haja necessidade de troca de responsáveis. Vai servir também para avaliar a Campanha com as demais participantes da equipe. Junto com os anexos, é um documento de estudo e consulta

13

permanente das integrantes da Equipe Responsável pela Campanha e um dos instrumentos de "liga" entre as mesmas para não perder o objetivo e as metas gerais da Campanha.

- **O Informativo** explica a origem e a necessidade da Campanha e descreve os passos da mesma para as comunidades. Ele foi feito para ser entregue como Documento de Apresentação da Campanha para as Lideranças das Associações e Sindicatos e também para as entidades parceiras e de apoio à Campanha.

- **A Ficha de Levantamento de Necessidades** foi concebida como um instrumento de preparação da Campanha em cada Comunidade, com a contribuição da mesma. Através desta Ficha preenchida, a Equipe de Coordenação da Campanha vai saber quantas pessoas necessitam de documentos e que tipo de documentos pessoais precisam ser feitos no contexto desta Campanha que abarca somente os Documentos pessoais. Esta ficha também deve ser entregue às Lideranças Comunitárias por ocasião da reunião de informação sobre a Campanha.

- **A Ficha de Cadastro** é para o dia da tiragem dos documentos. Ela permitirá saber quantas pessoas fizeram seus documentos, quantos ficam por fazer, por que motivos e qual o encaminhamento jurídico a ser dado para resolver a questão.

- **O Passaporte da Cidadania** é um "brinde" para todas as pessoas que participam da Campanha de alguma maneira, mesmo as que não necessitam tirar documentos. Ele funciona como um recordatório dos documentos pessoais e profissionais que as pessoas necessitam, para que elas mesmas se preocupem em ter todos eles, guardá-los e fazer bom uso dos mesmos.

- **O Diário de Campo** vai assegurar a "Memória" da Campanha e facilitar os trabalhos de sistematização da mesma.

- **O Cartaz** é o rosto da Campanha para fora, um instrumento de divulgação para todas as instituições interessadas em dar apoio à mesma.



CAMPANHA DE DOCUMENTAÇÃO

Nas Reservas Extrativistas, Assentamentos e Projetos Agroextrativistas da Amazônia Legal:

**NENHUMA MULHER SEM DOCUMENTOS
NENHUM DE SEUS FAMILIARES TAMBÉM**

Ano: 2002 - Estado: Pará



**Pra começo de conversa:
De onde vem e a que vem
esta Campanha ?**

A Secretaria da Mulher do Conselho Nacional dos Seringueiros - CNSMulher - é a responsável deste acontecimento. E é a primeira que uma Campanha de Documentação acontece aqui desta forma, centrada nas Associações e Comunidades das Reservas Extrativistas, Assentamentos e Projetos Agroextrativistas da Amazônia Legal.

Quem mora nestas localidades da região da Amazônica sabe das dificuldades para chegar às cidades, fazer compras e pagamentos, buscar atendimento médico, fazer seus documentos e outros. As distâncias são grandes, poucas estradas são boas, em alguns lugares o acesso é só pelo rio ou a pé. Assim, o primeiro passo da CNSMulher para fazer a Campanha de Documentação, foi descobrir como encurtar este caminho, indo até onde estão as pessoas que precisam fazer seus documentos.

Para começar este trabalho, a CNSMulher fez um teste com a Comunidade da Vila Belém do Projeto Agroextrativista Praia Alta Piranhiera, no município de Nova Ipixuna, Pará. Aí deu para perceber tudo o que é bom fazer ou evitar. E deu para sentir quanto é importante.

**Uma Campanha Cidadã e
Comunitária, com gente
esclarecida- consciente-
participativa.**

Este folheto traz algumas orientações básicas, elaboradas a partir do teste inicial. Em cada Reserva, Assentamento ou Projeto Agroextrativista, deve-se adaptar estas orientações à realidade local, para alcançar o objetivo da Campanha.

VAMOS ENTÃO AO A-B-C DA CAMPANHA?

Todas as pessoas precisam de vários documentos. Alguns são pessoais, outros são de trabalho, outros se relacionam com a posse e/ou título da terra.

O "Passaporte da Cidadania" nos lembra isso.

Esta Campanha de Documentação está concentrada nos cinco (05) Documentos pessoais básicos para qualquer cidadã/o do Brasil:

1. Registro de Nascimento;
2. Carteira de Identidade (RG);
3. Cadastro de Pessoa Física (CPF);
4. Título de eleitor/a
5. Carteira de Trabalho.

1. CERTIDÃO DE NASCIMENTO

É o primeiro documento do qual dependem todos os outros. É o Documento que comprova que nascemos. Quem não tem Certidão de Nascimento não vai conseguir nenhum outro documento.

- Normalmente é feito no Cartório de Registro Civil.

- Normalmente, deve ser feito até 15 dias após o nascimento do filho ou filha.

De 0 a 12 anos é gratuito. Fora do prazo, precisa-se de autorização do juiz.

E, para não pagar multa, precisa-se do comprovante de pobreza.

2. CARTEIRA DE IDENTIDADE

É o documento que acompanha toda a nossa vida. Nela estão os dados exclusivos de cada pessoa: nome, idade, profissão, estado civil e também suas impressões digitais. Ninguém pode circular pelo território nacional sem andar com sua identidade.

- Normalmente é feito no Cartório de Registro Civil. A partir de 18 anos é documento obrigatório. Não se paga para fazer o documento.

3. CPF - CADASTRO DE PESSOA FÍSICA

É um documento para identificar qualquer cidadã/o perante a Receita Federal. É também chamado Cartão de Contribuinte-CIC.

- Normalmente, o CPF é feito num Órgão da Receita Federal ou Instituição conveniada (Banco do Brasil, Correio, Sindicato de Trabalhadores Rurais).

4. TÍTULO DE ELEITOR/A

É o documento fundamental para participar nos destinos do nosso país como cidadã/o. É o documento que dá direito a votar.

- Normalmente, é feito Fórum ou Cartório Eleitoral do nosso município.

5. CARTEIRA DE TRABALHO e PREVIDÊNCIA SOCIAL

Para quem é assalariada/o rural, este é um documento fundamental. Nele consta sua profissão: trabalhador/a rural. Para conseguir algum benefício, esta carteira deve estar assinada pelo empregador/a.

- Normalmente, a Carteira de Trabalho é feita num dos Postos da Delegacia Regional do Trabalho do município que pode funcionar no Sindicato, na Prefeitura ou em outro lugar responsável pelo convênio.

Ficha de Levantamento de Necessidades

NOME do Município: _____
 NOME da Reserva Extrativista/Assentamento/Projeto Agroextrativista: _____
 NOME da Associação: _____
 NOME da Comunidade: _____
 Data da reunião: _____ Local da reunião: _____
 Nome e cargo da pessoa responsável pela entrega da ficha preenchida. _____

Anotar nesta ficha só o número de pessoas que necessitam cada tipo de documento.

DOCUMENTOS PESSOAIS:

Estes vão ser a base da Campanha de Documentação da CNS Mulher
 Total: _____
 - Registro de Nascimento..... _____
 - Carteira de Identidade..... _____
 - Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou CIC..... _____
 - Título de Eleitor/a..... _____
 - Carteira Profissional..... _____
 - Registro de Casamento (para quem for casad/a)..... _____

DOCUMENTOS PROFISSIONAIS:

Esta informação ficará para futuras ações da Associação e do Sindicato.
 Total: _____
 - Carteira de Sócia/o da Associação e/ou..... _____
 - Carteira de Sócia/o do Sindicato..... _____
 - Título da Terra..... _____
 - Certidão do IBAMA ou da Colônia (pescador/a artesanal)..... _____
 - Contrato de arrendamento..... _____
 - Bloco de Notas de Produtor/a..... _____
 - Carteira de Identificação do INSS..... _____
 - Declaração Anual de Vendas (DAV)..... _____

ESTE LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES É O PRIMEIRO PASSO PARA ORGANIZAR A CAMPANHA EM SUA COMUNIDADE.

Pela sua colaboração, Muito Obrigada!

A Equipe Responsável pela Campanha da CNSMulher/Pará:

*Raimunda Gomes da Silva - Representação Institucional - Diretora da Secretaria da Mulher do CNS.
 Maria de Carvalho Ratas (Marquinhos) - Coordenação Geral da Campanha. Coordenadora Estadual CNSMulher-Pará.
 Coordenadora de Núcleos Regionais contempladas na Campanha - Alzira A. G. de Moura (Tucuruí); Maria E. S. Da Silva, (Nova Ipauçu); Natália do Carmo Oliveira (Santarém).
 Fátima Cristina Silva - Coordenação Administrativa da Campanha - Assessora Geral da CNSMulher.
 Moema L. Vester - Coordenação técnico-pedagógica. Consultora de Gênero do CNS, Diretora da MY Consultoria.
 Karla Aguiar - Assistente de Finanças (Projeto CNSEPA/Acompanhamento de Trabalho em campo.
 Editeza C. de Mota - Auxiliar Administrativa da Campanha - Secretária do Escritório Regional CNS/Marabá.
 Norma Hoffmeyer Barros - Assistente de produção dos materiais educativos. Assessora da MY Consultoria.
Parceiros: KAPA/Fátima.
 dobras: AMA-SCA, Programa Amazônia Solidária.
 dobras: Logitec, Associações Extrativistas, STB e Entidades Parceiras Locais: Prefeituras, Cartórios de Registro Civil, Correios, Ministério Público, CPT, SODH, Projeto Peixe Bol Amazônico (CNS/AMA/FMA), outros.*

Produção MY Consultoria



CAMPANHA DE DOCUMENTAÇÃO

Nas Reservas Extrativistas, Assentamentos e Projetos Agroextrativistas da Amazônia Legal:

**NENHUMA MULHER SEM DOCUMENTOS!
 NENHUM DE SEUS FAMILIARES TAMBÉM!**
 Ano: 2002 - Estado: Pará



FICHA DE CADASTRAMENTO

A ser preenchida pelas pessoas responsáveis de cada Campanha Local

Dados Gerais

ESTADO: _____ MUNICÍPIO: _____
 NOME DA RESERVA, ASSENTAMENTO OU PROJETO: _____
 NOME DA ASSOCIAÇÃO: _____
 NOME DA COMUNIDADE: _____
 DATA: / / _____ Ficha preenchida por: _____

Dados Pessoais

NOME COMPLETO: _____
 ENDEREÇO: _____
 SEXO: F () M ()
 IDADE: _____
 RAÇA/COR/ETNIA: () branca () parda () preta () amarelo-oriental () indígena
 ESTADO CIVIL: () casad@ () solteir@ () viúv@ () outro:
 ESCOLARIDADE:
 () não estudou () primeiro grau incompleto () primeiro grau completo
 () segundo grau incompleto () segundo grau completo () outros:
 PROFISSÃO: _____

Campanha de Documentação
 Início: 2002
 Produção MY Consultoria

Documentos:

1. REGISTRO DE NASCIMENTO () Já tinha antes da Campanha () Fez hoje () Não Consegui

OBSERVAÇÃO: _____

2. IDENTIDADE - RG () Já tinha antes da Campanha () Fez hoje () Não Consegui

OBSERVAÇÃO: _____

3. CPF - CIC () Já tinha antes da Campanha () Fez hoje () Não Consegui

OBSERVAÇÃO: _____

4. TÍTULO DE ELEITOR/A () Já tinha antes da Campanha () Fez hoje () Não Consegui

OBSERVAÇÃO: _____

5. CARTEIRA DE TRABALHO () Já tinha antes da Campanha () Fez hoje () Não Consegui

OBSERVAÇÃO: _____

ANOTAÇÕES COMPLEMENTARES: _____

Produção MY Consultoria



PASSAPORTE DA CIDADANIA

Pertence a:

(nome)

Este "Passaporte da Cidadania" faz parte de uma Campanha de Documentação da Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista do Conselho Nacional dos Seringueiros, CNSMulher. Com esta Campanha, realizadas nos Projetos Agroextrativistas, Assentamentos e Reservas Extrativistas de toda a Amazônia Legal, pretendemos chegar, o mais rápido possível, a NENHUMA MULHER SEM DOCUMENTO NENHUM DE SEUS FAMILIARES TAMBÉM.

Você, que já se beneficia desta Campanha, colabore com a mesma. Ajude outras pessoas a se sentirem Cidadãs do Brasil.

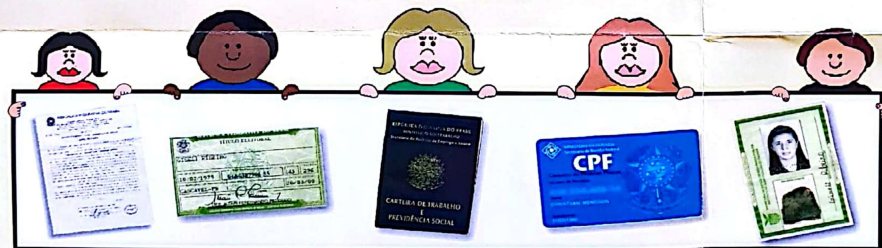


Campanha de Documentação
 Início: 2002
 Produção MY Consultoria

**NENHUMA MULHER SEM DOCUMENTO!
NENHUM DE SEUS FAMILIARES TAMBÉM!**



VOCÊ JÁ ENTROU NESSA CAMPANHA?



Informações:

ASSOCIAÇÕES AGROEXTRATIVISTAS DE:

Projeto Agroextrativista Praia Alta Pinheira (município de Nova Ipixuna)
Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns (município de Santarém)
Projeto de Assentamento Agroextrativista Montes Belos (município de Pacajás, vizinho Tucuruí)
Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Trabalhadoras Rurais

CNS Escritório Regional de Santarém - Fone/Fax: (0**93) 522.13.24

CNS Escritório Regional Tucuruí - Fone: (Sind. Trab. Rurais) (0**91) 787.17.72

CNS Escritório Regional Marabá - Fone/Fax: (0**93) 321.10.32 - E-mail: cns@skorpionet.com.br

CNS - Escritório Regional Tocantins e

CNSMulher - São Miguel do Tocantins - Fone/Fax: (**63) 447.11.43 - E-mail: cns@jupiter.com.br

CNS Sec. Geral-Brasília/DF - Fone/Fax: (0**61) 323.46.00 - E-mail: cns@bmet.com.br - cnsmulher@ig.com.br

Patrocínio: KEPAJ Finlândia. Apoio: MMA/CSA/Programa Amazônia Solidária, CNPT/BAMA.

Apoios Locais/Regionais: Associações Agroextrativistas, Sindicatos de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais, Prefeituras, Receita Federal, Correios, Fórum/Ministério Público, Cartório de Registro Civil, Cartório Eleitoral, INSS, SDDH - Serviço de Defesa de Direitos Humanos, CPT/Pará, AMTR/Pará, Escolas, Postos de Saúde, Igrejas, Universidade, Imprensa, Redes Solidárias de Comunicação Eletrônica, outros.

NENHUMA MULHER SEM DOCUMENTOS!
NENHUM DE SEUS FAMILIARES TAMBÉM!

DIÁRIO DE CAMPO

Da Campanha

A prática de anotar o que cada integrante da Equipe de Coordenação realiza em seu trabalho, vai ser decisiva para a Sistematização da Campanha, assim como para a Avaliação e a Memória da mesma.

Este processo de documentação sistemática foi desenvolvido anteriormente pela equipe que coordenou a atividade piloto de Vila Belém, teste primeiro da Campanha. Esse esforço de anotar as ações realizadas facilitou muito a realização da Atividade Piloto nas suas três etapas:

- o Laboratório realizado em Marabá em julho de 2001, onde foi tomada a decisão de realizar a atividade piloto na Vila Belém;
- a realização da Campanha na Vila Belém, conforme programação;
- a avaliação feita no mês de novembro de 2001 na própria Vila Belém.

As páginas que seguem foram colocadas junto a este manual para lembrar as integrantes da equipe da importância de anotar o que acontece e para “pegar prática” no início deste processo. Uma vez preenchidas estas páginas, é só continuar as anotações em um outro caderno que deverá sempre acompanhá-la nas atividades em campo.

Não se trata de redigir constantes relatórios. É só é anotar, resumidamente, o que acontece. Mas é um tempo que precisa ser tomado especificamente para isto..

Estes Diários formarão o conjunto de informações sobre as quais se avaliará o processo da Campanha no Pará.

Mãos à Obra!

ENDERECOS DA EQUIPE RESPONSÁVEL DA CAMPANHA

1. Coordenação da Campanha (*Mariquinha – Maria Carvalho Rosas*)

CNS - Escritório Regional Marabá (*Edileuza Mattos*)
 Rua 05 de abril, 596 – Bairro Nucleo Pioneiro
 MARABA -PARA
 Cep
 Fone/fax: (0**94) 321.10.32 e-mail: cns@skorpionet.com.br

2. Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns (*Natalina Campos*)

CNS - Escritório Regional de Santarém (*Carla Aguilar*)
 Rua 24 de outubro n. 2590 - Bairro Lagunho
 SANTAREM - PARA
 CEP 68.040-010
 Fone/fax (**91) 522.13.04 – cel (0**91) 91.21.94.22 e-mail:

3. Projeto de Assentamento Montes Belos (*Dona ALzenira*)

CNS Escritório Regional de Tucuruí
 Avenida Brasília, Quadra 66, lote 32,
 GETATE
 PACAJÁS – PARA
 CEP
 Tel(0**91) 787.17.72.

4. Projeto Agroextrativista Praia Alta Piranheira (*Maria do Espírito Santo Silva*)

APAEP
 Mesmo endereço de MARABÁ – PARÁ

5. CNSMulher – Secretaria Geral (*Dona Raimunda*)

Rua Duque de Caxias, n.215
 SÃO MIGUEL DO TOCANTINS -TOCANTINS
 CEP 77.925-000
 Fonefax (0**63) e-mail: cns@jupiter.com.br

6. Assessoria do CNSMulher – Fátima Cristina Silva

Rua Celso Gtorres, n. 05 – apto. 502 – Edifício Istambul – Bairro Graça
 SALVADOR - BAHIA
 CEP 40.150-280
 Fone/fax (0**71) 235.13.63. e-mail:cnsmulher@ig.com.br;floresta.cristina@terra.com.br

7. MV Consultoria (*Moema Viezzer e Norma Hoffstaetter*)

Rua Crissiumal, n.2.111- apto .31
 Toledo –Parana
 CEP 85.902-120
 Fonefax (0**45) 278.31.79. e 252.78.73. E-mail: moema@certo.com.br



2002

conforme eleição da Assembléia Geral - de 1098

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: José Juarez Leitão dos Santos (até 03/02)
Vice-Presidente: Manoel Mercado Soares (Pres. em exercício)
Secretário Geral: Joaquim de Souza Belo
Tesoureiro: Everaldo Dutra dos Santos

Secretária de Formação: Rosenilde Gregório dos Santos Costa
Secretário de Cooperativismo: Francisco Vasconcelos de Freitas
Secretária da Mulher Extrativista: Raimunda Gomes da Silva(*)
Suplente de Diretoria: Maria Araújo de Aquino

CONSELHO DELIBERATIVO

Luiz Vasconcelos da Silva; Antônio de Oliveira; Francisco Barbosa de Melo
 Jeová Brígido Roberto; Francisca Pereira Vieira; Manoel Francisco E. de Matos
 Maria de Carvalho Rosas; Esmael Rodrigues Siqueira; Calixto Pinto de Souza

Maria de Fátima Pereira Souza; Evacy Luzia da Silva

CONSELHO FISCAL

Titulares: Francisco Amaral da Silva Cruz;
 Manoel Conceição dos Santos; Maria do Socorro T. Lima
Suplentes: Luíz Carlos Albuquerque Monte; Rosa de Oliveira Melo

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Pablo Leonardo C. Aguiar

ASSESSORIAS ESPECIAIS

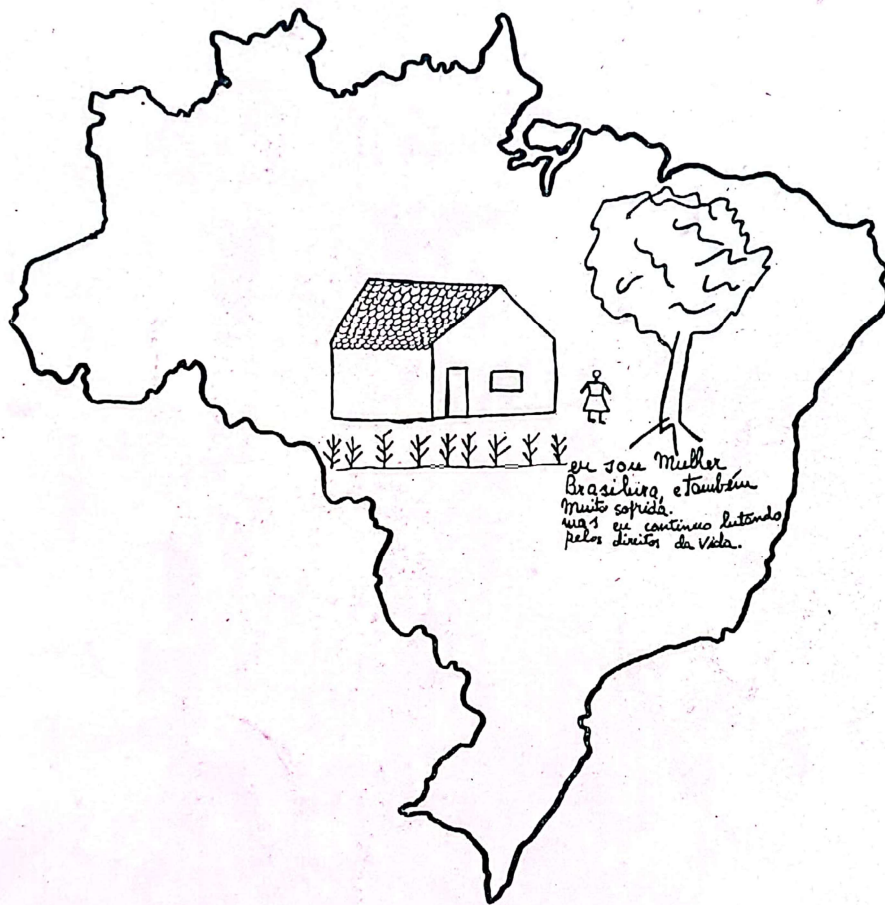
Memorial Chico Mendes: Carlos Chagastelis Leal
Assuntos Internacionais: Juan Carlos C. Rueda Aguiar

Proposta Esquema Secretaria da Mulher: Fátima Cristina Silva



(*) Responsável da Campanha de Documentação

EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTO DE MULHERES



OFICINA DE METODOLOGIA

por Moema Viezzer - Coordenadora da REDE MULHER

Colaboração: Beatriz Cannabrava e Vera Lucia Vaccari

da Equipe de Coordenação da REDE MULHER



EDIÇÕES
REDE MULHER

Doado por
MOEMA VIEZZER

EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTO DE MULHERES

Por MOEMA VIEZZER (*)
Coordenadora da REDE MULHER

INTRODUÇÃO

Neste pequeno artigo procuramos esclarecer a função da REDE MULHER em relação aos grupos e organizações de mulheres dos setores populares através da proposta específica da entidade. Escolhemos como exemplo a experiência de uma das Oficinas de Metodologia de Educação Popular com Mulheres e nível nacional, para ilustrar como a educação popular pode ser um instrumento de comunicação e articulação do movimento de mulheres.

Muito se tem falado, nos últimos tempos, sobre as redes e sua formação, mas, como outros temas de educação popular, esse também é controvertido. Concordamos, porém, quanto ao fato de que, numa sociedade patriarcal e hierarquizada como a nossa, é fundamental criarmos novas formas de organização, para não correremos o risco de reforçarmos, na prática, as estruturas que questionamos na teoria; e as redes surgem exatamente como uma dessas formas alternativas de articulação.

Ao falarmos de "redes", podemos utilizar a comparação com material para pesca: cada linha, que individualmente só pode pescar um peixe de determinado peso por vez, quando tecida numa rede em que cada nó fortalece o todo e é por ele fortalecido, tem sua capacidade de atuação muitas vezes aumentada. Ao mesmo tempo, não há, numa rede de pesca, uma hierarquia entre os nós, e cada rombo que porventura venha a ocorrer pode ser consertado individualmente, sem comprometer o todo.

(*) com a colaboração de Beatriz Cannabrava e Vera Lucia Vaccari, da equipe de coordenação da REDE MULHER.

Outro dado a ser resgatado é o seguinte: Escolhem-se diferentes tipos de rede para pesca, dependendo do tipo de peixe que se quer pescar. O mesmo ocorre com as redes que vão desde as de simples intercâmbio entre grupos integrantes, sem preocupação com a discussão teórica e ações comuns, até as redes que pretendem desenvolver uma metodologia específica para solidificar uma proposta de educação popular.

Nessa perspectiva talvez seja importante resgatar um terceiro elemento: em se tratando de redes de educação popular, cremos ser necessário dar primeiro o tempo e o espaço para TRAMAR A REDE (ou seja, esclarecer os objetivos e avaliar as ações que levam pessoas e grupos a reunir-se e articular-se) para então LANÇAR A REDE em espaços maiores e, geralmente, mais complexos e controvertidos, permitindo definir a própria proposta em relação a outras redes existentes.

I. REDE MULHER

Esse nome foi escolhido pela fundadora em função da proposta que fez nascer a entidade. Com todas as possibilidades e limitações, vantagens e desvantagens que isso representa, optamos por trabalhar em forma de rede e não de organização. A partir de uma dinâmica própria de rede, definimo-nos como uma entidade de apoio a grupos organizados de mulheres, através de programas de educação popular.

O objetivo específico da REDE MULHER é a articulação de uma rede de grupos e organizações de mulheres dos setores populares no Brasil, engajados na transformação social. Essa articulação é dificultada, não somente pela extensão territorial do país e pelas dificuldades de comunicação, mas também pela dependência institucional da maioria dos grupos de mulheres dos bairros pobres das cidades ou da área rural que, em geral, "foram organizados" por outras instituições (especialmente a Igreja Católica e o Estado) e ainda não têm um projeto próprio para desvendar a realidade da subordinação da mulher ao homem como um problema de relações sociais de gênero desiguais e lutar pela igualdade de direitos entre homens e mulheres como condição sine qua non de transformação social global.

A REDE MULHER tem origem em 1980 a partir de uma idéia de Moema Viezzer, socióloga e educadora brasileira que vem estudando a situação da mulher latino-americana desde 1975.

Nas atividades realizadas nesses últimos anos, a REDE MULHER empenhou-se em colocar em prática uma metodologia própria, realizando programas e projetos de pesquisa-educação, encontros e atividades de intercomunicação entre mulheres dos setores populares, com a finalidade de contribuir para a dinamização e articulação do movimento popular de mulheres, até hoje muito fragmentado.

Os projetos realizados pela REDE MULHER emergem estritamente das necessidades expressadas pelas mulheres. Os métodos de trabalho utilizados incluem pesquisa participante com os grupos de mulheres envolvidos. Os resultados são sistematizados de maneira a que as participantes possam perceber melhor o fenômeno da subordinação da mulher ao homem na sociedade em que vivem, e assumir mais e mais o controle das próprias organizações e movimentos, desenvolvendo programas e atividades adequadas à condição de mulheres de diversos setores populares.

A REDE MULHER promove também oficinas de educação popular com mulheres, nas três etapas que corresponde a esse processo de Educação Popular: partir da prática social, avaliar em conjunto essa prática e retornar a ela, apropriando-se, ao mesmo tempo de uma metodologia de educação popular.

A instituição, registrada em 1983 como entidade com personalidade jurídica sem fins lucrativos, conta atualmente com uma diretoria de sete membros e uma equipe técnica encarregada da execução dos projetos em conjunto com os grupos de mulheres dos setores populares. A entidade é regida por um estatuto devidamente registrado e a equipe técnica guia-se por um regimento interno.

A coordenação dos trabalhos é exercida por uma equipe de quatro pessoas: uma coordenadora geral e três assistentes de coordenação, cada uma responsável por uma área. Na supervisão dos diferentes projetos e programas trabalham pessoas contratadas especialmente para cada caso.

Desde sua fundação, a entidade tem recebido apoio de organizações do Canadá, Inglaterra, Alemanha, Suécia, Chile e de alguns grupos nacionais.

REDE MULHER está afiliada ao Conselho de Educação de Adultos da América Latina - CEAAL e à Rede de Saúde da Mulher de Isis Internacional.

Os dois programas principais desenvolvidos pela REDE MULHER em 1987 são os seguintes:

- . Educação para os Direitos da Mulher
- . Formação de Educadoras Populares.

Além disso, a instituição conta com um Centro de Documentação com um acervo de materiais sobre a situação da mulher e educação popular no Brasil e outros países. Conta também com um Núcleo de Comunicação que tem atualmente 23 audiovisuais e videocassetes à disposição dos grupos de mulheres para aluguel a um preço simbólico. Tem ainda um departamento de publicações, "Edições Rede Mulher" que já editou vários materiais.

II. OFICINA DE METODOLOGIA DE EDUCAÇÃO POPULAR COM MULHERES

A primeira Oficina de Metodologia de Educação Popular com Mulheres foi realizada pela REDE MULHER em 1985. Essa atividade fez parte de um projeto continental do Programa de Educação Popular com Mulheres do CEAAL (Conselho de Educação de Adultos da América Latina). Moema Viezzer, enlace para a sub-região Brasil daquele programa, escolheu a REDE MULHER como entidade de apoio para a realização da oficina, cujas três etapas (preparação, realização do encontro e continuidade) foram então desenvolvidas por intermédio da equipe técnica dessa entidade.

Devemos lembrar que o Brasil cobre quase metade do Continente Latino-americano (8.511.965 km²) e tem um terço da população desse continente, com aproximadamente 140 milhões de habitantes. Está dividido em 23 Estados e 2 territórios e é uma República Federativa. Em 1985, ano de início da atividade, assumiu o governo o primeiro presidente civil, eleito em eleições indiretas, depois de 20 anos de ditaduras militares e já se preparava a eleição da Assembléia Nacional Constituinte, depois transformada em

Congresso Nacional Constituinte, para elaborar a nova Constituição em substituição à outorgada pelos militares.

Para um encontro nacional, o método de oficina pareceu-nos o mais adequado na linha de trabalho que desenvolvemos. Entendemos oficina como uma instância de reflexão e ação onde se busca explicar a realidade em forma estrutural, fazendo confluir teoria e prática. Na oficina não existem professores que só ensinam e alunos que só aprendem, mas sim um grupo que vai produzindo conhecimentos novos através do trabalho coletivo.

A oficina não é um evento; é um processo que se inicia sempre com algum tipo de diagnóstico de realidade, tem um momento de avaliação coletiva de uma prática social determinada e conclui com o redimensionamento da mesma.

VOLTA À PRÁTICA

AVALIAÇÃO COLETIVA /

PRÁTICA SOCIAL /

Sempre que realizamos uma oficina de educação popular com mulheres, nosso ponto de partida é a constatação da subordinação da mulher ao homem como um fenômeno milenar e universal, que atravessa civilizações e sistemas econômicos, ao mesmo tempo que está em íntima conexão com eles. De fato, os mecanismos através dos quais se gera e se mantém tal subordinação estão ligados à formação social, econômica, política e cultural de cada região, país ou nação. A modificação das relações sociais desiguais entre homens e mulheres traz implícita a mudança das estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais sobre as quais se apoiam o sistema capitalista e a ideologia patriarcal.

As principais etapas de uma Oficina de Educação Popular com Mulheres podem ser assim resumidas:

- É um trabalho sobre a condição das mulheres na qual se dá ênfase e se toma como referencial de partida a percepção que as mulheres têm de sua condição.

- É feita a avaliação com as mulheres dos setores contemplados.
- É elaborado para as mulheres dos setores com os quais nos envolvemos. Para isso criam-se mecanismos com o objetivo de promover, ampliar e aprofundar a análise da realidade e de buscar formas de organização cada vez mais adequadas.

O trabalho de educação popular relacionado com a mulher é fato recente em nosso continente. A mulher, marginalizada e discriminada em nossa sociedade, também o tem sido na maioria das organizações populares e, inclusive, em muitos programas de educação popular. Por isso é necessário desenvolver instrumentos adequados para uma ação coordenada em função das necessidades e interesses das mulheres dos setores populares.

O eixo temático escolhido para a primeira Oficina Nacional de Educação Popular e Movimento de Mulheres, foi a subordinação da mulher ao homem e a luta por relações sociais de gênero sem dominação. O objetivo principal foi captar como esse tema é (ou não é) incluído nas organizações em que militam mulheres dos setores populares no Brasil.

Esse eixo temático foi desenvolvido através de uma poesia feita por uma mulher dos Clubes de Mães da Zona Leste de São Paulo, Nelcina Alves Araujo:



A REDE MULHER iniciou o processo enviando folhetos explicativos para mulheres organizadas em sindicatos, associações de mulheres, clubes de mães, partidos políticos, associações profissionais. Inscreveram-se quase 150 mulheres mas, devido a problemas de verbas e de infraestrutura só foram aceitas 75 inscrições.

Participaram do processo mulheres de quase todos os estados do Brasil que trabalham como donas de casa, cobradoras de ônibus, lavadeiras, bordadeiras, empregadas domésticas, lavradoras agentes de pastoral, prostitutas.

Muitas dessas mulheres viajaram mais de três dias para chegar ao local de realização do encontro, a segunda etapa da oficina. Por exemplo, as participantes de Rondônia viajaram mais de 3.500 km., metade dos quais em estrada não pavimentadas. As participantes do encontro conseguiram suas passagens através de rifas e festas realizadas por suas organizações ou através de instituições que as organizam (Igreja católica, partido político, sindicato, etc.) Esse apoio foi eventual. Não é de forma permanente que as mulheres são ajudadas para se constituírem enquanto organizações autônomas. A falta de dinheiro para o desenvolvimento de um projeto próprio é um dos problemas que as mulheres dos grupos populares enfrentam e foi citado na avaliação do encontro.

A maioria dos grupos representados no encontro não foram organizados pelas próprias mulheres, mas por instituições. Desses grupos, muitos atam no seu bairro ou na comunidade; alguns poucos ultrapassam esse limite, atuando a nível municipal, estadual ou nacional. Esses grupos são formados principalmente por mulheres casadas, com mais de 25 anos de idade. A média de filhos é de 3 a 5 por mulher. Muitos desses grupos ainda não integraram sistematicamente a discussão das relações sociais de gênero às outras discussões que realizam. Por esse motivo, a oficina assumiu as características de iniciação ao tema.

o trabalho desenvolveu-se da seguinte maneira:

1ª etapa: Preparação do Encontro (DAS MULHERES)

Durante 7 meses trabalhamos por correspondência, através de cinco(5) fichas de preparação conjunta elaboradas pela equipe técnica da Rede Mulher e preenchidas pelas mulheres inscritas em seus grupos. A cada quinze dias era remetida uma ficha. O conteúdo das mesmas foi o seguinte:

Ficha nº 1: O objetivo era levantar diretamente os problemas gerados pelas relações sociais desiguais de gênero e de classe e pela conjuntura econômica do país. Escolhemos três palavras-chave da poesia-tema (mulher, brasileira, sofrida) e pedimos às participantes que escrevessem as primeiras associações com relação a cada uma delas.

Ficha nº 2: Para mostrar como a subordinação da mulher ao homem ocorre no cotidiano e como essa situação se traduz numa "cultura da opressão feminina", repassada de boca em boca, pedimos que as mulheres colatassem ditados, provérbios, quadrinhas, trovas e canções que falam sobre a mulher.

Ficha nº 3: Através dessa ficha, os grupos foram convidados a trazer para o Encontro, para serem expostos, seus trabalhos (cartilhas, artesanato, audiovisuais, receitas de medicina popular, etc.) Com esse material foi preparada uma "Feira de Cultura" como parte da realização do encontro.

Ficha nº 4. Questionário: mais que uma ficha, esta vez foi mandado um caderno com perguntas sobre cada organização (tipo de trabalho desenvolvido, número de participantes e dados das mesmas: idade estado civil, número de filhos, etc.), além de lutas e conquistas do grupo, problemas enfrentados e soluções encontradas.

Ficha nº 5. O objetivo da última ficha era coletar dados para possibilitar a preparação de um "Perfil da Participante", além de recuperar todo o trabalho das mulheres nessa primeira etapa, nos próprios grupos.

Com o material devolvido foi elaborado um "Caderno do Encontro" utilizado como subsídio básico, com os seguintes itens: quem somos? - de onde viemos? - para que viemos? - como vamos trabalhar? - o que preparamos para esse encontro? - e agora?

Considerando que a oficina foi realizada com mulheres dos setores populares, muitas das quais não letradas ou desacomodadas à leitura e ao trabalho intelectual, em virtude de sua própria vivência, eminentemente prática, sentimos necessidade de utilizar diferentes técnicas de educação popular para desencadear o processo de reflexão, mantendo um clima de animação e de intercâmbio constante nos grupos e entre as mulheres. Foram utilizadas técnicas de apresentação dos grupos, de introdução de temas, de análise e síntese de avaliação metodológica e de comunicação pessoal e grupal.

Na preparação das técnicas procuramos utilizar sempre dois estímulos diferentes, um através da escrita e outro, associado, através da cor, para facilitar a integração das mulheres não letradas.

O Encontro foi estruturado de forma a que os temas fossem discutidos em sub-grupos de aproximadamente 10 mulheres, com mini-plenárias integrando os três sub-grupos e plenárias ao final do dia para socialização das discussões e síntese dos trabalhos.

2ª Etapa. Realização do Encontro (COM AS MULHERES)

Durante três dias, em regime de internato, o Encontro nacional foi realizado numa antiga fazenda, adaptada para local de encontros, pertencente à Universidade Metodista de Piracicaba, que se encarregou da secretaria e da infraestrutura.

Os temas da subordinação da mulher ao homem e o da organização para superar essas condições foram apresentados como as duas faces de uma mesma moeda.



Para a discussão da primeira face: a situação da mulher, os grupos foram divididos através de três cartazes de cores diferentes: mulher, brasileira, sofrida. A apresentação de cada sub-grupo foi através da técnica do esforço. As técnicas de análise do tema foram diferentes para cada grupo: MULHER utilizou um jogo com música e expressão corporal; BRASILEIRA, um quebra-cabeças para a formação do mapa do Brasil; e SOFRIDA, o Jogo dos Cegos e Amarrados. Cada grupo discutiu três perguntas sobre os problemas enfrentados pela mulher por ser mulher, por pertencer às classes populares e os devidos à conjuntura do país, além dos enfrentados pelos grupos organizados de mulheres que atuam de maneira autônoma ou dentro de organizações mistas.

As participantes salientaram, entre outras constatações, que os problemas da mulher vêm de nossa própria cultura, que na atual situação brasileira, a mulher é mais atingida porque é ela quem administra a renda familiar; e que a mulher dos setores populares é mais sofrida devido à não-satisfação das necessidades básicas e que é ainda mais sofrida se tem que enfrentar preconceito de raça ou de cor. Concluíram também que as mulheres estão se organizando para romper essa estrutura e assim modificar sua situação, mas a organização é dificultada devido ao menor nível de educação formal da mulher, e à dificuldade em integrar as discussões das relações de gênero no trabalho das instituições mistas (Igreja, sindicato, partido político...).

Para a discussão da outra face da moeda, a organização da mulher, as participantes foram divididas em três grupos e seis sub-grupos: mulheres organizadas em partidos políticos e Igreja; em associações profissionais e sindicatos rurais e urbanos; em clubes de mães e grupos autônomos de mulheres. Cada grupo assistiu um audiovisual sobre organização.

As integrantes dos sub-grupos apresentaram-se através da técnica da teia de aranha e responderam algumas perguntas sobre o espaço real da mulher nas organizações populares. A seguir foram redigidas propostas com relação a si mesmas, aos homens, aos filhos, às instituições do governo municipal/estadual/federal, à Assembleia Nacional Constituinte e à Nova Constituição Brasileira, às entidades governamentais, a outros grupos de mulheres, aos meios de comunicação, às organizações, aos partidos políticos, aos grupos de Igreja, aos sindicatos rurais e urbanos.

Houve também a apresentação, pelo grupo de Animadoras Culturais da Zona Leste de São Paulo, da peça de teatro "Por ser Mulher...", resultante da pesquisa-avaliação dos Clubes de Mães e Grupos de Mulheres de São Paulo, realizada pela Rede Mulher entre 1983 e 1985.

O último dia do encontro foi dedicado à reconstituição dos processos de preparação da oficina e de realização do encontro e ao estabelecimento de propostas de ação comum a nível nacional. A reconstituição foi feita através da montagem do quadro metodológico: cartazes contendo a descrição do conteúdo, objetivos e estratégia de cada atividade foram distribuídos entre as participantes e as atividades reconstituídas com o auxílio da coordenadora.

As propostas de continuidade apresentadas e aprovadas foram relacionadas à socialização do encontro, à implantação das propostas levantadas e à necessidade de organização das mulheres dos setores populares do Brasil.



As participantes decidiram dar continuidade ao encontro em torno de uma ação comum relacionada com a conjuntura política do país: a defesa dos interesses da mulher perante o Congresso Nacional Constituinte.

Foi encaminhado manifesto ao Presidente da República exigindo a participação da mulher e dos movimentos populares na Constituinte e foi decidido organizar o Dia 8 de Março de 1986 sobre esse mesmo tema.

Considerando a extensão territorial do país e a fragmentação dos grupos populares de mulheres, foi pedido à REDE MULHER que servisse de ponto de referência para a articulação desses grupos na elaboração de uma proposta conjunta com relação aos direitos da mulher na nova Constituição Brasileira e na conclusão desse trabalho com uma ida a Brasília para entregar as propostas aos constituintes que seriam eleitos em novembro de 1986.

3ª Etapa: Continuidade (PARA AS MULHERES)

A proposta de continuidade foi implantada pela REDE MULHER através do Projeto "Nôis e a Constituinte", concebido como um projeto de informação e educação de adultos à distância. O projeto foi iniciado em dezembro de 1985 e teve várias etapas.

Foram primeiramente formadas Comissões Estaduais com a atribuição de divulgar o trabalho em seus respectivos Estados e informar os eventos ligados ao tema à equipe da REDE MULHER que os divulgaria através de um boletim.

O Boletim "NÔIS E A CONSTITUINTE" redigido e distribuído pela REDE MULHER, teve 8 números publicados. A lista de distribuição foi sendo ampliada à medida em que novos grupos se integravam à proposta, chegando a 730 grupos em todo o país, atingindo aproximadamente 25.000 mulheres.

As propostas para a Constituição recebidas pela REDE MULHER através das Comissões Estaduais foram reunidas num dossiê de propostas, retrabalhado nos grupos, e sistematizadas num abaixo-assinado, redigido em linguagem jurídica, com a assessoria de advogados, sob a forma de emenda à Constituição.

Esse abaixo-assinado foi lançado ao público na Praça da Sé, em São Paulo, no dia Nacional de Lançamento das Iniciativas Populares na Constituinte. A Iniciativa Popular, de acordo com o regimento interno da Constituinte, consiste na apresentação de uma emenda apoiada por 30.000 assinaturas de eleitores e três entidades devidamente registradas.

No mês de maio de 1987, 31 mulheres, integrantes das Comissões Estaduais, visitaram o Congresso Constituinte em Brasília e tiveram a oportunidade de entregar o texto do abaixo-assinado a alguns deputados constituintes. Nessa ocasião foi também criada uma Comissão Nacional de Coordenação da Iniciativa Popular sobre os Direitos da Mulher para divulgar o abaixo-assinado, coletar as 30.000 assinaturas e organizar a delegação responsável por entregá-lo no Congresso. (ver anexos)

A defesa da Proposta sobre os Direitos da Mulher perante o Congresso Nacional Constituinte, como prevê seu regimento interno, foi confiada pela Comissão Nacional a Moema Viezzer, coordenadora da Rede Mulher e do Projeto "Nôis e a Constituinte".

E depois?

Esta pergunta já foi formulada por vários grupos que integram o projeto e desejam prosseguir no trabalho de articulação nacional do Movimento Popular de Mulheres. A contribuição oferecida pela REDE MULHER será dada através do projeto "Educação para os Direitos da Mulher", pelo qual se pretende formar 90 monitoras sobre o assunto, além de publicar e socializar materiais que ajudem a aprofundar o trabalho de educação popular e de assistência jurídica alternativa à mulher.

Estamos também prevendo a realização da Segunda Oficina de Educação Popular e Movimento de Mulheres para 1988. Voltaremos a realizar um processo similar ao que foi descrito neste artigo (partir da prática, avaliar em conjunto e retornar à prática), mas agora com grupos de mulheres mais identificados entre si e com maior clareza de propostas para o movimento.

Comentários finais

A descrição anterior já demonstra vários dos aspectos positivos do trabalho. Mas gostaríamos de salientar o seguinte:

1. O retorno à prática deu-se de forma articulada e houve a possibilidade de um maior conhecimento e intercâmbio entre grupos com propostas similares que anteriormente realizavam atividades isoladas sem nenhuma conexão.

2. Os grupos chegaram a uma ação comum aceitando trabalhar sobre temas de consenso, respeitando as divergências e as diferentes posturas que provêm de etapas e forma de organização diferentes.

3. O trabalho possibilitou a inclusão da discussão sobre a subordinação da mulher ao homem como um problema social e da necessidade da organização das mulheres como um movimento social nas diferentes instâncias de participação nas quais muitas mulheres militam há vários anos: sindicatos, partidos, comunidades eclesiais de base.

4. Desse processo emergiram também algumas animadoras que se destacaram com possibilidades de atuar ao nível de seu Estado ou região e com as quais será possível desenvolver posteriormente um trabalho em maior profundidade, gerando uma ação multiplicadora.

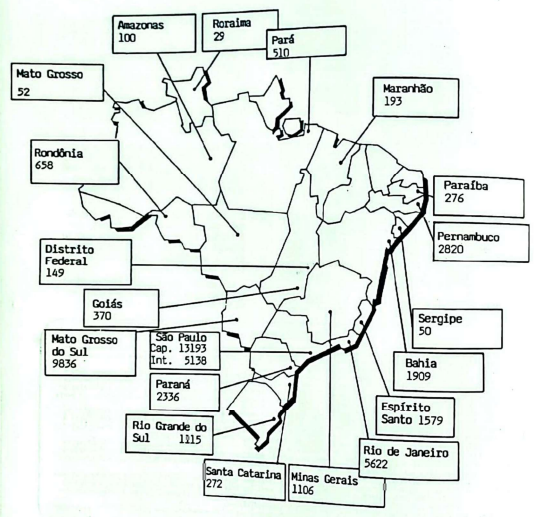
Seria importante também considerar os seguintes pontos:

A REDE MULHER sente a necessidade de desenvolver e utilizar formas e métodos de comunicação mais adequados a um retorno sistemático em Programas de Educação Popular à Distância com Mulheres. Constatamos que embora a utilização do material e seu aproveitamento seja constante e muitas vezes tenha ultrapassado as metas iniciais, os grupos têm dificuldade de comunicar por escrito essa utilização; verificamos que o retorno em massa só acontece em momentos de novos apelos à mobilização: encontros, coleta de assinaturas, etc.

INICIATIVA POPULAR "DIREITOS DA MULHER"



A Iniciativa Popular Direitos da Mulher com um total de 47.313 assinaturas em todo o país foi entregue no dia 05 de agosto, em Brasília, ao Deputado Ulisses Guimarães, Presidente do Congresso Constituinte, por uma delegação de mulheres representantes dos grupos que participaram do projeto. A Iniciativa recebeu o apoio de vários parlamentares que endossaram a emenda.



Total Geral: 47.313 - Data: 17/08/87

TABULAÇÃO: REDE MULHER

EDIÇÕES REDE MULHER

- Que história é essa? - Clubes de Mães e Grupos de Mulheres do Município de São Paulo, Revista (42 páginas), 1985.
- Retrato dos Clubes de Mães da Zona Leste de São Paulo, caderno de dados (77 páginas), 1985
- Por ser Mulher, peça de teatro (16 páginas), 1985.
- Encontro sobre a situação da mulher da América Latina e no Caribe hoje. (Frente Continental de Mulheres contra a Intervenção e pela Paz), 81 páginas, 1986.
- Nós e a Constituinte, Informe de Encontro, 1986
- Viezzer, Moema. "Das Mulheres, com as Mulheres, para as Mulheres" artigo sobre método de pesquisa-educação (17 páginas), 1985.
- Relatório do 1º Encontro Nacional de Educação Popular e Movimento de Mulheres, 1986.

AUDIOS/VIDEOS

- "E agora, Maria", audiovisual sobre clubes de mães e grupos de mulheres dos bairros de São Paulo, 160 eslaides, 1985.
- "Quem te vi, quem te vê", vídeo sobre as mulheres dos bairros nos meios de comunicação, 1986.



Rua João Ramalho, 991 - Perdizes
CAIXA POSTAL 1803 - 01051
São Paulo - SP - BRASIL
FONE: (011) 262-9407

Rede Mulher de Educação – Levantamento das instituições que trabalham com mulheres

QUEM SOMOS NÓS?



LEVANTAMENTO PARTICIPATIVO DAS ORGANIZAÇÕES
DE MULHERES OU ENTIDADES QUE TRABALHAM
COM MULHERES - ZONA SUL - SÃO PAULO

1989

EDICÕES  REDE MULHER

EQUIPE DO PROJETO:

- Moema Viezzer: Coordenadora Geral
- Beatriz Cannabrava: Administração
- Leila Bomfim: Coordenadora do Projeto
- Nádía Célia Barreto de Farias: Entrevistadora

Entrevistadoras

- Albertina Santos de Lima do Centro da Mulher 13 de Maio
- Maria de Fátima N. Santos de Souza do Clube de Mães da Comunidade São Joaquim
- Maria das Graças Silva Santos da Casa da Mulher do Grajaú

Relatório

- Texto: Leila Bomfim
Vera Lucia Vaccari
 - Capa: Marta Baião
 - Montagem e gráficos: Maria Christina Ribeiro Cõ
 - Desenhos: Red de Salud Isis Internacional
des. Guillo Bastias
Hercules Santos
 - Editoração: Rede Mulher
 - Serviços Gráficos: CETEC - Centro Técnico de Cópias
 - Serviços de Composição de Texto: ELICEL - Processamento de Texto Ltda.
- Apoio Financeiro: Fundation Le Cardinal Léger et ses Oeuvres Canadá**

COMO ESTÁ DIVIDIDO ESTE CADERNO

1. APRESENTAÇÃO	3
2. INTRODUÇÃO	5
a) Um pouco da história deste Caderno	5
b) Objetivo do levantamento	7
c) A Zona Sul e as organizações de Mulheres e Entidades que trabalham com Mulheres	7
d) Por que falar na articulação de um Movimento de Mulhe- res dos Setores Populares	11
3. COMO FOI REALIZADO O TRABALHO	13
a) Método de Trabalho	13
b) Passos do Levantamento	14
4. RESULTADOS DO LEVANTAMENTO	17
a) Quem Somos Nós?	19
b) Onde Estamos Organizadas?	27
c) Como Estamos Organizadas?	35
d) O que Fazemos e Como Trabalhamos?	41
5. COMENTÁRIOS FINAIS	53
6. ORGANIZAÇÕES DE MULHERES E ENTIDADES QUE TRABALHAM COM MU- LHERES NA ZONA SUL DE SÃO PAULO	57



Foto: Marta Baião

Equipe de Trabalho do Projeto



Foto: Marta Baião

Participantes do Encontro de Divulgação da Pesquisa

Rede Mulher – construção de Redes de serviços para o enfrentamento da violência contra mulher

**REDE MULHER
DE EDUCAÇÃO**

VEM PRA RODA! VEM PRA REDE!

**Guia de apoio à construção de
redes de serviços para o enfrentamento
da violência contra a mulher**

UNIFEM
Deutsche Gesellschaft für
Technische Zusammenarbeit-GmbH

VEM PRA RODA! VEM PRA REDE!

Guia de apoio à construção de rede de serviços
para o enfrentamento da violência contra a mulher

Realização: Rede Mulher de Educação (RME)

Autoria: Denise Carreira e Valéria Pandjarian

Leitoras críticas: Moema Viezzer, Berlindes Astrid Küchemann e Maria José Lopes Souza

Diagramação e editoração: Luiz Daré

Revisão: Jandira Queiroz e José Alberto Gonçalves Pereira

Patrocínio: GTZ - Cooperação Técnica Alemã e UNIFEM - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

Janeiro de 2003

Vem pra roda! Vem pra rede!: Guia de apoio à construção de redes de serviços para o enfrentamento da violência contra a mulher / Denise Carreira, Valéria Pandjarian - São Paulo, Rede Mulher de Educação, 2003.

Apresentação: Moema Viezzer e Berlindes Astrid Küchemann

1. Violência - Mulheres 2. Direitos Humanos 3. Mulheres Políticas Públicas I. Título III. Denise Carreira IV. Valéria Pandjarian.

CDD-305.42

Wagner Mendes Soares CRB/8 - 038/2002

Índices para catálogo sistemático

1. Violência contra a Mulher 2. Violência doméstica 3. Direitos Humanos
4. Mulheres - Direito 5. Mulheres - Governo 6. Mulheres - Políticas Públicas
7. Feminismo 8. Movimentos Sociais 9. Redes 10. Mulheres - Saúde

RME: MAIS DE VINTE ANOS DE EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA

Criada em 1980, a Rede Mulher de Educação – RME é uma organização não-governamental sem fins lucrativos, que promove e facilita a interconexão entre grupos de mulheres de todo o país, constituindo-se em uma rede de serviços em educação popular feminista

A Rede Mulher desenvolve ações junto a mulheres e homens, de grupos e instituições mistas, comprometidos com relações humanas sem nenhum tipo de dominação/subordinação. Tais ações visam fortalecer a capacidade de enfrentamento das desigualdades de gênero, a superação do sexismo nas organizações e a valorização das diferentes contribuições femininas à sociedade.

A metodologia da RME baseia-se na promoção da auto-estima e da participação crítica e criativa de cada pessoa como sujeito ativo de seu desenvolvimento pessoal e do processo de transformação social, dentro de uma perspectiva cidadã e democrática. A atuação explicita a inter-relação entre o cotidiano, o local e o global como espaços de luta política.

Atividades

Constituída por um grupo de educadoras populares, a Rede Mulher desenvolve atividades de formação, pesquisa, comunicação e articulação visando o fortalecimento e o desenvolvimento de competências técnicas e políticas de pessoas, grupos e organizações e a ampliação do poder de influência destes junto a outros setores da sociedade e nas política públicas locais, regionais e nacionais. Publica periodicamente o informativo Cunhary.

Publicações Recentes

- Mudando o mundo: a liderança feminina no século XXI (RME, Editora Cortez, 2001)
- Mudando o mundo com as mulheres da terra: capacitação de líderes trabalhadoras rurais e extrativistas (RME, 2000)
- Educação popular: prática plural (RME/Nova, 2000)
- Mulheres, pragas e veneno: gênero e agrotóxicos (RME, 1996)
- Manual de gênero no ciclo de projetos (RME, 1996)

CONHEÇA MAIS SOBRE A REDE MULHER DE EDUCAÇÃO

VISITE NOSSA PÁGINA NA INTERNET:

<http://www.redemulher.org.br>

e-mail: rdmulher@redemulher.org.br

Endereço: Rua Coriolano, 28

CEP: 05047-000 - Tel: (011) 3873-2803 Fax: (011)3862-7050 - São Paulo SP - Brasil

